Coleção Ciências Humanas
Geografia e Meio Ambiente

Balbúrdia Geográfica

natureza, produção, uso e apropriação do espaço no campo e na cidade

Anderson Pereira Portuguez
Carmem Lúcia Costa
Leda Correia Pedro Miyazaki
(organizadores)

EDITORA BARLAVENTO

Anderson Pereira Portuguez
Carmem Lúcia Costa
Leda Correia Pedro Miyazaki
(Organizadores da desordem)

Balbúrdia Geográfica

natureza, produção, uso e apropriação do espaço no campo e na cidade

Ituiutaba, MG
2020

© Anderson Pereira Portuguez, Carmem Lúcia Costa, Leda Correia Pedro Miyazaki (organizadores), 2020.
Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez.
Diagramação: David Luiz Pereira Leite.

Editora Barlavento
CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 5109/ Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilè Àse Babá Olorigbin.
Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial – Grupo Geografia e Meio Ambiente:
Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Pareceristas:
Dr. Rosselvelt José Santos
Dr. Giovanni F. Seabra
Dr. Leonardo Pedroso
Dr. Jean Carlos Vieira Santos
Profa. Claudia Neu
Dr. Antonio de Oliveira Jr.

Balbúrdia geográfica: natureza, produção, uso e apropriação do espaço no campo e na cidade. Anderson Pereira Portuguez / Carmem Lúcia Costa / Leda Correia Pedro Miyazaki (org.). Ituiutaba: Barlavento, 2020, 489 p.

ISBN: 978-65-5109-005-9

1. Espaço. **2.** Urbano. **3.** Rural. **4.** Natureza.
I. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **II.** COSTA, Carmem Lúcia. **III.** MIYAZAKI, Leda Correia Pedro.

Data de publicação e postagem: 17 de junho de 2020.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

AGRADECIMENTOS AOS APOIADORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – CAMPUS PONTAL

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - UFU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL – ICH/UFU

EDITORA BARLAVENTO

SUMÁRIO

MULHERES FAZENDO BALBÚRDIA: USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (GO)
CARMEM LÚCIA COSTA *8*

TEM BALBÚRDIA E PREÇO BAIXO: FEIRA NOTURNA DA PRAÇA ANTÔNIO CARLOS EM JUIZ DE FORA-MG
FLÁVIO AUGUSTO SOUSA SANTOS
CARLOS EDUARDO SANTOS MAIA
GUSTAVO AMARAL BARBOSA
JONATHAN SANTOS *34*

ONDE O OUTRO EXISTE?
MIDIANE SCARABELI ALVES COELHO DA SILVA
MIRELLA LACERDA TEIXEIRA DE SOUZA *61*

FEMINISMO NEGRO E O MOVIMENTO SOCIAL QUILOMBOLA NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES QUILOMBOLAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO MPF/PB
IANY ELIZABETH DA COSTA *79*

REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO URBANO NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: QUANDO A CIDADE TORNA-SE CANÇÃO
ISLEY BORGES DA SILVA JUNIOR
MIDIANE SCARABELI ALVES COELHO DA SILVA *114*

ANÁLISE DA RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE A POPULAÇÃO IDOSA E O ESPAÇO VIVIDO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA
GEISA CANDIDA DA SILVA GONÇALVES *140*

IMPERIALISMO E URBANIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE MINAÇU (GO) COMO PRODUTO DO IMPÉRIO DO AMIANTO
FÁBIO DE MACEDO TRISTÃO BARBOSA
GILMAR ALVES DE AVELAR..... *157*

A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO JUDAICO NA CIDADE DE SÃO PAULO (SP)
CARLOS ALBERTO PÓVOA
EWERTON LUÍS COSTA DOS SANTOS..... *177*

O USO DA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES NA IDENTIFICAÇÃO DE DIMENSÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO NA ÁREA URBANA DE ITUIUTABA (MG)
NELIO PAULO SARTINI DUTRA JÚNIOR *202*

PLANEJAMENTO URBANO E ACESSIBILIDADE: QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO NA CIDADE DE ITUIUTABA (MG)
GEISA CANDIDA DA SILVA GONÇALVES..... *230*

ESPAÇO GEOGRÁFICO: A DICOTOMIA DO RURAL NO URBANO
LINÉIA SILVA FREITAS HELIODORO *264*

A METAMORFOSE DO ESPAÇO AGRÁRIO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ITUIUTABA (MG) NOS ANOS DE 1970 A 2010
MATHEUS ALFAIATE BORGES *284*

DINÂMICAS E CONFLITOS PELA ÁGUA E PELA TERRA EM MINAÇU (GO): A MATERIALIZAÇÃO DE LUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO NORTE GOIANO
ANA PAULA NOVAIS PIRES KOGA
RAFAEL DE MELO MONTEIRO
JAÑAINE DANIELA L. CARNEIRO *314*

O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E A PRECARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CORTE DE CANA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG)
Daniel Féo Castro de Araújo *332*

A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO MOTIVADOR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA
Vinício Luís Pierozan
Vanessa Manfio *363*

ONDE ESTÃO AS PEQUENAS CIDADES NA GEOGRAFIA ESCOLAR?
Arnaldo Ferreira de Araújo Filho
Gustavo Araújo de Carvalho *387*

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO
Sueley Luana da Silva Inácio
Carmem Lúcia Costa *411*

BALBÚRDIA NA PERIFERIA: A CAPOEIRA E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM SEU ENTORNO SOCIAL EM ITUIUTABA
Anderson Pereira Portuguez *435*

O REINADO DO CONGO NA FESTA DO ROSÁRIO DE GOIANDIRA (GO): ESPACIALIDADE E TRADIÇÃO
Marise Vicente de Paula *444*

SOBRE OS ORGANIZADORES *474*

SOBRE OS AUTORES BALBURDIEIROS *477*

MULHERES FAZENDO BALBÚRDIA: uso e apropriação do espaço na Universidade Federal de Catalão (GO)

Carmem Lúcia Costa

Este capítulo apresenta dados de pesquisas realizadas com mulheres ao longo dos últimos cinco anos na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão – atualmente Universidade Federal de Catalão - em projetos de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações que orientei como docente nesta instituição. O objetivo é compreender como as mulheres usam e se apropriam do espaço da Universidade, produzindo e transformando este, principalmente nos últimos anos em que, nós mulheres, já somos a maioria nestas instituições. Desta forma, elaboramos um diálogo com autores e autoras do campo da Geografia, do Gênero e dos movimentos sociais para entender melhor como é chegar à Universidade, ocupar este espaço público, sem, no entanto, conseguir se libertar de todas as outras obrigações seja no campo do trabalho no espaço público – temos muitas alunas trabalhadoras -, seja no espaço privado e do trabalho doméstico. Neste caminho, elas lutam contra a normatização, os estereótipos, o preconceito e a violência, contra o patriarcado como um sistema que impõe que lugar de mulher não é na Universidade, realizando estratégias de sobrevivência em um espaço que não foi concebido para elas.

Em um mundo cujo nível global (Lefebvre, 1991) elabora estratégias para homogeneizar, programar, alcançar a vida e os espaços onde a mesma se realiza, a diferença é um importante

elemento para a análise da realidade e a busca da realização de uma sociedade melhor para todos e todas, onde a igualdade não seja apenas um discurso, um texto. A reprodução das desigualdades a partir das diferenças é uma prática constante em nossa sociedade que tem grandes dificuldades em romper com um projeto hegemônico, que inclui as representações de feminino e masculino e a espacialização destas. Assim, a mulher assume o feminino com sua simbologia historicamente construída e que não se prende apenas no biológico, assim como o homem também assume o seu papel no espaço social, no entanto, este tem a seu favor um projeto de planejamento da vida e do espaço que passa pelo poder, pela dominação que estão ligados ao falo, ao biológico e que têm favorecido o homem enquanto o macho que domina a fêmea nas relações sociais. O homossexual, o transexual, o transgênero e outras identidades em corpos "diferentes", transgressores, residuais, assim como as mulheres, travam luta intensa pelo direito à diferença, pelo uso do espaço, pela apropriação e pelo pleno exercício de suas sexualidades na produção do urbano em todos os seus espaços, como na Universidade.

Desta forma, temos um urbano que é marcado pela diferença que explode diante da programação, da tentativa de tudo homogeneizar, de impor um padrão hegemônico a ser seguido por todos a partir do dito e do interdito (Lefebvre, 1971). Essa homogeneização acontece em favor da reprodução do capital – como no caso da reestruturação produtiva – e em detrimento da vida das trabalhadoras e trabalhadores que ingressam em um mundo do trabalho ou no mundo acadêmico, onde as regras são ditadas pelo masculino, abolindo-se a diferença, impondo o discurso da igualdade. Nos espaços produtivos – como na Universidade - a questão de gênero e da diferença "explode" em práticas de lutas e contestação da ordem

imposta; na vida cotidiana também há os momentos de transgressão desta ordem, do trabalho repetitivo, da miséria. Estar na Universidade é transgredir a ordem imposta de que este espaço não foi feito para todos e todas, o que requer uma elaboração constante de estratégias de enfrentamento para se manter ali.

O espaço urbano na modernidade tem como características a "homogeneidade – fragmentação – hierarquização" (Lefebvre, 2000). Desta forma, as estratégias no nível global são elaboradas de acordo com uma estratégia de classe que planifica, uniformiza, programa o nível misto, as formas urbanas, o espaço; que fragmenta o espaço e hierarquiza as relações sociais. Para Harvey, "o prazer, o lazer, a sedução e a vida erótica são trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias." (1992, p.99), ou seja, a programação fragmenta o ser e suas relações que passam a ser mediadas pela mercadoria e, neste sentido, hierarquiza a partir da propriedade privada das riquezas produzidas pelo trabalho humano. A Universidade entendida na lógica do mercado não deveria, então estar aberta para qualquer pessoa e, mesmo nas instituições públicas os critérios de exclusão são perversos.

Para entendermos melhor este processo recorremos aos conceitos de níveis e dimensões de Lefebvre (2002, 1991). De acordo com este autor, o nível G – o da ordem distante – é onde estão as instituições que elaboram as regras, as leis, os textos que se aplicam no contexto do espaço, que o programa para uma melhor fluidez do capital. Aqui se colocam as instituições, como o Estado – representante da classe burguesa – que planejam o espaço, a vida, a moradia, controlam a ordem através de seus instrumentos, inclusive os repressivos. Para o autor, "O ataque pelo alto, se se pode dizer, comporta um projeto global, submetendo o território nacional a um planejamento

‘comandado’ pela industrialização. Dupla exigência, duplo postulado: o espaço inteiro deve ser planificado.” (Lefebvre, 2002, p.91). O espaço, neste caso o de moradia, de trabalho, de lazer, de consumo, de estudo, de prazer é fragmentado e sua rearticulação acontece de acordo com interesses do capital, mas também dos sujeitos trabalhadores/as que têm sua vida cotidiana invadida por uma lógica distante, que nem sempre atende às suas necessidades. Nesta lógica distante estão os instrumentos que elaboram e concebem que lugares podemos ir, que não podemos, o que devemos fazer, que profissão devemos escolher e até a falta de escolhas, como a “missão” de ser mãe.

Mas para que a circulação e o consumo aconteçam é necessário que haja redes de ligação entre todos estes espaços e interesses, assim, o capital vai exercendo um papel de ligar, unir ao mesmo tempo em que fragmenta, separa, segrega, dialeticamente. Este processo pode ser observado na paisagem urbana que, de acordo com Carlos, “é a expressão da ‘ordem’ e do ‘caos’, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato.” (1994, p.44). A ordem, estabelecida pela estratégia de classe, que atende aos interesses da produção de riqueza e da propriedade privada desta é mantida pelo dito, pelo texto, pelas leis entre outras instituições como a Escola, a Igreja, a Universidade etc. Esta ordem estabelece padrões, comportamentos, horários, caminhos, lugares fragmentados e hierarquizados que segregam e excluem, unem e separam.

Estes processos são regidos pelas relações de classe, onde o/a trabalhador/a é o/a que produz as riquezas, mas é excluído/a das mesmas, inclusive do espaço, fruto do seu trabalho. Esta ordem também é mantida por instrumentos de poder – simbólico ou concreto -, como as instituições que produzem e disseminam

a formação do que é masculino e do que é feminino. Neste cenário, também se concebem que profissões são de mulheres e as que não são, como observaremos ao analisar os cursos com maior presença de mulheres na UFCAT, fruto de uma educação que molda os desejos desde a infância.

O nível misto – o do próprio espaço – é onde acontece a (re)produção das relações de produção, ou seja, está posto aqui também todos os outros projetos, ou estratégias de sobrevivência (Certau, 1994) que os/as trabalhadores/as constroem para viver em um espaço que não foi programado para eles/elas. É o nível dos caminhos, dos espaços permitidos e proibidos, das formas, dos espaços de trabalho e de lazer, do exercício da vida e da realização da circulação de mercadorias, essencial ao capital. É o nível da Universidade enquanto espaço com suas salas, corredores, banheiros que materializam as violências da segregação, da exclusão. Porque algumas salas de aulas e laboratórios são concebidas como espaço de formação de homens, as mulheres têm enorme dificuldade em se apropriarem deles, um exemplo são os cursos de engenharias na UFCAT onde os relatos de sexismo são constantes e onde encontramos o menor número de mulheres discentes, como veremos adiante.

Outras pesquisas realizadas com trabalhadoras da UFCAT revelam que este espaço misto é também onde as mulheres trabalhadoras sofrem a exploração de classe e gênero como observados por Araújo (2017) Tofanelo (2018) em suas pesquisas que nos mostram que muitas das trabalhadoras exercem nesta instituição os trabalhos mais precários – a limpeza e a alimentação no Restaurante Universitário, em postos de trabalho terceirizados, salários baixos, poucos direitos e nenhum vínculo empregatício com a Universidade. Estas mulheres nos chamam a atenção pois estão tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes

do saber ali produzido, vivem num processo de invisibilidade completo sem reconhecimento de seu trabalho. Se tivessem acesso às salas de aula como alunas haveria alguma chance de este quadro mudar?

Por fim, e não menos importante, está o nível P, da vida cotidiana onde está o que não foi totalmente cooptado, alcançado pela programação, o que subverte a ordem simbólica e da produção do espaço. Para Lefebvre (1992, p.81/82), "O 'ser humano' (não dizemos 'o homem') só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira." Aqui na vida cotidiana nos deparamos com as mulheres da Universidade que superam as mais diversas barreiras – aquelas do nível distante e do misto – e travam uma batalha para usar e se apropriar do espaço da Universidade, seja como alunas, seja como trabalhadoras.

Acreditamos que nesta linha de raciocínio a diferença tem um papel fundamental, pois se coloca como resposta ao processo de homogeneização, de programação do espaço, do habitar. A hegemonia não é completa. Há o que persiste pela diferença e Lefebvre (1992, p.92) nos mostra que,

> A afirmação das diferenças pode retomar (seletivamente, ou seja, no curso de uma verificação crítica de tal coerência e de sua autenticidade) as particularidades étnicas, linguísticas, locais e regionais, mas num outro plano, aquele em que as diferenças são percebidas e concebidas como tais, isto é, nas suas relações, e não mais isoladamente, como as particularidades.

No contexto da (re)produção, então a dialética se mostra. A todo momento vemos regras serem transgredidas, novos projetos de homem e mulher em construção, um novo espaço que está

sendo produzido pela luta contra uma estratégia que não é a da lógica da vida. Neste sentido, observamos a luta dos diferentes no sentido de produzir um espaço onde a diferença não seja elemento de produção de desigualdades e nem de injustiças. Um "burburinho" (Santos, 2006) que está acontecendo mostrando que nem tudo está dentro da "ordem". Daí a importância das dimensões na produção do urbano, como a simbólica e a da própria produção do espaço que, embora pareça estar todo programado, Lefebvre (1992, p. 156) lembra que,

> Entretanto, as forças fervilham neste espaço. A racionalidade do Estado, das técnicas, dos planos e programas, suscita a contestação. A violência subversiva replica à violência do poder. Guerras e revoluções, fracassos e vitórias, confrontos e distúrbios, o mundo moderno corresponde à visão de Nietzche. A normalidade estatista impõe também a sua perpétua transgressão. O tempo? O negativo? Eles surgem explosivamente. Sua negatividade nova, trágica, se manifesta: a violência incessante. As forças fervilhantes destampam a panela: o Estado e seu espaço. As diferenças jamais disseram sua última palavra. Vencidas, elas sobrevivem. Elas se batem, às vezes ferozmente, para se afirmar e se transformar na adversidade.

Partindo destas reflexões nossa análise vai mostrar como o Estado e o capital elaboram e efetuam a representação do espaço e como este movimento alcança a vida cotidiana e o papel da diferença na produção de adversidades. Para tal, tomamos como objeto o uso e apropriação da UFCAT pelas discentes e as transformações e persistências neste processo, entendendo o feminino como diferença na produção cotidiana do espaço. De acordo com Carlos (2011, p.15) "A noção de cotidiano permite deslocar a questão da análise do plano do econômico, sem, todavia, excluí-lo, para o plano do social, iluminando a prática

real e vivida na qual afloram as contradições.” Daí a importância do estudo da diferença que “explode” na vida cotidiana, apontando o vir a ser. A autora acrescenta ainda que,

> Portanto, na produção do espaço ganha sentido e significado a vida do ser humano, de modo que a problemática espacial transcende a mera objetividade do processo a mera objetividade do processo. Dessa forma, a noção de produção permite pensar, de um lado, a orientação do processo constitutivo do espaço, que ao longo do processo histórico o transforma em mercadoria no contexto da lei do valor e da realização da propriedade desenvolvendo até quase o limite o mundo da mercadoria; de outro, encontrar os momentos na vida cotidiana em que o percebido pode construir o caminho da consciência da alienação (o indivíduo vivendo em suas cisões profundas numa prática sócio-espacial que caminha sob a racionalidade capitalista) e das formas de sua superação como negação do mundo da mercadoria, traduzindo-se em lutas em torno da produção do espaço. (CARLOS, 2011, p.25)

São estas lutas em torno da produção do espaço que nos instigam a pesquisar o uso e a apropriação da Universidade pelas mulheres, as balbúrdias que elas elaboram para viver em um espaço que não foi feita para elas.

As Mulheres na UFCAT

Faz-se importante analisar que a ordem distante estabelece o lugar da mulher na sociedade patriarcal – o de bela, recatada e do lar – aquela que vai ser preparar para ser uma boa esposa e uma boa mãe, isso ainda com muita força ainda no século XXI.

Esta ordem distante regula a ordem mista e a vida cotidiana estabelecendo os lugares permitidos, as afinidades, o estudo e as profissões a serem seguidas e, é importante lembrar que até o século XIX no Brasil as mulheres sequer podiam frequentar uma escola. Conforme nos lembra Santos a produção de identidades, que é sempre construída, dá-se sobre dois processos – o biográfico e o relacional. De acordo com a autora,

> O primeiro, o da identidade para si, decorre no tempo e resulta de uma construção pelos indivíduos de identidades sociais e profissionais a partir das categorias oferecidas por instituições como a família, a escola, o mercado de trabalho ou a empresa, consideradas acessíveis e valorizantes. O segundo, o da identidade para os outros, diz respeito ao reconhecimento das identidades associadas aos saberes, competências e imagens que os indivíduos dão de si próprios nos sistemas de ação em que participam, num dado momento e num determinado espaço de legitimação. (SANTOS, 2009, p. 15)

Desta forma, observamos como as instituições e as relações sociais vão determinando, padronizando os lugares a serem ocupados pelas mulheres e pelos homens nos diferentes espaços da vida. As instituições formam as mulheres para ocupar alguns espaços e não outros e estes espaços – o nível misto – estabelecem as regras que seguem o processo de exclusão. Assim, quando analisamos dados atuais que nos mostram que as mulheres são, hoje, maioria com diplomas universitários, nos indagamos sobre as estratégias elaboradas e os obstáculos enfrentados para que tal quadro se produzisse, sobre os custos na vida cotidiana ao conciliar as conquistas – a Universidade – com as amarras da vida privada e do trabalho doméstico. É importante salientar o papel dos movimentos feministas nesta ruptura da normatividade estabelecida de papeis e lugares, rompendo com a ordem

patriarcal e mostrando que as mulheres podem estar em qualquer lugar; mas há um preço alto a ser pago, uma dívida histórica a ser resgatada.

Atualmente as mulheres representam 60% das pessoas que concluíram o curso superior no Brasil, apontando para uma ressignificação do uso e da apropriação de um espaço que até pouco tempo não era para elas. Quando levantamos os dados sobre o número de mulheres matriculadas na UFCAT, uma Universidade no interior de Goiás já podemos observar bem esta realidade. A UFCAT até o ano de 2018 foi um campus da Universidade Federal de Goiás e, desde então conseguiu sua independência, tornando-se uma das cinco Universidades criadas no governo de Michel Temer no final de 2018, sendo a partir de então denominada de Universidade Federal de Catalão.

A Universidade Federal de Catalão, conta atualmente com 21 cursos de graduação - tabela 01 - e com a implementação do curso de Medicina – Integral, grau Bacharelado – no primeiro semestre de 2019. A UFCAT oferta cursos na modalidade EaD – 3 cursos -; possui cursos de pós-graduação (10 cursos de Mestrado e 03 cursos de Doutorado), excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão e Biblioteca com acervo de mais de 70.000 exemplares. Excede o número de 3.400 alunos matriculados em todos os moldes de ensino possui um corpo docente que conta com 328 professores e o quadro de pessoal com 116 técnicos administrativos em educação, além de 138 funcionários terceirizados e prestadores de serviços. (Base de Dados Online da Regional Catalão, atualizada em 05/04/2019).

A UFCAT possui cursos nas diferentes áreas do conhecimento o que torna possível a nossa pesquisa elaborar elementos do particular para o geral e vice-versa, dentro do contexto brasileiro. Cabe aqui uma informação que ainda está em

tratamento em outra pesquisa, mas relevante para o nosso debate, que é sobre o universo de docentes onde num total de 328 temos 140 mulheres professoras na UFCAT, de acordo com dados do CERCOMP, 2018. Ainda não temos os dados de distribuição destas docentes por curso, como no caso das discentes que analisaremos a seguir, mas podemos afirmar que elas estão em maior número nos cursos de humanas e de educação, seguindo uma lógica nacional. Estes dados também coadunam com dados nacionais que apontam a menor participação das mulheres como docentes em Universidades.

No Brasil, dados do IBGE (2018) apontam que em 2012 havia 13,1% dos homens inseridos no mercado de trabalho possuíam ensino superior e em 2018 este número subiu para 18,4%. Entre as mulheres ocupadas os dados revelam que em 2012 eram de 16,5% e em 2018 já era de 22,8% confirmando a tendência de crescimento e colocando as mulheres como maioria de trabalhadoras com ensino superior no país, ou seja, o acesso das mulheres a Universidade cresceu consideravelmente no período. No entanto, o salário das mulheres trabalhadoras ainda é em média 70% do salário pago aos homens, mesmo com mais escolaridade.

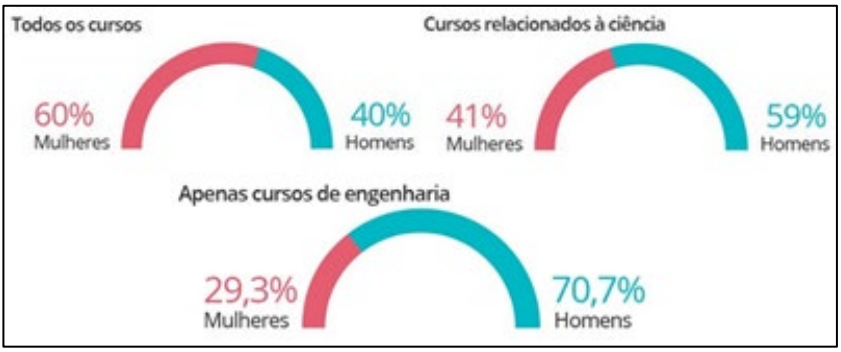
Dados do Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, revelam que as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação. Já na docência, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da Educação Superior em exercício, 45,5% são mulheres. Estes números corroboram com a realidade da Universidade Federal de Catalão, com uma maioria de alunas e uma minoria de docentes mulheres.

No entanto, mesmo ascendendo ao espaço da Universidade, a programação estabelecida pela ordem distante no nível misto e

na vida privada ainda dão o tom da ocupação dos cursos de graduação e pós-graduação no país. Em um país extremamente machista, a Universidade ainda apresenta espaços com pouca inserção das mulheres, ou seja, ainda temos cursos superiores que se apresentam com uma organização excludente, seja no processo de construção das identidades, seja na organização do espaço, no nível misto.

Na figura a seguir, temos dados sobre os/as concluintes do ensino superior no Brasil em 2015 distribuídos por áreas de conhecimento.

Figura 1: Estudantes que terminaram a faculdade em 2015.



Fonte: Adaptado de g1.globo.com (2017).

Observamos que as mulheres são maioria no ensino superior, porém ocupam as áreas mais ligadas às ciências humanas e a educação, ficando as chamadas áreas de "maior prestígio" – ou as "ciências duras" – ainda sobre o domínio masculino. Essa é uma estratégia da ordem distante que procura normatizar, ordenar e programar a vida e os desejos, no caso os caminhos profissionais de homens e mulheres a partir do estabelecimento do que é "trabalho de homem" e "trabalho de

mulher", reforçado nas práticas cotidianas de educação de homens e mulheres, nas brincadeiras, nas habilidades, na produção de subjetividades, identidades, etc.

De acordo com Bourdieu (2017) os padrões subjetivos aos quais estamos submetidos são objetivados nas relações de dominação do cotidiano, que muitas vezes aparecem incorporados de forma "natural" a nossa vida. Bourdieu (2017) diz ainda de uma estranha permanência dos esquemas de dominação que foram determinantes na construção de papéis sociais, estipulando, no espaço e na vida cotidiana, o lugar a ser ocupado, produto das relações de poder estabelecidas. Desse modo, para Bourdieu (2017), a permanência da ordem masculina se sustenta pela dificuldade de acesso da mulher aos cargos de poder e às desigualdades na hierarquia das carreiras ingressadas por homens ou mulheres, quadro que embora venha sofrendo alterações, ainda é muito presente nas instituições, na organização do espaço e no cotidiano. Para este autor, as estruturas de dominação são

> [...] produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. (BOURDIEU, 2017, p. 46)

De acordo com Chassot (2009), quanto ao fato de a ciência ainda ser considerada masculina, há pelo menos duas explicações que parecem válidas para esta assertiva. Uma é histórica e a outra é biológica (diferença física). O protagonismo masculino na história se reflete nas ciências e deixou de fora ou diminuiu a participação das mulheres durante muito tempo. De acordo com Chassot (2009), isto estaria ligado ao que o autor determina de

ancestralidades grega, judaica e cristã. Para o autor, os mitos gregos na formação da sociedade e o papel da mulher na estrutura da mitologia da época, juntamente com as concepções aristotélicas de masculino e feminino contribuíram para tornar a futura ciência um campo de homens. O autor afirma, ainda, que os ancestrais judeus colaboraram para o processo também, com um sistema religioso engessado, que excluía as mulheres de suas narrativas de criação do mundo; por sua vez a ancestralidade cristã deixou como herança uma visão masculina de ciência, a partir da estrutura da Igreja e da interpretação da sociedade. Desta forma, nós mulheres crescemos acreditando que o complexo mundo dos números, das ciências exatas não nos pertence e que os nossos voos devem ser, quando muito, no campo das humanidades e da educação, formando para ser a "tia", numa carreira com grande desprestígio profissional como a docência.

Chassot (2009) ressalta que "quando as meninas se destacam em Matemática é porque são esforçadas, mas quando esta é a situação de meninos é porque são inteligentes. Mesmo que se saiba ser essa premissa falsa, ainda hoje a situação é reforçada" (CHASSOT, 2009, p. 22). Essa superestrutura, ou a dimensão distante, do patriarcado continua pesando sobre a organização do espaço da Universidade, das carreiras e das escolhas de espaços e caminhos para a vida. Muitas mulheres afastam-se da carreira docente superior, por exemplo, por não conseguirem conciliar a exigência da profissão com as atribuições do espaço privado. Isso é observado desde quando as mulheres ingressam na Universidade como discentes, enfrentando, já neste momento, uma concorrência inglória pois além de alunas, são, muitas vezes, trabalhadoras, mães, donas de casa, cuidadoras. Esta realidade pode ser observada quando apresentamos os dados de mulheres matriculadas na UFCAT no ano de 2018 no quadro a seguir.

Quadro 1: Percentual de discentes por sexo matriculados na UFCAT/2018.

Curso	Habilitação	Período	Discentes Homens %	Discentes Mulheres %
Administração	Bacharelado	Noturno	40	60
Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral	39	61
Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral	36	64
Ciências da Computação	Bacharelado	Integral	88	12
Ciências Sociais	Abi	Integral	43	57
Educação do Campo	Licenciatura	Noturno	24	76
Educação Física	Licenciatura	Matutino	60	40
Enfermagem	Bacharelado	Integral	15	85
Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	63	37
Engenharia de Produção	Bacharelado	Integral	53	47
Engenharia de Produção	Bacharelado	Integral	63	37
Física	Licenciatura	Noturno	77	23
Geografia	Licenciatura	Noturno	48	52
Geografia	Bacharelado	Noturno	49	51
História	Bacharelado Licenciatura	Noturno	50	50
Letras/Português	Licenciatura	Noturno	21	79
Letras/Português/Inglês	Licenciatura	Matutino	34	66
Matemática Industrial	Bacharelado	Matutino	63	37
Matemática	Licenciatura	Noturno	57	43
Pedagogia/Educação Infantil	Licenciatura	Noturno	0	100
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	4	96
Psicologia	Abi	Integral	18	82
Química	-	-	59	41

Fonte: CERCOMP/UFG/RC – UFCAT.
Organização: BARBOSA, G. A.

Ao observarmos os números é possível perceber que cursos considerados de maior "prestígio social" como Engenharia (Civil, Minas, Produção), ou as chamadas ciências "duras" como a Matemática Industrial, Física, Química, Matemática são majoritariamente cursos com o percentual de pessoas do sexo masculino. Como já aponta Chassot (2009) há toda uma construção no campo do nível distante para que estas áreas do conhecimento sejam mais apropriadas por homens que mulheres, desde as brincadeiras de criança até a concepção de lugares a serem ocupados na sociedade e no mundo do trabalho, os lugares de maior prestígio, com melhores salários, com mais visibilidade são destinados aos homens provedores. Às mulheres cabem trabalhos apenas para complementar a renda familiar ou ainda ocupar o tempo ocioso. Claro que em momentos de crise econômica como a que vivemos atualmente, trabalhar fora não é mais uma escolha, mas uma necessidade e com isso observamos em muito o crescimento da força de trabalho feminina no mercado, mas ainda em trabalhos mais precários.

Há muitos relatos de discentes nestes cursos, de assédio moral e sexismo por parte de colegas e professores que insistem em questionar o lugar das alunas em cursos predominantemente masculinos. Estar nestes cursos na UFCAT é enfrentar, também, esta barreira, um discurso, um texto excludente. Esta realidade é uma constante em outras Universidades, como observamos nos dados sobre a presença de mulheres em cursos como os citados, longe de serem a maioria as mulheres enfrentam todas as barreiras para cursarem a faculdade. Na UFCAT existe uma Comissão para assuntos de assédio moral, sexual e preconceito há dois anos e neste período não faltaram relatos de assédio o que acaba sendo um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres nas Universidades.

O assédio sexual é de longe o que registra mais queixas e nos dá sinais de quão difícil é para as discentes estarem neste espaço e, claro, contribui em muito para que muitas acabem desistindo do curso no caminho, ou até mesmo adoecendo, fato que cada vez mais vem chamando a atenção de pesquisadores/as no país que buscam entender porque a nossa sociedade acadêmica está adoecida.

Não apenas as situações de assédio contribuem para o adoecimento e o abandono dos cursos, principalmente estes onde as mulheres são minoria. Nestes cursos também impera a lei do desafio constante, de uma cobrança exacerbada, uma grande quantidade de conteúdos e, ainda, alguns são integrais o que impede muitos/as discentes de trabalharem ou assumirem outras tarefas cotidianas. No caso das mulheres o peso de provarem que são capazes – ou tão capazes quanto os colegas – leva-as à exaustão, ao estresse, a uma sobrecarga na Universidade. Usar os espaços estabelecidos como masculinos é um enfrentamento cotidiano e, por vezes, inglório; um espaço produzido com base na competitividade e na meritocracia, com muita pressão para a produtividade em níveis cada vez maiores, extremamente individualista que por vezes não permite a cultura do acolhimento, da escuta e do ressignificar os espaços. Tudo isso tem faz parte dos enfrentamentos cotidianos das discentes.

Por outro lado, os cursos que são ligados ao ensino e ao cuidado como Ciências Biológicas, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, Letras Português-Inglês, possuem um percentual maior de mulheres. Como bem nos mostra Santos (2009) há toda uma construção no campo da subjetividade que associa estas atividades ao universo feminino, a mulher é que está apta a ensinar – principalmente no ensino infantil e nas creches -, a mulher é que está pronta para cuidar do outro seja criança ou

adulto. Observamos, por exemplo que a alta taxa de mulheres no curso de Pedagogia – 100% - indica bem estes lugares determinados no nível distante através do patriarcado que estabeleceu um lugar a ser apropriado, os outros são conquistados com muita luta.

De acordo com Cisne, "A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão sexual do trabalho confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aso trabalhos mais precarizados e desvalorizados." (2012, p. 109) Assim, podemos afirmar que as profissões ligadas a educação básica, aos cuidados, limpeza e preparação de refeições são mais procuradas por mulheres devido à ideologia patriarcal que se manifesta na educação sexista, o que podemos observar nitidamente na distribuição das discentes por curso, mesmo em alguns ligados a educação como a matemática, a física e a química, o número de mulheres é menor pois estas são áreas do conhecimento que foram historicamente destinadas a homens, mesmo em sala de aula. Ainda de acordo com Cisne, a educação "... inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcal capitalistas." (2012, p. 110).

Observamos que os cursos como História e Geografia, ligados ao ensino, mas também com bacharelado, possuem um equilíbrio na participação de mulheres e homens, mas ainda há um número maior de mulheres na licenciatura, sendo o bacharelado, principalmente o de Geografia, um lugar ainda masculino. Nos trabalhos de campo do curso, é possível ouvir os típicos comentários sobre a participação de mulheres, como a célebre frase "campo não é lugar de mulher", ou ainda, as recomendações como "não venham de salto alto para o campo". Tais falas expressam o qual sexista o curso é, mesmo com uma

crescente participação feminina e com temas como a diversidade sendo abordada pelo curso na formação de professores/as, o que nos coloca diante de uma contradição – uma teoria geográfica que passa pelo respeito às diferenças e uma prática machista e segregacionista em alguns cursos.

Ainda não temos muitos elementos para analisar como é a vida cotidiana destas discentes pois a pesquisa encontra-se em andamento. Mas podemos inferir que há uma carga maior de trabalho a ser realizada pelas discentes para se manterem na Universidade, conciliando os trabalhos no espaço privado, muitas vezes no espaço público, as funções maternas e de cuidadora com os estudos. Antunes faz uma boa reflexão sobre estes espaços ocupados por mulheres no mundo do trabalho e no mundo privado e, somamos a esta análise, o mundo acadêmico. De acordo com o autor,

> A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas ao trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. (ANTUNES, 1999, p. 108-109)

A esta análise do autor acrescentamos o mundo da academia, que está de certa forma também inserido no circuito de valorização do capital, pois forma mão de obra para o mercado e, no caso das mulheres, uma mão de obra barata e com um custo muito alto pois, além das atribuições citadas pelo autor para uma mulher trabalhadora, acrescentamos o percurso da Universidade, ou seja, além do trabalho produtivo no espaço público, do trabalho reprodutivo no espaço privado, todo o esforço para estar num curso superior, o que nos leva a inferir que o uso do tempo destas discentes é bastante comprometido, principalmente as casadas, mães e trabalhadoras – uma realidade principalmente nos cursos noturnos como Administração, Geografia, História, Pedagogia, Educação do Campo, Letras, entre outros.

Costa e Carneiro (2015) abordam o caráter contraditório que o trabalho apresenta na vida das mulheres: de um lado a inserção no mundo do trabalho em condições precárias e com a responsabilidade das atividades domésticas, da criação dos filhos, dos cuidados com os membros da família e a não percepção da subordinação e da exploração de gênero e de classe – a miséria. De outro, a construção da emancipação que se dá, também, na conquista do salário, da visibilidade do trabalho, mas acima de tudo na existência e atuação no espaço público – a riqueza. Podemos pensar a Universidade também neste campo: por um lado as horas dedicadas ao estudo – e que precisam ser compensadas nas outras atividades –, o cansaço, o assédio, o dividir o tempo entre as preocupações da casa, dos filhos com a Universidade. Por outro lado, a riqueza de se ingressar no universo público da academia com suas descobertas e sonhos de um futuro melhor. As discentes que trabalham no espaço produtivo e, geralmente, estudam a noite ainda enfrentam a dificuldade de deixar filhos e marido no momento em que todos estão em casa para o descanso, abrir mão dos finais de semana,

do convívio com a família para lutar por um futuro melhor, que geralmente está associado ao mundo do trabalho.

Assim vemos que, novamente, a captura realizada pelo capital aparece até nestes momentos, inserindo estas mulheres no mundo da qualificação profissional tão necessária ao processo de produção capitalista. E novamente dentro das normativas estabelecidas pela ordem distante que programa o espaço e a vida cotidiana destas discentes que nem sempre puderam escolher, já que o patriarcado escolheu para elas. Como argumenta Cisne, "É preciso problematizar a divisão sexual do trabalho, compreendida como atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração da mulher." (2012, p. 114) Desta forma, há muito pouco de escolha ou de "dom" quando se entra na Universidade e muito de uma construção histórica que coloca as mulheres em determinados cursos e espaços que moldam suas vidas cotidianas. Ainda de acordo com a mesma autora,

> A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres – ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino – são consideradas dons e não trabalho. Nesse sentido, afirma Lobo: 'uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como 'menos complexa'(1991, p.150).'Esse 'menos complexa' vem a ser a justificação de desprestígio e de desvalorização do trabalho feminino." (CISNE, 2012, p. 114)

Então a maior participação de mulheres nas Universidades atende a esta lógica imposta pelo mundo do trabalho e pela sociedade patriarcal que destina as profissões com menor

prestígio às mulheres e mantém os cursos de maior prestígio social e econômico abarrotado de homens, seguindo como um espaço que segrega as mulheres. Esta realidade é observada nos dados nacionais e nos dados apresentados da Universidade Federal de Catalão e, lembramos que, embora em movimento de transformação, esta realidade ainda se reproduz. Nomear algumas formações e profissões como femininas é uma estratégia do capital para justificar salários mais baixos, como no caso das áreas da educação e de cuidados, vistos como um prolongamento de ações do espaço doméstico. Desta forma, estudar é um ato subversivo destas discentes, mesmo aquelas que hoje não trabalham ou não possuem filhos ou marido, enfrentam todo este modelo de programação de suas vidas, reforçando este lugar na vida delas.

Considerações Finais

Ao final desta reflexão cabe nos perguntarmos sobre as estratégias de sobrevivência e enfrentamento elaboradas por estas discentes no uso e apropriação do espaço da Universidade, especificamente da UFCAT. Nesta parte as colocações são elaboradas no campo da empiria, a partir da observação do cotidiano vivido na Universidade em Catalão e em outras pelo país afora.

É perceptível a mudança que vem ocorrendo no espaço das Universidades brasileiras nos últimos dez anos a partir de políticas de inclusão de alunos e alunas via cotas raciais e de escolas públicas. Estas políticas permitiram um maior acesso de mulheres à Universidade, principalmente de mulheres negras, o que mudou a cara e as cores desta instituição. Mas este processo

não tem sido fácil, como vimos ao longo desta reflexão e novas estratégias são necessárias.

A criação dos coletivos, principalmente os feministas, tem sido um exemplo destas estratégias em praticamente todas as Universidades e servem de pontos de apoio contra a discriminação e os assédios. Também servem para estimular as denúncias contra estas práticas, que podem ser observadas no número crescente de denúncias em todas as Universidades do país. Também a inserção de mulheres no movimento estudantil colocando pautas feministas são fundamentais para a produção de um novo espaço acadêmico com creches para filhos/filhas de mães estudantes, horários flexíveis para oferta de disciplinas, mais segurança nos campi, políticas de combate ao assédio moral e sexual, entre outras pautas tem sido de grande importância.

Acreditamos que outra estratégia está no crescimento da participação de discentes mulheres em projetos de pesquisas, extensão, iniciação à docência e outros com bolsas que contribuem para a manutenção destas na Universidade e na queda nas taxas de evasão. Também o aumento de pesquisas e publicações que discutem o lugar da mulher e de outras identidades de gênero na Universidade, no mercado de trabalho e em outros espaços são determinantes da construção do direito a Universidade como espaço democrático e com liberdade para romper as amarras do nível distante e patriarcal que insiste em amarrar os espaços e a vida, como que programados para um único caminho, sem possibilidades de sonho e transformação.

Ainda há muito o que conquistar e transformar, mas sem dúvidas, acreditamos que estamos construindo este novo mundo com oportunidades iguais, pelo fim do patriarcado e do sistema de exploração capitalista.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, R. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. *Coleção Mundo do Trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2º edição, 2000.

_____, R. (Org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, 528p. Coleção Mundo do Trabalho.

ARAÚJO, L. L de. *Terceirização e feminização do trabalho em Catalão Goiás*. Catalão: dissertação de mestrado/PPGGC/RC/UFG, 2017.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2010.

CARLOS, Ana, F. *Espaço-tempo na metrópole*: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____, Ana F. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópoles: Vozes, 1994.

CHASSOT, Attico. A ciência é masculina? É sim senhora!... *Revista Contexto e Educação* - Editora UNIJUÍ. Ano 19, nº 71/72, p. 9 – 28, Jan./Dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/download/1130/885>. Acesso em: 11 dez. 2018.

CISNE, M. *Gênero, Divisão sexual do trabalho e Serviço Social.* São Paulo: Outras Expressões. 2012.

COSTA, C. L.; CARNEIRO, J. D. P. L. As Trabalhadoras da 'ITALAC Alimentos' em Corumbaíba (GO): Entre a Emancipação e a Precarização. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 6, p. 140-153, 2015.

_____, C. L. A feminização como estratégia de precarização do trabalho docente: considerações sobre a educação em Goiás. *Revista Terra Livre*, v. 1, p. 16-45, 2017.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: o nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso***.** Tradução de Edmundo Cordeiro e António Bento. 1971. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf>. Acesso: 20 maio 2019.

GRANOU, A. *Capitalismo e modo de vida*. Porto: Afrontamento: S/d.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____, H. *O direito à cidade.* São Paulo: Editora Moraes: 1991.

_____, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião: 1973.

_____, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2002.

_____, H. *A Produção do Espaço*. Tradução do Grupo "As impossibilidades do urbano na metrópole contemporânea" do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (manuscrito) – Do original: La production de l"espace. 4 ed. Paris: Édition Antropos, 2000).

NOGUEIRA, C. M. *A feminização do mundo do trabalho:* entre a emancipação e a precarização, Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVA, J. M. *Geografias Subversivas:* discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

SANTOS, E. F. *Mulheres entre o lar e a escola*: os porquês do magistério. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec,1996.

TOFANELO, M. *A (re)produção do urbano*: as trabalhadoras terceirizadas da UFG (Regional Catalão). (Trabalho de Conclusão de Curso). UAEIGEO/UFG/RC. Catalão, 2018.

TEM BALBÚRDIA E PREÇO BAIXO:
Feira Noturna da Praça Antônio Carlos em Juiz de Fora-MG

Flávio Augusto Sousa Santos

Carlos Eduardo Santos Maia

Gustavo Amaral Barbosa

Jonathan Santos

Introdução: Chega Mais, Freguesa!

Semanalmente, na Cidade de Juiz de Fora (MG), arranjam-se ao longo de determinadas ruas e praças as tradicionais feiras livres. Ao todo são 18 feiras livres cadastradas e regulamentadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária – SEDETA. As 18 feiras cadastradas ocorrem predominantemente no intervalo de tempo compreendido das 06 às 12 horas e 30 minutos. Apenas uma destas feiras, situada no Centro, não segue este horário: a Feira Livre Noturna da Praça Antônio Carlos (PAC), que se inicia às 16 horas e 30 minutos e termina às 22 horas e 30 minutos, às quartas-feiras, numa praça pouco frequentada cotidianamente.

Segundo a SEDETA, a Feira Livre Noturna da PAC reúne 32 feirantes em 71 barracas. As barracas estão dispostas, como já dito, na Praça Presidente Antônio Carlos (PAC), que está situada entre as Avenidas Getúlio Vargas e Itamar Franco (mais conhecida pelo seu antigo nome, qual seja, Avenida Independência), a Rua Doutor Paulo Frontin e a Travessa Doutor

Prisco, marcando um ponto estratégico no Centro da cidade. Este texto toma a Feira Livre Noturna da PAC com objetivo de identificar se, apesar de seu caráter recente, esta se apresenta como espaço-tempo (local-período) de balbúrdia semanal em horário que foge às temporalidades das demais feiras livres já implantadas na cidade, contribuindo para uma funcionalidade criativa da PAC.

Para o alcance desta meta foram realizados trabalhos de campo em diversos horários de ocorrência da feira nos períodos vespertino e noturno ao longo dos meses de outubro e novembro de 2019, nos quais foram realizadas 46 entrevistas semiestruturadas com consumidores da feira e feitas observações sistemáticas. Os dados levantados em campo passaram por um processo de tabelamento e cruzamento, acarretando a geração de informações acerca da Feira Livre Noturna da PAC que possibilitam algumas discussões da balbúrdia na feira.

Sugere-se que, em se tomando a balbúrdia como caminho neste "passeio pela feira", abrem-se portas e perspectivas para interpretá-la não só pelo viés da economia, mas também das plasticidades, das CONfusões, dos tumultos, das algazarras e das desordens produtoras e reprodutoras de dinâmica urbana.

Uma É Cinco, Quatro É Quinze!

Em se tomando a balbúrdia como via interpretativa, cabe definir este termo e buscar a sua etimologia. Mas eis que aí reside a primeira dificuldade, pois não há só uma sugestão para a origem desta palavra. Aqui, recuperam-se rapidamente 4 versões, a começar por Vilela (2005) que aventa que "balbúrdia" provém do radical hebraico BLB, variante da raiz BLL, "que significa

confusão ou mistura.” A autora nota que a variante BLB, “mistura, desordem”, denota “dificuldade de pronúncia de uma língua e confusão” e que a palavra “balbúrdia” deriva de “balborda”, palavra grafada pela primeira vez em 1813 significando “algazarra, confusão, vozearia, desordem”; o que é acentuado na variação BAR, do termo “barafunda” (VILELA, 2005).

Já para Esteves (2018) “balbúrdia” é um germanismo derivado da arte náutica, que chegou ao galego-português pela “voz do neerlandês através do francês *bâbord*”. O autor concorda que sua grafia ocorreu em 1813 e aproveita para dar a seguinte explicação da provável origem náutica:

> ...O timoneiro da barca, de costas à esquerda, ao governar usa vista e ouvido; com a vista controla estibordo, proa e popa. Da esquerda, do bombordo, ouve só os rumores...
> O balbordo, cheio do rumor da marinha, tem variações: balbor, balbúrdia, balborda, balbúrdio e verbos balburdiar e balbordar...
> *Balbúrdia* é usual em português. Vem na 2ª edição de Morais, de 1813. Nota o influxo de *balbuciar*, que os dicionários dão como étimo possível. Nessa edição vem *balborda*, que não vejo no léxico de A. Buarque de Holanda. De *balborda* virá *balbúrdia*, com I epentético e metafonia. Brasil não ter *balborda* diz o português não tê-lo no séc. XVI. *Balbúrdia*, comum na literatura, terá entrado ali justamente por via escrita. *Balborda* hoje é em Portugal “tumulto, desordem”, mais plástico, espacial, que *balbúrdia*, que ainda é “acústico”. (ESTEVES, 2018, p. 20)

Cunha (2012, p. 77) igualmente assevera a sua grafia em 1813, mas acrescenta: “De origem obscura; talvez se ligue ao radical de *balbuciar”*. Esta concepção de que a palavra tem

origem obscura é compartilhada no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2019) ("*balbo* com uma terminação *–úrdia* geralmente pejorativo e de origem obscura que ocorre em vocábulo popular"), embora nesta obra seja notada como referência a data original de 1713, em Luís Lisanti (Negócios Coloniais – uma correspondência colonial do século XVIII). O referido dicionário apresenta as seguintes definições para balbúrdia: "1-desordem barulhenta; vozearia, algazarra, tumulto; 2-situação confusa; trapalhada, complicação" (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2019).

Se a "origem" da palavra tem as suas diferentes versões, há dois "princípios", já anunciados anteriormente, que permanecem constantes: CONfusão, algazarra, tumulto plasticidade (sendo esta última aqui ressaltada em termos espaciais). A algazarra é notada nos pregões dos feirantes anunciando seus produtos, no bate-papo dos frequentares, na prática da pechincha, etc. Já o tumulto e a plasticidade espacial manifestam-se na correria da montagem e desmontagem das barracas, na disposição dos produtos das barracas e destas pela praça, no despejo e no recolhimento de lixo espalhado pelo chão, no vai-e-vem frenético dos consumidores e transeuntes, etc. A CONfusão percebe-se, entre outros aspectos, na diversidade de produtos expostos e de frequentadores.

Estes princípios da balbúrdia são encontrados inclusive em algumas referências artísticas em que os próprios artistas não só falaram da balbúrdia da feira, mas fizeram da balbúrdia um ato de inspiração e criação! Os óleos sobre tela "A Feira" e "A Feira II", de Tarsila do Amaral, são efetivamente uma referência de balbúrdia da artista que, em sua "fase Pau Brasil", rompe com os padrões conservadores então vigentes exagerando nas formas e cores para representar o tropicalismo brasileiro (Figura 1) numa

feira onde plantas e animais se “misturam” diante do casario, ao fundo, em sensível plasticidade pictórica.

Figura 1: A Feira II.

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.

Na música, Luiz Gonzaga balburdia com a língua portuguesa e narra a balbúrdia da feira, entre termos “véios” e “cunhecidos”, ao cantar “A Feira de Caruaru” na composição de Onildo Almeida:

A Feira de Caruaru,
Faz gosto a gente vê.
De tudo que há no mundo,
Nela tem pra vendê,
Na feira de Caruaru.
[...]
Tem loiça, tem ferro véio,
Sorvete de raspa que faz jaú,
Gelada, cardo de cana,
Fruta de paima e mandacaru.
Bunecos de Vitalino,
Que são cunhecidos inté no Sul,
De tudo que há no mundo,
Tem na Feira de Caruaru.
(ALMEIDA, 2019)

Sivuca e Glorinha Gadelha balburdiaram em ritmo de forró e colocaram o Brasil para dançar e cantar Feira de Mangaio, principalmente com a clássica interpretação de Clara Nunes. Entre outros aspectos "balburdiantes" (e aqui os autores deste artigo balburdiam propondo este neologismo), note-se que a letra foi composta bem longe do Brasil, mais especificamente, no momento em que o casal Sivuca e Glorinha Gadelha moravam em Nova York, sendo finalizada dentro de um McDonald's da Sétima Avenida, conforme informa o Museu da Canção (2019). A letra da música vai poetando os pregões de feirantes, a plasticidade e o tumulto, como nos seguintes versos:

Fumo de rolo arreio e cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela
Moleque sai daqui me deixa trabalhar.
(MUSEU DA CANÇÃO, 2019)

O Rappa, uma das bandas mais balburdiantes da nossa MPB, de modo ardiloso e cheio de duplo sentido, igualmente interpreta na composição A Feira a balbúrdia dos pregões de oferta:

> Vem maluco, vem madame
> Vem Maurício, vem atriz
> Pra levar comigo
> Tô vendendo ervas
> Que curam e acalmam
> Tô vendendo ervas
> Que aliviam e temperam
> (YUKA, 2019)

Uma temporalidade específica da balbúrdia da feira, a hora da xepa, é abordada na música A Xepa, de Ruy Maurity e José Jorge, música esta que foi tema de abertura da telenovela Dona Xepa, exibida em 1977. Nesta composição, os autores retratam como a xepa e os alimentos jogados pelo chão são aproveitados por quem "no bolso furado não leva um trocado" e passa necessidade com a "barriga vazia":

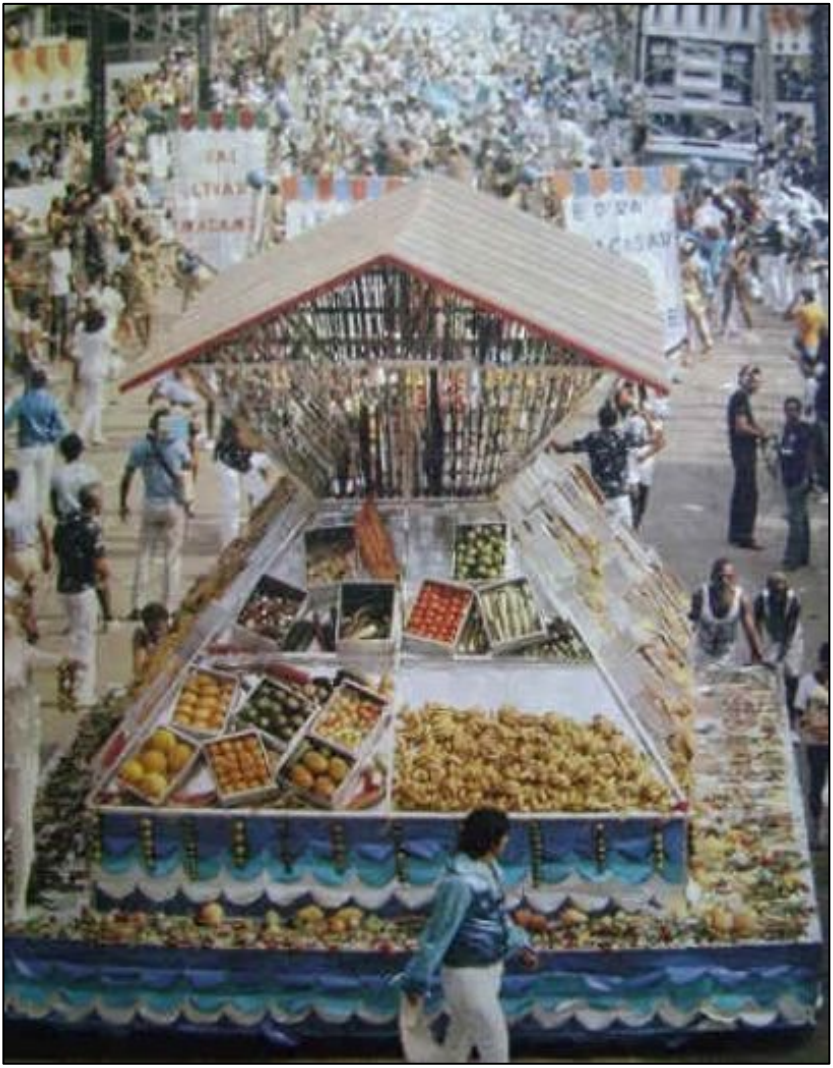
> Final de feira, legumes baratos
> Meninos mulatos enrolam nos trapos
> Os restos do prato que o dia-a-dia deixou pelo chão
> Epa! mais vale uma xepa na boca da gente
> Que o corpo doído, faminto, doente
> E o amor esquecido de um coração.
> (MAURITY, JORGE, 2019)

A balbúrdia da xepa já esteve presente até no carnaval do Rio de Janeiro em dois desfiles antológicos. O primeiro, e mais conhecido, foi no enredo Ratos e Urubus Larguem a Minha Fantasia, de Joãosinho Trinta, em 1989. A própria letra do samba composto por Betinho, Glyvaldo, Osmar e Zé Maria trazia os seguintes versos como refrão: "Xepa de lá pra cá xepei/Sou na

vida um mendigo/da folia eu sou rei". Esta parte do samba, em termos cênicos, era traduzida na alegoria "a feira/a xepa", em que uma carruagem em forma de abóbora era puxada por ratos, numa metáfora às avessas da Cinderela, sendo cercada por alas e destaques com fantasias em estilo Luís XV, mas feitas de chitão com estamparia de frutas e legumes com estética envelhecida, traduzindo o "lixo da feira". Outro desfile foi aquele realizado, em 1982, pela Caprichosos de Pilares, no grupo de acesso, com o enredo Moça Bonita não Paga, do carnavalesco Luiz Fernando Reis. Frutas, verduras e legumes verdadeiros adornavam alegorias e eram distribuídos, ao longo do desfile, para o público assistente (figura 2). A balbúrdia da Xepa era cantada igualmente em refrão, que finalizava o samba com os seguintes versos "Tem zoeira, tem zoeira/Hora de xepa é final de feira", sendo nítida a analogia entre o fim da feira – a xepa -, o fim do samba (refrão sobre a feira) e o fim do desfile ("arrastão", "xepa" do desfile).

Por tudo que foi exposto nestas rápidas pinceladas, toma-se aqui o primado da balbúrdia como ato criativo e inovador que, na feira, atiça os sentidos. São vozes, gestos, cores, cheiros, sabores, texturas, etc. neste espaço-tempo plasticamente confuso.

Figura 2: Alegoria Caprichosos de Pilares 1982.



Fonte: http://www.galeriadosamba.com.br/.

Pode Provar!

De acordo com Rodríguez Oromendía, Muñoz Martínez, González Crespo o início das feiras se perde nas brumas do tempo, estando associado

> […]con el Antiguo Egipto, la Civilización Griega y el Imperio Romano, cuando los comerciantes ambulantes se reunían con los productores locales en bazares y mercados. Fueron los romanos los que empezaron a establecer las ferias en lugares permanentes, ya que anteriormente no disponían de una ubicación estable (…) y además introdujeron la moneda como valor de cambio, lo que reforzó el aspecto transaccional de las ferias. (RODRÍGUEZ OROMENDÍA, MUÑOZ MARTÍNEZ, GONZÁLEZ CRESPO 2013, p.3)

Os autores advertem que a queda do Império Romano provocou a retração desta atividade, tendo renascido no Império Carolíngeo "en las rutas comerciales de caravanas más importantes, o en las que se reunían multitud de personas para celebrar sus festividades religiosas." (RODRÍGUEZ OROMENDÍA, MUÑOZ MARTÍNEZ, GONZÁLEZ CRESPO 2013, p. 3). A importância que estas assumiram na Idade Média em quantidade de expositores, concorrência de público e centralidade relacionou-se às dificuldades e aos perigos na locomoção, à escassez e à distância existente entre os locais de troca/comércio, e ao atrativo da "festa" (MEDIEVALFACTORY, 2017; CUÉLLAR, PARRA, 2001); uma vez que a palavra "feira" provém do

> […]latín *feria*, es decir, *solemnidad*, *fiesta*, significado que ha pervivido en español. Algunos autores proponen también como antecedente el término *forum*. Ambos remiten al concepto de *solemnidad* o *peregrinación*.

> Paulatinamente, esas fiestas aparecen unidas a prácticas mercantiles y, poco a poco, las transacciones comerciales prevalecen sobre los aspectos religiosos. (CUÉLLAR, PARRA, 2001, p. 103)

O destaque das feiras a partir do Império Carolíngio e, talvez, a própria etimologia latina do nome, motiva avançar de suas origens, na concepção de alguns autores, à Idade Média, e não retroceder até aqueles comércios da Antiguidade. Como observa Mumford, foi neste contexto que "a feira regular, realizada uma ou, não raro, duas vezes por semana, sob a proteção do bispo ou abade, era um instrumento de vida local, não de comércio internacional" (1991, p. 278). O autor adverte que "grandes feiras internacionais, na Idade Média, muitas vezes tinham lugar na época de festivais religiosos, quando peregrinos de muitas partes do país afluíam em rebanhos a um santuário sagrado". Assim, estas "feiras internacionais", dinamizadas a partir do século XI, ao contrário das "feiras regulares", aconteciam em poucas ocasiões, "quando muito, apenas quatro vezes por ano; e, quando os peregrinos iam-se embora, também os mercadores partiam" (MUMFORD, 1991, p. 279).

Dourado (2012) aponta que o início da ocorrência de feiras, situado na Idade Média, foi relativamente espontâneo; uma vez que, antes do período medieval, a produção agrícola era voltada para o consumo dentro das propriedades, e não para as trocas, tornando-se as feiras eventos onde o produtor dispunha de *loci* de venda. Dourado observa ainda que "no decorrer do processo histórico, estas passaram também a representar um símbolo de luta e conquista do campesinato" (DOURADO, 2012, p.6).

No Brasil, adotou-se um modelo de feira ibérico trazido pelos colonizadores, modelo este adaptado à vastidão do território paulatinamente conquistado. primeiro documento "oficializando"

a ocorrência de feiras no Brasil foi o *Regimento que levou de Thomé Sousa Governador do Brasil*, de 17 de dezembro de 1548, em que D. João III, entre outros aspectos, dava ordens a Thomé de Souza para:

> [...]nas ditas Vilas e povoações se faça em um dia de cada semana ou mais se vos parecerem necessários: feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem comprar o que houverem mister e assim ordenareis que os cristão não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles salvo os senhorios e gentes dos engenhos porque estes poderão em todo tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos. E porém parecendo-vos que fará inconveniente porem todos os de cada engenho em liberdade para tratar com os ditos gentios segundo forma. deste capítulo e que será melhor ordenar-se que uma só pessoa em cada engenho o faça assim se fará.
> E tendo alguns cristãos necessidade de em alguns outros dias que não forem de feira comprar algumas coisas dos ditos gentios o dirão ao capitão e ele dará licença para as irem comprar quando e onde lhe bem parecer. (D. JOÃO III, 1548)

Conforme notam Lima e Paim, a economia vigente, exploratória e voltada à exportação, não favorecia a produção de excedentes e a ocorrência de feiras, situação que se altera a partir do século XVII quando surgem as feiras de gado, onde se concretizavam as interações espaciais entre o sertão e o litoral. Henrique (2014) relata a balbúrdia na feira de Capuame, que teria sido a primeira feira de gado da América portuguesa, bem como este seu papel fundamental de realizar a interações espaciais, e ainda sua plasticidade espacial, sua desordem, seu tumulto:

> Ponto de encontro entre realidades e experiências de homens vindos de mundos distintos; espaço intermediário

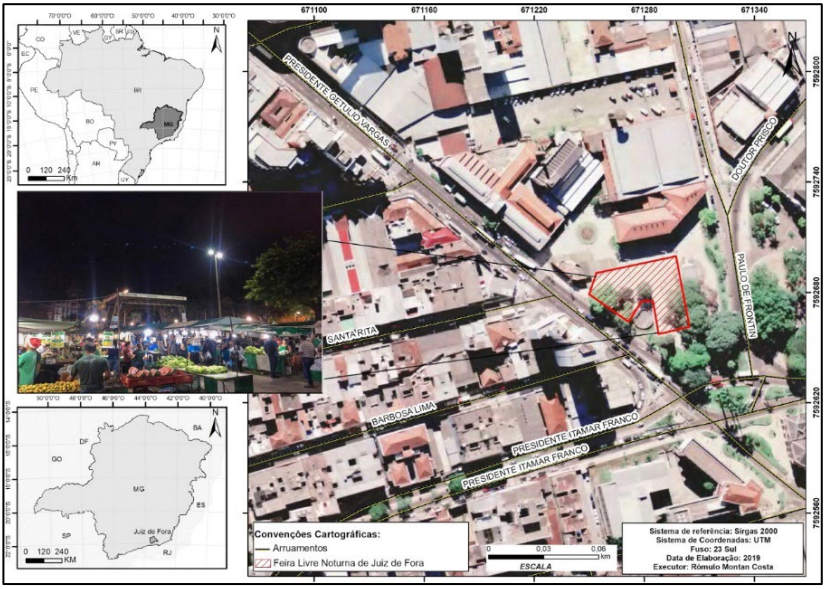
> entre produtores e consumidores; sempre caracterizada pelo movimento, pelo barulho, pela agitação. Sítio de parada de viandantes, andarilhos, mascates. Abrigava a constante oferta dos produtos carregados pelas escravas de ganho, os trabalhos prontamente oferecidos por seleiros, ferreiros e sapateiros e os serviços e carinhos prestados pelas prostitutas. (HENRIQUE, 2014, p. 7)

Em Juiz de Fora, a ideia de abastecimento com bens de primeira necessidade - objeto principal do comércio nas feiras livres - aparece pela primeira vez no ano de 1857, como é apontado por Oliveira, advertindo que "foi o vereador Oliveira Horta o primeiro a cogitar da construção de um Mercado em Juiz de Fora, indicando, na sessão de 23 de julho de 1857" (OLIVEIRA, 1966, p.41). Mas a ocorrência da primeira feira livre em Juiz de Fora remonta à primeira metade da década de 1860, no Largo da Câmara, respondendo à proposta do vereador Antônio Rodrigues Milagres. (OLIVEIRA, 1966; PEDROSA, 2015).

Assim, desponta na Cidade de Juiz de Fora, de meados do século XIX, a realidade da balbúrdia das feiras na qualidade de evento temporário riquíssimo em manifestações, símbolos, formas de socialidades e sociabilidades. Paulatinamente, novos *loci* com este dinamismo conquistaram outros bairros da cidade, inserindo-os na dinâmica da plasticidade espacial de montagem e desmontagem de barracas semanalmente que define um lapso de oportunidade, como se fosse uma dádiva de Kairós, à prática da balbúrdia. Multiplicadas e consolidadas, registram-se na configuração atual 18 feiras cadastradas que ocorrem em 17 bairros da cidade (sendo o Centro o único bairro que possui duas feiras) e abastecem a população de comida e balbúrdia, afinal "A gente não quer só comida/A gente quer bebida, diversão, balé"(ANTUNES, FROMER, BRITTO, 2019).

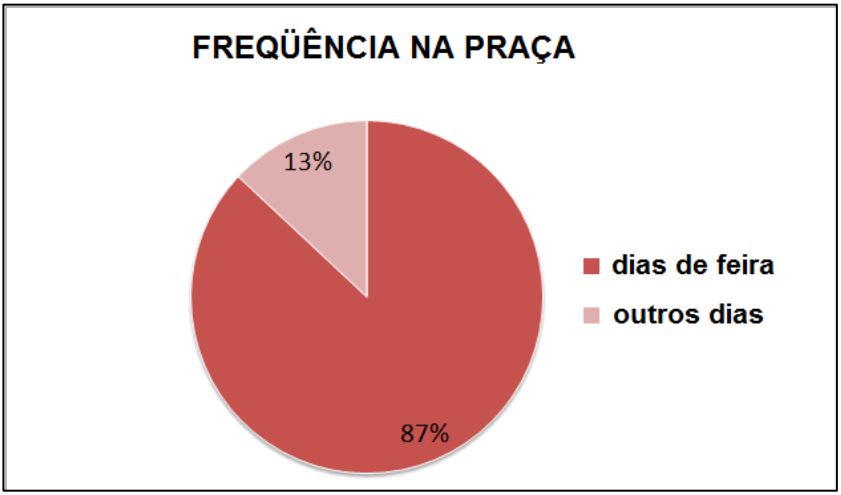
No ano de 2017 institui-se a Feira Livre Noturna da PAC (Figura 3). Seu local de ocorrência (a PAC) foi encarado por vários/várias entrevistados/entrevistadas apenas como local de passagem fora dos dias de feira (Figura 4). Todavia, além desta (des)apropriação cotidiana da praça como local de passagem com pouca plasticidade "balburdiante" e onde as vozes são inexistentes ou suplantadas pelos sons dos motores de carros, ônibus e caminhões, nota-se que há certa concorrência de público quando há algum evento (como a *Rainbow Fest*), ou em dias e horários específicos por "tribos urbanas" (skatistas e jovens LGBTs). Destarte, a feira tem certo potencial de resgate da praça como palco público, e de estabelecer uma criativa transversal do vazio e da aridez à CONfusão e ao tumulto pela balbúrdia.

Figura 3: Mapa de localização da feira.



Fonte: Na imagem.

Figura 4: Gráfico de frequência a PAC em momentos fora da feira.



Fonte: Trabalho de campo dos autores.

Aceitamos Cartões!

A Feira Noturna faz parte do Programa Feira Livre, que é gerido pela SEDETA e apoiado pela Prefeitura de Juiz de Fora. Esta feira iniciou-se recentemente, na noite do dia 25 de junho de 2017, levando novos fluxos e apropriações à Praça Antônio Carlos e, paralelamente, promovendo interações espaciais antes inexistentes.

A centralidade da Praça remete-se à história da *urbe* de Juiz de Fora desde a formação das principais ruas que formaram um triângulo central: a longa rua Direita, que cortava a cidade no sentido norte-sul (atual Av. Barão do Rio Branco); a rua do Imperador, que fora aberta num ângulo de quarenta e cinco graus

ao sul (atual Av. Getúlio Vargas); e o Córrego Independência, que posteriormente foi canalizado e deu origem à Av. Independência (atual Av. Itamar Franco) fechando este triângulo.

> O que é considerado o coração vivo da cidade de Juiz de Fora, não apenas o lugar central do nascimento da cidade, isto é, este é o lugar onde a vida urbana ocorre e é possível observar o cidadão local, o cotidiano urbano, a cultura da cidade, a sociedade, os debates e problemas regionais, enfim, é o lugar onde a cidade expõe as suas próprias coisas (ABDALLA, 2000 apud BRAIDA, 2011, p. 83).

Onde hoje se encontra a Praça Presidente Antônio Carlos (PAC) foi a foz original do Córrego Independência, que se encontrava com um dos meandros do Rio Paraibuna e ali formava um imenso lamaçal, ou melhor, "um só pântano intransponível" (LESSA, 1985, p.63) constituído por lagoas e brejos vindouros das inúmeras cheias e inundações desses cursos d'água, os quais dificultavam o desenvolvimento urbano da área. Assim, por volta da década de 1890, iniciaram-se obras de aterramento e drenagem nesta "porta da cidade" (PASSAGLIA, 1982, p.39), pois era por lá que se chegava pelo acesso da estrada União & Indústria. Foi nesse período, entre as décadas de 1870 1890, que ocorreu um intenso crescimento da rede hoteleira na cidade decorrente da grande população flutuante de viajantes, comerciantes, compradores de café e até companhias teatrais que vinham comprar e contratar vários serviços (LESSA, 1985, p.130).

Atualmente, a praça conta com um palco permanente e uma pista de skate, havendo no local festas e shows ao longo do ano, tornando-a um espaço cultural utilizado pela Prefeitura da Cidade e procurado por alguns habitantes durante tais eventos. Entornando esta área pública comum de espaço aberto tem-se a Biblioteca Municipal, o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas,

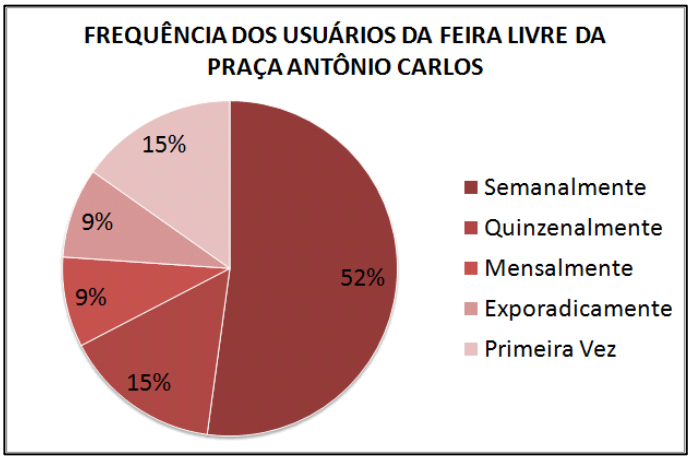
o Mercado Municipal e a Secretaria Municipal de Educação, além de um tradicional bar da cidade, o Bar da Fábrica.

Por se encontrar no final da Avenida Getúlio Vargas e próxima à Avenida Francisco Bernardino, a praça se torna um ponto de passagem. Nestas avenidas há um grande número de pontos de ônibus, que atendem quase todas as linhas urbanas da cidade, trazendo e levando um expressivo contingente transeuntes que se deslocam rumo às suas casas, trabalho ou qualquer outro ponto da cidade. Isto consubstancia a característica que a PAC assume de "não-lugar" baseado na não-identidade e não-reconhecimento, como adverte Carlos (1996, p. 61). Na maior parte do espaço-tempo cotidiano aí impera o recato, no sentido de "lugar retirado e oculto" (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2019), sobre a plasticidade do espaço tumultuado da balbúrdia.

Uma das perguntas colocada no questionário, a fim de investigar a relação das pessoas com a Praça, foi "Costuma frequentar a Praça Antônio Carlos quando não ocorre esta feira?", pedindo-se, a seguir, que fosse explicitado o motivo tanto para respostas negativas, como para afirmativas. Percebeu-se que a maioria dos/das entrevistados/entrevistadas não frequenta a PAC por várias razões, tais como: falta de interesse no local; falta de hábito; medo da violência e do público que frequenta; ou simplesmente por ser um local deserto.

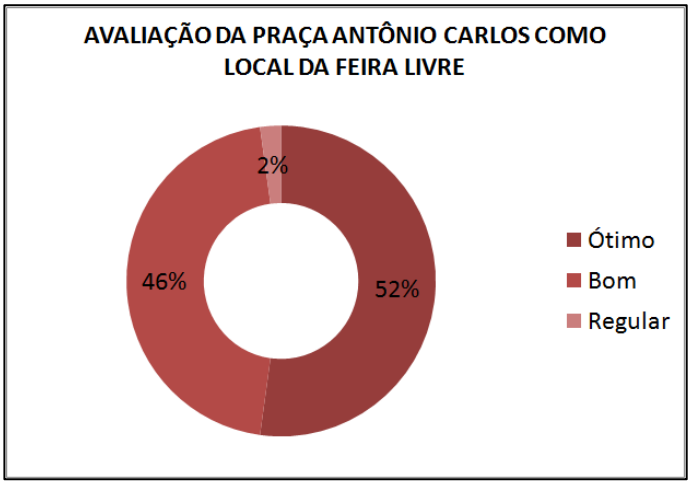
A falta de interesse, de hábito e de motivos que façam as pessoas frequentarem o local acaba nas quartas-feiras quando ocorre a feira. Grande maioria dos/das entrevistados/entrevistadas frequenta a feira pelo menos uma vez ao mês – aproximadamente 76% – e não gostaria que ela fosse realizada em outro lugar (Figuras 5 e 6).

Figura 5: Gráfico de frequência predominante nos dias de feira.



Fonte: Trabalho de campo dos autores.

Figura 6: Gráfico de avaliação da localização.



Fonte: Trabalho de campo dos autores.

Aquele espaço, que antes era deserto, violento e sem atrativo, assume outras características em dias de feira com sua balbúrdia. A PAC, quando ocupada às quartas-feiras, gera um movimento e uma CONfusão no local que criam um vínculo temporário das pessoas que frequentam a feira e trabalham nela.

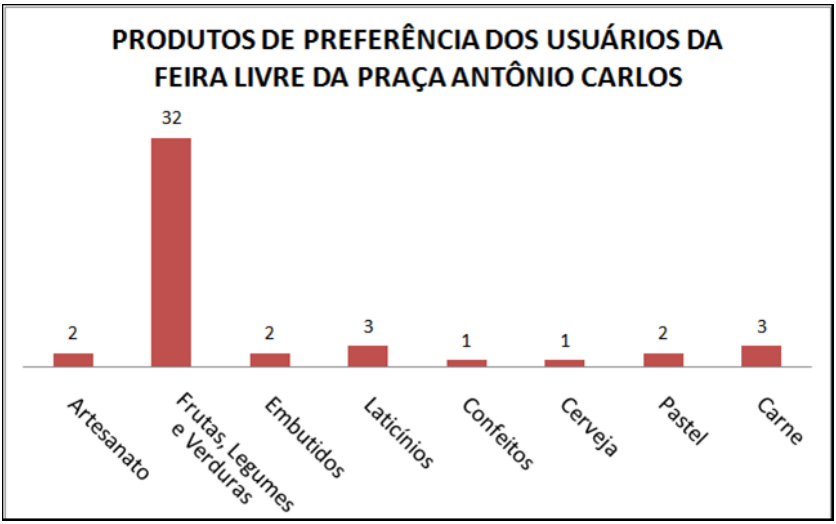
Note-se que a feira livre é uma tradição cultural que mantém costumes, histórias, dinâmicas econômicas e, principalmente, comportamentos populares. Todavia, percebe-se que a feira se moderniza, e isto é notado na feira noturna da PAC com o aceite de pagamentos em cartão de crédito, divulgação da feira na internet, presença de *Food Truck*, etc. Apesar destas modernidades que produzem novas CONfusões no espaço da feira, a feira livre transmite inúmeras ofertas e uma delas é a união comunitária. Ribeiro et al. (2005, p.7) dizem que muitas pessoas vão a feira, "para comer pastel, ver amigos e conversar fiado"; assim a feira não é marcada apenas como espaço econômico, mas também de confraternizações e contatos.

Sem negar a importância da tradição e das possíveis sociabilidades e socialidades que a feira promove, ressalte-se que mercados periódicos, como as feiras, oferecem duas notórias vantagens econômicas aos frequentadores: "Uma é a presença de mercadorias de primeira qualidade que, de outra maneira, não estariam disponíveis num determinado centro de mercado, e a outra é a presença destas mesmas mercadorias num maior número de locais dentro de determinada área" (BROMLEY, SYMANSKI, GOOD, 1980, p. 194). Nas entrevistas, frequentadores e frequentadoras ratificaram isto e declararam gostam de comprar os produtos comercializados, estando entre os principais motivos a qualidade e o preço dos produtos. Destacaram ainda que a praticidade, a oferta e a disposição dos

produtos nas bancadas facilitam e criam um ambiente propício para a sua escolha.

A fim de compreender os possíveis atrativos e as restrições, perguntou-se quais produtos as pessoas gostam de comprar e quais aqueles que elas não compram na feira (Figuras 7 e 8). Pode-se notar que frutas, legumes e verduras são os produtos mais procurados pelos/pelas consumidores/consumidoras, cerca de 70% dos/das entrevistados/entrevistadas preferem comprar tais produtos, pois neles encontram qualidade atrelada a bons preços. Já os produtos que lideram a restrição de compra são carne, peixe e frutos do mar, pois não veem como produtos seguros e higiênicos, ou porque preferem comprar em açougues e peixarias.

Figura 7: Gráfico dos produtos preferidos.



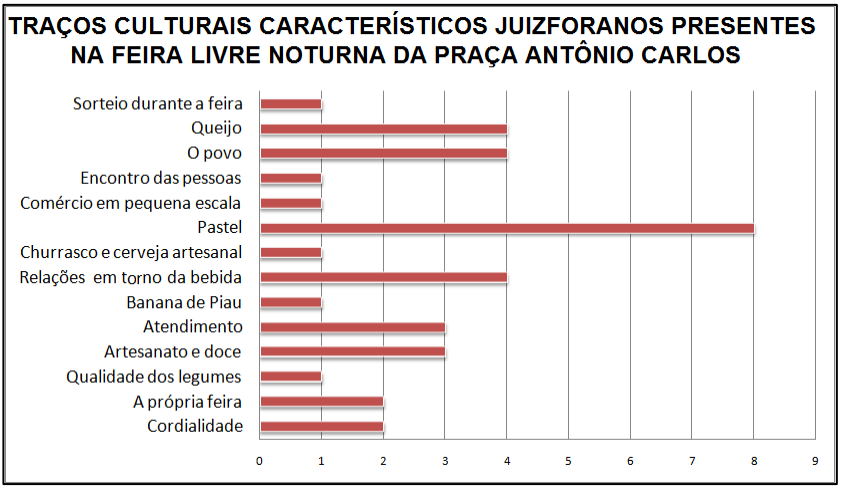
Fonte: Trabalho de campo dos autores.

Figura 8: Gráfico dos produtos rejeitados.

Fonte: Trabalho de campo dos autores.

Uma pergunta feita e que demonstrou nitidamente a CONfusão e a plasticidade "balburdiante" foi aquela relativa à existência de traços culturais juizforanos na Feira Livre Noturna da PAC. A CONfusão se explicita na própria indicação de elementos "exóticos" como característicos da cultura juizforana: "banana de Piau, pastel, churrasco e cerveja artesanal, qualidade dos legumes, queijo, artesanato e doce". Todavia, esta CONfusão se alia a uma "plasticidade sócio-espacial" dada nas seguintes respostas: "encontro de pessoas, a própria feira, comércio em pequena escala, o povo, sorteio durante a feira, atendimento, relações em torno da bebida e cordialidade" (Figura 9).

Figura 9: Gráfico dos aspectos culturais.



Fonte: Trabalho de campo dos autores.

Propõe-se, em efeito, que aquilo que é respondido como sendo "característico da cultura juizforana" é muito mais algo apropriado como tendo um sentido a partir da feira do que qualquer coisa dada pelo enraizamento nativo na cidade. García Canclini assevera que "assim como não funciona a oposição abrupta entre o tradicional e o moderno, o culto, o popular e o massivo não estão onde estamos habituados a encontrá-los" (2008, p. 19). Complementa-se, a partir daquelas respostas, que os cruzamentos socioculturais contemporâneos não só CONfundem o tradicional e o moderno, mas também o "característico" e o "genérico ou alheio", especialmente na balbúrdia da feira, não permitindo que sejam compreendidos de forma tão polarizada.

Não Paga, Mas Também Não Leva!

Neste texto, procurou-se expor a balbúrdia como ato criativo e inovador que, na feira, CONfunde tempos-espaços, proximidades-distanciamentos, atrativos-restrições. Fenômeno tradicional, mas atento às inovações, a feira produz interações espaciais, lugaridades, socialidades e sociabilidades em sua ocorrência semanal no tumultuado e plástico-local-período de montagem e desmontagem das barracas.

Advogou-se aqui, num sentido mais amplo, que a balbúrdia só é negativa e pejorativa para tecnocratas ignóbeis que desconhecem a própria dinâmica de produção e reprodução da sociedade a ponto de ver balbúrdia onde, na maioria das vezes, esta foi exterminada pelas burocracias, pelos "lattesvismos" (aqui uma balbúrdia linguístico-neologística irônica dos autores), pelas intolerâncias. Como entre os escritores há frequentadores de feiras e trabalhador feirante, manifestamo-nos aqui com orgulho: *Habemus balbúrdia*!

Referências

A FEIRA II. *In*: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2329/a-feira-ii>. Acesso em: 01 de Dez. 2019. Verbete da Enciclopédia.

ALMEIDA, Onildo. *A Feira de Caruaru*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/204732/>. Acesso em: 07 de Dez. 2019. Verbete do Site.

BRAIDA, Frederico. *Passagens em rede: a dinâmica das galerias comerciais e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e Buenos Aires*. Juiz de Fora: Funalfa/Ed. UFJF, 2011.

BROMLEY, R. J.; SYMANSKI, R., GOOD, C. M. Análise racional dos mercados periódicos. *Revista Brasileira de Geografia*, 42 (1), 1980, p. 183-94.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, et al. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CUÉLLAR, Maria del Carmen, PARRA, Concha. Las ferias medievales, origen de documentos de comercio. In: REAL, E.; JIMENEZ, D.; PUJANTE, D.; CORTIJO, A. (eds.). *Écrire, traduire et représenter la fête*. Universitat de València, 2001, p. 103-117. Disponível em: <https://www.uv.es/~dpujante/PDF/CAP1/A/Carmen_Cuellar_C_Parra.pdf.>. Acesso em 01 dez. 2019.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4ª. Ed., Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=4yiODwAAQBAJ&pg=PA77&lpg=PA77&dq=etimologia+balborda&source=bl&ots=vnT8jMK5DB&sig=ACfU3U1T6JClejwcni8VJhKAkHRfZP5ajw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjhiIW896DmAhXAHLkGHdzSAIIQ6AEwBnoECAoQAQ#v=onepage&q=etimologia%20balborda&f=false>. Acesso em 1 dez. 2019.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em 1 dez. 2019.

D. JOÃO III. *Regimento que levou Thomé de Sousa Governador do Brasil*. 1548. (reconstituição e adaptação do texto publicado pela Fundação Gregário de Mattos). Disponível em:<https://www.historia-brasil.com/colonia/constituicao-1548.htm>. Acesso em 1 dez. 2019.

DOURADO, J. A. L. Feiras livres e reprodução camponesa: interfaces da relação campo-cidade. *Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Uberlândia. 2012. p.1-11. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1477_1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITO, Sérgio. *Comida.* Disponível em: < https://www.letras.mus.br/titas/91453/>. Acesso em 1 dez. 2019.

ESTEVES, Higino Martins. *Etimologias obscuras ou esconsas*. Academia Galega da Língua Portuguesa, 2018. Disponível em <http://www.adigal.org.ar/LIVRO%20ETIMOLOGIAS%20para%20REDE.pdf>. Acesso em 1 dez. 2019.

FEIRA de Mangaio. Disponível em: < http://museudacancao.blogspot.com/2012/11/feira-de-mangaio.html>. Acesso em 1 dez. 2019. Verbete do Site.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas*. 4ª ed., São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2008.

HENRIQUE, Juliana da Silva. *Feira de Capuame: pecuária, territorialização e*

abastecimento (Bahia, século XVIII). São Paulo: FFLCH/USP, 2014. (dissertação de

Mestrado). Disponível em: < https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-25052015-155329/publico/2014_JulianaDaSilvaHenrique_VOrig.pdf>. Acesso em 1 dez. 2019.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985.

MAURITY, Ruy; JORGE, José. *A Xepa (letra)*. Disponível em: https://www.letras.mus.br/ruy-maurity/1011846/. Acesso em: 01 de Dez. 2019. Verbete da Enciclopédia. Verbete do Site. ORIGEN y evolución de las ferias medievales. 29 Mar. 2017. Disponível em: https://www.medievalfactory.com/blog/mercados-y-ferias-medievales/origen-evolucion-las-ferias-medievales/. Acesso em 1 dez. 2019.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.* 3ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. 2ª. ed., Juiz de Fora: Graf. Com. e Ind.Ltda., 1966.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. *Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 1982.

PEDROSA, D. M. A. *A Feira Livre da Avenida Brasil: produção do espaço e trocas sociais no comércio de rua de Juiz de Fora-MG*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora. 2015. 111p. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2223/1/danielamariaalvespedrosa.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PEREIRA, F. M.; CUNHA, M. S.; PEREIRA, M. D. Mudanças, Recrudescimento e Resistência da Feira Livre do Crato-CE: estudo qualitativo. *Anais do III Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades*. 2017. p. 1-16. Disponívem em: <http://iiisrccc.srccc.com.br/rs-content/files/KGAFEHNOJLMI87.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2019.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. *Feira livre: Agenda semanal*. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sedeta/feira_livre/feira_livre.php>. Acesso em: 20 nov. 2019.

RIBEIRO, E.M.; CASTRO, B.S. de; SILVESTRE, L.H.; CALIXTO, J.S.; ARAÚJO, D.P.; GALIZONI, F.M.; AYRES, E.B. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. *Agriculturas*, v. 2, n. 2, jun. 2005.

RODRÍGUEZ OROMENDÍA, Ainhoa, MUÑOZ MARTÍNEZ, Azahara, Demetrio GONZÁLEZ CRESPO. Historia, definición y legislación de las ferias comerciales. *Anuario Jurídico y Económico Escurialense*, vol. XLVI, 2013, 449-466. Disponível em: < https://dialnet.unirioja.es › descarga › articulo>. Acesso em 01 dez 2019.

TREVISAN, Emerson. *A feira livre em Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia – a convivência do formal e o informal*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VILELA, Gláucia. História da escrita e religião: estudo etimológico e os diferentes significados da palavra "Babel". *Cadernos do CNLF*, Volume IX, no.17, 2005. Disponível em <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/17/12.htm>. Acesso em 1 dez. 2019.

YUKA, Marcelo. *A Feira (letra)*. Disponível em: < https://www.cifraclub.com.br/o-rappa/a-feira/letra/>. Acesso em: 01 de Dez. 2019. Verbete da Enciclopédia. Verbete do Site.

ONDE O OUTRO EXISTE?

Midiane Scarabeli Alves Coelho da Silva

Mirella Lacerda Teixeira de Souza

Introdução

Os estudos científicos sobre a fronteira entre o Brasil e o Paraguai vêm tomando muita notoriedade, buscando compreender as relações que são estabelecidas entre a população de ambas as porções geográficas da linha de fronteiras, como se reconhecem e constroem esta relação socioespacial.

No século XIX, a bacia do Rio Prata que se estende pelo Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia foi uma área de intensas disputas, pois a bacia Platina era importante para o comércio desses países e também para os estados brasileiros como o Paraná e o Mato Grosso[1].

A Guerra da Tríplice Aliança exerceu forte influência no processo das relações econômicas e políticas das cidades que fazem fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Deste modo, o evento envolveu povos e territórios diversos e pode ser considerado como um dos conflitos bélicos mais violentos da América do Sul. No entanto, principalmente no que tange à história que perpassa em muitas instituições de ensino no Brasil, é possível perceber que há certa desconsideração a respeito das consequências causadas por essa guerra – povos tradicionais que perderam seus

1 Nesse caso, o estado ainda não havia sido dividido, mas tratava-se principalmente da área pertencente ao estado do Mato Grosso do Sul.

territórios, delimitação desigual das fronteiras – numa tentativa de esquecimento ou de inexistência dos problemas causados pelo conflito. Por outro lado, é notável que há discursos que exaltam em condenar o Paraguai de sobremaneira pelas complicações socioespaciais, socioeconômicas, socioculturais, entre outros.

Portanto, este trabalho tem a intenção de abordar algumas observações realizadas em Trabalho de Campo sobre os conceitos e temas relacionados à fronteira, território e poder, como também a respeito da problemática que notamos quanto a visão do poder público, mais especificamente por meio das palavras que ouvimos em conversa com representantes da Prefeitura de Sete Quedas-MS, no qual um dos secretários fez menção aos moradores da linha de fronteira como "inexistentes", ao afirmar que: "Se você mora lá, você não existe!". Diante das diversas interpretações que esta frase causa efeito, esclarecemos que esta afirmação foi discursada durante o debate no qual questionamos sobre o país que possui a posse de terras da linha de fronteira notadamente entre Sete Quedas (Brasil) e a Colônia de Pindoty Porã pertencente ao Distrito de Corpus Christi (Paraguai).

Desse modo, o trabalho promove reflexões também sobre os dados coletados com os sujeitos que entrevistamos na linha de fronteira de Sete Quedas e Pindoty Porã. Foram promovidos os diálogos na intenção de saber como estes sujeitos chegaram àquele local de moradia; por que permanecem na fronteira; onde trabalham; se possuem escolaridade; como é viver entre um país e outro, o que poderia ser mudado para melhoria de infraestruturas para as famílias e quais objetos e/ou imagens representam estes atores sociais.

Destarte, foi notável perceber as ineficiências do poder público de ambos os países no atendimento à população em termos de projetos de infraestruturas de moradias, educação,

acompanhamento médico, saneamento básico, energia, entre outros serviços. Sendo assim, consideramos também os imaginários construídos ao longo da história sobre a linha de fronteira, no qual é perceptível a profusão de estereótipos que evidenciam percepções reducionistas e por vezes preconceituosas sobre os sujeitos que (sobre)vivem nos limites territoriais e, como também, a respeito dos fluxos políticos e econômicos dessas áreas, entre outros aspectos que são limitados mesmo diante das complexidades que envolvem tais situações de fronteiras.

Metodologia

Para este trabalho, adotou-se o método qualitativo de análise, que compreendeu na revisão da literatura sob consulta da temática exposta no texto. Sendo assim, buscou-se suporte teórico a partir dos levantamentos bibliográficos que versam sobre o histórico das cidades fronteiriças Brasil-Paraguai, a respeito de conceitos e temas da Geografia, tais como sobre fronteira, território e relações de poder. Além da revisão bibliográfica Haesbaert (2014), Oliveira (2015), entre outras fontes a partir do pensamento da Geografia e de outras Ciências, utilizou-se também dos escritos e gravações de voz durante o Trabalho de Campo, sendo possível assim, tratar das questões relacionadas ao tema proposto do trabalho.

Ressalta-se que o Trabalho de Campo promovido nos dias doze, treze e quatorze de julho de dois mil e dezoito, teve a intenção de percorrer as porções geográficas de fronteira entre Sete Quedas no Brasil e Pindoty Porã, na intenção de promover diálogos com os sujeitos que habitam nos territórios fronteiriços. Assim sendo, foram coletadas informações de cinco famílias. As

questões versam sobre como os sujeitos chegaram àquele local de moradia; por que permanecem na fronteira; onde trabalham; se possuem escolaridade; como é viver entre um país e outro, o que poderia ser mudado para melhoria de infraestruturas para as famílias e quais objetos e/ou imagens representam estes atores sociais.

Além disso, foi realizada visita na Prefeitura de Sete Quedas – MS para uma conversa com os membros gestores e secretários da saúde, agricultura, habitação e moradia, assistente social e da educação. Em outra oportunidade, recebemos o convite para conhecer uma das escolas de educação infantil do munícipio. Assim, portanto, este trabalho é pautado nas etapas que consistem em estudos teóricos e pelas observações feitas em Trabalho de Campo.

Reflexões sobre o Trabalho de Campo na Fronteira Brasil (Sete Quedas) e Paraguai (Pindoty Porã)

Sete Quedas está localizado no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Era um distrito pertencente ao município de Amambaí pela Lei nº 3.765, de 30 de junho de 1976 permanecendo dessa forma até a sua emancipação dada pela Lei Estadual nº 73 de 12 de maio de 1980 quando se tornou independente. A partir disso, passou a existir em virtude do projeto de colonização criado pelo INCRA em 04 de abril de 1974, pela portaria nº 1.478, de 04 de outubro de 1973. O projeto teve o objetivo de distribuir porções de terras para as pessoas que tivessem interesse, assim, desenvolvendo o primeiro núcleo urbano.

O município de Sete Quedas faz fronteira a leste com o município de Japorã, a oeste com o município de Paranhos, a norte com o município de Tacuru e a sul com a Colônia de Pindoty Porã pertencente ao Distrito de Corpus Christi (Paraguai). A população é estimada em pouco mais de 10.000 habitantes (IBGE, 2010) e a economia é voltada principalmente para o setor madeireiro, atividades de pecuária bovina, cultivo de mandioca e soja[2].

Figura 1: Crianças que residem na linha de fronteira BR-PY.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

[2] Os dados estão disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/sete-quedas/historico>

Na figura 1, crianças que residem na linha de fronteira Brasil-Paraguai. De acordo com a família, a casa está situada na porção geográfica de Sete Quedas (Brasil). A partir dessa figura é interessante observar que a visualização da linha de fronteira fica após as cercas de madeiras da casa e, em conseguinte, a porção de vegetação é pertencente à Pindoty Porã (Paraguai), segundo os moradores.

Neste sentido, buscamos embasamento teórico sobre o que se entende por fronteira. As fronteiras são estabelecidas para limitar o investimento, aproximação ou tentativa de invasão que um território vizinho possa tentar contra o outro na possibilidade de intervir na sua soberania. Nesse sentido, linhas "imaginárias" são estabelecidas para tentar limitar os espaços dos países vizinhos, utilizando elementos naturais ou instrumentos que tem a função de marco artificial. A fim de estabelecer esses limites, existem acordos firmados que após consentimento de ambas as partes, dá-se o processo de implantação. Se os limites são compreendidos como linhas de separação, esse é o primeiro passo para se compreender a diferença conceitual de fronteira, tendo em vista que:

> As fronteiras foram e serão sempre um elemento chave de diferenciação, comunhão e comunicação, interpondo-se entre a ordem e a desordem, entre o formal e o funcional, abraçando, nem sempre com equilíbrio, as regras e os ritos socioculturais conexos e desconexos (OLIVEIRA, 2015, p. 235).

Como observado na citação anterior, a fronteira ainda que seja considerada como uma barreira por representar uma posição do estado-nação, ela é, por outro lado o que dá sentido à travessia de pessoas por diversos motivos e necessidades. No caso da fronteira aqui pesquisada, a busca dos paraguaios por

atendimento educacional e de saúde no lado brasileiro pode ser considerada como uma espécie de situação transfronteiriça.

Os estados brasileiros do Mato Grosso do Sul e do Paraná compõem a fronteira internacional com o Paraguai. Entre essas terras que em determinado ponto apresentam-se como pequenas áreas secas e em outros pontos tomados por uma grande quantidade de águas fluviais, existem áreas que ocorrem intensos movimentos diários e que podem ser consideradas as áreas de fronteiras mais movimentadas do país. Para ilustrar, é possível tomar como exemplos duas fronteiras significativas e que apresentam cidades gêmeas. No Paraná, a Ponte da Amizade separa as cidades de Foz do Iguaçu e de Ciudad Del Este e no estado do Mato grosso do Sul, Ponta Porã faz fronteira com Pedro Juan Caballero. Ambas as fronteiras são muito conhecidas por apresentarem uma dinâmica para o consumo, expressa com ampla diversidade de estabelecimentos que vendem produtos importados com preços reduzidos:

> [...] Para um tipo de consumo, os indivíduos são prisioneiros da cidade e de sua condição espaço-temporal; para outros, a capacidade de escapar da sujeição das analogias do mercado local impõe a necessidade de mobilidade do indivíduo. Na fronteira, os estímulos por trocas libertam os indivíduos para uma mobilidade que obedece a uma lógica específica, ao criar "seu próprio mercado" com diferentes graus de intensidade, legitimando mecanismos singulares de complementaridades entre culturas e condutas dispares. (SANTOS, 2004 apud OLIVEIRA, 2015, p. 237).

É importante considerar que essas relações de consumo nas fronteiras citadas, se apresenta como benefício em determinada situação, tendo em vista que absorve uma expressiva quantidade de mão de obra do lado brasileiro, no entanto, é preciso salientar

que, nem somente de benefícios uma fronteira é composta. Por isso, no caso da fronteira com o Paraguai, serve também como rota de tráfico, já que este país se apresenta como grande produtor de substâncias ilícitas. Essa é a dinâmica de algumas regiões de fronteira entre esses países.

Enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, contrário à ideia de território unifuncional, proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno (HAESBAERT, 2014, p. 57-58).

Deste modo, enquanto espaço-tempo vivido, nota-se, por exemplo, a multiplicidade de situações que envolvem relações de dominação e de apropriação em conflitos permeados pelo poder do Estado brasileiro e os sujeitos da linha de fronteira Brasil-Paraguai, o que contribui para diversas formações de significados.

Mediante as diferentes situações observadas em Campo, notamos que muitos indígenas habitam na linha de fronteira, conforme a figura 2, na qual é ilustrada esta condição.

Estas relações de dominação e apropriação pelo Estado correspondem, em muitos casos, com as questões de demarcações de terras que são insuficientes para os indígenas sobreviverem. Sabe-se das dificuldades pela busca de trabalho rentável, produção de alimentos, lazer e dentre outros quesitos que são fundamentais para permanência dos indígenas nas aldeias.

Figura 2: Indígenas da Aldeia Pirajuí que moram na linha de fronteira Brasil-Paraguai.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Desse modo, em visita às casas de famílias indígenas, paraguaias e brasileiras, buscamos obter informações sobre como chegaram àquele local de moradia; por que permanecem na fronteira; onde trabalham; se possuem escolaridade; como é viver entre um país e outro, o que poderia ser mudado para melhoria de infraestruturas para as famílias e quais objetos e/ou imagens representam estes atores sociais.

Figura 3: Uma das muitas crianças que conhecemos na linha de fronteira Brasil–Paraguai.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Portanto, perguntado a um grupo de indígenas sobre quais seriam os motivos da permanência na linha de fronteira Brasil-Paraguai, nos disseram que é principalmente devido ao trabalho. Inclusive, quando questionamos quais seriam os trabalhos exercidos, obtivemos a seguinte resposta: "Fazemos qualquer coisa. Qualquer serviço! E não temos carteira registrada (...) Conseguimos trabalho no Paraguai e não no Brasil". Outra situação em destaque se refere a uma das famílias brasileiras, na qual somente uma pessoa está empregada em Sete Quedas e é responsável pelo sustento de outras sete pessoas aproximadamente.

Figura 4: Uma das casas da linha de fronteira de Sete Quedas e Pindoty Porã.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

A respeito de escolaridade, somente uma adolescente, dentre as cinco famílias que entrevistamos, frequenta à escola. Os demais, em sua maioria, nunca frequentaram instituições de ensino e educação.

Perguntado para esses sujeitos sobre como é viver entre um país e outro (Brasil-Paraguai), observamos algo que é de muito interesse para nós enquanto geógrafas: Muitos dos atores sociais não sabem o significado da palavra "fronteira" como algo que divide e delimita espacialmente. Até porque, a fronteira é fluida no sentido do vivido. As pessoas transitam entre Brasil e Paraguai para ir ao comércio e para o trabalho, as crianças brincam, pulam e correm pela linha de fronteira. O vendedor de pamonha percorre com o carro nas duas porções geográficas, pois tem clientes em ambos os países. O sentido de fronteira que além de ser fluida, não possui delimitação exata pertencente ao Brasil ou Paraguai.

Nota-se também que, os sujeitos moradores dessa linha de fronteira se reconhecem como existentes naquele lugar por si mesmos, sem grandes contribuições do poder público de ambos os países. Contudo, aquele lugar é por demais especial como fora retratado, há histórias de vidas dos sujeitos que nasceram naquela extensão de terra e alguns que até já se foram, de relações e afinidades com a linha de fronteira.

Outra questão que buscamos informações é sobre como essas famílias avaliam as infraestruturas do local onde vivem e quais seriam as mudanças pertinentes. Com isso, muitos nos disseram que não se mudariam da linha de fronteira devido as fortes ligações com o lugar, contudo, no caso dos indígenas, por exemplo, foi relatada a necessidade de haver mais oportunidades de empregos. Segundo eles, as casas que possuem energia e água são fornecidas pelo Paraguai. Já a educação e saúde é melhor ofertada no Brasil, mas de modo muito precário e burocrático.

E, por fim, perguntado para estas famílias qual seria o objeto ou imagem que seria capaz de representá-las, na intenção de conhecer melhor as suas histórias e memórias sobre a linha de fronteira e suas experiências e vivências, todas as famílias puderam nos indicar algum objeto relacionado as folhas das pequenas plantações de mandiocas e/ou de árvores frutíferas. Conforme o caso da família de mulheres paraguaias que residem do lado paraguaio, foi relatado que as plantações de mandiocas fazem parte de onde moram e que gostam de cultivá-las. Podemos citar também o grupo de indígenas que possuem plantações de limão e mandioca, no qual foi relatado que é importante ter algo cultivado na terra. Nota-se que, as plantas frutíferas contribuem para um ambiente agradável, de aconchego através da sombra e aromas que propiciam para as conversas e rodas de tereré.

Isto posto, pensamos nas fortes relações destes sujeitos com a linha de fronteira e, ao contrário disso, como os estereótipos delimitam a fronteira somente como lugar de conflito, de violências, do medo e de mortes. Porém, percebemos que a humanidade está a partir da concepção das pessoas, na tensão do desencontro de grupos sociais distintos, nas concepções e práticas de gente(s).

Considerações Finais

No caso deste trabalho em específico, a fronteira que se realizou levantamento de dados e Trabalho de Campo foi compreendida entre as cidades de Sete Quedas pertencente ao Brasil e de Pindoty Porã, do lado paraguaio, pelas quais foi possível constatar que há um ambiente de fronteira com menor característica de consumo e muito mais voltada para a

necessidade de serviços básicos da população como educação e saúde.

A Constituição Federal de 1988 delimita a linha de fronteira brasileira em 150 quilômetros em todo o segmento terrestre do país. Neste sentido, em visita realizada na fronteira Brasil-Paraguai, foi possível observar que existe uma linha que está "entre" os dois países, mas que, no entanto, não pertence a nenhuma nação. Nesse caso, é possível considerar que sejam "terras de ninguém", áreas em que os países de fronteira não exercem jurisdição ou qualquer tipo de poder.

Desta forma, nessa linha de fronteira há famílias que construíram suas casas e que vivem em condições subumanas e alarmantes. Não há saneamento básico, energia elétrica e serviços prestados por parte de ambos os lados da fronteira para todas essas famílias. Constatada essa informação no Trabalho de Campo, levamos essas realidades para a reunião previamente agendada com os secretários do município de Sete Quedas na tentativa de compreender quais as medidas podem ser tomadas, uma vez que, existem brasileiros sobre(vivendo) nessas situações.

A resposta que obtivemos por parte do secretariado da cidade é de que não há possibilidade de registrar imóvel ou mesmo de atender àquela área da fronteira justamente por não pertencer a jurisdição brasileira e que para isso, o país teria de exercer poder e monopólio sobre essas terras.

O Brasil permite que os estrangeiros possam tirar o Cadastro de Pessoa Física – CPF que facilita diversas transações no país. Com isso, moradores do lado paraguaio e mesmo os que habitam a linha de fronteira, conseguem comprovar residência com um documento de uma pessoa que o empresta. Desse modo que oficializam a oportunidade de existência ao "outro" para ter

direitos de alguns serviços, como atendimento em postos de saúde e clínicas conveniadas ao Serviço Único de Saúde – SUS. Como o atendimento é organizado e contabilizado para atender os brasileiros que moram nas cidades brasileiras, no caso de Sete Quedas, a demanda é muito superior à contagem da população planejada, tendo em vista que brasileiros moradores no Paraguai e, também, os paraguaios, solicitam atendimento clínico para vacinas e serviços clínicos emergenciais. O desequilíbrio entre a oferta e a procura promove a necessidade de o município buscar apoio nos médios e grandes centros mais próximos para auxiliar no suporte à saúde da população dessa área.

As péssimas condições de moradia, saneamento básico e de alimentação foram algumas questões que marcaram à visita em residências dessas áreas. O artigo 6° da Constituição Federal de 1988 não garantia como direitos sociais a moradia e a alimentação. A emenda Constitucional nº 26 do ano de 2000, altera ao texto e acrescenta também o direito à moradia. A alimentação só entra como direito constitucional na Emenda Constitucional nº 64 do ano de 2010 com a seguinte redação: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."[3]

O fato de estar previsto em lei não significa que essa garantia seja efetiva, como pudemos observar na pesquisa de Trabalho de Campo. Muitas moradias feitas de madeira sem

[3] A emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010 está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1>

qualquer estrutura para a sua construção; o chão da área interna das casas ainda de barro; mobília insuficiente principalmente de camas para atender a quantidade de moradores da família; almoço servido apenas com arroz para as crianças e adultos; ausência de água encanada em muitas casas e banheiros sem saneamento necessário para evitar doenças, dentre outros exemplos que pudemos observar.

Segundo a matriarca de uma das famílias visitadas na porção geográfica do Paraguai, ela já tentou diversas vezes fazer contato com a prefeitura de Sete Quedas, juntamente com outros moradores, para que fosse viabilizado o abastecimento de serviços básicos, tais como, abastecimento de água, rede de esgoto, distribuição de energia e coleta de lixo. No entanto, as respostas obtidas, até o momento, versam sobre as divergências jurídicas entre o Brasil e o Paraguai, e que por esse motivo é difícil solucionar esses problemas. A dona da casa visitada, mãe de cinco filhos, afirma que apenas os mais velhos têm acesso à escola no Brasil, as crianças mais novas ainda não possuem idade escolar e não conseguem vagas nas creches. Quanto à alimentação ela afirma: "Eu faço compra no Paraguai, faço ali no mercado Marquinho, lá no Paraguai, é mais barato, eu compro só lá." A mãe da família relatou que gosta muito de morar na linha de fronteira, mas afirma que a falta de emprego tem motivado a repensar se ainda é um local viável para viver, até pelo fato de perceber a facilidade do narcotráfico na fronteira e o medo de que o seu filho adolescente possa ter envolvimento com essa situação.

Outra família visitada, formada por pai, duas filhas e dois netos evidencia que a situação é muito parecida. O Sr. que sustenta a família relata que o município de Sete Quedas não proporciona melhores condições de vida para os jovens. Ainda acrescenta que o poder público deveria ser mais atuante a favor

da juventude, para que fosse moderada a saída dessas pessoas para outros lugares e, assim, proporcionar fortalecimento da economia do município.

Em diálogo com outra família composta por jovens da aldeia Pirajuí, entre dezoito e vinte e três anos de idade, pudemos ouvir relatos sobre as dificuldades de encontrar emprego fixo, com carteira de trabalho assinada, com segurança e os benefícios para os trabalhadores. Contudo, ouvimos que mesmo diante das precárias condições de trabalho, todos eles estão disponíveis e aceitam desenvolver qualquer tipo de atividade, como afirma o entrevistado:

> Nascemos no Pirajuí [...]. Lá não tem nada mesmo. Não tem serviço, não tem trabalho. Aqui na fronteira temos mais serviços. Lá no Paranhos não tem serviço, não tem nada. Aqui é bem melhor para nós porque aqui tem mais serviços para nós. Mas os serviços só no lado do Paraguai, no Brasil a gente não tem serviço. Fazemos qualquer coisa! (ENTREVISTADO A).

Após esses diálogos entre os sujeitos moradores da linha de fronteira Brasil-Paraguai, das leituras teóricas e atividades do Trabalho de Campo desenvolvidas, entende-se que os poderes públicos de ambos os países precisam estimular o entendimento sobre à alteridade e enfrentar as inevitáveis tensões entre pessoas, grupos e nações. Para tanto, deve ser incentivado a descoberta do(s) outro(s), assim como também, fomentar a participação em projetos comuns e políticas públicas voltadas para esta população da linha de fronteira, método este que pode ser considerado eficaz para se resolver problemas latentes.

Referências

BRASIL. *Constituição (1988).* Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 30 Agosto. 2018.

BRASIL. *Constituição (1988).* Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm#1> Acesso em: 30 Agosto. 2018.

BRASIL. *Constituição (1988).* Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1> Acesso em: 30 Agosto. 2018.

HAESBAERT, R**.** *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.* 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 1. 2014.

IBGE. *Cidades.* Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/sete-quedas/historico>. Acesso em: 26 Agosto. 2018.

OLIVEIRA, T. C. M. *Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças.* Revista da Anpege. V.11, n.15, jan-jun.2015, p. 233-256.

FEMINISMO NEGRO E O MOVIMENTO SOCIAL QUILOMBOLA NA PARAÍBA:
uma análise a partir da participação das mulheres quilombolas nas audiências públicas do MPF/PB

Iany Elizabeth da Costa

Introdução

O presente artigo é recorte temático dos estudos doutorais que estamos realizando junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PosGeo na Universidade Federal Fluminense, no qual, buscamos traçar entendimento sobre a articulação das mulheres lideranças dos quilombos da Mata Sul paraibana e sua atuação na luta por direitos territoriais, políticas públicas e pelo bem-viver, no âmbito público, tendo como um dos campos de pesquisa, as Audiências Públicas para quilombolas organizadas pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Ministério Público Federal, seção Paraíba.

Dito isto, refletimos sobre as questões de gênero, raça e classe a partir do debate interseccional do feminismo negro norte-americano e brasileiro, com autoras negras como Crenshaw (1991), Hooks (1995), Davis (2016), Carneiro (2003), Gonzales (2011), Barros (1995), dentre outras, a fim, de buscar compreender como o processo de negação do direitos das mulheres negras, se constitui como uma lógica aceita na sociedade racismo e sexista, com o objetivo de negar a condição de sujeito social destas mulheres. Nesse sentido, visamos analisar o processo de emergência do feminismo negro como uma resposta ao silêncio da condição de opressão e subalternidade da

mulher de cor tanto no feminismo clássico quanto no movimento negro, por compreender como a violência que incide sobre elas, tem um duplo fator de preponderância o fato de serem mulheres e negras, frisando a importância dos estudos do feminismo negro na crítica o racismo estrutural, mas também, a contribuição destas intelectuais negras na constituição da epistemologia do feminismo negro e da articulação do movimento de mulheres negras em busca de direitos sociais, reprodutivos e de equidade racial.

Assim, o debate da interseccionalidade levantado pelo feminismo negro é um mecanismo de compreensão do processo de exclusão das mulheres negras, trazer esta teoria para a militância do Movimento Social Quilombola na Paraíba, a partir da análise das falas das mulheres quilombolas nos espaços públicos de poder, no caso analisado, a Audiência Pública para comunidades quilombolas na Paraíba realizada nos dias 10 – 11 de Dezembro de 2014 pelo Ministério Público Federal, seção Paraíba, no auditório da Pousada Enseada do Sol no município do Conde, nos possibilita refletir criticamente como o Estado a partir dos seus mecanismos de governança tem negado direitos ao povo quilombola, na Paraíba e no Brasil. E de que forma mulheres quilombolas tem articulado estratégias de resistências para denunciar o abandono do poder público, e reivindicar direitos sociais e territoriais, em um momento atual de ameaça ao direito do povo quilombola, destacar o processo de luta destas mulheres é de suma importância na visibilidade das luta quilombola nos espaços de produção do poder.

Do Movimento Feminista ao Feminismo Negro: Algumas Considerações

O movimento feminista enquanto *práxis* de resistência emerge na Europa na segunda metade do século XIX, como uma resposta das mulheres ao processo histórico heteronormativo e patriarcal de inferiorização da mulher como sujeito social, onde, características físicas e biológicas serviram como mecanismos para negar as mulheres o lugar de fala e a participação político-social, contra essa naturalização da opressão, as primeiras feministas passaram a levantar bandeiras de luta em favor dos direitos sociais e civis das mulheres. Neste sentido o movimento feminista ao reivindicar direitos acompanha as mudanças econômicas, sociais e políticas do mundo em plena industrialização e da consolidação do capitalismo, no qual, as mulheres passaram a ocupar os postos de trabalho e bancos escolares fora de suas casas, o que resultou na diminuição da taxa de fecundidade, na ampliação da expectativa de vida, bem como, na progressiva autonomia feminina (PERROT, 1992;1998). Segundo Louro (1997, p.14-15):

> Na vidada do século XIX, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito ao voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas

> metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. Será no desdobramento da assim denominada "segunda onda" – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.

É necessário salientar que a posição de submissão e silenciamento enfrentada por muitas mulheres se refere a condição da mulher branca, de classe média, pois, as mulheres pobres negras, ameríndias, nunca lhes foi permitido a possibilidade de ocupar tal lugar. Segundo Davis (2013, p.10):

> Na opinião de um historiador "as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa". Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia.

Essa condição anomalia vivenciada por mulheres de cor, de acordo com Davis (2013) levanta questões de enfretamento ao feminismo clássico que ao reivindicar o direito das mulheres, não aborta as questões de gênero, classe e raça, muito menos defende os direitos de mulheres não brancas. Neste aspecto a década de 1960 será marcada por uma virada no movimento feminista no que tange as questões de cultura e a crítica a construção de gênero na sociedade, bem como, a reivindicação da valorização das mulheres enquanto intelectuais produtoras de ciência. Desse

enfretamento aos discursos hegemônicos masculinos, se consolidou a produção de uma epistemologia feminista que buscava desconstruir o andocentrismo[4] como epistemologia cientifica onde havia predominância masculina na ciência, negando a visibilidade das produções cientificas das mulheres, ao fazerem essa crítica os estudos feministas buscam a valorização das mulheres enquanto produtoras de saber/poder[5]. Nesse sentido, o debate de gênero como uma categoria de análise social, emerge nos EUA ainda na década de 1960, com o enfoque nos impactos das relações de gênero e classe, onde o gênero segundo Scott (1990, p. 14) "é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e, sexo é a maneira primordial de significar relações de poder".

As diferenciações entre feminino e masculino, entre o gênero enquanto sexo e enquanto categoria de luta, fortaleceram as pautas feministas ao problematizarem o lugar social da mulher, bem como, a estrutura social patriarcal. Ao compreenderem o histórico processo de opressão as feministas passaram a buscar a democracia de gênero e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, também, visando a quebra da hegemonia do masculino no espaço público (ASTELARRA, 2013). Ao relacionar a condição da mulher pelo viés do gênero com o lugar ocupado por elas na sociedade, os discursos feministas apontam

---

4 Segundo Rago (1998, p.4) é compreendido como "um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam desse modelo de referência".

5 Segundo Machado (2006, p. 28) "Todo saber é político [..] todo saber tem sua gênese em relações de poder [..] O saber funciona na sociedade dotado de poder. É com o saber que se tem poder".

as mulheres como sujeitos de segunda classe, segundo Beauvoir (1967, p.9):

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

O "tornar-se mulher" apontado por Beauvoir (1967) sobrepõe o gênero biológico, para percebê-lo como condição social, performance inventada que definia os papéis a serem ocupados por mulheres e homens na sociedade, sendo assim, a partir da década de 1970 intelectuais feministas americanas e inglesas passaram a utilizar o termo gênero em contraposição ao sexo, nas análises dos fenômenos das relações sociais entre homens e mulheres. Ao levantar diferentes leituras de mundo a partir dos debates de gênero nos debates feministas, a premissa do "torna-se mulher" passou a não se enquadrar as múltiplas vivencias de mulheres que não estavam engessadas na categoria de mulher universal. Contra essa hegemonia e universalização da categoria mulher no feminismo clássico, se levantam as intelectuais negras feministas visando refutar o enquadramento social de mulher branca, heterossexual, europeia e/ou norte-americana, de classe média, por entenderem que mulheres não brancas nunca se sentiram representadas dentro das pautas feministas. Segundo Collins (2016, p.109):

> Negar à mulher negra agência enquanto sujeito e tratá-la como o "outro" objetificado representa ainda uma singular dimensão do poder que constructo de oposição dicotômicos salvaguardam para a manutenção do sistema de dominação.

Esse "outro" visto como objeto apontado por Collins (2016) está relacionado a negação da condição de sujeito enfrentada por mulheres negras, que dentro de uma estrutura social excludente, são tidas como "*outsider*", longo excluídas do acesso a direitos, tal situação, perpassa a problemática da inserção das mulheres negras nos movimentos sociais, fortalecidos pelos papéis[6] criados pela sociedade ocidental para elas. Frente essa condição de não sujeito, as mulheres negras passam a reivindicar a autoafirmação positiva que perpassa pelo autoreconhecimento, nesse contexto, segundo Collins (2016, p. 105):

> A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, auto avaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de "outro" objetificado, é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o "outro" implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco.

Esse ser o outro não se condiciona apenas a situação de invisibilidade frente a mulher branca, e a sociedade racista, mas também, se relacionada a condição como as mulheres negras suas sexualidades, de acordo com Lord (2003) mulheres negras

---

[6] Segundo Davis (2013, p.10) "o Tio Som e Sambo sempre encontraram companhia leal na Tia Jemina e na Mamã Negra – estereótipos que presumem capturar a essência da mulher negra durante a escravatura" tida como sujeito sem personalidade, sem direitos, animalizado, tolo, "as mulheres negras eram "consideradas como "*breeders*", em oposição de "mães", as suas crianças podiam ser vendidas para longe delas como se vendiam crias de animais [...] as mulheres negras como trabalhadoras não podiam ser tratadas como "o sexo fraco" ou como "esposa/dona de casa" (DAVIS, 2013, p.12).

lésbicas enfrentam um duplo silenciamento por serem negras e lésbicas, sendo institucional e intencional esta invisibilidade está presente no movimento feminista e antirracista tornando-as "*sister outsider*" dentro dos grupos subalternizados. Nesse sentido, ao se perceberem como o "outro do outro", ou seja, como um terceiro sujeito depois das reivindicações das mulheres brancas e dos homens negros, estas mulheres passaram a questionar este não lugar nas pautas feministas sobre direitos reprodutivos, econômicos, sociais e civis.

As mulheres negras têm historicamente se levantado contra a estruturante política social de silenciamento e da negação sua condição de sujeito, quando Sojourner Truth, ex-escrava norte-americana, tornou-se oradora na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio no ano de 1851, no seu famoso discurso "E eu não sou uma mulher?" ela nos coloca a sua condição opressão como mulher negra, pois:

> Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer - e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria foi vendida como escravos. Quando manisfestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

Este depoimento-denúncia de Truth no século XIX apresenta-se como uma crítica ao histórico processo de silenciamento da opressão e violência das mulheres negras, onde nunca lhes foi dado o direito de ser frágil. A experiência de opressão da mulher negra na escravidão fortaleceu o feminismo

negro, a partir, das discussões em torno do preconceito racial e da inferiorização da mulher negra, mediante, a outro olhar descolado das pautas universalizantes feministas, Hooks (2000 [1984], p.15) ao refletir sobre o feminismo negro, nos coloca que:

> É essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade nos dá e fazer uso dessa perspectiva para crítica a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como refutar e criar uma contra hegemonia. Eu estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa.

Ao colocar o protagonismo das mulheres negras Hooks (2000) pontua a necessidade de se perceber que a condição marginal vivenciadas por mulheres negras diz muito da estrutura social racista, classista e sexista, por isso, suas falas enquanto produtoras de saber, são tão importantes para o fortalecimento do feminismo negro. Hooks (1995) também nos coloca a difícil tarefa das mulheres negras para se constituírem como intelectuais, ao abordar os processos sociais e culturais de negação da mulher negra como intelectual, no âmbito familiar e na sociedade, Hooks expõe que o trabalho intelectual desta mulheres é um lugar de resistência, de militância, do qual, não representa apenas quebra de paradigmas e estereótipos, mas também, se constitui como uma mudança na visão de que estas não são intelectuais, pois, ao escreverem denunciam a perpetuação dos preconceitos e opressões de gênero, raça e classe.

Crenshaw (1991) analisa as opressões de gênero, raça e classe vivenciadas pelas mulheres negras a partir do viés da interseccionalidade, como um motor de propulsão da violência de

gênero que recai sobre elas legitimada pelo sistema de dominação racista e sexista potencializa as violências na questão familiar (âmbito privado) e a agressão sexual errante (aberracional) exemplificadas por agressões físicas/psicológicas e estupros incidem de forma diferente nas mulheres não brancas, tanto pela posição de marginalização social que ocupam quanto pelo histórico processo de racismo e sexismo, onde a estrutura social legitima essas violências. Por isso, a necessidade de se pensar essas questões pelo viés da interseccionalidade, que segundo Crenshaw (2002, p.177):

> É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas especificas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, construindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Crenshaw (1991) ao discutir as relações entre gênero e a interseccionalidade nos aponta outros mecanismos estruturais como o racismo e o heterossexismo que são utilizados pelo sistema de dominação racial como aportes discriminatórios para criar/manter desigualdades básicas que estruturam a posição de inferioridade das mulheres não-brancas, condicionadas pela raça, etnia, classe, orientação sexual etc. Neste contexto os debates sobre feminismo negro no Brasil ganham força a partir da década de 1980, com a articulação de intelectuais negras que dentro do movimento negro que passam a denunciar o racismo e o sexismo, assim como o não lugar dentro do movimento negro, bem como,

do movimento feminista. As intelectuais negras brasileiras ao introduzem o debate interseccional em suas reflexões críticas sobre os efeitos da escravidão e a condição da mulher negra na sociedade brasileira, nos colocam que a condição de não sujeito vivenciada por mulheres negras representa um duplo preconceito de raça e gênero, que inter-relacionadas a questão de classe e ao debate interseccional estabelece a cor de quem são os corpos tidos como descartáveis e os que mais sofrem com a violência de gênero.

Segundo Gonzales (1988, p.139) a identidade da mulher negra e da mulher ameríndia bem como seus corpos foram sempre marginalizados desde a colonização elas são tidas na condição animalizada, são vistas como "burro de carga do sexo", como objeto de fetiche, são as "mulatas", as "empregadas domésticas", as "amas de leite", nunca como seres humanos, tal visão, conforme Gonzales (1988) é fruto da colonização branca que teve como ideal retirar a condição de sujeito das mulheres de cor, a fim de subjugá-las. Carneiro (2003, p.49) ao inter-relacionar a histórica formação das Américas com a negação da condição de ser humano do povo negro na diáspora, nos expõe que:

> São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação do vencedor.

A coisificação e violência/violação de gênero, vivenciadas pelas mulheres negras e ameríndias, perpetradas pelos invasores brancos no Brasil e na América Latina, resultaram na miscigenação forçada e tem reflexo no legado de opressão e

preconceito da condição de mulher negra no Brasil atualmente, de acordo com Carneiro (2003, p.49):

> O "cimento" de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como "a grande teoria do esperma em nossa formação nacional", através da qual, segundo Gilliam: "o papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra mulheres negras foi convertida em um romance".

Essa opressão de gênero e raça fundamentada pela violência/violação faz parte da narrativa de Gonçalves (2012) ao trazer as vivencias de uma ex-escrava de origem africana, materializando no campo da ficção os processos de violência de gênero, social e cultura que mulheres negras sofreram na escravidão atlântica, pontuando como o sistema escravista brasileiro fundamentado no poder patriarcal da casa grande, imprimiu violência cultural, sexual e simbólica sobre a mulher negra. Gonzales (2011) ao reivindicar um feminismo afro-latino-americano visa justamente denunciar de maneira crítica os processos de silenciamento e violência de gênero que mulheres negras e ameríndias historicamente vivenciam, por isso, a necessidade de se fundamentar um pensamento afro-americano que faça uma reflexão crítica desse não lugar a partir da experiência da mulher negra, para Gonzales (1988, p. 100) é importante destacar:

> A maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminista em nosso país. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das

> camadas mais pobres etc., etc., não atentam para o fato da opressão social.

Essa invisibilidade das mulheres negra nos discursos feministas, é colocada por Gonzales (1988) como um *logus* da opressão social e de gênero, onde as experiências de r-existência do feminismo negro se moldam a partir da denúncia do racismo e do sexismo e da luta por políticas sociais de equidade racial e de gênero, bem como, da valorização das múltiplas experiências que mulheres negras vivenciam na construção de suas identidades individuais e coletivas. De acordo com Barros (1995, p.461):

> Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto não existe uma identidade única pois a experiência de ser mulher se da de forma social e historicamente determinadas.
> Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos de movimento negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivia através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras a luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas.

O caráter intersecional presente no discurso do feminismo negro no Brasil, vem como um mecanismo de engrenagem na percepção da condição de marginalidade das mulheres negras, por isso, não há como pensar o lugar social das mulheres negras, sem articular questões de gênero, raça e classe como

determinantes sociais. Carneiro (2003) nos coloca que o movimento de mulheres negras no Brasil é reconhecido internacionalmente não apenas por sua trajetória de luta em prol de direitos, mas também, pela articulação social e política de empoderamento e protagonismo para além dos movimentos feministas e antirracista, Davis (2017) em uma conferência no Brasil sobre mulheres negras, colocou que o feminismo negro norte-americano, tem muito a aprender com a experiência latino-americana do feminismo negro brasileiro na sua luta pelo bem-viver.

Roland (2000) ao mapear a história da articulação de mulheres negras enquanto movimento social no Brasil, nos coloca que a emergência de várias organizações e grupos de mulheres negras a partir da década de 1980, como reflexos da abertura política do período de redemocratização, da visibilidade e luta pelo pleno exercício da cidadania, por meio de eixos considerados fundamentais: a saúde, a educação, a identidade racial, a comunicação, o bem-estar, a violência e a formação. Tais, eixos visam a reivindicação e conquista de políticas sociais que abarquem as demandas específicas das mulheres negras construindo mecanismos de enfretamento da violência social, de gênero e contra o racismo estruturante. Para Carneiro (2003, p. 51): “as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira”, por isso, é tão importante a visibilidade da pauta do movimento de mulheres negras, na quebra do histórico processo social de marginalização e opressão de gênero, classe e raça.

Movimento Social Quilombola na Paraíba e a Participação das Mulheres Quilombolas nas Audiências Públicas do MPF/PB

Os quilombos no Brasil historicamente têm se constituído como lugares de resistência negra, sendo definidos no período colonial pelos aparatos repressivos a serviço da coroa portuguesa como "toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles", os quilombos receberam diferentes nomes nas Américas conforme Gomes & Reis (2013, p.10): "na América espanhola, *palenques*, *cumbes*, etc; na inglesa, *marrons*; na francesa. *Grand maroonage*, (para diferenciar da *petit maroonage*, a fuga individual, temporária). No Brasil esses grupos eram chamados [..] de *quilombos* e *mocambos*". Os quilombos históricos têm em sua gênese a experiência de resistência na diáspora africana[7], encontrando nas Américas diferentes formas de organização social para resistirem, de acordo com Nascimento (2008, p. 77) os *Kilombos* na África segundo a organização de mundo do povo banto são:

> Os campos político-administrativo, econômico (representando variadas formas de produção de bens comerciáveis), cultural, tecnológico e, principalmente,

[7] Segundo Edwards (2017) pensar a diáspora como conceito é discutir os efeitos do Pan-africanismo e do Atlântico Negro como uma síntese político, cultural e sociológica de uma África transcontinental enquanto permanência de legado cultural e histórico, é repensar a diáspora como continuidade, mas também, como ruptura, por meio das múltiplas vivencias de afro descentes e africanos experimentaram foram do continente africano, assim, a diáspora representa não um deslocamento de povos africanos de forma compulsória ou não, mas se constitui como um *décalage* uma articulação entre corpo, cultura e resistência legado do povo africano no mundo.

> psicossocial (o da força vital). O *Kilombo* sintetizava tudo isso, potencializado no indivíduo e no grupo de indivíduos territorializados em qualquer área, delimitada pelo espaço visível, invisível e, finalmente, cósmico.

Por essa razão os quilombos históricos não podem ser apenas vistos como habitação de pessoas escravizadas em fuga, são na verdade, espaços de experiência africana atlântica que no território que viria a ser o Brasil, se ressignificaram enquanto força vital de r-existência, solidariedade e sociabilidade entre pessoas de cor de diferentes condições jurídicas no período da escravidão, e posterior a ela, se modificam em seu significado por meio da experiência dos remanescentes quilombolas de passado escravista ou não, que sofrem os efeitos da colonialidade por meio da exclusão e do racismo institucional na negação de seus direitos.

Os quilombos na contemporaneidade adquirem novas conotações políticas e sociais, "ressurgindo" enquanto movimento social organizado no período da Constituinte de 1987, segundo Leite (2003) falar de quilombolas e quilombos atualmente é repensar a posição que historicamente ocupam na sociedade brasileira, passando a percebê-los como grupo étnico que ocupam secularmente o mesmo território, para Arruti (2010) de quase "folclóricos" os quilombolas emergem enquanto ativistas incômodos em meio a favelas, cotistas, sem-terra, indígenas, etc. Segundo Dagnino (2004) os quilombolas estão entre os "novos" sujeitos que reivindicam uma "nova cidadania" e direitos também de um "novo tipo", para Porto-Gonçalves (2002) e Lima (2014) esses "outros" sujeitos, e não "novos" sujeitos sempre existiram e reivindicam a visibilidade de suas demandas.

O Estado brasileiro ao atribuir aos remanescentes quilombolas a categoria jurídica de "quilombolas" instituída no art. 68 da ADCT (BRASIL, 1988) e fortalecida pelo Decreto 4.887/03 (BRASIL, 2003) por meio do critério de autodeterminação identitária e cultural, longe de garantir direitos criou na verdade uma "classificação" sem levar em conta as múltiplas experiências do povo quilombola (O´DWYER, 2002), (ARRUTI, 2015), o que torna a titulação territorial uma verdadeira "*Via Crucis*" (BANAL, 2013), assim como abriu precedentes para contestações da legitimidade do direito do povo quilombola a terra, como exemplo podemos citar a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 3239 movida pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM) que defendia a inconstitucionalidade do Decreto 4.887/03, esta ADI atacava diretamente o direito do povo quilombola ao território foi considerada ilegal pelo STF em fevereiro de 2018.

Estas questões incidem diretamente na agilidade dos processos de demarcação dos territórios quilombolas e no acesso e permanência de políticas públicas de equidade racial, sendo de suma importância sua problematização, tendo em vista, o contexto de desmonte do estado social de direitos iniciado com o golpe de 2016 que retirou o mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff, assumindo seu vice Michel Temer, e sua continuidade com as eleições 2018 do qual, onde a demarcação de terras "quilombolas e indígenas" foi constante tema de contestação do direito destes povos tradicionais, este cenário que se configura como uma ameaça não apenas a continuidade de posse dos territórios tradicionais já titulados, mas também, a possibilidade de novas titulações, bem como dos direitos sociais, da dignidade e cidadania do povo quilombola brasileiro.

Na conjuntura de ameaça aos direitos sociais em voga no Brasil, nunca foi tão importante dar visibilidade aos movimentos sociais, no que compete nossa análise, na articulação do movimento social quilombola, que tem como entidade maior a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas - CONAQ criada em 1996, que em seus 22 anos de atuação tem lutado em prol de políticas públicas para o povo quilombola e do fortalecimento dos movimentos quilombolas nos estados brasileiros, entre eles, destacamos da Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba – CECNEQ criada em 2004, por meio da articulação do Movimento Negro Paraíbano (FONSECA, 2012), da Ong AACADE[8] e de lideranças dos quilombos paraibanos que tem como objetivo o acesso a políticas sociais do povo quilombola e a representatividade quilombola dentro e fora do estado da Paraíba.

Pensar a luta do movimento social quilombola na Paraíba, é também pensar o lugar social que as mulheres quilombolas ocupam nele, pois, elas são as guardiões dos segredos dos quilombolas, sabem dos atos e dos fatos, conhecem as artes da cura do corpo e da alma, a presença feminina na articulação dos quilombos é predominante, trabalhos como de Monteiro (2013) nos expressam a luta das mulheres quilombolas na vida pública e nas decisões em seus quilombos. As mulheres quilombolas, trazem consigo não apenas o dom de gerar vida, mas também, o de gerir a vida social, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva voltada permanência da comunidade, por meio, da valorização do território como um espaço de poder/saber, da relação entre os sujeitos, de parentesco, de

[8] Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro descentes criada em 1998 (AACADE,1998).

ancestralidade (HAESBAERT, 2004; BANAL & FORTES, 2013).

Desta forma, pensar a mulher quilombola como um sujeito social é compreender o processo histórico de lutas do povo quilombola, no qual, as mulheres tiveram papéis importantes como as dandaras, as terezas, lutando por terra, por direitos, pela vida. Os territórios quilombolas são grafados nas vivências destas mulheres "se confunde com a própria personalidade das comunidades" (MPF/PB, 2014, p.10) são lugares de memória, de resistência e de reprodução de vida. Por isso, compreender como o território se articula na ação das mulheres quilombolas por direitos sociais, é perceber que o território é vida, é continuidade dos quilombos e as mulheres geram a vida, geram a mobilidade e a sociabilidade em terras quilombolas.

Sendo assim, direcionamos nossos olhares para a participação das mulheres quilombolas nas Audiências Públicas organizadas pelo Ministério Público Federal – MPF, seção Paraíba, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC, estas audiências fazem parte da nossa análise, pois, representam espaços públicos de visibilidade da luta quilombola por políticas públicas. Iniciadas no ano de 2010[9], estas audiências tem o intuito de acompanhar a promoção de políticas públicas para os quilombolas na Paraíba, tornando-se contínuas a partir do ano de 2013, com a posse do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão José Godoy Bezerra de Souza que atualmente foi reconduzido ao cargo. A Audiência Pública

[9] Ver artigo online: MPF/PB mostra atuação em 2010 na defesa dos direitos constitucionais do cidadão. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/em-2010-mpf-pb-mostra-atuacao-na-defesa-dos-direitos-constitucionais-do-cidadao>. Acesso em: 25/01/2019.

que analisada foi realizada no ano de 2014 entre os dias 10 e 11 de dezembro de 2014, no município do Conde, no auditório da Pousada Enseada do Sol, sendo organizada pela PRDC, que contou com a participação do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, além do Procurador da região de Sousa e da Região de Campina Grande, bem como de representantes dos órgãos do Estado – União, Estado e Município -, das 40 comunidades quilombolas paraibanas, de ONGs, pesquisadores e militantes.

A Ata desta audiência que utilizamos como fonte documental, é formada pelo registro de grupos de trabalho o primeiro formado pelas comunidades quilombolas da região de Patos e o segundo formado pelas comunidades da área da Procuradoria de João Pessoa, Campina Grande e Sousa. Destacamos na referida audiência as falas de 08 mulheres quilombolas, que ao exporem suas demandas, inter-relacionam 04 eixos importantes na luta por direitos sociais e territoriais.

As demandas que foram explicitadas pelas mulheres quilombolas, permeiam 04 eixos importantes, são eles: território, violência, educação e saúde. Destacamos essas reivindicações pois dialogam com a perspectiva crítica do debate do feminismo negro e da luta do movimento de mulheres no Brasil pelo direito ao bem-viver.

As demandas foram dispostas no quadro a seguir:

Quadro 1 – As falas das mulheres quilombolas na Audiência Pública do MPF/PB.

Região Patos						
Comunidades quilombolas	**Município**	**Nome da Liderança**	**Demandas**			
			Território	**Violência**	**Educação**	**Saúde**
Santa Teresa	Coremas	Sra. Joana	Atraso na regulamentação fundiária, que dificulta a agricultura, presença de empreendimentos irregulares.	Ameaça e atendados as pessoas da comunidade	Não foi informado.	Não foi informado.
Mãe D' água	Coremas	Sra. Maria	Impossibilidade de construir no território, presença irregular de empreendimentos, não foi realizado o cadastro das famílias pelo INCRA.	Agressões verbais, e mal funcionamento do Conselho Tutelar na comunidade.	Não foi informado.	Não foi informado.
Talhado Rural	Santa Luzia	Sra. Dora	Fornecimento de água é irregular e depende de carro pipa do exército, das 50 casas que seriam construídas pela FUNASA, apenas alguns banheiros foram feitos.	Não foi informado.	A escola municipal foi fechada sem explicações.	Inexistência de posto de saúde na comunidade o que obriga as pessoas a se deslocarem 24 km para ter atendimento médico.

Região Procuradoria de João Pessoa, Campina Grande e Sousa.						
Comunidades quilombolas	**Município**	**Nome da Liderança**	**Demandas**			
			Território	**Violência**	**Educação**	**Saúde**
Pedra D' água	Ingá	Sra. Fátima	Acesso a comunidade só é possível no verão, pois, no inverno a estrada fica intransitável.	Não foi informado.	A escola da comunidade funciona em situação precária, só existe a oferta do Ensino Fundamental I e II, para prosseguir os estudos os jovens tem que se deslocar para outra localidade.	Não foi informado.
Paratibe	João Pessoa	Sra. Tereza	Ausência de regulamentação territorial, avanço da especulação imobiliária, licenças irregulares dadas pela PMJP.	Não foi mencionado.	Não foi mencionado.	Existem 2 PSF que atendem a comunidade, mas ficam muito distantes da comunidade.
Mutuaçú	Conde	Sra. Luzia	Não há consenso sobre a regulamentação da terra por parte da comunidade, por medo dos grandes fazendeiros da região.	Fraude na construção de casas do Programa Minha Casa Minha vida, que levou aos beneficiários da comunidade a mover processo contra os órgãos responsáveis pela construção e financiamento.	Não foi mencionado.	Não foi mencionado.

Caiana dos Crioulos	Alagoa Grande	Sra. Lourdes.	Estrada de acesso em péssimas condições o que dificulta o acesso a comunidade.	Não foi mencionado.	Não foi mencionado.	No projeto de construção de 75 banheiros pela prefeitura, só foram construídos 30 banheiros, ainda existem casa de taipa o que aumenta o risco da transmissão da Doença de Chagas. A péssima condição da estrada de acesso já levou ao nascimento de várias crianças quilombolas no trajeto entre a comunidade e o hospital mais próximo.
Grilo	Riachão do Bacamarte	Sra. Vera	Acesso precário a comunidade, piorando a situação no inverno.	Não foi mencionado.	Escola com má estrutura e merenda de péssima qualidade, mesmo a escola recebendo verba por ser em área quilombola.	O posto foi desativado na comunidade, o que funciona na proximidade não tem estrutura, nem médicos e medicamentos, para se ter um atendimento médico é necessário se deslocar ao município de Riachão do Bacamarte.

Fonte: Ata da Audiência Pública – MPF/PB (MPF/PB, 2014).
Organização: COSTA, I. E.
Obs.: Os nomes das lideranças foram trocados por questões de segurança e preservação da identidade das mulheres lideranças quilombolas que participaram desta audiência.

Nesse sentido, a presença de mulheres como representantes dos quilombos na Paraíba, são reflexos do empoderamento[10]

[10] Segundo Batliwala (1994, p.130): "o termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que dimensionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles, não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e

social e político fruto da autodeterminação de si na luta em suas comunidades e do espaço de debate público aberto nas audiências públicas, onde elas vivenciam o direito ao seu lugar de fala, como mulheres, como lideranças, que denunciam negações de direitos na luta por equidade de acesso a políticas sociais.

Como explicitado o território[11] é condição primordial para o acesso a políticas públicas e a manutenção da vida quilombola neste depende da sua titularidade, com isso, as mulheres quilombolas colocam que regulamentação fundiária é condição para existência quilombola, sem território não há quilombo, por isso a existência de empreendimentos irregularmente construídos em seus territórios, fruto de invasões e de licenças irregulares concedidas pelas prefeituras ameaça a continuidade e permanência destas comunidades, tendo em vista, que a incursão de terceiros modificam a paisagem além de não terem compromisso com a preservação ambiental, cultural e simbólica. O acesso precário as comunidades também refletem na continuidade no território, pois, o isolamento das comunidades no inverno, atentam a direitos sociais, como o de ir e vir, bem como, a outros que incidem sobre a vida, o direito ao acesso a água

---

direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos". Trad.: SANDENBERG (2018, p. 6).

[11] Segundo Haesbaert (2001, p. 6774) "o território nasce como uma dupla conotação, material e simbólica, pois, etimologicamente aparece tão próximo da *terra-territorium* quanto do *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com a dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra ou no "*territorium*" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufluí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação".

potável, tais negações estão presentes nas denúncias sobre a dificuldade de acesso a água por que o abastecimento é feito por carros pipa do exército que não chegam a comunidade por conta da estrada,

É importante destacar ainda na questão territorial, como a demora do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no cadastramento das famílias quilombolas, o que incide no atraso dos laudos antropológicos, o reduzido contingente de funcionários do INCRA também contribui nesse processo, pois, é queixa constante na audiência já mencionada, outra questão relevante é o desvio de verbas e a não conclusão de obras estruturais de habitação e saneamento básico, do programa do Governo Federal "Minha casa, Minha vida", e a construção de banheiros nas casas quilombolas, estas fraudes já levaram segundo as denunciantes os beneficiários quilombolas a se envolverem em processos judiciais, o que denota perceber que o mal uso do dinheiro público é um reflexo do racismo nestas comunidades, que interferem na manutenção da vida no quilombo, bem como, na integridade dos quilombolas e das lideranças que veem em seus territórios obras inacabadas que geram instabilidade nos quilombos.

A violência também se faz presente no relato destas mulheres ao denunciarem ameaças, agressões físicas, e o medo que as comunidades têm dos grandes proprietários de terra que usurpam seus territórios quilombolas, ao colocarem estas questões as mulheres quilombolas pontuam que a violência de gênero é grande, pois, muitas delas já sofreram ameaças e entre as denunciantes existem lideranças que estão no programa de proteção a testemunha. A violência nos quilombos é intensificada quando a liderança é mulher, fato que inter-relaciona sua condição de gênero e raça, no livro "*Racismo e Violência contra*

Quilombos no Brasil" (2018) produzido pela CONAQ, em parceria com a Ong Terra de Direitos foi realizado um mapeamento dos registros de racismo e violência nos quilombos rurais e urbanos brasileiros entre os anos de 2008 a 2017, os dados apresentados no lançamento do livro na Paraíba na sede do MPF/PB no dia 06/12/2018 aponta o cenário de acirramento da violência contra quilombolas, onde a violência de gênero contra mulheres quilombolas é colocada em destaque pela tipificação dos crimes de morte das lideranças: feminicídio, homicídio e estupro seguido de morte. Os dados apresentados pela CONAQ e a Terra de Direitos, inter-relacionados com as falas das lideranças na Paraíba, nos colocam um cenário de violência onde as mulheres quilombolas enfrentam ameaças constantes por serem mulheres e negras, o que reflete na crueldade dos crimes que recaem sobre estas, por isso, a analise da condição de violência nos quilombos também deve ser compreendida pelo viés intersecional, pois, a condição de gênero e raça importa na forma como as lideranças sofrem a violência.

Outro fator que marca a negação de direitos nas comunidades quilombolas está refletido no fechamento de escolas quilombolas sem nenhuma explicação por parte dos municípios, o que fere o direito ao acesso à educação, levando as crianças e jovens da comunidade a terem que percorrer grandes distancias para poderem estudar, a falta de oferta do Ensino Médio nas comunidades que possuem escolas funcionando também é um ponte negativo, que incide na continuidade dos estudos, a condição precária de funcionamento destas escolas denunciadas pelas lideranças, bem como, a falta de uma merenda de qualidade, e a não aplicação do repasse das verbas predestinas a escolas quilombolas, também contribuem na efetividade do racismo institucional e da má gestão de recursos públicos que

penalizam as crianças e adolescentes quilombolas a um acesso educacional precário.

A negação do direito à saúde, é outro ponto importante nas denúncias das mulheres quilombolas, onde a inexistência de atendimento médico tanto em comunidades rurais quanto nas urbanas, dificultam a efetividade do programa de atenção básica a saúde, nos relatos acima descritos encontramos as queixas de falte de médicos, falta de medicamentos, da distância que os quilombolas percorrem a pé e/ou em transportes para poder ter acesso a um atendimento médico em estradas precárias que já levaram ao nascimento de várias crianças quilombolas no caminho da comunidade ao hospital, incidem nas questões de gênero, pois, as mulheres quilombolas sofrem duplamente na negação dos direitos de assistência à saúde reprodutiva e a saúde de seus filhos, outro fator importante é a vulnerabilidade destas comunidades a verminoses por falta de banheiros e a doença de Chagas pela existência de casas de taipa, todas as questões levantadas materializam o racismo do Estado que penaliza as comunidades quilombolas.

Dito isto, as denúncias apresentadas pelas mulheres quilombolas no espaço da Audiência Pública do MPF/PB, dizem muito do que o Estado brasileiro em seus diferentes campos de atuação tem deixado de fazer, o abandono histórico e os entraves burocráticos se materializam na precariedade com que vivem as comunidades quilombolas na Paraíba e no Brasil. O Estado ao deixar de efetivas políticas sociais, perpetuando o legado de opressão, racismo e invisibilidade das comunidades quilombolas ao negar o acesso a direitos básico como habitação, saúde, educação e a posse de seus territórios. Neste contexto, o papel das mulheres quilombolas como porta voz de suas comunidades, é de suma importância, não apenas na denúncia da negação de

direitos, mas também, na visibilidade das questões de gênero, raça e classe como fator interseccional que potencializa o racismo que vivenciam no cotidiano.

Nesse sentido, ao expor a situação de abandono de suas comunidades nos espaços públicos de poder, como a referida audiência pública as mulheres quilombolas pontuam que o território é condição fundamental para o acesso de políticas públicas, "[...] sem a garantia do território nenhuma das políticas públicas poderá ser implementada de modo adequado" (MPF/PB, 2014, p.10). O insucesso da aplicabilidade das políticas públicas relacionada as questões de gênero, raça e classe, materializam a condição de não sujeito vivenciada historicamente por mulheres e homens quilombolas que já "esperaram demais, por vários séculos, para serem reconhecidos como seres humanos e cidadãos brasileiros" (CECNEQ, 2016, p.1). E que continuam a vivenciar em seus corpos a opressão e a violência do Estado, por isso, espaços de fala como as audiências públicas do MPF/PB precisam continuar existindo para que as comunidades quilombolas tenham lugar de fala e possam reivindicar seus direitos frente aos órgãos estatais que em tese deveriam promovê-los, com isso, as mulheres quilombolas ao denunciarem o abandono e o racismo institucional em suas comunidades, lutam por suas famílias, pelas gerações futuras e pelo espaço de participação social e política por elas conquistado.

Considerações Finais

De acordo com o explicitado ao longo deste artigo buscamos compreender como as relações interseccionais de gênero, raça e classe incidem sobre a condição da mulher negra,

a partir, do debate do feminismo negro norte-americano e brasileiro, no intuito de perceber que o processo de violência e opressão vivenciado por mulheres de cor, diz muito do lugar social que historicamente tem sido posto para estas mulheres, assim como, perceber as diferentes formas de violência física, cultural e simbólica que atingem as mulheres negras por um fator interseccional, pelo fato de serem mulheres e negras, por isso, a visibilidade social de sua lutas e a articulação destas mulheres nos movimentos sociais, é tão importante no enfrentamento diário da violência de gênero, do sexismo, do racismo e da negação da sua condição como sujeito social, político e participativo.

Nesse aspecto, a organização das mulheres quilombolas na Paraíba, a partir da emergência da CECNEQ e da sua atuação nas audiências públicas do MPF/PB, dialoga com o debate interseccional pois, ao denunciarem situações de violência, de negação de direitos sociais e o racismo institucional que dificulta a titularidade de seus territórios e a efetividade de políticas públicas, estas mulheres se colocam frente ao Estado e a uma sociedade racista e sexista tem lhes negado o direito a fala e o acesso a políticas sociais. Com isso, ao reivindicarem políticas públicas para suas comunidades as mulheres lideranças quilombolas trazem em suas falas o debate teórico do feminismo negro *in loco*, por que, vivenciam a opressão por questões de gênero, raça, classe, e principalmente, por etnia, tendo em vista que, os quilombolas ainda lutam no Brasil atual por visibilidade e direitos sociais que historicamente lhes tem sido negado.

Referências

ASTELARRA, J. Democracia, Género y Sistema Político. In: MEENTZEN, A. y GOMÁRIZ, E. *Democracia de género, una propuesta inclusiva.* Fundación Heinrich Böll, Impresso en El Salvador por: Econoprint S.A, 2003, p. 26-39.

AUDIÊNCIA PÚBLICA; de 10 e 11 de Dezembro de 2014. *Trata de reunião dos GTs Comunidades quilombolas da área da Procuradoria de João Pessoa, Campina Grande e Souza e da região de Patos*. MPF/PB.

ARRUTI, J. M. A.P. Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto das políticas públicas para quilombolas. In: PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. Superintendência da Educação. *Educação escolar quilombola*: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: SEED, 2010. p.101 (Cadernos temáticos dadiversidade).

_____. Quilombos e Cidades: breve ensaio sobre processos e dicotomias. In: BIRMAN, P. (org). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes, ordens e resistências*. RJ, FGV. 2015.

BANAL, A. "A Via Crucis" das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. In: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (org.). *Quilombos da Paraíba*: a realidade de hoje e os desafios para o futuro. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013. pp:18-43.

BAIRROS, L. Nossos Feminismos revisitados. *Revistas Estudos Feministas*. Florianópolis, n.2/1995, p. 458-463. Disponível no endereço eletrônica da REF: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15/01/2019.

_____. Decreto nº 4. 887 de 20 de Novembro de 2003. *Regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas*. Brasília: Presidência da República, Casa civil, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 15/01/2019.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*, v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2ª edição,1967.

BATLIWALA, S. "The meaning of women's empowerment: new concepts from action". In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), Population policies reconsidered: health, empowerment and rights, Boston: Harvard University Press, 1994, pp.127-138. Trad. SANDANBERG, C.M.B. Conceituando "empoderamento" na perspectiva feminista. *Anais...* In: I Seminário Internacional: Trilhas do empoderamento de mulheres. Projeto Tempo, NEIM/UFBA, Salvador, 2018. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em> 15/01/2019.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, vol. 17, n.49; pp. 117-32, 2003.

CRENSHAW, K. *Maping the Margins*: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. vol. 43 no. 6, 1991, pp. 1241-1299. Disponível em: https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-políticas-de-identidade-e-violência-contra-mulheres-não-18324d40ad1f

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas,* 10, 2002.

_____. K. W. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*. 2017 [1993] Trad. Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 10/02/2019.

CECNEQ. *Carta dos Quilombolas*. Paraíba, 2016.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider whithin: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº 1, Janeiro/Abril 2016, pp. 99-127. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 10/02/2019.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalización. Caracas:FACES, Univ. Central de Venezuela, 2004, p.95-110.

DAVIS, A. Mulher, raça e classe. Trad Livre, Plataforma Gueto, 2013.

D'Angelo, H. Ângela Davis: Os EUA têm muito a aprender com o feminismo negro brasileiro. Revista Cult Online. Julh/2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/angela-davis-no-brasil/>. Acesso em: 27/10/2018.

EDWARDS, B. H. Os usos da diáspora. *Revista Translatio*. Porto Alegre, n. 13, 2017, p. 40-71. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/74384/42059>. Acesso em: 27/10/2018.

FONSECA, I. da S. Registros sobre o Movimento Negro da Paraíba. In: TELLA, Marco Aurélio Paz (Org). *Direitos humanos, população afro-paraibana e mulheres negras*. João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

GONÇALVES, A. M. *Um defeito de Cor*. 8a ed. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2006].

GONZALES, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

_____. Por um feminismo Afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n.1, Batalha de Ideias: AfroLatinoAmérica, 2011, pp.12-21. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod_resource/content/ 0/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-do-CP_1.pdf 4>. Acesso em: 27/10/2018.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da Desterritorialização e Multiterritorialidade. Rio de Janeiro. In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, v. 3, 2001.

HOOKS, B. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras*, Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, vol. 3, n. 2, pp. 464-478, 1995. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/10112009-123904hooks>. Acesso em: 27/10/2018.

_____. HOOKS, B. *Feminism Is For Everybody*: Passionate Politics. London: Pluto Express, 2000 [1984], p.15.

LEITE, I. B. Quilombos: questões conceituais e normativas. *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*, v. 01, p. 01-05, 2003.

LIMA, E. L. de. *Encruzilhadas geográficas*: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social critica. 1ª ed. RJ: Consequência, 2014.

LORD, A. *La Hermana, la estranjera*: artículos y conferencias. Trad. Maria Cordeiro. San Cordoba; Madrid: Editorial Horas, 2003 [1984].

LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, R. Por uma genealogia do Poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. (Org.) MACHADO, Roberto. 28.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MONTEIRO, K. dos Santos. *As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2013.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *A cultura em movimento*: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008 [1980O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: _____. (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PERROT, M. *Os excluídos da História*: operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Ed, 1992.

_____. *Mulheres públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

PORTO-GONÇALVES. C. W. Da geografía às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades, em Ceceña, Ana Esther y Sader, Emir (coordinadores) La Guerra Infinita. Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.RAGO, L. M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J; GROSSI, M. (orgs) *MASCULINO, FEMININO, PLURAL*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REIS, João José; SILVA; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio*: História dos Quilombos no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma. 2012

ROLAND, E. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara*: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.

SCOTT, J. Gênero – uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade.* Porto Alegre: Jul/Dez, 1990, vol. 18, nº 2.

REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO URBANO NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: quando a cidade torna-se canção

Isley Borges da Silva Junior

Midiane Scarabeli Alves Coelho da Silva

Introdução

A máxima "uma imagem vale mais que mil palavras" poderia, sem prejuízo, dar conta de explicar a gênese deste trabalho. A música popular, imagem da sociedade e da cultura brasileira, pode-se dizer com muita riqueza sobre o espaço urbano e sua produção. A linguagem metafórica, poética e artística da música não possibilita vislumbrarmos o espaço urbano como estanque e constituído casualmente. Certamente, tal espaço urbano, por ser meio de tensões, conflitos, emoções, objetividades e subjetividades é repleta de práticas sociais e culturais que a moldam e a influenciam.

Esta investigação objetiva, em realizar primeiramente, uma aproximação entre geografia e música. A geografia da música, apesar de um século de existência, conta com os olhares dos geógrafos há pouco tempo. A contemporaneidade, por colocar em xeque as verdades universais e as certezas modernas, mostrou-se como terreno fértil para análises científicas que consideram a centralidade da cultura (assim como das práticas sociais que as envolvem), o que, provavelmente, justificaria as muitas pesquisas que emergem e relacionam a ciência geográfica com a música, com a religião, com as artes. Objetiva, após, tratar da produção

do espaço urbano sob uma ótica original, reflexiva e crítica, fazer com que os conhecimentos em torno desta temática possam ser apreendidos quando ouvimos as canções de nossa terra, de nosso país.

Justifica-se por ser material de utilidade teórica e didática. É possível, a partir dele, pensar nos lugares e sons: nos lugares e nos seus sons, nos sons para os lugares, nos lugares dos sons, nos sons sobre algum lugar. Mais que isso, permite a compreensão da história do processo de produção da urbanidade através do ouvir, método que já se demonstrou fecundo quando se trata do ensino, principalmente por ser lúdico e criativo.

Cabe esclarecer nesta seção introdutória o que compreendemos por produção do espaço urbano e de que maneira atrelamos algumas músicas brasileiras a esse processo. O espaço da urbanidade não está aí por um acaso, não surgiu e não brotou como o faz um dado da natureza. É produzido e modelado a todo instante pelos indivíduos, empresas, poder público, atendendo a lógicas públicas, privadas, financeiras, exploratórias, transformadoras, enfim. O que se sabe de mais certo é que o que reconhecemos hoje como cidade que acumula em sua malha partes significativas da história e da cultura humana. Sabe-se, também, que o espaço urbano nestes tempos atuais sofre verdadeiro frenesi identitário, sendo caracterizado, ele mesmo, como sujeito: “a cidade quer progredir”, “a cidade precisa de um plano estratégico que a coloque em um cenário de produtividade e competitividade, “a cidade precisa ser reorganizada”. Raramente são os indivíduos, habitantes de uma cidade, que decidem os seus rumos, já que o poder econômico, o grande capital, tende a esvaziar o urbano de política e fazer dele mesmo uma motriz dos desejos privados.

Canções de compositores brasileiros como Caetano Veloso, Chico Science, Gilberto Gil, Karnak e outros, versam sobre a cidade, suas (des)igualdades, ritmos e cores. Nelas é possível identificar desde a surpresa de uma interiorana com a maneira como a grande cidade lhe atravessa, até a cidade que é o avesso do humano, que lhe desestrutura para lhe (re)estruturar à sua vontade; desde a doída desigualdade social que segrega populações em lugares sem qualquer estrutura. É a música, fruto de um contexto, produzida por sujeitos históricos, que alimenta-se do cotidiano tupiniquim para tecer as suas produções, que dão o tom a este artigo.

Para esta pesquisa, adotamos o método qualitativo de análise, que abarcou revisão da literatura sobre as temáticas da órbita da discussão proposta (pesquisa teórica) e análises feitas à luz dos estudos sobre a produção do espaço urbano (SINGER, 1997; SPOSITO, 1999; VILLAÇA, 2001) e, especialmente, acerca da cidade na contemporaneidade (ARANTES, 2000; MARICATO, 2000; VAINER, 2000; MONTE-MÓR, 2007), uma vez que as músicas que serão analisadas dão conta das cidades e de seus aspectos mais recentes.

A seguir, apresentamos algumas considerações sobre o espaço urbano e sua produção. Após, lançamos mão de um histórico acerca de Geografia em intersecção com a música. Depois, apresentamos a análise propriamente dita e finalizamos com as nossas últimas considerações.

O Espaço Urbano e a sua Produção: da gênese à contemporaneidade

Spósito (1988) compreende a urbanização como um processo e a cidade como a sua forma concretizada. Propõe um retorno às suas origens se quisermos dar conta dos processos que a conformaram e a tornaram tão complexa em tempos recentes. Em outras palavras, o autor afirma que o espaço é história e a síntese do acúmulo de todas as cidades anteriores, formadas, (re)construídas, destruídas e, portanto, transformadas socialmente ao longo dos tempos, concebidas pelas inúmeras relações que agenciam tais transformações. O autor ainda sublinha o fato de que existe um urbano pré-capitalista e um urbano sob o capitalismo.

É certo que as origens do urbano podem ser explicadas por meio do social e do político, entretanto, as primeiras cidades, surgidas na Mesopotâmia perto de 3500 a. C., estavam situadas próximas aos rios, exigência do clima semi-árido da região e, dessa forma, teriam a sua localização influenciada pelas condições naturais. Naquele contexto, cabe ressaltar, o avanço da técnica ainda não havia propiciado a superação das imposições da natureza. Eram dotadas de uma organização dominante de caráter teocrático e a sua elite morava no centro (SINGER, 1997).

Se quisermos estudar a urbanização é preciso que olhemos para os impérios antigos. Eles tiveram papel indispensável no aumento do número das cidades e era com base nelas que mantinham o seu poderio militar sobre as regiões conquistadas. Através da ampliação dos impérios, sobretudo o romano, como explica Singer (1997), a urbanização estendeu-se por toda a Europa, território onde séculos após teve o seu processo de urbanização acelerado e visto como modelo por todo o mundo.

Outro aspecto importante dos impérios é que a sua divisão social do trabalho e a sua complexa organização política promoveram uma ampliação dos papéis urbanos e do relacionamento entre cidades.

No que se refere à urbanização da Idade Média, como demonstra Spósito (1988), fora profundamente influenciada pela queda do império romano e com o consequente esfacelamento de um poder central, que acabou por desarticular a rede urbana: as relações entre as cidades enfraqueceram-se e algumas áreas desapareceram, já que as leis gerais do império que davam proteção ao comércio não eram mais aplicadas. O feudalismo, sistema econômico de base agrícola, esvaziou o urbano de seus papéis político e econômico e utilizou a Igreja (Católica) como instrumento ideológico.

Uma crise econômica e social nos feudos, inaugurada pelos ventos dos tempos modernos, faz emergir a chamada urbanização moderna. O capitalismo encontra respaldo a sua formação não apenas em nível econômico, mas também em níveis político e ideológico. Por meio de aliança entre burguesia comercial e realeza, permitiu-se a formação dos Estados Nacionais Absolutistas. É o processo de acumulação primitivista, do capitalismo comercial, sucedido pelo capitalismo industrial em meados do século XVIII, momento histórico em que se predomina o trabalho assalariado. Industrialização e urbanização, sempre aparece, inclusive, associadas, como se tratasse de um processo de duas faces.

O sistema capitalista passa a operar de outra forma, que não se sustenta nas indústrias, e a produção do espaço urbano é também modificada. A lógica agora não é racional, dirigida e previsível, mas irracional, imprevisível e dotada dos mais diversos significados: trata-se de uma sistemática financeira. As

empresas não são mais de base nacional, mas multinacionais e transnacionais, aumenta-se a especulação financeira nos mercados, os sistemas de financiamento e empréstimo são fortalecidos. Apesar de ter passado por duas grandes crises, uma em 1929 e a outra em 2008, esse subtipo do capitalismo está presente na economia mundial até os dias de hoje e interfere diretamente na produção do espaço urbano mundial e nacional.

Para compreender o processo de produção do espaço urbano mais recente, Maricato (2000) é uma excelente referência. Ela afirma que o urbanismo brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta. Pelo contrário, atende uma ordem que considera apenas uma parte da cidade. Diz ainda, ancorando-se em Villaça (1998), que a sua gênese deu-se sob a égide do embelezamento, com inspiração europeia, mais destacadamente francesa. A autora pontua que boa parte do crescimento urbano do país deu-se fora de qualquer plano ou lei, de maneira rápida e independente. E, a partir daí, começaram-se a emergir "não-cidades" dentro das cidades "institucionalizadas". Fica nítido que hoje existem cidades que atendem os que podem pagar pelos serviços que elas ofertam e "cidades de ninguém", por exemplo.

O texto de Maricato (2000) compõe o livro intitulado "A cidade do pensamento único: desmanchando consensos", que conta com artigos de outros pesquisadores da área da Geografia Urbana, como Carlos Vainer e Otília Arantes. A obra sugere que o mercado, o grande capital, rege o planejamento urbano mundial, produzindo um espaço segregador, desigual e que atende às necessidades de uma minoria que pode pagar por cidades requalificadas, competitivas e produtivas. Vainer (2000) explica que a cidade contemporânea é pátria, porque o sentido de pertencimento dos citadinos é despertado; empresa, porque precisa ser competitiva, necessita competir com outras infra e

superestruturas, de outras cidades planejadas estrategicamente; e mercadoria, porque seus valores são rifados, vendidos, e os levam quem pagar mais. Além disso, explica que a cidade nestes tempos tornara-se sujeito e aspira, ela mesma (não os seus habitantes), por melhorias: a ordem que impera é o esvaziamento da política e a liberdade para as grandes empresas. Em uma mudança de tom, mas não de alvo, Arantes (2000) critica a constante requalificação dos espaços, o que a autora chama de estratégia fatal da cultura nas novas gestões urbanas que, ao invés de democratizar o acesso aos locais de memória e história das cidades, gentrifica e cria verdadeiros guetos identitários.

Monte-Mór (2007) pergunta-se: o que é o urbano, no mundo contemporâneo? Para ele, tanto o urbano quanto o rural adquirem a característica da fluidez na contemporaneidade, ou seja, não demarca-se com facilidade o que é urbanidade e o que é ruralidade. Tendo como referência Lefebvre, o autor ainda destaca que compreende a cidade como um continuum que se estende da cidade política ao urbano, onde se completa a dominação sobre o campo.

Muito nos diz a ciência geográfica sobre o urbano, acerca das cidades. E a música? Seria uma arte de possível apropriação para as reflexões urbanas e geográficas? Qual a sua conexão com a cidade e quais os trabalhos já existentes que destacam essa interface? É o que exploraremos na próxima seção.

Geografia e Música

Castro (2009) considera que a as pesquisas relacionadas a Geografia cultural sofreram significativas transformações a partir da década 1970 com as novas matrizes epistemológicas e

metodológicas da ciência. Em consequência, os estudos relacionados a Geografia e música também receberam influências dessas correntes de pensamento em construção.

As trajetórias no campo de estudo sobre o tema surgem a partir do final da década de 1960, os primeiros trabalhos de Geografia sobre música são de Peter Hugh Nash, *"Music Regions and Regional Music"* (1968)*;* a dissertação de mestrado de Jeffrey Gordon,*"Rock-and-Roll: A Diffusion Study"* (1970); o trabalho em forma de artigo de Larry Ford, "*Geography Factors in The Prigin, Evolution and Diffusion Study*" (1971); uma série de artigos publicados na SNACS (*Society for the North American Cultural Survey*) (1974); em que um dos capítulos foi destinado para publicação no "*This Remarkable Continent: Na Atlas of United States and Canadian Society and Cultures"* (1982). Como também reuniões sobre o assunto em várias cidades dos Estados Unidos, pela "*Association of American Geographers"* (1982).

Já na década de 1990, a reunião realizada no *University College London*, intitulada como "*Place of Music*" inspirou a geógrafa Lily Kong e, assim, originou-se um dos grandes trabalhos da autora chamado "*Popular Music in Geographical Analyses".*

Os trabalhos relacionados ao tema ultrapassaram território dos Estados Unidos a partir da década de 1990, sendo discutido também em revistas acadêmicas, tais como *Transactions of the Intitute of British Geography, The Canadian Geographer* e o *Progress in Human Geography,* inclusive pela revista francesa fundada por Paul Claval chamada *Geographie et Cultures,* com o tema *Gégraphies Et Musiques.*

Em âmbito nacional, as pesquisas voltadas para a Geografia cultural, a tratar de estudos sobre o cinema e música, tem

acrescido o número de pesquisadores e trabalhos que versam sobre o tema. Com base em referências como exemplificação, na dissertação de mestrado, Mello (1991) analisou-se as obras musicais da MPB e o RJ.

Como também Mesquita (1997), desenvolveu artigo sobre a Geografia Social na música do Prata; uma produção de tese de doutorado por Ribeiro (2006), a repeito do conceito de espaço-vivo e suas variáveis na cidade de Diamantina sob o ponto de vista dos músicos. Produzido também em forma de Dissertação de mestrado, Marcelino (2007) pesquisou as transformações sofridas pelo samba paulista em sua transição zona rural para a metrópole de SP a partir dos séc. XIX e XX.

Além das contribuições do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), da UERJ; a *revista Espaço e Cultura,* organizada por Corrêa (1998), Mesquita (2007) e Pessoa de Barros (2000), abriram espaço para discussão. Desta forma, em 2006 realizou-se o 5° Simpósio Nacional e 1° Internacional sobre Espaço e Cultura, sendo uma das mesas denominada "*Espaço, Literatura e Música.* Em 2007, a 14° publicação da Coleção Geografia Cultural foi intitulada *Literatura, Música e Espaço* com textos de George O. Carney". Portanto, as produções relacionadas sobre Geografia e Música no Brasil ganham cada vez mais perspectivas na medida em que avançam nesse caminho rico em possibilidades.

No que se refere aos estudos relacionados a Geografia e música, dois autores são conhecidos como referências atualmente, a tratar de George O. Carney e Lily Kong. Em análise comparativa sobre os autores, percebe-se que há influências em diferentes abordagens da geografia cultural tradicional e a geografia cultural renovada. Como no caso de Carney,

representante da geografia cultural de influência saueriana tradicional:

> Em sua análise, não se preocupa em fazer uma distinção rigorosa de trabalhos que abordam a música a partir das formas materiais pelas quais ela pode se apresentar – mídias de gravação (LPs, K7s e CDs), regiões musicais, músicos, eventos e concertos – de trabalhos que pretendem entender como a música está vinculada à produção, comunicação e consumo de significados, ou seja, adota uma visão abrangente desta manifestação cultural. Além disso, a maioria dos trabalhos empíricos, seus e de outros autores, organizados na sua coletânea *The Sound of People and Places* (2003) dedicam-se ao estudo de localização e difusão musical, evitam generalizações, preferindo uma linha idiográfica ou particularista, procurando delinear "áreas culturais" e preocupando-se com a história local, ao invés de tentar traçar uma história mais ampla. (HOEFLE *apud* CASTRO, 2009, p. 7).

Segundo Hoefle *apud* Castro (2009, p. 7), estas características são típicas do pensamento difusionista, que foi levado para os Estados Unidos por Franz Boas e muito influenciou a Universidade da Califórnia em Berkeley a partir de Kroeber, Lowie e Sauer.

Por outro lado, Lily Kong iniciou sua trajetória sobre o tema proposto a partir da segunda metade dos anos 90, vivenciando, portanto:

> Forte influência pós-modernista, apresenta em seu texto uma preocupação muito maior com a distinção entre trabalhos característicos da geografia cultural tradicional e da geografia cultural renovada. Sua proposta de trabalho, vista anteriormente, dedica-se essencialmente a questões que envolvem conceitos como símbolo, significado,

> discurso e identidade, preocupando-se com a dimensão cultural em si mesma, embora admita o inter-relacionamento entre as esferas econômica e política, de acordo com a visão holística de cultura. (BROSSEAU *apud* CASTRO, 2009, p. 17).

Além disso, entende a música como um "texto", isto é: "não como uma unidade fechada, com um sentido único imposto pelo autor, mas sim como um "espaço multidimensional", aberto, fragmentário, inacabado e incoerente, receptivo (...)". (BROSSEAU *apud* CASTRO, 2009, p. 17).

Como exemplo, são apontados como base na análise da geógrafa alguns caminhos para uma interpretação geográfica da música popular, que se dividem em: "a) significados simbólicos; b) música e comunicação cultural; c) política cultural e música; d) economia e música; e) música e construção de identidades". (KONG *apud* ROSENDAHL, 2009, p. 11). Assim, muitos pesquisadores tem a possibilidade de construções teóricas e metodológicas de trabalho com referência pautada nas múltiplas interpretações que a Geografia pode alcançar em prospectiva com a música.

Outro sentido para Geografia e cinema são as correntes na pesquisa geográfica sobre música popular; assim sendo, verifica-se a "cultura e sociedade na análise da música, a análise de significados simbólicos, música como comunicação cultural, a política cultural da música, economia musical, música e a construção social de identidades e os métodos de análise." (ROSENDAHL, 2009, p. 11)

Visto as possibilidades, os autores como George Carney e Lily Kong, entre outros, reconhecem a variedade enorme de vieses possíveis que a música oferece para o geógrafo. Esta é uma visão praticamente consensual. Infelizmente, essa variedade

ainda reside muito mais nas “propostas” e “agendas” de pesquisa do que em pesquisas efetivamente realizadas (CASTRO, 2009, p. 17).

Lily Kong, em realidade, sugere ricos e variados caminhos aos geógrafos para uma investigação a respeito da música popular. Como Hirschkop afirma, os textos musicais devem ser entendidos como diálogos sociais em andamento, os quais ocorrem em determinadas situações sociais e históricas e refletem esses cenários. (HIRSCHKOP *apud* ROSENDAHL, 2009, p. 13).

Ressalta-se que essa foi uma breve retrospectiva dos trabalhos já produzidos sobre Geografia e cinema. Visto que é um tema que vem passando por definições e (re)definições ao longo da Evolução do Pensando Geográfico, o qual apresenta ser instigante e desafiador. Os trabalhos citados nesta seção constam em levantamento feito por (CARNEY *apud* CASTRO, 2009, p. 16).

Músicas que são Espelhos do Urbano

Sampa, música emblemática de Caetano Veloso, já tomara conta dos ouvidos dos brasileiros como um bocejo. O estranhamento causado pela grande São Paulo a um visitante narra a sensação humana recorrente de recusa ao avesso e de clamor pela zona de conforto do já conhecido. Caetano, vindo de Santo Amaro – cidade do Recôncavo Baiano – chegou em São Paulo entre a avenida Ipiranga e a São João, e nada entendeu: “É que quando eu cheguei por aqui, eu nada entendi”. Era ali o último ponto do ônibus.

Alguma coisa acontece no meu coração
Que só quando cruza a Ipiranga e a avenida São João
É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi
Da dura poesia concreta de tuas esquinas
Da deselegância discreta de tuas meninas
Ainda não havia para mim, Rita Lee
A tua mais completa tradução
Alguma coisa acontece no meu coração
Que só quando cruza a Ipiranga e a avenida São João
Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto
É que Narciso acha feio o que não é espelho
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho
Nada do que não era antes quando não somos Mutantes
E foste um difícil começo
Afasta o que não conheço
E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso
Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas
Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços
Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva
Pan-Américas de Áfricas utópicas, túmulo do samba
Mais possível novo quilombo de Zumbi
E os Novos Baianos passeiam na tua garoa
E novos baianos te podem curtir numa boa.

Vindo de um espaço onde a relação entre homem natureza era bem diferente, nesta canção o intérprete e compositor diz significativamente dos conflitos: entre inocência e ciência, progresso e retrocesso (aquilo que não é construção e já é ruína), valores humanos e valores modernos, encantamento e negação, enfim, sobre a lenta morte do homem (a sua insignificância)

perante a cidade. Como anuncia na canção: “E foste um difícil começo / Afaste o que não conheço / Pois quem vem de outro sonho feliz de cidade / Aprende depressa a chamar-te: realidade / Pois tu és o avesso, do avesso, do avesso, do avesso”.

A cidade de São Paulo para Caetano seria o avesso porque nela ele não se reconhecia, afinal, “É que Narciso acha feio o que não é espelho”. O jovem Caê, de imagem pouco comum, causava cochichos e risinhos entre as meninas de deselegância discreta. Critica um possível mal gosto dos paulistanos, mas que pode ser o seu próprio, trazido da visão que tinha de sua cidade natal. Colocando-se como mutante – alguém em processo de transição, amadurecimento – homenageia Rita Lee e o seu conjunto, “Os Mutantes”, importante na cena musical e cultural de Sampa. Pontua, a todo tempo, o lado negativo do progresso: as filas, a poluição, do novo que rechaça o antigo. Como escreveu: “Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas / Da força da grana que ergue e destrói coisas belas / Da feia fumaça que sobe apagando as estrelas”.

Os poetas concretos – do concretismo/modernismo – também são homenageados. Não podiam ficar de fora desta descrição poética. Quando escreve “Eu vejo surgir teus poetas de campos e espaços”, faz referência aos irmãos Álvaro e Augusto de Campos. Nomeia São Paulo, como o fez Vinícius de Moraes, de túmulo do samba. Vinícius acreditava que paulistas não tinham gingado suficiente para serem sambistas e que samba de verdade era aquele dos quilombos. Canção termina em clima leve e descontraído: a imagem de baianos (novos) curtindo a garoa da tal Sampa. A música, densa e subjetiva descrição do que sentiu uma alma nova em uma grande cidade, caracteriza a produção do espaço urbano de São Paulo, diz muito de seus contrastes e paradoxos.

Outra canção que fala do estranhamento que pode causar uma grande cidade a alguém interiorano é *O nome da cidade*, composta, também, por Caetano Veloso. Ao invés de São Paulo, a grande cidade agora é o Rio de Janeiro. Inspirado na personagem Macabéa, da obra literária de Clarice Lispector "A hora da estrela", alagoana, de 19 anos e recém chegada ao Rio, o compositor abre a música com um paradoxo peculiar que tem como essência a ideia do progresso: "Ôôôôôôô ê boi! ê bus!". Boi e bus, rural e urbano, progresso e não-progresso, senso comum e ciência.

Ôôôôôôô ê boi! ê bus!
Onde será que isso começa
A correnteza sem paragem
O viajar de uma viagem
A outra viagem que não cessa
Cheguei ao nome da cidade
Não à cidade mesma, espessa
Rio que não é rio: imagens
Essa cidade me atravessa
Ôôôôôôô ê boi! ê bus!
Será que tudo me interessa?
Cada coisa é demais e tantas
Quais eram minhas esperanças?
O que é ameaça e o que é promessa?
Ruas voando sobre ruas
Letras demais, tudo mentindo
O Redentor, que horror! Que lindo!
Meninos maus, mulheres nuas
Ôôôôôôô ê boi! ê bus!
A gente chega sem chegar
Não há meada, é só o fio
Será que pra meu próprio rio
Este rio é mais mar que o mar?
Ôôôôôôô ê boi! ê bus! Sertão, sertão! ê mar!

Desolada na grande cidade do Rio, questiona-se Macabéa: "O que ameaça? / O que é promessa?". As ruas, que ao contrário do interior, são muitas, tornam-se "Ruas voando sobre ruas". A publicidade, que influencia e persuade, são "Letras demais, tudo mentindo". Como ainda está confusa com a multiplicidade de coisas que vê no Rio, não sabe se acha o Redentor um horror ou se o considera lindo. A canção também trata das desigualdades sociais da cidade ("Meninos maus") e, da mesma forma, de sua outra face, a dos corpos femininos que curtem o sol da praia ("Mulheres nuas"). Assim como em Sampa, o desconforto da chegada na grande cidade é reforçado, sobretudo, na última estrofe da música: "A gente chega sem chegar / Não há meada é só o fio / Será que pra o meu próprio rio / Este Rio é mais mar que o mar?". Quando chega na grande Rio, Macabéa, fica claro pelas palavras de Caetano, questiona-se se aquilo não é grande mais para si.

A partir da análise as canções *Sampa* e *O nome da cidade* é possível sugerir uma tônica presente não apenas nestas, mas em outras composições de Caetano, que diz do progresso vazio que assola os grandes centros urbanos, das desigualdades socioeconômicas, do estranhamento "antropológico" advindo do exercício do conhecer, do paradoxo ciência-senso comum, dentre outros.

Ao analisar as músicas de Gilberto Gil *Pela Internet*, Karnak *Ai Ai Ai Ai Ai Ai*, Chico Science *A cidade* e Luiz Tatit *Deu pane em São Paulo*, lançadas no início da década de 1990, verificou-se que o momento era de constantes transformações nos aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e outros, em âmbito nacional e mundial. No contexto político do Brasil, o país passava por uma transição de governos presidenciais da República, do então presidente Itamar Franco (1992-1995),

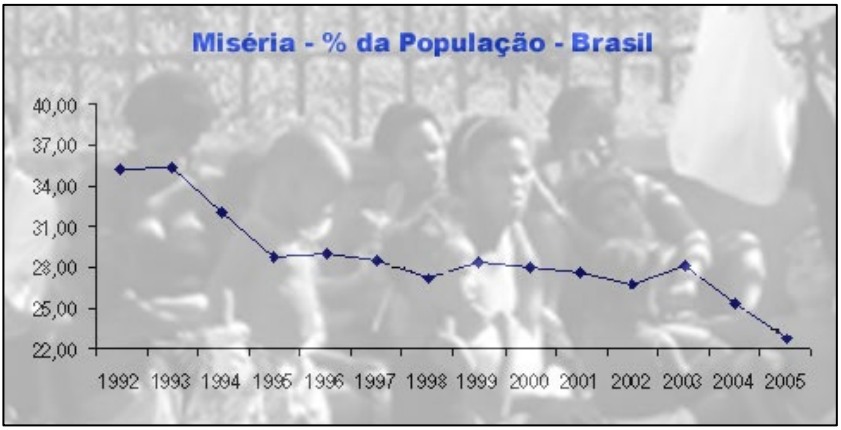
vinculado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), para o eleito Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Com isso, o programa Plano Real já proporcionou mudanças no quadro instável político-econômico do país, refletindo em redução do imposto inflacionário, entretanto, era uma medida imediata e recente que havia sido implementada em 1994. Contanto, os índices representacionais de pobreza e miséria no Brasil não foram contemplados em redução significativa no período do governo Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Todavia, o que se pode analisar é que houve uma estagnação no contingente de pobreza e miséria do país durante o período 1992, chegando aproximadamente a 35%. Já nos anos 1993-1995 houve queda nos índices de miséria, com proporção aproximada de 28%. Por conseguinte, observa-se que houve poucas oscilações da linha de miséria da população brasileira, inclusive houve picos de elevação nos anos de 1998-1999 e 2002-2003. Posteriormente, nota-se declínio significativo dos índices de miséria da população brasileira a partir do ano de 2003 (ver Gráfico 1).

Além disso, a partir do ano de 1995 as notícias sobre os escândalos da pasta Rosa e do Sivam tomaram dimensões veiculadas pelas redes de informações. Este último como alusão é conexão com a atualidade, essência do Brasil brasileiro já conectado a rede mundial de computadores.

Eram tempos de inovações tecnológicas, transformações nos sistemas operacionais e informacionais, como afirma Milton Santos (1997, p. 50) a respeito das dinâmicas e relações que se dão no espaço geográfico na atualidade. Segundo o autor, os fluxos e fixos do espaço permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar.

Gráfico 1: Miséria no Brasil



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Em concordância com o pressuposto, pode-se observar a canção de Gilberto Gil *Pela Internet:* "De Connecticut acessar / O chefe da Mac milícia de Milão / Um hacker mafioso acaba de soltar / Um vírus pra atacar programas no Japão / Eu quero entrar na rede pra contactar / Os lares do Nepal, os bares do Gabão (...)". Ou seja, o processo de produção e (re)produção do espaço geográfico está atrelado às dinâmicas, por exemplo, dos proprietários dos meios de produção que contribuem para o funcionamento do sistema fabril, isto é perceptível na produção de eletrônicos diversos, a citar os computadores e a difusão da internet - peças importadas/exportadas em escala global – por meio de avanços técnicos, fluxos de mercadorias, transportes, pessoas, informações e capital.

Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje
Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje
Que veleje nesse informar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé
Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve meu e-mail até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer
Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut
Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut
De Connecticut de acessar
O chefe da Mac Milícia de Milão
Um hacker mafioso acaba de soltar
Um vírus para atacar os programas no Japão
Eu quero entrar na rede para contactar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Que lá na praça Onze
Tem um videopôquer para se jogar.

Deste modo, temos os fluxos como "resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam" (SANTOS, 1997, p. 50-51).

A banda de rock-pop paulista Karnak, fundada em 1992 por André Abujamra, possui influências africanas, de música eletrônica, rock e outros estilos misturado com o som brasileiro, interiorano-regional. Entre tantas produções peculiares e fantásticas, mais especificamente a faixa 11 do primeiro disco do grupo lançado em 1995, *Ai Ai Ai Ai Ai Ai* traz ritmo dançante, carregado de crítica e ironia. A obra musical é iniciada com solo de gaita de fole, instrumento escocês. Logo começa um repente com diversos instrumentos de percussão, triângulo, mixagem, guitarra elétrica, violão e saxofones. Karnak é considerada uma banda *World Music* por ter como característica essa pluralidade de estilos e influências culturais musicais.

Partindo das especificidades dos instrumentos musicais da banda, com olhar especial para a letra da música *Ai Ai Ai Ai Ai Ai*, o tema abordado é sobre a superpopulação no Brasil e no mundo. Inicialmente se lê: "Lá vai a garça branca / Como é que vai se avoando / Eu queria ser um balãozinho / Pra mim ir te acompanhando / Eu tenho uns canário preto / Oi na gaiola vai redobrando". Nesse trecho é eminente a associação da garça - ave encontrada em todo o Brasil e presente em uma das cédulas mais populares do país, a de cinco reais - à cegonha, ave símbolo de Portugal e, também na Romênia associada à ave que levava os bebês para os pais.

No trecho: "Ai Ai Ai Ai Ai Ai Ai / Tem muita gente aqui / Ai Ai Ai Ai Ai Ai Ai / No mundo e no Brazi", é ínclito associar esse fragmento aos dados do IBGE, sobretudo da população no Brasil, o qual evidencia o crescimento da população em áreas

urbanas. Como se pode averiguar, “Nos anos 60, o Brasil ainda era um país agrícola, com uma taxa de urbanização de apenas 44,7%. Em 1980, 67,6% do total da população já vivia em cidades”. Desta forma, os dados denotam o contexto da industrialização que já antecede da década de 60 nos grandes centros urbanos, os processos de migração e como reflexo o chamado êxodo rural, como consta na contagem da população feita em 2006 pelo IBGE.

Assim, “entre 1991 e 1996, houve um acréscimo de 12,1 milhões de habitantes urbanos, o que se reflete na elevada taxa de urbanização (78,4%)”, como consta na mesma origem supracitada. Portanto, a cidade é revelada nas entrelinhas da canção.

Refletindo sobre a passagem, “Tem muita gente, tem gente boa / Tem muita gente, tem gente má / Tem muita gente, tem gente a toa / Tem muita gente, tem gente atuá / Tem muita gente, ganhando muito / Tem muita gente, ganhando pouco / Tem muita gente, espírito santo / Tem muita gente, espírito de porco”, a interpretação explana a ideia novamente de superpopulação; parece soar uma entonação vazia que noticia a existência de pessoas e mais pessoas, algumas interessantes outras nem tanto. Em alusão à obra musical lançada na década de 1990, os dados consultados do IBGE sobre esperança de vida ao nascer diz o seguinte, “Entre 1940 e 1990, a esperança de vida ao nascer aumentou de 41,5 para 67,7 anos de idade, ou seja, uma média de mais de 5 anos por década”. E ainda, “Os maiores ganhos de esperança de vida ocorreram na década de 80, quando aumentou de 53,5 anos de idade em 1970 para 61,8 anos de idade em 1980”, como consta no livro de indicadores sociais do IBGE, publicado em 1995.

Neste sentido, como Hirschkop *apud* Rosendahl (2009, p. 141) afirma que "os textos musicais devem ser entendidos como diálogos sociais em andamento, os quais ocorrem em determinadas situações sociais e históricas e refletem esses cenários". Ou seja, a música representa, em muitos casos, um dado momento descoberto, experienciado, percebido ou imaginado.

Por fim, no segmento da música: "Na Tailândia morreu nenê / E a gente chora vendo a mamãe sofrer / E na Somália morreu nenê / E a gente chora vendo a mamãe sofrer / Lá vai a garça branca / Como é que vai se avoando / Eu queria ser um balãozinho / Pra mim te acompanhando / Eu tenho uns canário preto / Oi na gaiola vai redobrando". O trecho assinala a consternação da realidade em muitos países subdesenvolvidos, que apresentam altos índices de subnutrição de crianças, baixa qualidade de vida, doenças, fome, miséria e elevadas taxas de mortalidade infantil na África, parte da Ásia e em outros continentes.

Destarte, a música da banda Kanark com autoria de André Abujamra, mesmo que não tenha sido intencional todas estas interpretações, provocou conjecturar sobre os problemas contemporâneos que as grandes aglomerações urbanas apresentam, seja dos altos índices de concentração da população em espaços urbanos, taxas de natalidade, superpopulação no Brasil e em outros países, mas também os problemas enfrentados pela população dos países subdesenvolvidos, carentes de sistema de saúde e estatísticas de crianças mortas.

Em Pernambuco, na década de 1990, surgiu um movimento chamado Mangue-Beat, e neste movimento o grupo se destacou e teve projeção nacional foi o Chico Science e Nação Zumbi.

Misturando o folclore, as tradições, a geografia e os ritmos típicos locais, este grupo apresenta descrições geográficas impressionantes da cidade de Recife, como por exemplo, na música *A cidade*: "O Sol nasce e ilumina as pedras evoluídas / Que cresceram com a força de pedreiros suicidas / Cavaleiros circulam vigiando as pessoas / Não importa se são ruins, nem importa se são boas. / E a cidade se apresenta centro das ambições / Para mendigos ou ricos, e outras armações. / Coletivos, automóveis, motos e metrôs / Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs."

Nesta parte, Chico Science descreve o crescimento desordenado da cidade de Recife, a violência policial, a cidade como polo de comércio e negócios, de oportunidades, o trânsito caótico e os tipos sociais: "A cidade não pára, a cidade só cresce / O de cima sobe e o debaixo desce / A cidade não pára, a cidade só cresce / O de cima sobe e o debaixo desce."

Por conseguinte, o grupo ilustra a desigualdade social do sistema capitalista e seu crescimento voraz por riquezas, "A cidade se encontra prostituída / Por aqueles que a usaram em busca de saída / Ilusora de / pessoas e outros lugares / A cidade e sua fama vai além dos mares."

No meio da esperteza internacional / A cidade até que não está tão mal / E a situação sempre mais ou menos / Sempre uns com mais e outros com menos. Já neste trecho, o grupo ilustra o problema da prostituição, da imigração desordenada, da cidade como atração ilusória com promessa de uma vida melhor, assim também no fragmento que segue, onde o grupo apresenta os paradoxos da cidade capitalista contemporânea.

Por fim, nesse fragmento: "A cidade não pára, a cidade só cresce / O de cima sobe e o debaixo desce / A cidade não pára, a

cidade só cresce / O de cima sobe e o debaixo desce." Ou seja, Chico Science e Nação Zumbi descrevem os ritmos típicos e históricos da capital de Pernambuco, assim como animais e biomas características do ambiente. No trecho citado, o grupo chama a atenção para os problemas de saneamento básico, sendo muito caro, a cidade enfrenta esta carência juntamente com a população.

Considerações Finais

A música pode ser compreendida pela ciência geográfica, por abarcar pluralidades diversas e ser uma forma de transmissão de informações sobre o espaço. A música, arte, tem também potencial de descrever, mediante a sensibilidade e criatividade do artista, as paisagens geográficas e retratá-las.

Durante séculos, a música teve como influência paisagens ou situações geográficas, desde os músicos clássicos que descreviam pela sincronização o rio Danúbio até jovens brasileiros que descrevem as paisagens urbanas brasileiras por meio do *Rap*. Por isso, a música hoje se apresenta, na perspectiva da Geografia Cultural, como um importante objeto de estudos e análises, pois dela se pode depreender muitas situações geográficas. Neste sentido, a música apresenta questionamentos, descrições, elementos instrumentais que denotam características de costumes, folclores e tradições das mais variadas, ou até mesmo podemos afirmar que algumas músicas nos remetem a paisagens geográficas mesmo que constructas, como por exemplo, as trilhas sonoras de Ênio Morriconi representam em filmes o velho oeste norte-americano. Para tanto, basta escutar aqueles assobios que nossa imaginação nos remete aos cenários

dos filmes de *western*. E isso ocorre com outros exemplos, como associações de ritmos a paisagens específicas, como o *reggae* para a Jamaica, o samba para o Brasil ou o tango para a Argentina, entre outros.

Sendo assim, por meio das músicas analisadas, entende-se que as conexões entre a geografia e a música podem ser bem próximas, sobretudo, se aplicada para tal uma metodologia e teoria adequadas e sistematizadas, conforme descrevem os(as) autores(as) citados neste trabalho.

Referências

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único:* Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, O. A lógica cultural nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único:* Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BROSSEAU, T. *apud* CASTRO, D. *Geografia e música: a dupla face de uma relação***.** Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, 2009, p.17.

CARNEY. G *apud* CASTRO, D. *Geografia e música: a dupla face de uma relação***.** Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, 2009, p. 7.

CASTRO, D. *Geografia e música: a dupla face de uma relação.* Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, 2009. 1-17.

HOEFLE, S. W. *apud* CASTRO, D. *Geografia e música: a dupla face de uma relação***.** Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, 2009. p. 7.

HIRSCHKOP, K. *apud* CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Cinema, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, v. 1. p. 13.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *IBGE: microdados da PNAD/IBGE* – www.ibge.com.br Acesso em 6 de dezembro, 2015.

KONG, L. *apud* CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Cinema, música e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, v. 1. p. 11.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único:* Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTE MÓR, R. L. M. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo?. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 111, p. 09-18, 2007.

ROSENDAHL, Z.; *Cinema, Música e Espaço*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. v. 1. 150 p.

SANTOS, M. *A natureza do espaço:* Técnica e Tempo, razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 50-88.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.

SINGER, P. I. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único:* Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, F. J. M. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel Editora, 1998.

ANÁLISE DA RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE A POPULAÇÃO IDOSA E O ESPAÇO VIVIDO: uma análise bibliográfica

Geisa Candida da Silva Gonçalves

Introdução

O espaço urbano é o principal local onde as relações sociais acontecem e, a organização de seus espaços, se dá em função da oferta de bens e serviços tanto pela iniciativa privada quanto pelo Estado, promovendo assim os arranjos espaciais. Embora o mercado seja um grande promotor de relações, as relações sociais que ocorrem entre a população e seus espaços vividos e vivenciados são também responsáveis pela dinâmica de tais arranjos. Portanto, mesmo que o capitalismo imponha relações de produção e acumulação em um determinado espaço, a população também participa da sua construção com base no seu cotidiano e na utilização dos serviços de que necessita, imprimindo sobre o território da cidade, as marcas oriundas das atividades e necessidades sociais, bem como da relação que a mesma estabelece com o lugar.

Ao tratar dos processos de produção do espaço, a categoria território se faz presente por envolver espaços delimitados e relações de poder, tanto ao tratar das políticas federais, estaduais ou municipais quanto ao se referir aos espaços ocupados pela população idosa, tais como centros de convivência, asilos, postos de atendimento à saúde, praças, dentre outros. Os limites desses territórios podem ser visíveis e bem definidos ou não, ocorrendo tanto em grande abrangência quanto em espaços menores.

Já o lugar se faz presente por ser mais que uma localidade ou área. Para Souza (2013), o mesmo é bem mais que o território e quase tanto quanto o espaço. Diferente do território, o poder não é a principal característica do lugar, mas sim sua dimensão simbólica e cultural, bem como os significados que o mesmo possui para aqueles que o vivenciam ou vivenciaram.

A justificativa para esse estudo se faz diante da dinâmica da taxa de envelhecimento humano, provocando mudanças demográficas importantes e que marcam o cenário atual. A importância de entender a interferência e a relação da população idosa nos territórios e espaços ocupados pela mesma, bem como a percepção dos lugares vivenciados por essa população também justifica este estudo.

Assim, a pergunta de partida que norteia esse trabalho é: *Qual a relação existente entre a população idosa e o espaço vivido por ela?*

Diante dessa problematização, a proposta deste artigo é a realização de uma revisão bibliográfica que permita uma análise dessa dinâmica, apresentando e discutindo alguns conceitos e relações envolvidos, dentro da escala geográfica.

Metodologia

Para a realização deste artigo foi realizado um levantamento bibliográfico entre os principais autores que abordam o tema, buscando a compreensão dos conceitos envolvidos, bem como identificar e obter informações sobre a relação existente entre a população idosa e as dinâmicas ocorridas no território, as quais auxiliem no entendimento do assunto que

norteia esse estudo. Com base nesse levantamento bibliográfico, foi possível fazer uma breve análise sobre o tema proposto.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica a qual "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2008, p. 50).

Discussão Teórica

É preciso entender que, crescimento é diferente de desenvolvimento. Assim, embora a população idosa brasileira tenha crescido de forma acelerada e perceptível, a sociedade não se desenvolveu no sentido de acolhê-la e não se preparou para essa nova realidade, bem como não se estruturou para atender suas especificidades e necessidades. Assim como o crescimento populacional interfere na produção do espaço social, o crescimento da população idosa promove a necessidade de repensar a produção do espaço urbano vivido e frequentado pela mesma. Porém, nem sempre são realizadas ações concretas na produção do espaço urbano que incorporem as necessidades básicas dessa população.

Para analisar a produção de determinado espaço, é necessário ir além da compreensão do mesmo. É preciso se interessar e buscar entender as relações sociais que acontecem no mesmo, ou seja, compreender a sociedade cujas relações são construídas tendo o espaço como palco, tornando assim uma relação inseparável, porém que não se confunde, conforme abordado por Souza (2013).

Antes de tudo é preciso discutir sobre a organização espacial. Souza (2013) aborda esse tema citando Roberto Lobato

Corrêa para quem a mesma se refere ao conjunto de objetos antropológicos existentes na superfície terrestre, ou seja:

> ... a organização espacial tem a ver com a divisão espacial do trabalho, com a disposição e distribuição espacial da infraestrutura técnica (malha viária, redes técnicas de abastecimento de água e energia, de esgotamento sanitário etc.) e social (escolas, postos de saúde etc.), com o padrão de segregação e autossegregação residencial, e assim segue. (SOUZA, 2013, p. 37)

Portanto, quando se trata de pensar e organizar os espaços urbanos, é preciso também considerar a população que ali reside e que faz uso dos mesmos. Um exemplo são as implantações de espaços para convivência e prestação de serviços aos idosos a partir do crescimento dessa população.

Espaço Social e Território

A produção do espaço pela sociedade é um tema recorrente na Geografia. Logo, o termo "espaço social" está entre os mais importantes para os geógrafos atuais, sendo considerado como algo material e tangível. As casas, espaços de convivência, instituições de longa permanência, dentre outros espaços ocupados pela população idosa, são considerados como espaços sociais em função da sua vivência nos mesmos.

> Pode-se entender o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. [..] Assim como o espaço geográfico, em uma primeira aproximação, corresponde à superfície terrestre, o espaço social, aqui, corresponde, também em uma primeira aproximação, e que igualmente precisará ser

> complementada, à superfície apropriada, transformada e produzida pela sociedade. (SOUZA, 2013, p. 22)

A organização dos espaços, em geral, está ligada ao mercado e ao capital. Souza (2013) cita o filósofo francês Lefebvre para abordar a importância da produção do espaço para o capitalismo, cuja sobrevivência depende da mesma. Ainda, segundo o autor, embora todo lugar seja um espaço social, o contrário nem sempre é verdade, uma vez que sua produção acontece socialmente, oriunda da transformação e apropriação da natureza, enquanto o lugar é um espaço é vivido e dotado de significados para aqueles que o vivenciam.

Para a análise proposta nesse estudo é importante entender dois conceitos geográficos básicos: Espaço e Território, juntamente com o conceito de Lugar, sob a ótica da Geografia Econômica por se fazerem presentes nas dinâmicas envolvidas nos arranjos espaciais.

O espaço é a práxis das relações humanas enquanto o território é o espaço onde são estabelecidas as relações marcadas pelo poder. Raffestin (1993, p.143-144) aborda essa diferença:

> O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.

Santos (2008) propõe “que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p. 21). Quanto à categoria território, Souza (2013) afirma que o conceito tem passado por fortes tentativas de redefinição e modificação, porém a mesma sempre remete aos conceitos de espaço e poder, ou seja, o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder,

podendo variar de tamanho ou desaparecer em função de atritos e conflitos. Para Anjos (2009, p. 149):

> O território é na sua essência um fato físico, político, social, econômico, categorizável, possível de dimensionamento, onde, geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população.

Nesse estudo, não são abordadas as características geoecológicas ou naturais dos territórios, mas apenas a produção dos seus espaços. No contexto da população idosa, pode-se exemplificá-los como os espaços de convivência para realização de atividades promovidas e voltadas especialmente para os idosos. Esses territórios são dominados e influenciados tanto pela iniciativa pública quanto privada, pois, embora seja papel do Estado prover as necessidades dos idosos, conforme preconiza a legislação, a iniciativa privada também tem assumido essa responsabilidade.

Em geral há uma associação do território ao Estado, sendo que o segundo detém o maior papel de planejamento e transformação social do primeiro. Entretanto, a formação de territórios também se dá em função das articulações de espaços baseadas em especialidades e características de determinado grupo, sendo o seu espaço delimitado através de fronteiras definidas pelo homem ou pela natureza, obedecendo a uma relação de poder. Portanto, é necessário um território para a existência de um Estado, o contrário, porém, não é verdade.

Embora para muitos o vocábulo “território” tenha como sinônimo o termo “espaço geográfico”, o mesmo em geral é vinculado politicamente ao Estado, quando se trata do “território nacional”. No caso do território brasileiro o Estado detém o maior papel de planejamento e transformação social, sendo visto por

seus cidadãos como detentor do poder de legitimar e atender suas necessidades e reivindicações. Assim, em função da existência dessa relação de poder, existe um controle sobre o espaço e, esse espaço territorializado, segundo Souza (2013, p.99), é um instrumento de exercício de poder:

> E isso tem uma forte relação com a tradicional maneira de se conceituar o território e de empregar a palavra: ou se pensa no "território" quase como se fosse um sinônimo de espaço geográfico, ou se trata o território como um espaço propriamente político, mas privilegiando-se o Estado-nação e suas subdivisões político-administrativas (ao mesmo tempo que, de certo modo, a materialidade do espaço geográfico é, também aqui, implicada diretamente, como parte do conceito: o "solo pátrio" é o território).

Quanto ao lugar, Holzer (2003) o considera como um conceito fundamental para o estudo geográfico, apontando-o como "conceito espacial que durante longo tempo foi utilizado pelos geógrafos para expressar o sentido locacional de um determinado sítio" (HOLZER, 2003, p. 113). Por ser o espaço onde acontecem as práticas sociais, o lugar é transformado e modificado pelas políticas públicas, juntamente com as políticas de mercado.

Para alguns autores, espaço e lugar são termos familiares e complementares. O que começa como espaço indiferenciado assume a configuração de lugar quando o conhecemos e o dotamos de valor. Corroborando com esse conceito, Souza (2013) aponta o lugar como sendo um espaço percebido, vivido e significativo, baseado no qual são desenvolvidos e extraídos os sentidos e imagens. Ou seja, trata-se da forma como determinada área ou ponto do espaço são compreendidos pelo homem.

A Escala Geográfica e suas subdivisões

Ao se falar de escala, é preciso distinguir escala cartográfica e escala geográfica, pois não é possível ler um mapa sem determinação da escala cartográfica. Da mesma forma, não é possível analisar um fenômeno sem que seja determinada qual a escala geográfica adotada.

A escala cartográfica ou escala de representação é conceituada por Souza (2013) como a relação matemática entre as dimensões reais de um objeto e as dimensões do desenho que o representa. A mesma pode se apresentar como uma escala numérica, cuja proporção se apresenta na forma de fração, onde o denominador indica a distância do terreno enquanto o numerador indica o seu equivalente no mapa. O autor também afirma que a escala cartográfica pode ter o formato de escala gráfica, cuja proporção é expressa com o auxílio de uma barra numerada, tendo como vantagem o fato de não perder sua validade quando a figura é reduzida ou ampliada, pois a barra da escala também reduz ou se amplia proporcionalmente.

Já a escala geográfica, usada como base referencial para esse estudo, se subdivide, segundo Souza (2013), em escala do fenômeno, escala de análise e escala de ação. Tais escalas não são imutáveis, sendo uma forma de contextualizar e analisar o modo como a realidade é concebida, bem como estabelecer estratégias e ações a serem implementadas em determinado espaço.

Conforme Souza (2013), a escala do fenômeno é inerente à abrangência física de um objeto real. No caso dos fenômenos sociais, a mesma pode se referir à abrangência dos processos envolvidos nas dinâmicas avaliadas, bem como aos resultados e desdobramentos previstos ou não. No caso desse estudo, o fenômeno é o crescimento da população idosa, cuja ocorrência

numa escala mundial é perceptível. Ainda segundo o autor, a escala de análise, como o próprio nome indica, é elaborada em um nível analítico do espaço estabelecendo uma dimensão de estudo capaz de ajudar na compreensão daquilo que está sendo investigado ou elucidado, baseado em uma questão ou na formulação de um problema. Essa escala permite analisar a relação espacial da população idosa com seu espaço vivido.

Por fim, o mesmo autor aponta que a escala de ação se refere a um aspecto específico e político no qual há um raciocínio estratégico juntamente com uma reflexão sobre a abrangência espacial das práticas envolvidas. Ou seja, essa escala trata de fenômenos sociais específicos, oriundos de ações quase sempre coletivas e do papel de agentes e sujeitos, como por exemplo, as ações planejadas para que os arranjos espaciais contemplem as necessidades e especificidades da população idosa.

O Envelhecimento e sua relação com o Lugar

O envelhecimento populacional preocupa não só as áreas voltadas para a saúde, mas também aquelas que trabalham as especificidades da população idosa. Esse processo de envelhecimento vem provocando mudanças demográficas tanto nos países desenvolvidos como nos que estão em desenvolvimento. Porém, conforme Moura e Souza (2012), enquanto nos países desenvolvidos, o mesmo demorou mais de 100 anos, nos países em desenvolvimento ele vem ocorrendo rapidamente, modificando a pirâmide populacional. Ainda segundo Moura e Souza (2012), dados do IBGE apontam o Brasil como um dos países latinos cuja população idosa teve um grande aumento em relação ao total da população. Por sua vez, Oliveira

(2017) afirma que a expectativa de vida dos brasileiros aumentou mais de 30 anos entre 1940 a 2016 e, atualmente, é de 75,8 anos.

> O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e, no Brasil, as modificações se dão de forma radical e bastante acelerada. As projeções mais conservadoras indicam que em 2020 já seremos o sexto país do mundo em número de idosos, com um contingente superior a 30 milhões de pessoas! (VERAS, 2007, p. 2464).

Nesse estudo, optou-se por utilizar o termo "idoso", adotado para a pessoa com sessenta anos ou mais, durante a realização da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, convocada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e realizada na cidade de Viena, em 1982. Essa opção se dá em função de entender esse termo como sendo menos estereotipado e mais respeitoso, uma vez que termos como "terceira idade", "melhor idade", dentre outros, soam como uma máscara para preconceitos e negação da realidade. Soma-se a isso, o fato do termo "idoso", diferentemente do termo "velho", soar como se referindo a alguém ativo e independente, que se relaciona socialmente e de forma produtiva.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) utiliza a idade cronológica para definir "idoso", usando esse critério para países em desenvolvimento; já para países desenvolvidos, a mesma utiliza o termo para a pessoa com sessenta e cinco anos ou mais, conforme a World Health Organization (2005). No Brasil, o Estatuto do Idoso, juntamente com a PNI (Política Nacional do Idoso), também considera como idoso a pessoa maior de sessenta anos.

Após o alcance da longevidade, fez-se necessário o acolhimento da população idosa atual e futura, pensando e

construindo uma infraestrutura que lhes proporcione uma velhice digna e tranquila. Sobre isso, Le Corbusier (2010, p. 174) destaca: “As crianças de hoje constituirão, um dia, a geração que utilizará os equipamentos que organizaremos para ela. Impõe-se preparar essa nova massa social; será formada, desde sua mais tenra infância nas escolas”. Também é preciso estimular a população idosa a ser ativa, garantindo seu acesso a espaços ideais tanto para a realização das suas atividades cotidianas como físicas, com autonomia e independência, garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida e uma melhor relação com o lugar. Moreira et. al. (2013) destaca a importância das atividades que retratem os acontecimentos ocorridos quando o idoso era jovem, os quais valorizam a sua experiência.

Também para Moreira et al. (2013), o envelhecimento da população está entre as mais expressivas e importantes mudanças demográficas, alterando as dinâmicas espaciais e considerando os espaços ocupados pelos idosos, sejam eles públicos ou particulares. Como exemplo dessas alterações, muitas vezes em função da implementação de políticas públicas de assistência ao idoso, tem-se a criação de lugares para a promoção da convivência e interação dos mesmos e, principalmente, a instalação de postos de atendimentos voltados para a saúde.

É inerente à natureza humana, mediante sua relação com o lugar, o estabelecimento de vínculos afetivos e a formação de memórias e significados. Essa ligação do indivíduo com o lugar é denominada por Tuan (1980) como “topofilia”, a qual possui várias formas, variando também em amplitude emocional e intensidade. É possível descrevê-la como o apego por um lugar que lhe é familiar, por ser o lar ou representar o passado. O autor também aponta:

> Tal como o pretenso "amor pela humanidade" levanta nossas suspeitas, também a topofilia soa falsa quando é manifestada por um extenso território. Parece que a topofilia necessita um tamanho compacto, reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos. Além disso, uma pessoa pode se identificar mais facilmente com uma área, se ela parece ser uma unidade natural. (TUAN, 1980, p. 116-117).

Moser, Lima e Pereira (2018) apresentam o vínculo com o lugar como a criação de princípios de identidade. No caso do idoso, o lugar onde o mesmo está inserido possui grande valor, sendo seu lar repleto de objetos e espaços que possuem forte ligação com o passado. Esse vínculo orienta e motiva seu comportamento, gerando uma identidade positiva e, essa relação desempenha importante função na formação e no suporte da sua identidade. Assim, os lugares eleitos como favoritos proporcionam, à pessoa idosa, o sentimento de pertencimento.

Para Santos (2008), o lugar é onde a vida acontece, ou seja, é o local de convivência social, sendo necessário considerar nos estudos geográficos a proximidade e a sociabilidade entre as pessoas. Por outro lado, Augé (1994) afirma: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um lugar que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73). No caso do idoso, esse não lugar pode ser exemplificado por políticas públicas relacionadas à habitação, tais como o programa “Minha casa, minha vida” ou as ILPI (Instituições de Longa Permanência para Idosos). No caso de programas habitacionais, pode ocorrer a mudança do idoso, muitas vezes contra a sua preferência, para um lugar sem significado afetivo para ele. Além disso, a localização do novo lugar pode ser distante dos serviços

utilizados, dificultando sua mobilidade. Santos (2008, p.330) fala sobre essa relação do indivíduo com o novo lugar:

> O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação.

Singer (1980) aborda as vantagens da localização habitacional quanto ao acesso aos serviços essenciais para o cidadão, sendo que as populações menos favorecidas acabam se instalando distantes dos serviços essenciais como comércio, transporte, atendimento à saúde, serviço bancário, dentre outros. Essa desvantagem locacional afeta, também, a qualidade de vida dos idosos ao gerar dificuldades de locomoção e dificultar as relações interpessoais.

Considerações Finais

O cidadão, portador de direitos e deveres, percebe o lugar onde está inserido de forma particular, identificando suas deficiências e qualidades. Tais deficiências geram os principais anseios da população, geralmente ligados aos direitos garantidos pela Constituição Federal Brasileira, dentre os quais se destaca a saúde, a educação, a moradia, o transporte e a segurança, que, aliados aos demais promovem uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

É necessário ouvir a população que usufrui determinado espaço durante o planejamento e elaboração do mesmo de forma a preservar a autonomia, a participação, o cuidado e a sua satisfação, bem como possibilitar sua atuação nos contextos sociais. Assim, os arranjos espaciais devem considerar o desejo

do idoso de preservar a autonomia sobre si e sobre o espaço que o mesmo vivencia, sendo que um ambiente acolhedor influencia positivamente a autoestima e a qualidade de vida do indivíduo.

A qualidade de vida, por sua vez, está associada à satisfação das necessidades humanas, sejam elas básicas ou não, materiais ou imateriais. Muitas vezes, para satisfazer tais necessidades, é preciso promover a saúde e a justiça social estabelecendo prioridades e promovendo a autonomia, tanto individual quanto coletiva. Isso significa repensar novos territórios, ocupados por indivíduos que possuem necessidades inerentes à sua condição de idoso, bem como modificar os lugares existentes com o cuidado de não tornar sua ressignificação um transtorno.

Portanto, um dos grandes desafios, tanto para os gestores quanto para a sociedade, no que tange ao arranjo espacial ideal para a população idosa, é repensar o espaço e o ambiente para que essa população consiga usá-los de forma acessível, benéfica e satisfatória. Produzir o espaço de forma confortável para os idosos é um dever estatal e social e, além, de todo, é garantir que todos nós tenhamos um envelhecimento com mais dignidade e qualidade de vida.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A África brasileira: população e territorialidade. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.147-164, jul/dez. 2009. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/14>. Acesso em: 22 out. 2018.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares:* Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. 111 p.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências (Política Nacional do Idoso). *Diário Oficial da União*, Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (Estatuto do Idoso). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 out. 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. *Geographia*, Niterói, v. 5, n. 10, p.113-123, jan. 2003. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/130/127>. Acesso em: 14 out. 2018.

LE CORBUSIER. *Planejamento urbano.* Tradução de Lúcio Gomes Machado. São Paulo: Perspectiva, 2010. 197 p.

MOREIRA, Ramon Missias *et al*. Qualidade de vida, saúde e política pública de idosos no Brasil: uma reflexão teórica. *Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27-38, mar. 2013.

MOSER, Ana Maria; LIMA, Claudia Franciane de; PEREIRA, Luis Eduardo. Qualidade de vida do idoso e vinculação ao lugar. In:

Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, 12., 2018, Lisboa. *Actas.* Lisboa: Ispa – Instituto Universitário, 2018. p. 77 - 87. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6168/1/12CongNacSaude077.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

MOURA, Giselle Alves de; SOUZA, Luciana Karine de. Autoimagem, socialização, tempo livre e lazer: quatro desafios à velhice. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.172-183, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9492/8050>. Acesso em: 11 nov. 2018.

OLIVEIRA, Nielmar de. Expectativa de vida do brasileiro é de 75,8 anos, diz IBGE. *EBC Agência Brasil*, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-12/expectativa-de-vida-do-brasileiro-e-de-758-anos-diz-ibge>. Acesso em: 27 out. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).* Assembleia Geral das Nações Unidas: 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder.* Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S. A., 1993. 269 p. (Temas).

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço:* Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 384 p.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *Boletim Paulista de Geografia.* São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1044>. Acesso em: 29 set. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia:* um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

VERAS, Renato. Fórum. Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. Introdução. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 10, p.2463-2466, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2007001000020&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 out. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Envelhecimento ativo:* uma política de saúde. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2005. 60 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf >. Acesso em: 01 set. 2018.

IMPERIALISMO E URBANIZAÇÃO: uma análise da cidade de Minaçu (GO) como produto do Império do Amianto

Fábio de Macedo Tristão Barbosa

Gilmar Alves de Avelar

Introdução: algumas considerações

A produção da cidade ao longo da história se faz como espaço social. Espaço produzido socialmente, pelo coletivo da sociedade. Nesse sentido é um patrimônio da humanidade. Mas também a cidade tem sido construída pelo/para o Capital, a cidade do Capital, com vistas no processo de acumulação como nos ensina Henri Lefebvre. Este artigo tem a ver com a cidade do capital. Nosso objetivo é analisar, ainda que sem maiores aprofundamentos, a construção da cidade de Minaçu no Estado de Goiás a partir da territorialização da empresa SAMA: Minerações Associadas, que explora o minério do amianto no local.

A cidade de Minaçu-GO é produto do império do amianto e para melhor compreendê-la, vale a pena retomar alguns aspectos importantes da nebulosa história da constituição do império que começou a ser erguido nas primeiras décadas do século XX sob o controle da família Schmidheiny, cujos membros se tornaram os magnatas do negócio do amianto no mundo. O uso deste mineral teve seu *boom* durante a Segunda Grande Guerra e posteriormente sendo bastante utilizado na reconstrução das cidades europeias.

Na expansão geográfica do imperialismo tomando como centro irradiador as nações do capitalismo desenvolvido, sobretudo europeias, a indústria do amianto expande-se para muito além das fronteiras do continente europeu e ainda mais quando começam os questionamentos sobre os malefícios do amianto à saúde[12]. Desde então, dezenas de países da Europa começam a restringir a exploração mineral e uso do amianto.

A vigorosa presença do capital-amianto em praticamente todos os países da América Latina, sobretudo no Brasil, atesta o movimento deste capital para a periferia do capitalismo mundial. Além das restrições decorrentes dos problemas de saúde ocasionados, outra consideração em relação a este movimento expansivo sejam as crises que assolaram a economia capitalista nos anos 1930-1940 e que atingiu fortemente a Europa, os capitais migram para outras partes do mundo. A expansão espacial do capital é uma tentativa de resolver suas as crises de acumulação.

O discurso do "desenvolvimento" e do "progresso", somados a uma legislação ambiental e de proteção social dos trabalhadores frouxas explicam, em parte, a migração deste tipo de capital para países como o Brasil. A presença em terras brasileiras deste império data do final da década de 1930, com a

---

[12] São vários os malefícios, tais como: asbestose, câncer de pulmão, mesotelioma, placas pleurais, são algumas das doenças associadas à inalação de fibras e/ou poeira de amianto. Pesquisas na área de saúde retratam esta associação desde o começo e no decorrer do século XX. Questionamentos e reações vigorosas da sociedade civil contra a indústria do amianto ocorrem no final da década de 1970 e no decorrer nos anos 1980 na Europa. Desde então começam a proibição do uso do mineral em vários países, e vários movimentos sociais de luta pelo fim do uso do amianto surgem em diversos países do mundo, inclusive no Brasil (BARBOSA, 2013).

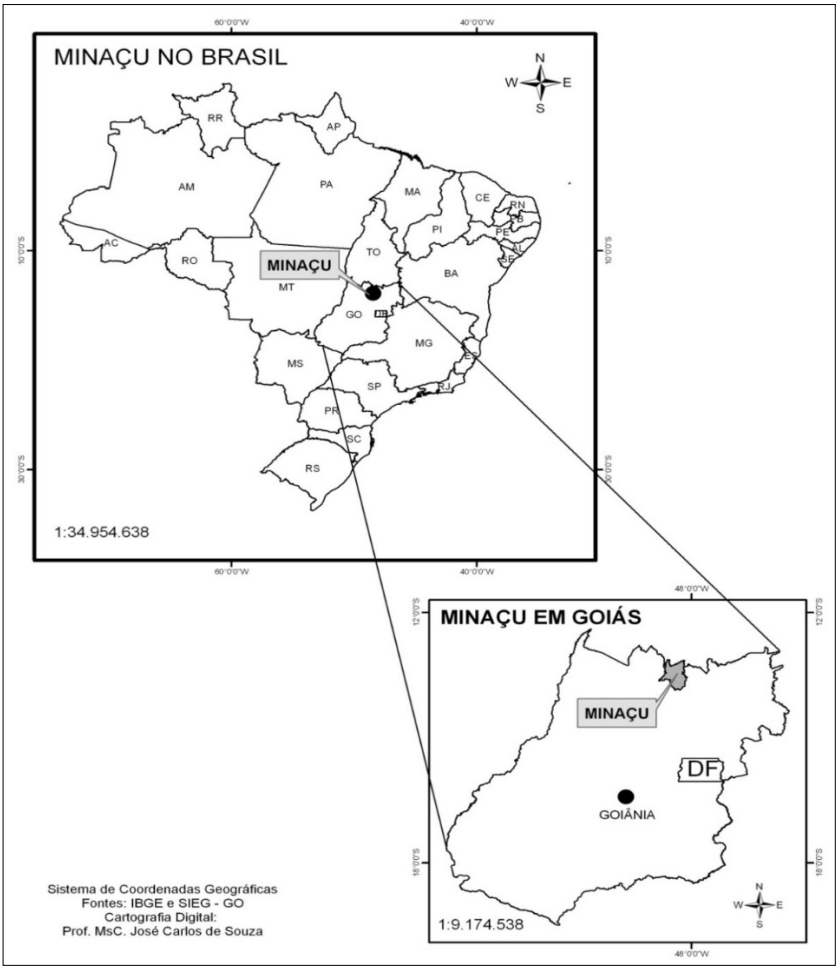
exploração pela SAMA - Minerações Associadas da mina de Poções, no Estado da Bahia. Após trinta anos de exploração, com o exaurimento da mina de Poções a empresa abandona o local, conforme verificou o *Dossiê Amianto Brasil*, os rejeitos de amianto eram largados a céu aberto, conforme conveniência do momento. Os buracos eram abertos e depois, também largados. A SAMA não recuperou a área degradada. Deixou um cenário de devastação ambiental e social. Apropriou-se dos lucros e socializou os enormes prejuízos para a população do lugar. Segundo o Dossiê, estima-se que quase 200 hectares estejam devastados.

Com a descoberta da mina de Cana Brava a SAMA inicia a construção do seu território a partir da *Vila Operária,* juntando-se a ela toda uma cidade que viria a se constituir em decorrência da emancipação de parte do município de Uruaçu que é o atual município goiano de Minaçu. Esta cidade passa a ser o lócus mais importante da história do amianto no Brasil. Em Minaçu, de qualquer ponto da cidade, pode-se visualizar, na paisagem urbana, a presença da empresa

A cidade de Minaçu está localizada no extremo norte do Estado de Goiás (Mapa 1). Emancipou-se politicamente do município de Uruaçu - GO em 1976, num processo marcado por disputas políticas entre as elites de Uruaçu e do então povoado de Minaçu.

No ano de 1980, quatro anos após sua emancipação, o censo registrou uma população minaçuense de 28. 371 habitantes. Os números posteriores demonstram que houve uma modesta variação demográfica de 1980 a 2010 e uma maior oscilação no início da década de 1990 e no final do século XX e início de século XXI.

Mapa 1 – Localização do município de Minaçu – GO.



Fonte: IBGE/SIEG (GO).
Elaboração: SOUZA, J. C. de (2012).

O censo de 2010 registrou uma população de 31.154 habitantes, revelando que houve redução do contingente

populacional em relação ao censo de 2000, quando a população somava 33.608 habitantes. Menor também que a contada pelo censo de 1991, que era de 32.288, Estes fatos possivelmente estão relacionados à construção das Barragens de Serra da Mesa (1990) e Cana Brava (2002).

Grandes projetos como a construção de usinas hidrelétricas, atraem trabalhadores que migram de lugares distantes em busca de meios de vida. A construção da hidrelétrica de Serra da Mesa (figura 1) - que formou um dos maiores lagos artificiais do mundo - mobilizou enorme contingente de mão-de-obra para a cidade de Minaçu.

Figura 1: Vista aérea da cidade de Minaçu com destaque para as cavas de amianto da SAMA e o Lago de Cana Brava ao fundo.

Fonte: Google Earth (2011).

A empresa empreendedora da obra, Furnas Centrais Elétricas, construiu 729 casas, 1 hotel e 5 anexos para abrigar os trabalhadores que chegavam de vários lugares do Brasil. A empresa construiu um bairro que ficou conhecido como Vila de Furnas, um dos maiores da cidade. Essa é uma das possíveis explicações para o aumento da população em determinados momentos da história de Minaçu.

O lago formado pelo reservatório da Hidrelétrica de Serra da Mesa e as cavas da mineração sitiam cidade, bem como compõem, de alguma forma, a paisagem do lugar.

A Cidade Intramuros: A Vila Operária

Como vimos o embrião da cidade de Minaçu foi obra da empresa SAMA. O ponto inicial desse processo foi a construção da Vila Operária, concebida como condição geral de produção para a reprodução do capital-amianto no local. Ergueu-se em meio a um espaço "natural" em que o Cerrado ainda estava praticamente "intocado", salvo a presença de algumas famílias de migrantes maranhenses que praticavam criação extensiva de gado e garimpo. A ausência de uma força de trabalho disponível no local para instalação das maquinarias e dos instrumentos necessários para o início da exploração do mineral obrigam a construir uma cidade às margens da mina.

Nos países de capitalismo avançado as condições gerais de produção já se encontravam há tempos consolidadas. No Brasil, nas zonas de fronteira do capital, prescindia-se ainda da instalação de tais condições para a produção, portanto, era imperativo criá-las para que, o sistema capitalista desse continuidade ao processo de acumulação.

A expansão do capital para a periferia rearranja a geografia do capital e do trabalho em nos níveis mundial e local. O movimento do capital na história cria configurações espaciais novas a partir da destruição das antigas. É próprio do capital a necessidade de unificar espacialmente as relações de produção, produzindo um espaço o mais homogêneo possível que, todavia, apresenta-se fragmentado porque é próprio do capitalismo o desenvolvimento desigual. O capital e seu impulso á acumulação continuada tem sido uma extraordinária força de remodelação da política, da economia e do meio ambiente (HARVEY, 2009, p. 137).

Nesse sentido, a ação da empresa SAMA pode ser entendida como "*un 'momento activo' dentro da dinâmica temporal global de la acumulación y de la reproducción social*" (HARVEY, 1990, p. 377), na medida em que permite converter um dado espaço no qual o valor de uso era predominante para um espaço em que passa a predominar o valor de troca, a produção capitalista de mercadoria. O espaço toma nova forma e conteúdo social com a chegada do capital, que acelera o processo de expropriação de formas não capitalistas existente.

Nessa metamorfose do espaço prevalece a existência daquele que tem maior poder econômico. As poucas famílias de migrantes maranhenses que tinham na pecuária extensiva seu principal meio de vida, juntamente os garimpeiros, foram subjugados pelo capital. No relato do Sr. Milewski, pode-se perceber nas entrelinhas este processo:

> O acampamento dos garimpeiros sobre a jazida situava-se no sopé de uma montanha [Serra de Cana Brava] havia quatro cabanas sobre a jazida: três ocupadas por garimpeiros que vieram explorar amianto e uma ocupada

> por Alexandre Alves Pacheco, sócio de Pedro Paraná[13]. O primeiro garimpeiro a chegar foi Claudionor de Souza Barros, que morava com seu companheiro José Moreira da Silva [...] a segunda cabana era ocupada por Felipe Lima e seu ajudante preto, simples de espírito, do qual não anotei o nome; e a terceira cabana distante das outras na direção norte, era ocupada por José Martins e seu ajudante Francisco. Os garimpeiros, depois de um ou dois meses de atividade, já perceberam que a exploração manual de amianto era impraticável. *Continuaram residindo no local, esperando apenas seu poder de posse sobre a ocorrência.* [...] Nossa visita foi bem recebida pelos garimpeiros e eles nos ajudaram a examinar a ocorrência. A única oposição declarada vinha de Claudionor, que sob o efeito da cachaça, nos considerava *intrusos* que queriam apoderar-se da jazida. (PAMPLONA, 2003, pp. 39-40, grifos nossos).

Esses garimpeiros nos lembra as personagens *Filemo e Báucia d*o "Fausto" de Goethe, brilhantemente abordados na obra de Marshall Berman (1986): *"Tudo que é sólido desmancha no ar".* O "simpático casal", como descreve Berman, são residentes há tempos numa pequena gleba de terras distante, "representam a primeira encarnação literária de uma categoria de pessoas de larga repercussão na história moderna: pessoas que estão no caminho - no caminho da história, do progresso, do desenvolvimento" (Berman, 1986, p. 66). Limpar a área, retirar os sujeitos obsoletos, atrasados, indesejados é o começo da tragédia do desenvolvimento.

A história mostra que estes sujeitos ou são absorvidos de forma subalternizada pelo capital ou dizimados como ocorreu

[13] Conhecido comerciante de pedras preciosas na região.

com muitas nações e etnias indígenas no Brasil. É nesse sentido que o historiador Eric Hobsbawn (2010, p. 88), diz que "a economia da Era dos Impérios foi aquela [...] em que teatros de ópera foram erguidos sobre os ossos de índios mortos em cidades nascidas do *boom* da borracha a 1.600 quilômetros acima da foz do Amazonas".

A Vila Operária – *a primeira cidade* – é como um molde da "nova sociedade", em vias de aparecer. A Vila Operária não seria, então, somente o lugar do descanso, da reposição das energias absorvidas no processo produtivo durante o dia de trabalho. Ela funciona como um meio de produção, concentrando o trabalho e os meios básicos de subsistência necessários à reprodução da classe operária em formação. É o cativeiro do trabalho para servir ao capital-amianto. É também investimento em capital fixo, já que todas as casas são de propriedade da empresa e o trabalhador que nela habita paga uma determinada soma na forma de aluguel que serve também à acumulação.

É esse ambiente não construído pelas pessoas que nele terão seu habitat, uma cidade intramuros, cercada, controlada e disciplinada pela SAMA que passa-se agora a descrever e analisar. Espaço-escola importante para a formação da cultura do trabalho nos moldes capitalistas. Lugar de chegada de trabalhadores vindos de outros lugares, alguns distantes, que noutros lugares não tinham trabalho. Uma parcela destes operários já trabalhava na própria SAMA, na mina de Poções, no Estado da Bahia, outros tantos migraram dos Estados do Maranhão e Piauí, como informou o Sr. Adelman Araújo Filho[14], presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minerais Não-Metálicos de Minaçu.

---

[14] Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2012.

Consta em Pamplona (2003) que diante da necessidade de força de trabalho, escassa na região, em 1967 um empreiteiro de mão-de-obra conhecido por Heleno Nunes foi a Pernambuco e trouxe uma centena de homens para trabalhar na SAMA, no entanto, desse contingente, poucos foram os que se estabeleceram por muito tempo na região. No que se refere aos profissionais especializados tais como: engenheiros, geólogos, administradores, entre outros, verifica-se que muitos deles são oriundos de outros países, como: França, Polônia, Suíça, ou então chegam de outros estados brasileiros como: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais.

Um verdadeiro exército industrial de reserva como observou Marx, precisa ser mobilizado para compor a força de trabalho no lugar em que o capital requer, e quando requer. No entanto, condições mínimas de existência, como moradias e infraestruturas básicas de reprodução da vida são fundamentais à permanência da força de trabalho num determinado lugar. Assim, a construção da Vila Operária ocorre conforme a necessidade do capital, e de certa forma, resultado das lutas dos trabalhadores, já que o capital não prescinde do fermento do trabalho vivo para sua produção e reprodução. Então, o simples fato de estarem ali impõe a criação de espaços de reprodução da força de trabalho.

Ortiz & Hue (1987, p. 103) atestam que, entre 1967 e 1974, quando abriu-se uma estrada até o povoado, "15.000 pessoas chegaram à região, sendo que 6.000 se instalaram em torno da mina. Dessas, 1.300 dentro da Vila Operária, montada pela empresa." Em meados da década de 1980 essa vila já abrigava aproximadamente 2400 pessoas. Era composta por edifícios comerciais, escolas, hospital, centro de saúde, clubes recreativos, 383 residências e 59 alojamentos para solteiros.

A organização espacial da Vila Operária da SAMA, repartida por setores, expressa claramente a hierarquia do poder dentro da empresa. No setor leste, reservado aos funcionários mais graduados, o alto escalão de comando da empresa, as casas "possuem três ou quatro dormitórios, sala, banheiro, lavabo, escritório, dependência para empregados, áreas destinadas à lavanderia, terraços e amplas áreas ajardinadas" (ORTIZ; HUE, 1987, p. 109). Nos outros setores – sul, norte, oeste – residem os trabalhadores de baixa remuneração, nestes as casas são simples, com cerca de 60 m^2 apenas e "encontram-se mais próximas umas das outras, e alguns blocos de residência chegam a ser geminados" (ORTIZ; HUE, 1987, p. 109). Assim, as condições oferecidas aos trabalhadores eram apenas as mínimas necessárias para que eles ali permanecessem.

Para além destas contradições, morar na Vila Operária da SAMA passou a ser objeto de desejo para a maioria dos trabalhadores da empresa. A Vila foi sendo dotada de toda a infraestrutura e conforto: energia, primeiro com a instalação de potentes geradores a diesel, posteriormente, a própria empresa financiou boa parte da linha de alta tensão; a instalação de redes de água e esgoto tratados numa estação própria de uso exclusivo dos moradores da Vila. Atendimento hospitalar para os trabalhadores, restaurante industrial, posto bancário, postos de atendimento e administração da Vila, uma espécie de delegacia e prefeitura, um posto de assistência social, além de clubes sociais e de recreação, campos de futebol e quadras de tênis e poliesportivas, escolas técnicas profissionais e de ensino normal, etc.

Chama também atenção o fato de a SAMA ter convidado dois militares de alta patente do exército brasileiro para assumir a gerência administrativa e a vila operária da empresa entre

agosto de 1968 a outubro de 1970. O General de Brigada Álvaro de La Roque Couto e o Coronel Bertolucci, ambos de Brasília, assumem estes cargos, e segundo Pamplona (2003, p. 279) "com eles, é lançada a pedra fundamental do primeiro Clube Social da SAMA, o *Palhão* e, principalmente, homologada a comunicação externa por meio de rádio".

Formalmente as casas, de propriedade da empresa, eram alugadas para os trabalhadores. Na verdade, era um "empréstimo", porque os trabalhadores pagavam um valor "irrisório" pelo aluguel. Esse "empréstimo" possuiu tanto o objetivo de forçar a permanência do trabalhador quanto o de rebaixar os custos de reprodução do operário. É o que Blay (1985) explica como sendo a disponibilidade da casa para o trabalhador como forma de salário não pago. O operário não paga pela casa em dinheiro, mas sob a forma de trabalho não pago, excedente de tempo de trabalho apropriado pela empresa. A "casa de propriedade da indústria entra na composição do salário" (BLAY, 1985, p. 18). A SAMA também criou um sistema de auxílio para construções fora da Vila Operária com oferta de empréstimos que eram descontados diretamente em folha de pagamento, no máximo de 25% do salário, bem como financiamento da compra de materiais de construção como janelas, portas, telhas e tintas.

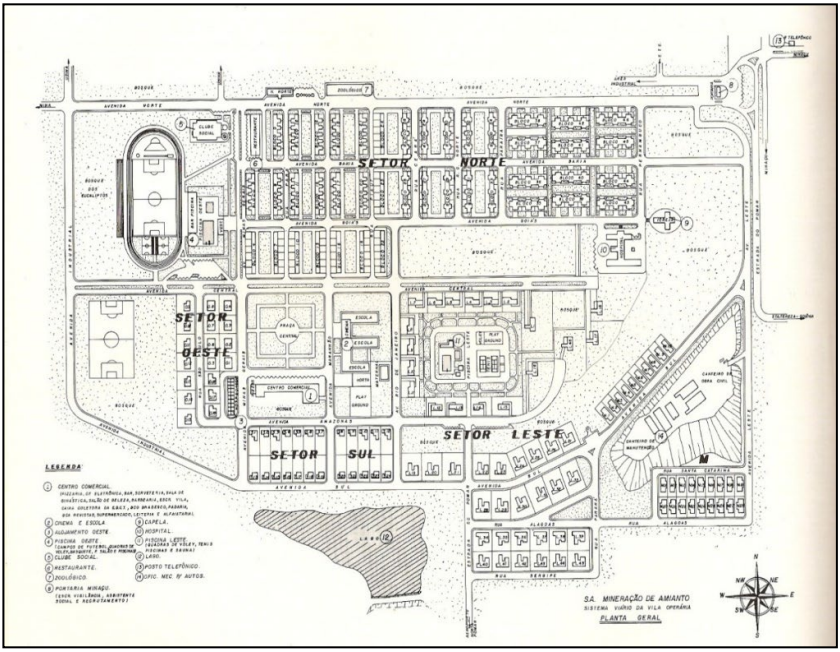
Segundo Ortiz e Hue (1987, p. 111), a SAMA:

> [...] tenta passar para os funcionários a responsabilidade de fazer a manutenção de sua residência. No entanto, isso não acontece, já que esses se negam a investir em algo que não é seu: a casa é emprestada pela empresa e garantida aos seus funcionários através de um aluguel irrisório e simbólico que a maioria não sabe dizer quanto é.

Os objetos distribuídos no espaço Vila Operária expressam seu conteúdo e forma (Figura 2). Para além do espaço fabril, a

disciplina do capital adentra o espaço-tempo da vida cotidiana das famílias dos trabalhadores para nele produzir relações, que possibilitam interiorizar nos dominados os valores da empresa. É o espaço-tempo da reprodução no sentido que nos fala Lefebvre (1973, p.11) “não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações; não há aqui um processo puramente repetitivo”.

Figura 2: Planta baixa da Vila Operária da SAMA.



Fonte: Ortiz; Hue (1987, p. 106).

Nos primeiros anos do século XXI mudanças importantes ocorreram na relação da SAMA com a Vila Operária. Até este momento as casas e todas as edificações da Vila eram de

propriedade da empresa, que alugava as casas para os operários, apenas funcionários da SAMA podiam morar na Vila. A partir de 2003 isso começou a mudar, a empresa resolveu vender as casas. Desde então, pessoas sem nenhuma relação direta com a empresa passaram a residir na Vila Operária. Atualmente, professores, delegados, policiais, juízes, promotores residem na vila, que, passou de Vila Operária a condomínio residencial de classe média de Minaçu-GO. Em abril de 2005, o condomínio é fundado com estatuto próprio e eleição a cada dois anos para escolha de nova diretoria.

Residiam em 2013 no condomínio cerca de mil pessoas, em 264 (duzentos e sessenta e quatro) edificações. O estatuto impõe certas restrições para reformas nas casas para assegurar a manutenção das formas originais, não descaracterizando a arquitetura. Porém, com autorização da diretoria, moradores podem alterar em certos limites suas casas. É expressamente proibido trocar o telhado. Todas as casas e edificações devem manter o telhado original com as telhas onduladas de fibrocimento. O preço pago ao mês por condômino são R$ 35,00 (trinta reais), também é cobrada uma taxa de segurança que varia de R$ 20,00 (vinte reais) a R$ 35,00 (trinta e cinco reais) conforme o padrão arquitetônico das casas. O fornecimento e tratamento de água e esgoto são realizados pela empresa a preço de custo para os moradores. O preço da água custa cerca de R$ 1,10 o metro cúbico de água para o morador[15].

O condomínio também conta com um hospital, sistema SESI/SENAI, escolas, clínicas médicas, banco, UNIMED, padaria, academias de ginástica, restaurante, dois clubes sociais

[15] A SANEAGO, empresa de saneamento do Estado de Goiás, cobra cerca de R$ 3, 40 o metro cúbico de água, ou seja, três vezes mais caro.

com piscinas e quadras de esporte, salão de festas e espaços para realização de eventos e encontros culturais. Conta também com ampla área verde, área de Cerrado e um enorme lago que garantem uma temperatura bem mais agradável em meio ao forte calor do norte goiano. A entrada no condomínio é permitida, porém, a SAMA mantém uma portaria, vigiada por seguranças que podem solicitar identificação de quem adentra no condomínio. As normas de trânsito são rigorosamente observadas, os espaços para pedestres, ciclistas e automóveis são bem definidos e vigiados o tempo todo.

A Cidade Extramuro ou A Cidade para Além da Vila Operária

Como dissemos, a Vila Operária, construída junto à mina de amianto, é considerada o germe da cidade de Minaçu. Uma cidade intramuros. Ao seu redor, do lado de fora dos muros, um processo de urbanização esgarçado e caótico vem ocorrendo. Neste processo de desdobramento do urbano, emerge uma centralidade urbana assentada no comércio varejista, lojas de departamentos, eletrodomésticos, informática, supermercados, juntamente com o setor de prestação de serviços tais como: escritórios de contabilidade e de advocacia, clínicas particulares, consultórios odontológicos, estabelecendo certa divisão social do espaço.

A presença do capital no espaço contribuiu para a valorização de algumas áreas da cidade, sobretudo a área central, próxima a qual fixaram residência as classes mais abastadas economicamente. Aos trabalhadores mal remunerados e pobres

cabe ocupar as franjas da cidade, à beira de cursos d'água, do lago da Barragem Cana Brava e as encostas de morros.

À medida que a cidade extramuros foi crescendo em Minaçu as práticas espaciais relacionadas ao poder e domínio da SAMA também saltaram os muros da Vila Operária e se espalharam para toda a cidade afirmando e valorizando cotidianamente sua presença no espaço urbano de forma geral. Isso pode ser parcialmente revelado nos outdoors espalhados pela empresa em alguns pontos da cidade (Figuras 3, 4).

Figura 3: Outdoor estrategicamente posicionado na entrada/saída do aeroporto municipal de Minaçu (GO).

Autor: Acervo de BARBOSA, F. de M. T. (2011).

Figura 4: Outdoor posicionado em importante via de acesso ao ponto turístico da cidade, a Praia do Sol.

Autor: BARBOSA, F. de M. T. (2011).

No nosso entendimento essas práticas espaciais têm a ver com aquilo que Harvey (2009, p. 366) explica como "governança urbana", que é a utilização de métodos de gerenciamento empresarial para o fim específico de controlar o desenvolvimento da cidade e organizar a vida urbana conforme as necessidades de reprodução do capital.

Considerações Finais: A Cidade para Além da Sama

O Capital elege os lugares aos quais deseja reverter em potência para sua acumulação e ali começa a agir. Foi o que ocorreu em Minaçu-GO, a cidade só surgiu em razão das

necessidades de acumulação e reprodução do capital-amianto, para o que contou com amplo apoio do Estado.

Assim, o capital construiu uma cidade para o capital. De início, um núcleo urbano literalmente criado pela SAMA, que dotou o espaço de equipamentos sociais mínimos para que a exploração do mineral pudesse começar, a Vila Operária, importante meio para a fixação do trabalho. Aos poucos a empresa repassa ao Estado as funções de criar as condições gerais de produção, pois, como diz Seabra (2003, p. 316), "a cidade capitalista é de domínio do capital privado, este que só encontra meios para reproduzir-se sob as bases de uma socialização das condições gerais de produção" e para esta socialização a ação Estado é imprescindível. Desde então, a relação entre o Estado-capital-amianto se fortalece cada vez mais, fato imanente ao capitalismo monopolista, portanto, característica comum do imperialismo.

O discurso ideológico dominante é o de que o banimento do amianto no Brasil afetaria Minaçu-GO a ponto de por "fim à cidade" Discurso propagado pelas mais diversas vozes da cidade: igrejas, associações comerciais, poderes públicos, sindicatos de trabalhadores, que divulgam amplamente a ideia nas escolas, na universidade, na mídia impressa e no rádio. O imaginário social está definitivamente contaminado por esse discurso que se converte em prática social, e pelo inverso, a prática social que elaborou o discurso.

Mas, seria realmente a morte da cidade ou a possibilidade de um novo começo? Que alternativas há para a população e o conjunto dos trabalhadores de Minaçu após o fechamento da empresa de mineração? É o que resta ver, pois, em novembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) em decisão colegiada, decidiu proibir o uso do amianto no Brasil, e consequentemente,

interromper a atividade de mineração de amianto em Minaçu. A SAMA parou suas atividades (até quando?) de mineração em 2018 e diante deste cenário coloca-se o desafio a população minaçuense de criar outras formas de existência e reprodução da cidade para além da mineração de amianto.

Referências

BARBOSA, Fábio de Macedo Tristão. *Imperialismo e produção do espaço urbano: a indústria do amianto e a construção da cidade de Minaçu-GO*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: 2013, 234f.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo, Estúdio Nobel, 1985.

HARVEY, David. *Espacios del Capital: hacia uma geografía crítica*. Traducción: Cristina Piña Aldao. Madri: Akal, 2009.

_____. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2010

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital*. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

ORTIZ, Maria C. M.; HUE, Renata S. *Minaçu e Recife: histórias de habitações e seus habitantes*. São Paulo: Projeto, 1987.

PAMPLONA, Renato Ivo. *O amianto crisotila e a SAMA 40 anos de história Minaçu-Goiás: da descoberta à tecnologia limpa – 1962-2002*. Minaçu: R.I Pamplona, 2003.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano.* In: CARLOS, Ana Fani Alessandri.; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs.) Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. Contexto, São Paulo, 2003. pp.308-322.

A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO JUDAICO NA CIDADE DE SÃO PAULO (SP)

Carlos Alberto Póvoa

Ewerton Luís Costa dos Santos

Introdução: A Formação do *Ishuv*[16] Paulistano

Os imigrantes judeus encontram-se na cidade de São Paulo desde o século XIX, mas as levas mais significativas chegaram nas primeiras décadas do século XX pelo porto de Santos e se dirigiram para a capital, desembarcando na Estação da Luz, no centro antigo da cidade de São Paulo. Entre 1900 e 1920, cerca de 11 mil imigrantes europeus entraram no Brasil, segundo pesquisa no AHJB no Boletim de Imigração e Colonização (1952); na década de 1920, 30 mil; na década seguinte, 28 mil. De acordo com Lesser (1995, p. 67), desses imigrantes que chegaram a São Paulo, o recenseamento de 1940 identificou cerca de 17.219 israelitas na cidade de São Paulo, e, em 1950, 22.808 judeus. Esses judeus, ao chegarem à cidade de São Paulo, se dirigiam inicialmente sempre para o bairro do Bom Retiro, onde se instalavam com os imigrantes italianos.

Antes das grandes levas imigratórias de judeus da Europa Centro-Oriental, chegaram à cidade de São Paulo, nos primeiros anos do século XX, os *sefaradim*, majoritariamente da região da Esmirna, na Turquia, bem como *sefaradim* das cidades de Rodes e Salônica, na Grécia, e da Bulgária e Hungria, segundo Blay

[16] Comunidade em ídiche,

(1984, p. 04). Foram para o Brás, Bela Vista, Penha, Vila Mariana, Santa Cecília/ Higienópolis, Jardim Europa os *ashkenazim*; já os *sefaradim* foram especialmente para o Cambuci, Mooca e Ipiranga.

A leitura de depoimentos memorialísticos, de Freideson (2003), indica que muitos eram abastados nas terras de origem e que conservaram um pouco da sua fortuna na imigração para o Brasil. Aqui se dedicavam às atividades de comércio, eram exímios comerciantes e ou financistas – faziam parte da classe média – e eram geralmente pessoas ligadas às atividades profissionais liberais. No ponto de vista social, eram cosmopolitas, com formação intelectual, cultivados, europeizados e religiosos. Esses judeus foram alguns dos poucos que vieram com uma vida já pré-estabelecida.

De acordo com Mizrahi (2003), esse grupo emigrou para fugir das mudanças e da situação em que o Império Otomano colocara a sociedade judaica e não judaica na região invadida. Uma das propostas otomanas seria tornar, pela legislação introduzida por eles mesmos durante a invasão, a convocação ao serviço militar um dever e uma obrigação regulamentada. Contudo essa convocatória abraçava a toda população e as diferenças étnicas, reduzindo-a a um só conjunto como "gente" de uma nação. Essa atitude por parte dos invasores foi uma estratégia de colocar lado a lado os judeus com os otomanos (muçulmanos).

Na cidade de São Paulo, na década de 1930, muitos dos imigrantes judeus inauguraram seus comércios varejistas e atacadistas (lojas de tecidos, sapatarias, chapelaria, joalherias e armarinhos), alguns outros já estavam com os estabelecimentos comercialmente bem instalados, mas os imigrantes recém-chegados de uma outra leva imigratória trabalhavam como

mascates ou ambulantes e eram geralmente empregados pelos comerciantes judeus locais, “os seus correligionários”, que os ajudavam a estabelecer-se social, financeira e economicamente na cidade. Para isso foi fundada uma Cooperativa de Crédito Popular no bairro do Bom Retiro, para apoiar os que desejam aqui iniciar sua vida – segundo Kucinski (2002, p. 132), percorrendo não só a cidade de São Paulo, mas também o interior do Estado.

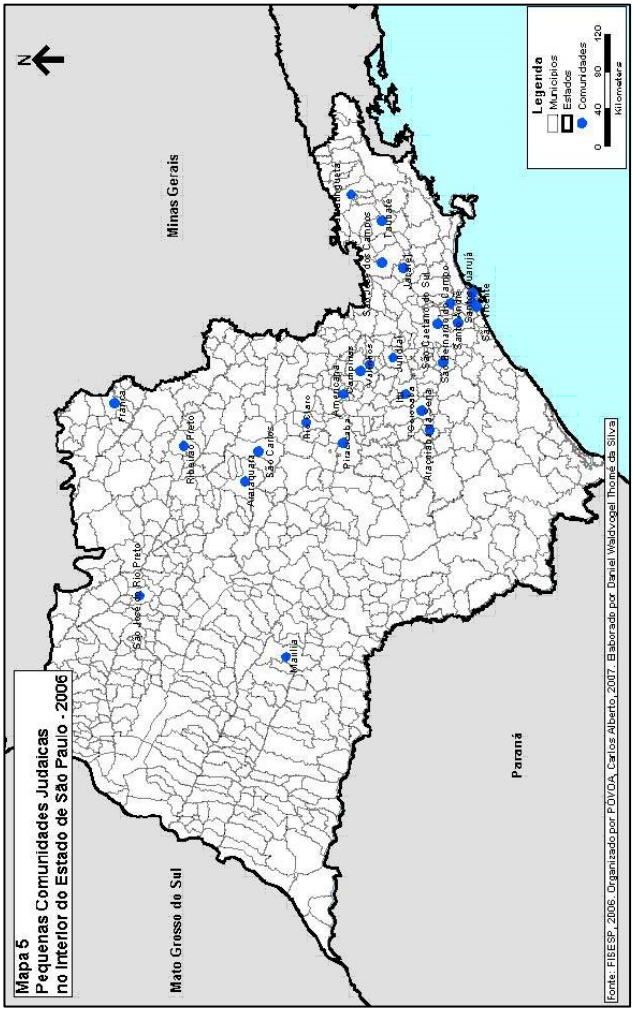
Posteriormente, acrescentaram-se as pequenas indústrias (de fundo de quintal) que iriam tornar-se bastante prósperas. Além desses imigrantes, chegaram grupos do Líbano, que se instalaram na Mooca e aos quais, depois da Primeira Guerra Mundial, juntaram-se os judeus de Safed, Yafo e Jerusalém no mesmo bairro. A partir da ascensão do fascismo e da promulgação de leis racistas por Mussolini, famílias *sefaradim* italianas também emigraram para a cidade de São Paulo na década de 1930, e o grupo instalou-se nos bairros da Mooca e do Brás. Nesta mesma época, judeus do Cairo fixaram-se também no Bom Retiro e os judeus oriundos da cidade de Alexandria, na Mooca e Brás.

Segundo Lesser (1995, p. 97), após a Primeira Guerra Mundial iniciou-se a chegada dos *ashkenazim* da Europa Oriental, particularmente da Polônia, Romênia e Lituânia. Outra parcela desta imigração dirigiu-se para os Estados Unidos e para a Argentina, pois, em razão do volume de pessoas imigrantes, o governo brasileiro estabeleceu restrições à imigração dos judeus. Para Rattner (1977, p. 42), eram em sua maioria judeus provenientes da classe trabalhadora, falavam o iídiche e, quando religiosos, eram tradicionalistas. No Brasil, fixaram-se no bairro do Bom Retiro, onde se dedicaram ao comércio varejista e de atacados.

Na cidade de São Paulo, na década de 1930, muitos dos imigrantes judeus inauguraram seus comércios varejistas e atacadistas (lojas de tecidos, sapatarias, chapelaria, joalherias e armarinhos), alguns outros já estavam com os estabelecimentos comercialmente bem instalados, mas os imigrantes recém-chegados de uma outra leva imigratória trabalhavam como mascates ou ambulantes e eram geralmente empregados pelos comerciantes judeus locais, "os seus correligionários", que os ajudavam a estabelecer-se social, financeira e economicamente na cidade. Para isso foi fundada uma Cooperativa de Crédito Popular no bairro do Bom Retiro, para apoiar os que desejam aqui iniciar sua vida – segundo Kucinski (2002, p. 132), percorrendo não só a cidade de São Paulo, mas também o interior do Estado.

Posteriormente, acrescentaram-se as pequenas indústrias (de fundo de quintal) que iriam tornar-se bastante prósperas. Além desses imigrantes, chegaram grupos do Líbano, que se instalaram na Mooca e aos quais, depois da Primeira Guerra Mundial, juntaram-se os judeus de Safed, Yafo e Jerusalém no mesmo bairro. A partir da ascensão do fascismo e da promulgação de leis racistas por Mussolini, famílias *sefaradim* italianas também emigraram para a cidade de São Paulo na década de 1930, e o grupo instalou-se nos bairros da Mooca e do Brás. Nesta mesma época, judeus do Cairo fixaram-se também no Bom Retiro e os judeus oriundos da cidade de Alexandria, na Mooca e Brás.

Mapa 1 - Pequenas comunidades judaicas no interior do estado de São Paulo.



Fonte: FISESP, 2006.
Organização: PÓVOA, Carlos Alberto (2007).
Elaboração: SILVA, Daniel Waldvogel Thomé da.

Conforme Mizrahi (2003, p. 81), foram tensas as relações entre *ashkenazim* e *sefaradim*: diferenças de língua e de liturgia, de costumes e visão de mundo provocaram desconfianças recíprocas e impediram o surgimento de uma comunidade judaica unificada "brasileira".

> ... A comunidade judaica não poderia ter vínculo mesmo, isso no início [...], na chegada [...] porque um falava uma língua, outro falava outra língua, tínhamos hábitos diferentes [...} era como se fôssemos dois povos bem distintos, mas [...] a distância entre o bairro do Bom Retiro e os bairros da Mooca e do Brás não era geográfica, mas uma questão territorial [...] o lugar dos sefaradim e o lugar dos ashkenazim [...] os judeus da Mooca chamavam os ashkenazim de "gringos" [...], e os ashkenazim consideravam os sefaradim, como "turcos" por causa da origem no Oriente Médio [...] os ashkenazim nos atribuíam como "judeus de segunda classe", imagina... (Entrevista da Professora Doutora Raquel Mizrahi. 2007, São Paulo-SP).

Nos anos de 1933 a 1941 vieram para a cidade de São Paulo aproximadamente 9.400 *ashkenazim* refugiados da Alemanha, segundo Lesser (1995, p. 138), que escaparam do horror nazista. Eram em sua maioria pessoas altamente qualificadas e instruídas. Inseriam-se nesses grupos profissionais liberais, administradores de empresas, comerciantes e financistas.

Rapidamente assimilaram a cultura local, pois não se estereotiparam com as vestes e nem com uso das *kipot*, eram judeus modernos e preocupados com a manutenção de um judaísmo mais liberal, não falavam iídiche e eram avessos ao tradicionalismo religioso, ao contrário dos *sefaradim*: os judeus alemães consideravam a religião um assunto de foro íntimo e não de ritos externos. Não tardaram os conflitos com o grupo da

Europa Oriental. Com a desarmonia entre os dois grupos, os alemães reiniciaram sua vida religiosa e social com a fundação de instituições, sinagoga e outras congregações, tudo foi instituído separadamente, como permanece até os dias atuais.

Reunidos no Centro Brasileiro Hebraico (uma federação de associações comunitárias), os *ashkenazim* do Leste Europeu desconfiavam dos recém-chegados da Europa Central, vistos por eles como "assimilacionistas" e "antijudaicos". Para Wolff (1988, p. 96), a partir do momento em que os recém-chegados se deram conta de que não seriam recebidos nem auxiliados pelos já residentes, criaram sua própria associação, a Associação Israelita Paulista (SIP, mais tarde CIP), tida pelos judeus alemães como um desafio à sua liderança e às posições socioeconômicas, já se haviam transposto algumas dificuldades entre as comunidades de São Paulo. A CIP também era muito bem vista por outros grupos *sefaradim* da Europa, em especial, pelo ponto de vista da dinâmica com que tratavam as questões judaicas e também pelo trabalho assistencialista.

O conflito paulistano, segundo Lesser (1995, p. 173), não foi resultado de uma simples continuação das contestações européias, tanto é que tal situação não existiu em cidades onde a comunidade tinha uma boa representação, como no Rio de Janeiro e em Porto Alegre e mesmo em Belo Horizonte, nas quais estavam presentes os dois grupos. De acordo com Rattner (1977, p. 55) sua causa em São Paulo estava relacionada com o processo de expansão econômica e territorial dos judeus alemães, recém-instalados na capital, pois estes avançavam pelos bairros da cidade, ocupavam os lugares onde havia maior ocupação urbana e justamente onde estavam já assentados os judeus da Europa Oriental, mais numerosos, todavia já com uma sólida situação econômica, assim como territorializados. Os vínculos

econômicos com a sociedade local (*goi*) encontravam-se em ascensão, tanto os financeiros quanto os sociais. Porém a presença de um novo "indivíduo" passou a ser temida pela perda de poder espacial, perda política e também os prestígios e a liderança comunitária.

O "conflito" se agravou por causa da legislação do Estado Novo (CARNEIRO 1988, p. 328), tanto pelas leis que restringiam a entrada de imigrantes, sobretudo judeus, quanto a quem pudesse provar a capacidade para retornar ao país de origem, como pela lei que impedia tanto a obtenção de trabalho para quem não possuísse visto de entrada permanente, e ainda as que proibiam manifestações públicas de religiosidade e o uso em público de língua estrangeira. Nos dois primeiros casos, as contendas prejudicaram o auxílio aos refugiados; no terceiro, as divisões assumiram a forma de ataques recíprocos com acusações vindas de ambos os lados de traição ao sionismo e, portanto, ao verdadeiro judaísmo.

Quanto à atitude anti-semita do Estado Novo, há contestações da parte de alguns autores: alguns consideram fora de dúvida o anti-semitismo; outros levantam sérias objeções a essa interpretação, de acordo com Maio (1999, p. 94); existem ainda aqueles que preferem apontar as ambigüidades da política brasileira do período Vargas, sendo que Lesser (1995, p. 191) lembra que o mesmo o governo que legislara contra a imigração "semita" permitiu, em 1939, a entrada de um número estimável de judeus refugiados da Segunda Guerra Mundial, ou ainda que Getúlio Vargas, que deportou e condenou Olga Benário à morte em campo de concentração nazista na Alemanha, teve, em seu segundo mandato presidencial,

Horácio Lafer como ministro da Fazenda, ou, mais ainda, que Osvaldo Aranha, que teria sido acusado, quando ministro de

Estado Novo, de anti-semitismo, logo depois, na condição de representante do Brasil nas Nações Unidas (ONU), defendeu o Estado de Israel e sua criação, conforme Maio (1999, 96).

Ainda segundo Maio (1999, p. 97), pode-se observar que Vargas, com sua "ideologia brasileira" e política autoritária e centralizadora, investiu contra os grupos étnicos. As questões levantadas (LESSER 1995, p. 190) por outros estudos deram duas respostas: uma delas sublinha a ação de Vargas numa política de industrialização em contexto nacionalista, levando-o a incorporar o judeu já radicado no Brasil e a entrada de novos imigrantes, sobretudo com o avanço do nazismo e o aumento de refugiados; a outra privilegia a "sociedade política brasileira", permeável a atitudes pragmáticas, aos compromissos e ao tratamento de cada caso como singular em vez do formalismo universalista.

A discussão da "questão judaica" tem ainda um outro interesse, por trazer à tona a atuação política dos judeus, divididos internamente quanto ao sionismo (proibido no Estado Novo) e de outros grupos imigrantes, externamente distribuídos no todo do espectro político da direita à esquerda, dos conservadores aos comunistas, dos liberais aos socialistas (MAIO, 1999, p. 100).

Tabela 1 - Imigração para o Brasil e para a cidade de São Paulo entre 1880 e 1920.

Período	Brasil	São Paulo
1880	____	184.000
1891 – 1900	1.129.315	733.335
1901 – 1920	1.469.095	857.149

Fonte: RATTNER, 1972, p. 46.

Assim como outros grupos de imigrantes em São Paulo, os judeus também se destacaram pelas atividades sociais, culturais,

educacionais, na mídia, teatros, cinemas, associações recreativas e esportivas, literárias, em importantes participações artísticas no "movimento modernista paulista", marcando presença também na política, numa cidade que começava a perder os traços provincianos.

A Territorialização do Bom Retiro

A chegada sistemática dos primeiros imigrantes coincidiu com a transformação espacial da cidade de São Paulo, quando as estruturas produtivas transformavam um lugar tipicamente provinciano em uma grande cidade – uma "metrópole prenunciada" (1840-1889), segundo Souza (1994, p. 52). A cidade de São Paulo possuía, na época, uma população estimada em 22 mil habitantes (cerca de 21.933, em 1836, dos quais 5.319 eram escravos) (EMPLASA, 1980, p. 129). A imigração era um fenômeno novo e expressivo (1870), tratado com muita importância, pois os estrangeiros recém chegados estavam se apresentando ao trabalho. Entre os anos de 1827 a 1873, apenas 4.182 imigrantes estavam presentes na cidade, sendo que dentre eles os italianos foram os primeiros a ingressar na província e se instalar nos bairros do Bom Retiro, Mooca e Brás. Em 46 anos, apenas algumas dezenas de imigrantes instalaram-se na capital, entre os quais alguns judeus, em sua maioria *ashkenazim*, árabes, turcos, armênios e gregos (BBC, 1950, p. 13), ou seja, uma média de 90 imigrantes por ano, com dimensões ligeiramente maiores no final do período do século XIX e no início do século XX. A vida na cidade era ainda mediada por formas que caracterizavam a fisionomia da "velha cidade de taipa", que persistiram até 1888, segundo Reis Filho (1994, p. 17). A população urbana cresceu gradualmente, e com ela as infra-estruturas que dinamizaram o

espaço urbano com a instalação e edificação de novos fixos e a alteração dos fluxos a partir da implantação de uma ferrovia, em uma cidade altamente impregnada de técnicas da produção, de comercialização e de circulação.

A inauguração da ferrovia ampliou as economias locais, bem como de toda a cidade de São Paulo, atraindo um volume bem maior de mercadorias e de pessoas (migrantes e imigrantes), ainda que a finalidade explícita da iniciativa fosse agilizar a passagem do café e do algodão provenientes do interior pela capital e viabilizar a abertura de lavouras, expandindo, conseqüentemente, a fronteira agrícola da província até as Minas Gerais. A Estrada de Ferro Sorocabana (1875) iniciava a comunicação entre a Santos e Jundiaí e, mais tarde, até o norte do Estado.

Mas as estações do Brás e, principalmente, da Luz, no Bom Retiro (ferrovia São Paulo Railway – 1865), também constituíam as portas de entrada da província de São Paulo, sobretudo para a capital e para o mercado internacional e, ao mesmo tempo, para o fluxo de pessoas que saíam e chegavam pelo porto de Santos.

Mas a gênese do Bom Retiro configura-se a partir de 1880, quando de fato passou a existir como "bairro", em 1881, pois até meados de 1875 era uma enorme chácara de propriedade de um imigrante judeu alsaciano – Manfred Meyer –, que dividiu a região em vários loteamentos (WOLFF, 1988, p. 69). Nesse período, (PESSO, 2004, p. 16), o senhor Meyer possuía uma grande olaria, empregando a argila das várzeas dos rios Tamanduateí e Tiête para produzir telhas e tijolos, que eram vendidos para a capital e a região.

Era um empreendimento interessante e grandioso, pois empregava como trabalhadores notadamente os imigrantes

italianos que também residiam no Bom Retiro, que consistiam em uma mão-de-obra mais barata. No Bom Retiro encontravam-se também outros imigrantes, como turcos, portugueses, espanhóis e os próprios brasileiros.

Conforme Pesso (2004, p. 10), o Bom Retiro, situado na área central da cidade, foi o primeiro lugar a desenvolver-se sistematicamente na cidade de São Paulo, e deu origem aos avanços urbanos, devido a sua localização. Pode-se destacar ainda que no Bom Retiro houve a introdução do primeiro bonde elétrico da capital, que fazia a ligação entre os trechos do "centro com a igreja da Luz", além da criação do primeiro parque urbano, e ainda que abrigava duas estações férreas, a Estação da Luz e Júlio Prestes, interligadas com a estação do Brás, havendo também pequenas indústrias familiares, "de fundo de quintal", expressando assim os primeiros passos da urbanização à qual pertencemos.

Essas construções e serviços valorizaram o "bairro", pois a instalação de galpões de mercadorias, hospedarias, oficinas, alfândegas, lojas de confecções, instituições aumentou as possibilidades de especulação da renda fundiária nas imediações da Avenida Tiradentes. Foi nessa região que os arquitetos Glete e Northmann (judeu) projetaram o primeiro bairro planejado da cidade de São Paulo, os Campos Elíseos, onde passaram a concentrar-se os ricos fazendeiros e os barões do café.

Em meio à incipiente urbanização e com vias para carroças e trilhos de bondes puxados por tração animal, observara-se que, nas redondezas, as pequenas fábricas começavam a destacar-se pela produtividade e por empregar os imigrantes que chegavam. Entre elas, a Cervejaria Germânia e a Fábrica de Tecidos de Algodão, localizados na rua Anhaia. Do outro lado, próximo ao rio Tiête, o bairro era habitado pelos operários das fábricas e

geralmente ocupado por imigrantes italianos, turcos, portugueses. Os judeus estavam chegando e iniciavam a sua fixação. As condições eram precárias, e muitos residiam em cortiços ou mesmo em residências simples, "casas geminadas", como ainda são encontradas na Rua dos Italianos. Como a ocupação era espontânea, vários imigrantes judeus foram para outras partes da cidade (final do século XIX e início do século XX), como Lapa, Brás, Vila Mariana, Ipiranga, porém a maioria fixou-se mesmo no Bom Retiro.

Segundo Pesso (2004, p. 21), a urbanização da cidade configurava os bairros da seguinte maneira: no Centro, Bom Retiro, República e Sé; na porção Oeste, Lapa e Vila Leopoldina; na porção Sul, Vila Mariana e Ipiranga; e, na porção Leste, o Brás, Mooca e o Belenzinho. Portanto as pessoas que moravam ou trabalhavam no Bom Retiro passaram a reordenar o espaço, mudando-se para essas áreas e/ou mesmo inserindo novos mercados e fábricas. Tal territorialização fez com que muitos imigrantes (inclusive alguns judeus) se deslocassem para essas áreas fora do centro e lá fixassem residência e atividades comerciais.

> ... Os imigrantes judeus chegavam de navios [...] eles vinham de Santos, e depois para o Bom Retiro [...] desciam na Estação da Luz [...] os judeus no Bom Retiro civilizaram os brasileiros, pois os brasileiros não tinham dinheiro para comprar um terno, hoje, agora ele compra a prestação, não vendiam prestação, os judeus não perguntavam o nome do pai, só vendiam de qualquer jeito se vai pagar ou não pagar é Deus quem sabe... (Entrevistado Sr. Jayme Kuperman, 93 anos, Rua Caconde, São Paulo, fevereiro de 2007).

Porém o Bom Retiro conservou-se majoritariamente judaico, constituindo-se quase como um gueto dentro da cidade

de São Paulo. Algumas famílias judias fixaram residências fora do bairro, devido aos interesses comerciais e dentro das possibilidades econômicas de cada um, mudaram para o Santa Cecília e adjacências. Para Pesso (2004, p. 40), apesar dos estranhamentos em relação à cultura brasileira e seus hábitos, os judeus se adaptaram ao novo espaço.

Na tentativa de superar todas as adversidades culturais, os judeus fundaram escolas judaicas, bem como instituições juvenis e associações culturais. O território judaico começava a formar-se e configurar-se concretamente, pois estava se fortalecendo a relação entre os judeus e o lugar. Esses lugares tiveram a função de complementar a sua identidade com a sua nova história territorial.

Com passar dos anos, diversas instituições educacionais, sinagogas e comércios já confirmavam o lugar judaico do Bom Retiro. A apropriação do território pelos judeus se intensificava a partir do momento em que tanto a população quanto as instituições iam proporcionando um conforto espiritual e material; os vínculos territoriais firmavam-se à medida que o povo se enraizava mística, religiosa e socialmente, definindo fronteiras moldadas através do tempo, que se materializavam em diversos lugares no Bom Retiro, criando sua estrutura existencial.

De acordo com Pesso (2004, p. 35), os laços de identidade estavam mais atados entre os membros da comunidade, bem como os lugares de vivência, que continuam sujeitos a alterações, tanto no que diz respeito ao deslocamento para outros espaços da metrópole, como Ipiranga, Vila Mariana, Brás e outros lugares.

Alguns marcos históricos da comunidade ainda se encontram no bairro, com a função de promover encontros entre os judeus, divulgar a cultura e praticar o assistencialismo,

registros na paisagem que o crescimento urbano não apagou completamente.

Quanto aos lugares religiosos que territorializaram o judaísmo no Bom Retiro e deram até conforto espiritual, algumas edificações permanecem, outras se transformaram em comércio, porém a paisagem ainda se completa com a presença desses edifícios em um dos bairros mais judaicos do Brasil.

A atividade judaica, antes centrada majoritariamente no Bairro do Bom Retiro, segundo Pesso (2004, p. 42), agora é também realizada em outros bairros da cidade de São Paulo, descentralizando essas dinâmicas, assim como foi reconcentrada em outros bairros, onde a população local é contemplada por meio de entidades, já que essa mudança requereu uma nova estruturação de serviços. Os judeus começaram a migrar para outros bairros de caráter residencial, em decorrência, sobretudo, das novas gerações de origem judaica constituírem-se de profissionais liberais (KUCINSKI, 2002, p. 132), que não quiseram dar continuidade aos negócios da família, além da expansão urbana. Nesse momento de dispersão, houve abertura e transferências de entidades judaicas do Bom Retiro para as novas áreas ocupadas. O exemplo é o tradicional colégio Renascença, agora em Higienópolis (Sta. Cecília), bairro que concentra cerca de 40% dos judeus que vivem na cidade de São Paulo.

Dentro desse panorama, há o embate de forças, dos conflitos culturais, que não se limita somente à cultura judaica, aos valores culturais religiosos que se encontram no limiar de mudanças espaciais entre a distinta cultura local e a do imigrante. O judeu que possui a memória de acontecimentos de antigas figuras da tradição, diante de tantos conflitos, tenta manter-se fiel às suas tradições e fé, incrementando mais a sua cultura e influenciando outras. No entanto, referindo-se ao judeu e ao

Judaísmo e às lembranças religiosas e culturais que, em momentos históricos, foram o fio da última esperança de vida, não se pode deixar de notar que interesses da velha geração já não possuem tanta relevância, diferentemente daqueles vividos por seus pais ou avós. À medida que as gerações mais velhas tornaram-se testemunhas de um passado de vivências dos lugares judaicos da cidade, as construções de instituições modificam-se ao longo do tempo (AHJB e CCJ).

A população judaica descendente dessa primeira imigração deslocou-se para os bairros nobres da cidade de São Paulo, por questões sociais, econômicas, e por transmitir mais segurança e o espaço ser mais bem, organizado, mais limpo e novo, e condizente com a posição social e profissional dessas gerações. Os judeus imigraram para Santa Cecília, Higienópolis, Jardins, Pinheiros e Morumbi, porém ainda são encontradas algumas famílias judias morando no Ipiranga, Perdizes, Sumaré, Vila Mariana, Aclimação e no próprio Bom Retiro.

A construção do Espaço Judaico na cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo agrupa o maior número de judeus do estado de São Paulo e do Brasil, aproximadamente 80%, vivendo no município de São Paulo, (IBGE, 1980 – não se pesquisou no Censo de 1991 devido à imprecisão dos dados sobre a população judaica). Sabe-se que mais da metade dos judeus estava congregada em apenas quatro distritos da cidade de São Paulo nos anos 1970, e apenas o bairro de Santa Cecília, em 1980, concentrava mais judeus do que o todo de judeus do estado do Rio Grande do Sul.

Nenhum dos demais distritos da cidade de São Paulo e dos já tradicionais conhecidos “bairros judaicos” possuía tamanha concentração de judeus, além de serem a maioria da população no bairro. Mesmo o Bom Retiro, clássico assentamento de judeus em São Paulo, exibia uma percentagem mais elevada, cerca de 21,4% do total, ficando em segundo lugar. Isso era fato, pois registrava-se uma movimentação da comunidade em direção dos bairros de Santa Cecília/Higienópolis (1970/1980), coincidindo com a chegada dos coreanos ao Bom Retiro. Essa migração das áreas centrais para as áreas mais afastadas é característica da ascensão social e econômica e um fenômeno generalizado em todas as grandes aglomerações urbanas.

Os dados censitários de 1980 confirmam um modelo comum a outros destinos de imigração urbana judaica na cidade de São Paulo, ou seja, dirigia-se para as Zonas Sudoeste e Sul, na direção dos Jardins e do Morumbi. Essas áreas em áreas valorizadas comercialmente, e o desenvolvimento comercial era mais sofisticado, o que condizia com a nova classe judaica, que era formada, agora, por profissionais liberais e empresários bem sucedidos, e não por comerciantes e mascates.

Enquanto 80% dos judeus paulistanos viviam nos dez distritos listados, conforme a tabela 29 baseada no Censo do IBGE de 1980, a mesma região reunia apenas 12,6% da população total do município.

A metrópole paulista, por sua vez, sentiria o crescimento intenso na segunda metade do século XX, tendo chegado a 1996 com 16,6 milhões de habitantes (IBGE, 2001). Com o intenso crescimento vieram os problemas urbanos: pobreza de grandes contingentes da população, marginalidade, violência, desequilíbrio ambiental, periferização cultural, social, econômica e muitas outras vicissitudes típicas das mega-cidades do mundo

em desenvolvimento. Nesse contexto, setores procedentes da classe média têm deixando para trás os grandes centros metropolitanos. Como a distribuição de renda entre judeus tem uma configuração diferente da maioria da população brasileira, com participação bem mais significativa da classe média, é lícito imaginar que estejam envolvidos nesses fluxos de contra-urbanização (MARTINE, 1994) em proporção maior do que o conjunto da população.

O certo é que esse movimento pode colaborar para aumentar ainda mais as mudanças, já que, longe dos conceitos urbanos, tornaram-se mais escassas as oportunidades de cultivar a identidade judaica. A dispersão espacial, portanto, é um fator a aumentar ainda mais as dificuldades para que o grupo possa manter sua herança cultural e sua singularidade sem se dissolver completamente no caldeirão étnico brasileiro.

Considerar a ocupação espacial da comunidade judaica no que tange a sua territorialização, ao uso do território, compreendendo as suas etapas por meio da periodização do tempo e do espaço, assim como ressaltar a escala da localização dos judeus nos distritos/bairros que habitaram, habitam e possivelmente habitarão, seguindo uma lógica dos estudos anteriores, é adentrar no entendimento sobre a organização por inteiro desse espaço judaico que é tão singular e constitutivo, desperta a acuidade da construção do histórico na sua analogia com uma nova geografia.

O procedimento histórico é um processo que vai se fazendo mais denso e mais intricado, uma vez que esse universo não é desordenado, pelo contrário, existe a necessidade de buscar e reconhecer a ordem no próprio universo, e assim poder ser vista na sua totalidade, estruturado naquilo a que ele nos incumbe em descobrir, por meio de suas leis internas.

A vivência histórica do espaço pelos judeus apresenta aspectos relevantes para a concretização desta pesquisa e para o esboço da relação sociedade-espaço. Não se trata apenas do fato de que o povo judeu, singularmente, oscilou entre longos períodos vividos em diásporas e outras imigrações/migrações, mas durante as quais dispunham também de uma soberania territorial. Isso é corroborarado pela Bíblia, pela qual durante mais de 2.500 anos o povo judeu escreveu uma relação homem-espaço, a qual, segundo Geiger (1998, p. 87), expressa uma tensão mundo-lugar.

Tabela 2 - Município de São Paulo – População judaica e total, por distritos selecionados, segundo do censo de 1980

Distrito	**População judaica**	**% Acum.**	**População Total**
Sta. Cecília	7.052	17.1	74.951
Bom Retiro	5.364	30.1	25.074
Cerqueira César	4.223	40.4	65.451
Jd. Paulista	4.174	50.5	116.464
Consolação	4.079	60.4	72.359
Jd. América	2.022	70.3	127.938
Perdizes	2.022	70.3	127.938
Vila Mariana	1.644	74.3	108.289
Ibirapuera	1.266	77.4	108.409
Bela Vista	1.114	80.1	79.371
Outros	8.205	100.0	6.220.666
TOTAL	41.239	-	7.114.258

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980.

Da relação homem-terra, o povo judeu, ou a judeidade, buscou a sua própria identidade, diferenciada, projetando-se, ao

mesmo tempo, na incomensurabilidade e incomparabilidade criadoras de suas idiossincrasias.

Conforme Geiger (1998, p. 88), é nessa dialética da tensão espacial que o conceito de espaço como um produto social compreende suas estruturas, formas e formatos historicamente construídos. Estruturas, formas e formatos que podem resultar nas construções materiais, como as de um bairro, de uma cidade ou mesmo de construções abstratas, como as das instituições, por exemplo, a dimensão e forma de uma nação.

Segundo Santos (2002, p. 17), o espaço é constituído de sistemas de ações e sistemas de objetos, e de intencionalidades – desse modo, ele também é denominado de dinâmico, porque revela uma constante reformulação no uso do território, a cada período da sua história. Esse espaço também é apresentado como um conjunto que contém frações da sociedade em movimento, o que desvenda as transformações efetuadas pelos judeus no momento da sua chegada e inserção no espaço paulistano, quando há o acontecimento da alteração das estruturas fisiológicas, bem como do concreto, e torna-se realidade.

Essa transformação espacial do Bom Retiro, que seguiu para o bairro de Santa Cecília, transformou parte do que já existia, ou seja, as novas ações e técnicas despontaram para a inclusão das novas construções do território judaico, conforme aludia a sua identidade, tradição e cultura.

Assim, com as ações instaladas, os eventos puderam promover a circulação do capital e a criação de uma movimentação mais geral da sociedade (os fluxos), pois é pela movimentação geral da sociedade que se apreende o movimento geral do espaço (SANTOS, 2004).

O território passou a ser usado conforme as intencionalidades da comunidade judaica, introduzindo aquilo que lhe era pertinente e que possuísse resultados nas ações diferenciadas e aplicadas sobre o antigo território para o "novo", inserindo técnicas e recriando uma esfera política, social, religiosa, cultural e, principalmente, econômica e financeira do "novo lugar". A migração de bairros deu-se quando os judeus resolveram assumir a territorialidade do bairro do Bom Retiro e fazer dele o seu trampolim social e profissional. Por isso é possível identificar o momento da sua chegada, como também periodizar as modificações do espaço pelos judeus. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar – bairro –, quanto à escala de uma cidade.

A produção do espaço "judaico" é a conseqüência da ação do próprio "judeu", que age e desenvolve as suas ações, seja por meio das construções das sinagogas, lojas de produtos kosher, ou pelo fenótipo dos judeus ortodoxos. Para a comunidade judaica, essa paisagem representa a sua reprodução nos diferentes níveis e que insere os judeus no seu lugar.

De acordo com Santos (2002, p. 56), o lugar é o depositário final, obrigatório, do evento, e um evento é um instante do tempo e um ponto do espaço. Na verdade, trata-se de um instante do tempo dado em um ponto do espaço. Sabe-se que os eventos alteram as materialidades, as coisas, transformam os objetos, dando-lhes novas características e, quando vindos dos acontecimentos históricos, pressupõem a ação do homem, assim como de um grupo social. Porém todo grupo social se define, essencialmente, pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais (HAESBAERT, 2002).

Na história judaica, o processo de "desterritorialização" urbana faz parte da biografia dos judeus, mas acredita-se em uma não-"desterritorialidade", já que a construção de objetos como realidade física, estabeleceu-se como uma realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos de valores que expressam o sentimento e as ações judaicas sobrevivem como um adensamento cultural e, conseqüentemente, algo que determina uma identidade ao lugar, mesmo que esse grupo judaico não ocupe mais maciçamente aquele ambiente, a exemplo do bairro do Bom Retiro.

Discutir a variabilidade e a conjunção dessa dinâmica espacial no contexto da modernidade é fundamental. Desta forma, os judeus formaram parte de um tecido da metrópole paulista e tiveram a sua afirmação em determinado território. A demarcação do espaço é judaica, porém a ordem metropolitana deu um novo sentido à vida, já que o pulsar da comunidade se dirigia para os bairros mais nobres da capital. De acordo com Raffestin (1993, p. 94), o espaço adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do território "vivido" pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral. Os judeus experienciam, ao mesmo tempo, um processo da construção do seu espaço, na organização de uma produção territorial por intermédio de um sistema de relações: quer se trate de relações de poder, sobre o seu espaço, quer seja na relação da construção do seu lugar.

Porém, segundo ainda Raffestin (1993, p. 99), esse poder territorial reflete-se também, na força idiomática e lingüística, a exemplo da comunidade *ashkenazim*, a mais numerosa, que fez dominar na cidade de São Paulo, o dialeto iídiche. Isso se ressaltou como "idioma" de determinados estabelecimentos como escolas, lojas, jornais impressos e revistas e mesmo no

cotidiano nas ruas – outro fator que determinou a presença de judeus no lugar, para diferenciar um judeu de outro, ou seja, uma comunidade da outra, o *sefaradi* (de fala ladina ou árabe) do *ashkenazi*, e um *ashkenazi* de um *goi*. Por essa razão, a "língua dos judeus", como ficou conhecida entre a população não-judaica de São Paulo, ocupou um lugar especial na cultura desse povo, que, somado à força da religião, criou um sistema sêmico e a idéia de assegurar uma identidade mais "forte" e "singular", cunhando códigos na comunidade em relação a sua convivência no espaço, gerando diferentes formas em sua comunicação, portanto, inteirando-se de poder sobre o território.

Conforme Geiger (1998, p. 86), a partir dessas idiossincrasias idiomáticas os judeus organizaram-se e regeram uma lógica para a sobrevivência do "ser judeu e pela manutenção do seu território: a composição de um espaço lingüístico e religioso" ainda Geiger (1998, p.86). Esses simulacros sustentam uma ordem de comunicação, bem como uma vida mais dimensionada na religiosidade, ou seja, voltada para si mesmo, como também para dentro da comunidade judaica (estar no seio da comunidade – territorialmente e idiomaticamente). Permanecer em comunidade é viver a realidade judaica e tornar-se ator das ações comunitárias; é admitir os pontos relevantes e expressivos para a preservação do seu território e do "ser judeu". Mesmo que a religião e a influência lingüística dêem o tom da ocupação, estas se conduzem e se comportam como uma demonstração do poder territorial, e isso se reflete na identidade do lugar, e declara quem de fato está ocupando, no momento, esse território, já que este recebe influências idiomáticas, religiosas e culturais externas.

De acordo com Sartre (1995, p. 67), essa ascendência de posse do "ser judeu" é de fato "relativa", ou seja, ela acontece

apenas dentro do seu território (nos bairros que ele passa a habitar). Na perspectiva da pessoa não judia, ao adentrar um espaço judaico, ela pode sentir-se diferenciada haja vista o formato cultural que paira na atmosfera do lugar, pois, não fazendo parte do ambiente, não estará também congregando da mesma cultura, língua e religião, assim como da afetividade ao lugar.

Conforme Rattner (1977, p. 151), efetivamente isso assegura aos judeus a própria capacidade de aplicar o seu domínio à "judeidade" ou de "judaizar" o lugar, além de reforçar as singularidades culturais, religiosas, sociais e econômicas frente à sociedade *goi*. Isso é ressaltado no acondicionamento da comunidade, como ainda na ação e na intencionalidade da ocupação do espaço, quando a preservação do lugar cria um contorno na formação do território, notadamente pelo seu uso cotidiano.

Referências

BOLETIM DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. São Paulo, n. 7, p. 103-, dez. 1952. (AHJB)

DECOL, R. D. *Imigrações urbanas para o Brasil*: o caso dos judeus. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FALBEL, N. A *Comunidade Judaica no Brasil*. São Paulo: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 1984. 197 p.

FREIDENSON, M & BECKER, G. Passagem para a América: relatos da imigração judaica em São Paulo. São Paulo: *Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro*, 2001. 223 p.

GEIGER, P. P. O povo Judeu e o Espaço. In: *Território*, Rio de Janeiro: Gramond/LAGET/ UFRJ, n. 5, p. 85-104, jul./dez. 1998.

KATZ, S. *À la recherche d'une histoire des juifs du Brésil.* France: Pardés, Loi et Liberté, 1993. p.127-146. v.17.

KUCINSKI, M. *Imigrantes, Mascates & Doutores*. Cotia: Ateliê, 2002. 254 p.

LEFÈBVRE, H. *La Production de L'Espace*. Paris: Anthoropos, 1974. p. 42-48.

LESSER, J. *O Brasil e a Questão Judaica:* imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 371 p.

PESSO. S. K. *A Territorialização da Cultura Judaica no Bairro do Bom Retiro (SP).* 2004. 51. Monografia (Graduação) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

PÓVOA, C. A. *A Territorialização dos Judeus na cidade de São Paulo.* São Paulo, Humanitas/ FAPESP. 2010. 296p.

RATTNER, H. *Tradição e Mudança*: A comunidade Judaica em São Paulo. São Paulo: Ática, 1977. 198 p.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo, Edusp, 1996. 123 p.

_____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.

VELTMAN, H. *A história dos judeus em São Paulo*. São Paulo: Expressão e Cultura, 1996. 141 p.

O USO DA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES NA IDENTIFICAÇÃO DE DIMENSÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL: um estudo na área urbana de Ituiutaba (MG)

Nelio Paulo Sartini Dutra Júnior

Introdução

O crescimento populacional sem planejamento adequado, elencou nas cidades diversos problemas socioambientais. Bairros e setores com condições sanitárias precárias, moradias próximas a córregos urbanos, despejo de esgoto a céu aberto, habitações em condições delicadas do ponto de vista infraestrutural. Ruas e casas sem rede de água e esgoto, sem iluminação pública e com destinação incorreta de lixos.

Pessoas com ausência de condições básica para sobrevivência, alta densidade demográfica do solo urbano, ocupação de áreas perigosas como encostas íngremes e áreas de várzea por famílias de baixa renda, entre várias outras questões, trouxeram para a problemática urbana diversos ramos nas abordagens de vulnerabilidades e riscos socioambientais.

Os estudos de vulnerabilidades, riscos sociais, vulnerabilidades econômicas e riscos ambientais emergem na tentativa de entender essas complexas configurações do atual espaço urbano. Onde estão essas pessoas e famílias mais vulneráveis? Onde estão os grupos sociais menos resistentes e resilientes a diversos eventos extremos, como por exemplo uma

inundação, um deslizamento de terras, ou até mesmo uma crise econômica nacional?

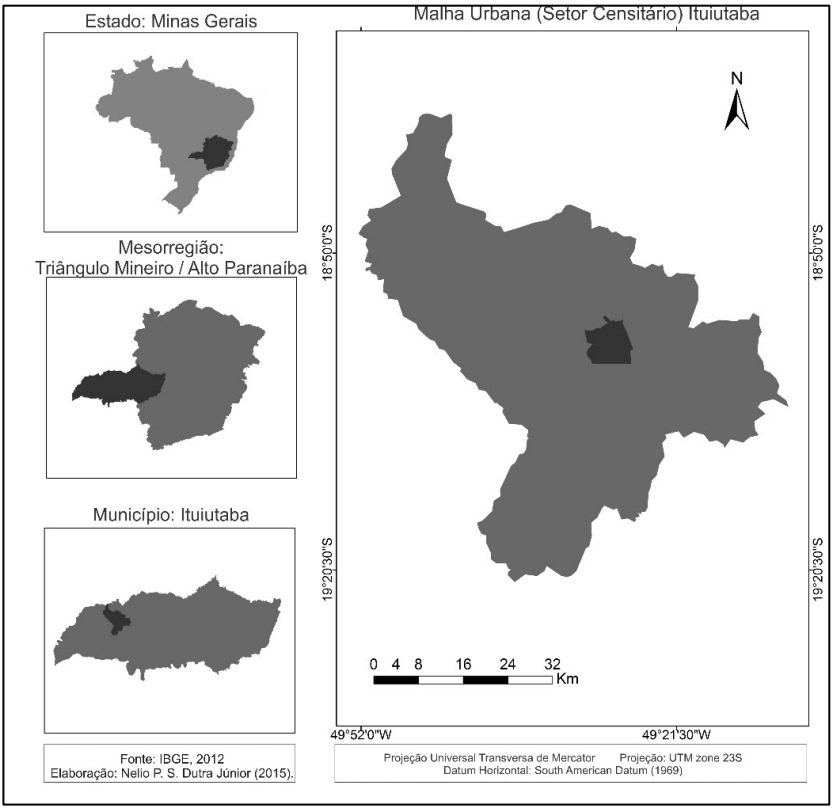
Diante disso, a vulnerabilidade social tenta abranger exclusivamente as populações socialmente vulneráveis, no entendimento de que é necessário identificá-las para que assim o Estado planeje e execute ações de modo a reduzir as vulnerabilidades. Um planejamento este que deverá considerar as características sociais, econômicas, ambientais, tecnológicas, culturais e históricas de uma determinada população.

Ituiutaba possui população com distintas realidades socioeconômicas difundida pela sua área urbana. Possui população estimada de 104.671 pessoas, com densidade demográfica total de 37,40hab/km² e área da unidade territorial de 2.598,046 km² (IBGE, 2019).

De acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA (IBGE, 2019), Ituiutaba está localizada na Grande Região Sudeste, na unidade da Federação de Minas Gerais. Ela faz parte da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia e da Região Geográfica Imediata de Ituiutaba. Também faz parte da Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e da Microrregião Geográfica Ituiutaba.

No Mapa 1 é possível identificar o estado de Minas Gerais, a mesorregião do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, o município de Ituiutaba, e também a malha urbana por setor censitário.

Mapa 1 - Ituiutaba (MG): Localização do município e malha urbana (2015).



Fonte: IBGE, 2012.
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, N.P.S (2015).

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos era em 2010 98,1%. Em 2018 tinha um total de 11.188 matrículas no ensino fundamental e 3.496 matrículas do ensino médio. Em 2016 tinha um Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 27.602,09 per capita. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era

0,739 no ano de 2010. A mortalidade infantil em 2017 foi de 10,43 óbitos por mil nascidos vivos. Salário médio mensal dos trabalhadores formais 2,2 salários mínimos (dados de 2017), com 21,4% da população trabalhando (IBGE, 2019).

Havia no ano de 2010 28.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, isto é, presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Em relação a outros municípios do estado de Minas Gerais, fica na posição de 345 de 853, e quando comparado com outros municípios brasileiros, fica na posição de 1292 de 5570 (IBGE, 2019).

Embora os dados apresentados permitam uma identificação geral das características municipais de Ituiutaba, com eles não é possível localizar, dentro do próprio espaço urbano, as áreas e os grupos sociais mais ou menos vulneráveis. Diante dessa multiplicidade dos dados apresentados a nível municipal, torna-se necessária mensurar a vulnerabilidade social no espaço urbano de Ituiutaba avaliando áreas em escalas menores.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza dados gratuitos a nível de setores censitários. "O setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional [...]" (IBGE, 2011). Considerando sua disponibilidade pública, escolheu-se trabalhar com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 na escala de setores censitários.

Além disso, considerando as dificuldades em mensurar vulnerabilidades em escalas setoriais urbanas devido a disponibilidade de dados, entende-se que são necessários estudos que utilizem banco de dados gratuitos como o do Censo

Demográfico do IBGE, mas que utilize metodologias que não padronize os dados selecionados. São necessários procedimentos que considere a diversidade de dados disponíveis, ponderando-os de acordo com os valores encontrados nas cidades em estudo.

Portanto, esse trabalho tem o objetivo geral de identificar na área urbana de Ituiutaba fatores de vulnerabilidade social utilizando a técnica estatística análise exploratória de fatores, pois ela é uma técnica multivariada que não estandardiza os dados, sendo muito utilizada em estudos recentes de vulnerabilidades em espaços urbanos. Como objetivos específicos, almeja-se encontrar dimensões de vulnerabilidade social e mapear os resultados encontrados.

Seleção das Variáveis

A metodologia para análise de vulnerabilidade social foi baseada nos estudos de Alves (2013), Almeida (2010) e Dias (2013). Conforme já mencionado, as variáveis foram selecionadas do resultado do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Por serem um total de 348 variáveis, que vamos chamar de variáveis de origem, elas foram reorganizadas por meio de soma e subtração em 20 variáveis finais.

No Quadro 1 é possível verificar o nome das variáveis finais e a quantidade de variáveis de origem necessárias para gerar cada variável final. A análise estatística foi feita com o software *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*. Inicialmente, submeteu-se as 20 variáveis finais à análise exploratória de fatores no programa SPSS.

Quadro 1: Variáveis de Origem e Variáveis Finais.

Variáveis (V) Finais	**(V) Origem (Quantidades)**
V1 - Domicílios particulares precários.	1
V2 - Domicílios particulares sem abastecimento de água da rede geral.	3
V3 - Domicílios particulares com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial ou fossa séptica.	4
V4 - Domicílios particulares permanentes sem banheiro.	1
V5 - Domicílios particulares permanentes com lixo não coletado.	5
V6 - Domicílios particulares permanentes de mais de 4 moradores.	6
V7 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade.	10
V8 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos.	4
V9 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal.	1
V10 - Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade.	10
V11 - Pessoas com 0 a 14 anos de idade.	15
V12 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados.	2
V13 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados com 10 e 19 anos de idade.	24
V14 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes de mais de 64 anos.	36
V15 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados com mais de 64 anos de idade.	80
V16 - Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com mais de 64 anos de idade.	36
V17 - Mulheres não alfabetizadas responsáveis por domicílios particulares permanentes.	2
V18 - Pessoas de mais de 64 anos de idade.	36
V19 - Pessoas não alfabetizadas com 5 a 14 anos de idade.	20
V20 - Pessoas não alfabetizadas com mais de 64 anos de idade	52

Fonte: Adaptado de Almeida (2010) e Dias (2013).

Detalhamento da Análise Exploratória de Fatores

Na análise de fator, opção "*descritivos*", selecionaram-se as alternativas "*solução inicial*", "*teste de esfericidade de Bartlett e KMO*" e "*anti-imagem*. Field (2009, p. 572) diz que o teste de esfericidade de Bartlett é utilizado para testar se "as variáveis se correlacionam somente com elas mesmas" e/ou se "todos os outros coeficientes de correlação estão próximos de zero." Assim, o teste de Bartlett identifica

> [...] se a matriz de correlação da população se parece com uma matriz de identidade (isto é, se ela testa se os componentes fora da diagonal são zero). Se a matriz de correlação da população se parece com a matriz de identidade, isso significa que cada variável se correlaciona pessimamente com todas as outras variáveis (isto é, todos os coeficientes de correlação estão próximos de zero). (FIELD, 2009, p.573).

Com esta análise, chegou-se ao seguinte resultado:

Quadro 2 - Teste de esfericidade de Bartlett e KMO.

Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	3580,254
	Df	190
	Sig.	,000
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy		,786

Fonte: Dados da Pesquisa.
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

Os testes de Bartlett (Quadro 2) identifica se existem relacionamentos entre as variáveis, assim, para este teste ser considerado significativo, a significância deve ser menor do que 0,05, pois assim é demonstrado que existe essa analogia. O resultado obtido foi 0,000, sendo considerado adequado. Kaiser-

Meyer-Olkin (KMO) demonstra a proporção da variância, e resultados mais próximos de 1 são ideais e valores abaixo de 0,5 não são indicados, pois evidencia uma inadequada escolha de dados. Para Field (2009, p.571) "valores entre 0,5 e 0,7 são medíocres, valores entre 0,7 e 0,8 são bons, valores entre 0,8 e 0,9 são ótimos e valores acima de 0,9 são excelentes", o resultado obtido foi 0,786, portanto considerado apropriado para estudo.

A opção "anti-imagem" selecionada gera uma matriz anti-imagem das correlações e covariância, que identifica as adequações de amostra para cada variável (FIELD, 2009, p.573). Field (2009, p.579) destaca que, embora ambas matrizes apresentem resultados similares, ele sugere que a análise seja feita principalmente a partir da matriz de correlação (Tabela 1). Por esse motivo, nesta pesquisa não foi utilizada a matriz de covariância.

Os elementos em destaque na diagonal devem ser no mínimo maiores do que 0,5 para demonstrar que a amostra é adequada para um par de variáveis (FIELD, 2009, p.573). Caso o resultado seja inferior ao valor mencionado, poder-se-ia afirmar que a variável explica-se sozinha, e, portanto não necessária na pesquisa. No presente trabalho, a matriz comprovou que as variáveis possuem correlação acima de 0,5, sendo próprias para este estudo.

Na análise de fator, opção "*extração*", o método usado foi o de "componentes principais", marcando-se a "*matriz de correlação*" e "*solução de fator não rotacionado*". A técnica de análise da matriz de correlação é útil quando você utiliza dados representados em diferentes escalas, isto é, quando as variáveis escolhidas não têm uma escala definida de valores mínimos e máximos.

Tabela 1 - Matriz de Anti-Imagem (Correlação).

		V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	v13	V14	V15	V16	V17	v18	V19	V20
Anti-image Correlation	V1	,849[a]	,015	-,008	-,041	-,182	,027	-,047	-,135	,082	,011	-,079	,035	,137	-,051	-,009	,105	-5,400E-005	,022	,074	,076
	V2	,015	,521[a]	-,806	,179	-,134	,099	-,319	-,070	,204	,129	-,046	,088	,150	,127	-,118	,041	-,010	-,167	,106	,119
	V3	-,008	-,806	,519[a]	-,256	-,151	-,127	,330	,068	-,187	-,142	,043	-,068	-,218	-,142	,135	-,027	,005	,187	-,092	-,128
	V4	-,041	,179	-,256	,758[a]	,011	-,047	-,205	-,131	,077	,096	,143	-,033	,209	,006	,047	,202	-,099	-,083	,063	-,045
	V5	-,182	-,134	-,151	,011	,838[a]	-,003	-,112	-,029	,021	,039	,094	-,198	-,067	,102	,007	-,028	,087	-,091	-,043	,049
	V6	,027	,099	-,127	-,047	-,003	,913[a]	-,104	,033	,039	,094	-,632	,029	-,067	,093	,039	-,173	-,129	-,064	,052	-,023
	V7	-,047	-,319	,330	-,205	-,112	-,104	,647[a]	-,033	-,258	-,864	,098	-,083	-,040	-,079	-,098	,133	,046	,040	-,133	,115
	V8	-,135	-,070	,068	-,131	-,029	,033	-,033	,888[a]	,344	,066	-,630	-,041	-,155	-,130	,017	-,235	,017	,132	,058	-,218
	V9	,082	,204	-,187	,077	,021	,039	-,258	,344	,803[a]	-,017	-,340	,112	-,050	,018	,013	-,107	-,108	-,008	,088	-,099
	V10	,011	,129	-,142	,096	,039	,094	-,864	,066	-,017	,638[a]	-,089	,064	-,035	,146	,085	-,187	-,102	-,091	,083	-,072
	V11	-,079	-,046	,043	,143	,094	-,632	,098	-,630	-,340	-,089	,815[a]	-,131	,189	,084	-,026	,309	-,013	-,160	-,288	,173
	V12	,035	,088	-,068	-,033	-,198	,029	-,083	-,041	,112	,064	-,131	,892[a]	-,180	-,216	-,257	,234	-,520	,186	-,208	,002
	v13	,137	,150	-,218	,209	-,067	-,067	-,040	-,155	-,050	-,035	,189	-,180	,590[a]	-,044	-,017	,169	,149	-,044	-,057	,051
	V14	-,051	,127	-,142	,006	,102	,093	-,079	-,130	,018	,146	,084	-,216	-,044	,638[a]	-,480	-,390	,211	-,907	-,118	,517
	V15	-,009	-,118	,135	,047	,007	,039	-,098	,017	,013	,085	-,026	-,257	-,017	-,480	,792[a]	-,026	-,096	,524	,151	-,839
	V16	,105	,041	-,027	,202	-,028	-,173	,133	-,235	-,107	-,187	,309	,234	,169	-,390	-,026	,773[a]	-,434	,005	,016	,129
	V17	-5,400E-005	-,010	,005	-,099	,087	-,129	,046	,017	-,108	-,102	-,013	-,520	,149	,211	-,096	-,434	,893[a]	-,034	,118	-,039
	v18	,022	-,167	,187	-,083	-,091	-,064	,040	,132	-,008	-,091	-,160	,186	-,044	-,907	,524	,005	-,034	,635[a]	,128	-,623
	V19	,074	,106	-,092	,063	-,043	,052	-,133	,058	,088	,083	-,288	-,208	-,057	-,118	,151	,016	,118	,128	,931[a]	-,157
	V20	,076	,119	-,128	-,045	,049	-,023	,115	-,218	-,099	-,072	,173	,002	,051	,517	-,839	,129	-,039	-,623	-,157	,771[a]

Fonte: Dados da Pesquisa.
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

Deste modo, foram consideradas as variáveis, mesmo elas estando em escala de medida diferentes (FIELD, 2009, p.574). A solução de fatores não rotacionadas segundo Field (2009, p.574) tem utilidade pois mede a "melhoria na interpretação devido à rotação. Se a solução rotacionada é um pouco melhor do que a solução não-rotacionada, é possível que um método não apropriado (ou não ótimo) de rotação tenha sido utilizado". O método de rotação escolhido foi o "*varimax*", com as opções "*solução rotacionada*" e "*carregamento diagrama(s)*" selecionadas. Justifica-se o uso do método "*varimax*" pois segundo Alcântara (2012, p.51) ele é o mais utilizado pois "produz resultados simples e de fácil interpretação. Busca simplificar as colunas da matriz fatorial e tem como objetivo

maximizar a soma das variâncias das cargas exigidas da matriz fatorial.” E por fim, na “pontuações do fator”, marcou-se “*salvar como variáveis*”, método “*regressão*”. Observa-se que cinco componentes (autovetores) explicam 80,039% da variância total (tabela 2), e apenas os fatores dos autovetores acima de 1 são extraídos pelo software.

Tabela 2 - Variância Total Explicada.

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumula-tive %	Total	% of Variance	Cumula-tive %	Total	% of Variance	Cumula-tive %
1	7,669	38,343	38,343	7,669	38,343	38,343	6,706	33,528	33,528
2	3,276	16,380	54,723	3,276	16,380	54,723	3,151	15,756	49,284
3	2,095	10,474	65,198	2,095	10,474	65,198	2,561	12,804	62,087
4	1,837	9,183	74,380	1,837	9,183	74,380	2,399	11,997	74,085
5	1,132	5,659	80,039	1,132	5,659	80,039	1,191	5,955	80,039
6	,924	4,618	84,657	-	-	-	-	-	-
7	,749	3,745	88,402	-	-	-	-	-	-
8	,574	2,871	91,273	-	-	-	-	-	-
9	,463	2,313	93,586	-	-	-	-	-	-
10	,409	2,044	95,630	-	-	-	-	-	-
11	,255	1,273	96,902	-	-	-	-	-	-
12	,189	,943	97,846	-	-	-	-	-	-
13	,136	,681	98,527	-	-	-	-	-	-
14	,079	,395	98,922	-	-	-	-	-	-
15	,064	,322	99,243	-	-	-	-	-	-
16	,054	,269	99,512	-	-	-	-	-	-
17	,045	,224	99,736	-	-	-	-	-	-
18	,028	,138	99,874	-	-	-	-	-	-
19	,020	,101	99,975	-	-	-	-	-	-
20	,005	,025	100,000	-	-	-	-	-	-

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Dados da Pesquisa.
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

Na coluna “Extraction Sums of Squared Loadings” (Somas Extraídas das Cargas ao Quadrado) os valores são os mesmos exibidos na coluna “Initial Eigenvalues” (Autovalores iniciais) sem os fatores referentes aos outros componentes. Em “Rotation Sums of Squared Loadings” (Somas Rotacionadas das Cargas ao Quadrado), os fatores são apresentados com importância equalizada, ou seja, possuem estrutura otimizada (FIELD, 2009, p.581). A exemplo: antes da rotação, o fator 1 explicava 38,343% da variância; depois da rotação, passou a explicar 33,528%.

Tabela 3: Matriz de Rotação de Fatores.

	Component				
	1	**2**	**3**	**4**	**5**
V1	,238	,068	-,017	,224	,701
V2	-,076	-,021	,096	,889	,056
V3	,078	-,125	-,070	,885	-,035
V4	,354	-,073	,104	,207	,377
V5	,062	-,163	,133	,731	,059
V6	,846	,252	,201	,022	,145
V7	,202	-,005	,919	,150	,066
V8	,870	,398	,033	,017	,117
V9	,278	,057	,782	-,062	-,056
V10	,060	,025	,947	,097	,034
V11	,883	,176	,182	,021	,164
V12	,952	-,047	,099	,092	-,007
V13	,239	,133	,000	,318	-,684
V14	,218	,960	-,012	-,100	-,037
V15	,909	,156	,044	-,015	-,056
V16	,110	,951	,061	-,150	-,037
V17	,874	,052	,250	-,019	,055
V18	,199	,962	,030	-,100	-,020
V19	,823	-,039	,096	,088	,004
V20	,896	,205	,054	-,026	-,048

Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. Rotation converged in 5 iterations.

Fonte: Dados da Pesquisa.
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

Dias (2013, p.210) acentua que a matriz de rotação de fatores (tabela 3) "serve basicamente para estabelecer em quais dimensões as variáveis estão associadas levando em consideração a carga fatorial e seus maiores pesos que são associados às variáveis". A matriz citada mostra que V6, V8, V11, V12, V15, V17, V19 e V20 correspondem ao Fator 1; V14, V16 e V18 ao Fator 2; V7, V9 e V10 ao Fator 3; V2, V3 e V5 ao Fator 4; e V1, V4 e V13 ao Fator 5.

Deste modo, pode-se fragmentar os fatores em dimensões associadas de acordo com a similaridade das variáveis, e assim, tem-se 5 fatores e 5 dimensões, conforme apresenta o Quadro 3.

Quadro 3 - Relação de Variáveis e Fatores/Dimensões.

FATOR/DIMENSÃO 1: Não alfabetizados	V6	Domicílios particulares permanentes de mais de 4 moradores.
	V8	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos.
	V1	Pessoas com 0 a 14 anos de idade.
	V12	Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados.
	V15	Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados com mais de 64 anos de idade.
	V17	Mulheres não alfabetizadas responsáveis por domicílios particulares permanentes.
	V19	Pessoas não alfabetizadas com 5 a 14 anos de idade.
	V20	Pessoas não alfabetizadas com mais de 64 anos de idade

FATOR/DIMENSÃO 2: Idade acima de 64 anos	V14	Responsáveis por domicílios particulares permanentes de mais de 64 anos.
	V16	Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com mais de 64 anos de idade.
	V18	Pessoas de mais de 64 anos de idade.
FATOR/DI-MENSÃO 3: Responsáveis com 10 a 19 anos	V7	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade.
	V9	Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal.
	V10	Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade.
FATOR/DI-MENSÃO 4: Saneamento básico	V2	Domicílios particulares sem abastecimento de água da rede geral.
	V3	Domicílios particulares com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial ou fossa séptica.
	V5	Domicílios particulares permanentes com lixo não coletado.
FATOR/DIMENSÃO 5: Domicílios precários	V1	Domicílios particulares precários.
	V4	Domicílios particulares permanentes sem banheiro.
	V13	Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados com 10 e 19 anos de idade.

Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

Conforme citado por Dias (2013, p.111), a matriz de transformação de fatores (Tabela 4) "mostra as relações de congruência entre fatores, bem como, estabelece a carga fatorial para cada fator", e em uma constatação preliminar e superficial, verifica que o Fator 1 correlaciona-se com o Fator 2; o Fator 2 ao Fator 4; o Fator 3 ao Fator 1; o Fator 4 ao Fator 2; e o Fator 5 ao Fator 2. Na diagonal estão em destaque às cargas de cada componente, elas serão utilizadas posteriormente à elaboração da média ponderada das variáveis para cada fator.

Tabela 4: Matriz de Transformação de Fatores

Component	1	2	3	4	5
1	,910	,316	,258	,049	,065
2	,120	-,709	,300	,617	,108
3	-,345	,275	,896	-,046	-,035
4	-,172	,556	-,200	,784	-,087
5	-,100	,115	-,036	-,003	,988

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Fonte: Dados da Pesquisa.
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

O Quadro 4 demonstra os cálculos feitos na identificação da média ponderada para cada fator. Os dados destacados no Quadro 4 foram aplicados em todos os 141 setores censitários urbanos de Ituiutaba-MG, identificando em cada um deles as médias ponderadas das variáveis latentes (fatores). Posteriormente, para que os resultados fossem equalizados, o peso de cada um dos componentes (Tabela 4) foi multiplicado às variáveis latentes (DIAS, 2013, p.113), conforme representado no Quadro 5.

Quadro 4 - Média ponderada para cada fator

Fator 1	$\frac{(V6 * 0{,}846) + (V8 * 0{,}870) + (V11 * 0{,}883) + (V12 * 0{,}952) + (V15 * 0{,}909) + (V17 * 0{,}874) + (V19 * 0{,}823) + (V20 * 0{,}896)}{0{,}846 + 0{,}870 + 0{,}883 + 0{,}952 + 0{,}909 + 0{,}874 + 0{,}823 + 0{,}896}$
Fator 2	$\frac{(V14 * 0{,}960) + (V16 * 0{,}951) + (V18 * 0{,}962)}{0{,}960 + 0{,}951 + 0{,}962}$
Fator 3	$\frac{(V7 * 0{,}919) + (V9 * 0{,}782) + (V10 * 0{,}947)}{0{,}919 + 0{,}782 + 0{,}947}$
Fator 4	$\frac{(V2 * 0{,}889) + (V3 * 0{,}885) + (V5 * 0{,}731)}{0{,}889 + 0{,}885 + 0{,}731}$
Fator 5	$\frac{(V1 * 0{,}701) + (V4 * 0{,}377) + (V13 * 0{,}318)}{0{,}701 + 0{,}377 + 0{,}318}$

Fonte: Dados da Pesquisa.
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

Quadro 5 - Cálculo para obtenção dos fatores finais.

Média ponderada Fator 1	* Carga do fator (0,910) = Fator 1
Média ponderada Fator 2	* Carga do fator (0,709) = Fator 2
Média ponderada Fator 3	* Carga do fator (0,896) = Fator 3
Média ponderada Fator 4	* Carga do fator (0,784) = Fator 4
Média ponderada Fator 5	* Carga do fator (0,988) = Fator 5

Fonte: Dados da Pesquisa, adaptado de DIAS, 2013.
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

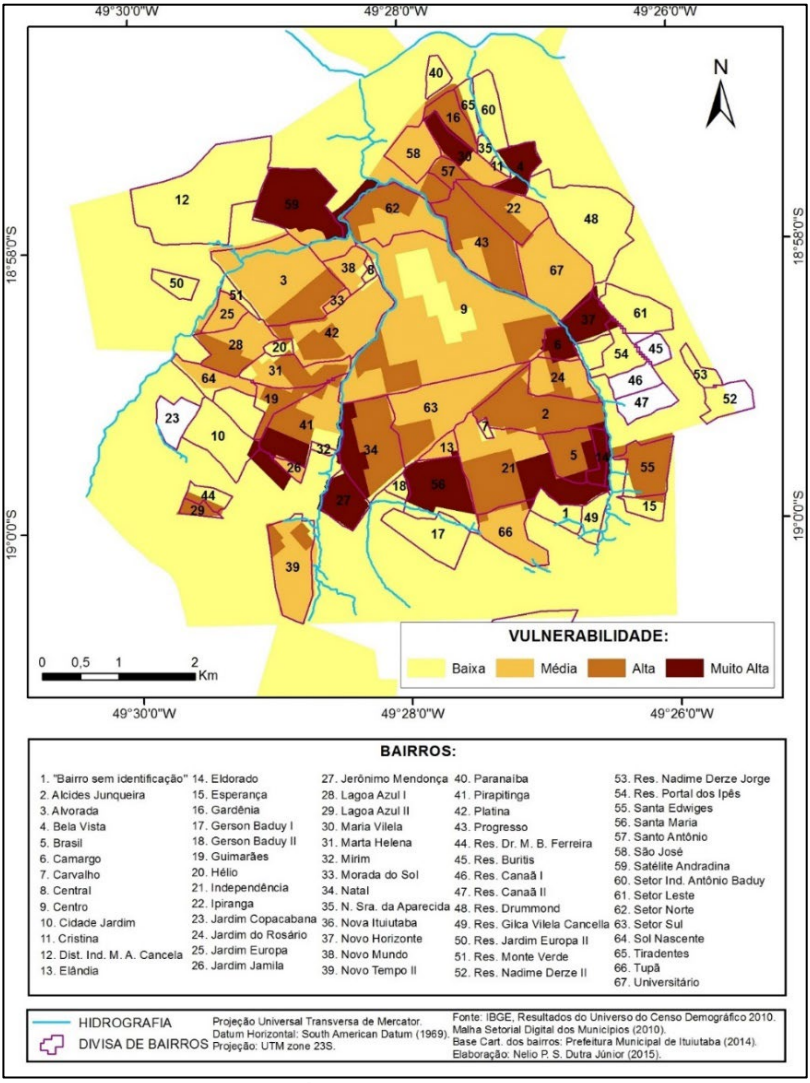
Os resultados foram representados em 5 (cinco) mapas de vulnerabilidade social, sendo os seguintes:

- Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social Fator "Não Alfabetizados" (2010) - Mapa 2;
- Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social Fator "Idade acima de 64 anos" (2010) - Mapa 3;
- Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social Fator "Responsáveis com 10 a 19 anos" (2010) - Mapa 4;
- Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social Fator "Saneamento Básico" (2010) - Mapa 5;
- Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social Fator "Domicílios Precários" (2010) - Mapa 6.

Fatores de Vulnerabilidade Social

O fator “Não Alfabetizados” (Mapa 2), corresponde aos domicílios particulares permanentes com mais de 4 moradores (V6), aos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos (V8), a pessoas com 0 a 14 anos de idade (V11), aos responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados (V12), responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados com mais de 64 anos (V15), mulheres não alfabetizadas responsáveis por domicílios particulares permanentes (V17), pessoas não alfabetizadas com 5 a 14 anos de idade (V19) e as pessoas não alfabetizadas com mais de 64 anos de idade (V20).

Mapa 2: Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social
Fator "Não Alfabetizados" (2010).



Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

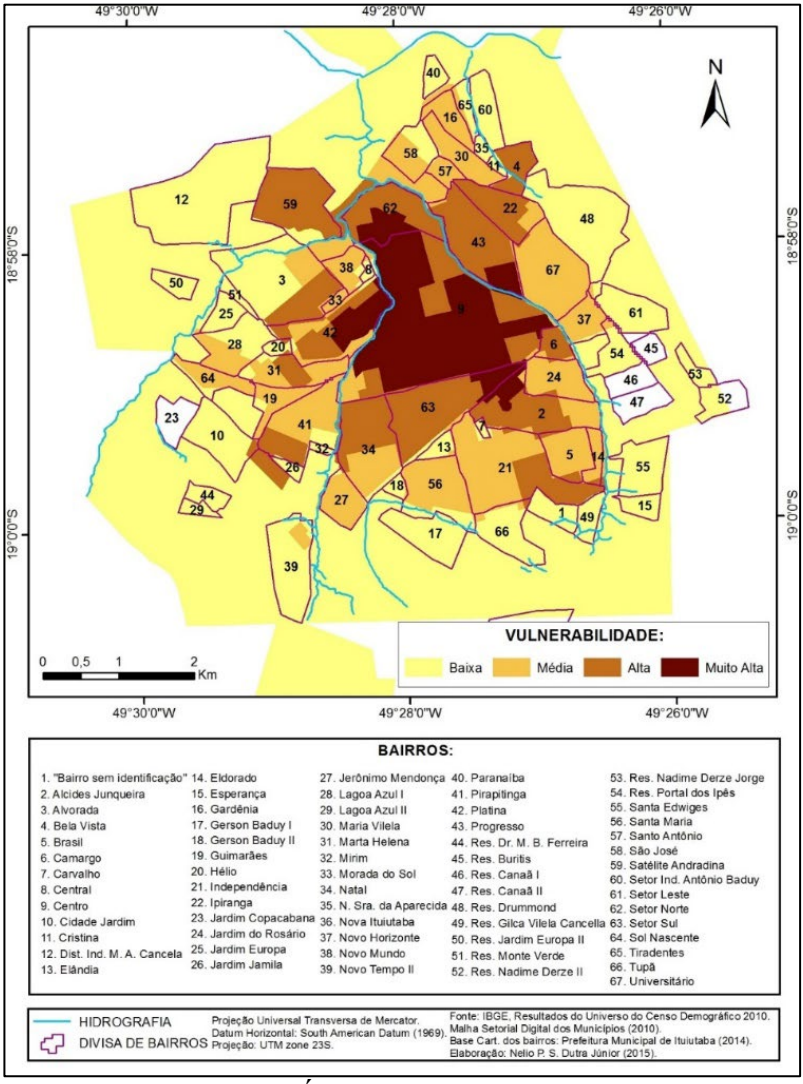
Identificou-se que os bairros Maria Vilela (30), Bela Vista (4), Satélite Andradina (59), Novo Horizonte (37), Camargo (6), Jerônimo Mendonça (27), Santa Maria (56), Eldorado (14), a porção sul do Pirapitinga (41), o sudeste do Independência (21), e o oeste do Natal (34) possuem vulnerabilidade muito alta aplicada ao fator "Não Alfabetizados". Desconsiderando os novos bairros que estão sendo construídos, de modo geral, estes resultados foram encontrados nos bairros localizados na periferia de Ituiutaba.

Este fator econômico é um agravante a vulnerabilidade social, visto que segundo Cutter, Boruff e Shirley (2003, p.248) a educação "is linked to socioeconomic status, with higher educational attainment resulting in greater lifetime earnings" e pouca educação limita a habilidade de compreender avisos de advertência ou alarmes.

Com efeito, considera-se que pessoas com baixa escolaridade são mais susceptíveis a riscos por não possuírem informações técnicas a respeito dos mesmos, como também, em muitos casos, os não alfabetizados estão correlacionados a pessoas com baixo nível econômico, o que implica também a vulnerabilidade social. Esta última informação pode ser confirmada pela própria agregação de dados que a análise de fatores resultou, pois, a variável 8 que indica rendimento mensal menor do que três salários mínimos, está contida nesta dimensão de “Não Alfabetizados”.

O fator "Idade acima de 64 anos" (Mapa 3) contém as variáveis V14, V16 e V18, que correspondem, respectivamente, aos responsáveis por domicílios particulares permanentes de mais de 64 anos, mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com mais de 64 anos, e pessoas de mais de 64 anos.

Mapa 3: Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social
Fator "Idade acima de 64 anos" (2010).



Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

Todas essas variáveis indicam idade extrema, e neste caso a presença de idosos.

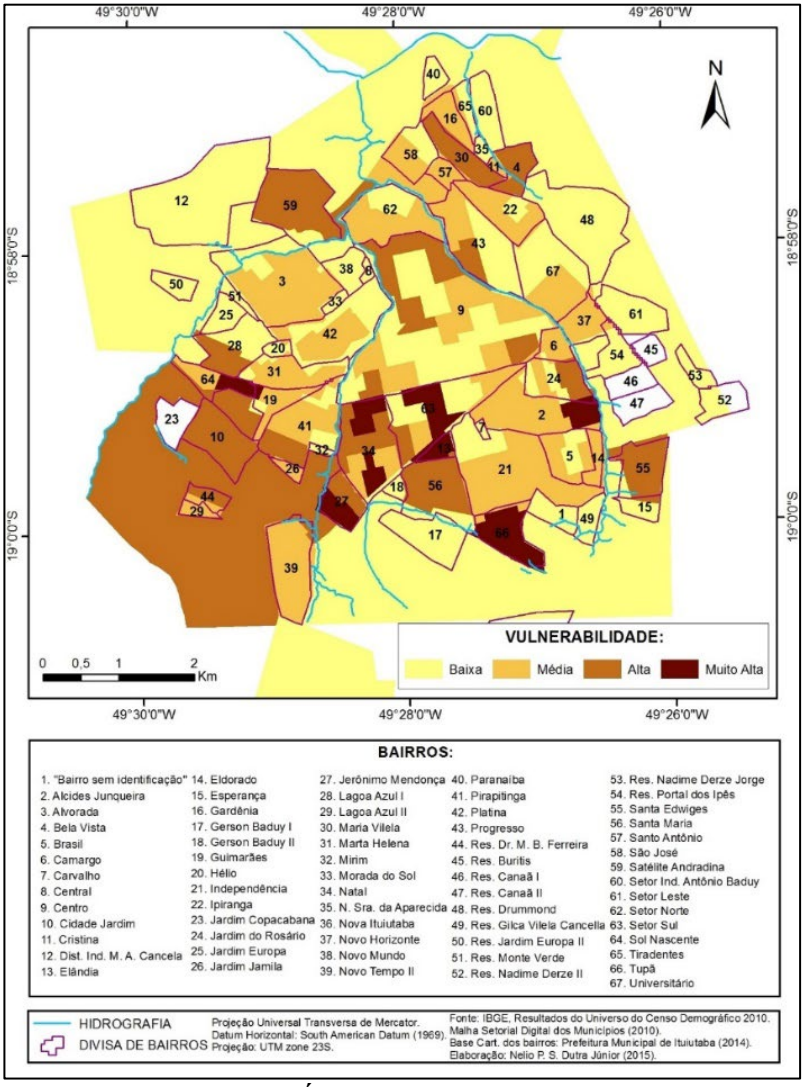
Observa-se que vários setores censitários presentes no bairro Centro (9) indicam vulnerabilidade muito alta aplicada a presença de idosos. Na porção central e oeste do bairro Platina (42), um dos bairros mais tradicionais da cidade, também apresenta-se vulnerabilidade muito alta aplicada a este fator.

Cutter, Boruff e Shirley (2003, p.246) acreditam que a presença de idosos tornam os locais vulneráveis, pois a população dessa faixa etária possui mobilidade comprometida, em alguns casos demandando cuidados. Assim, em um momento de adversidades, eles podem não conseguir adaptar ou responder de forma positiva a situação.

Em uma análise geral, é na zona central de Ituiutaba que encontram-se a maior parte dos idosos, sejam eles homens e/ou mulheres, nos quais, muitas vezes, são os responsáveis principais pelo sustento de suas casas. Isso pode agravar ainda mais a susceptibilidade a eventos, aumentando os riscos. A escala de cores sugere que, à medida que se afasta do centro urbano, gradativamente, a presença de idosos diminui.

A dimensão "Responsáveis com 10 a 19 anos" (Mapa 4) abrange as seguintes variáveis: V7, responsáveis por domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade; V9, responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal; e V10, mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade. Portanto, ou são responsáveis por domicílios que não possuem renda, ou correspondem a jovens responsáveis pelo sustento da família.

Mapa 4: Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social
Fator "Responsáveis com 10 a 19 anos" (2010).



Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

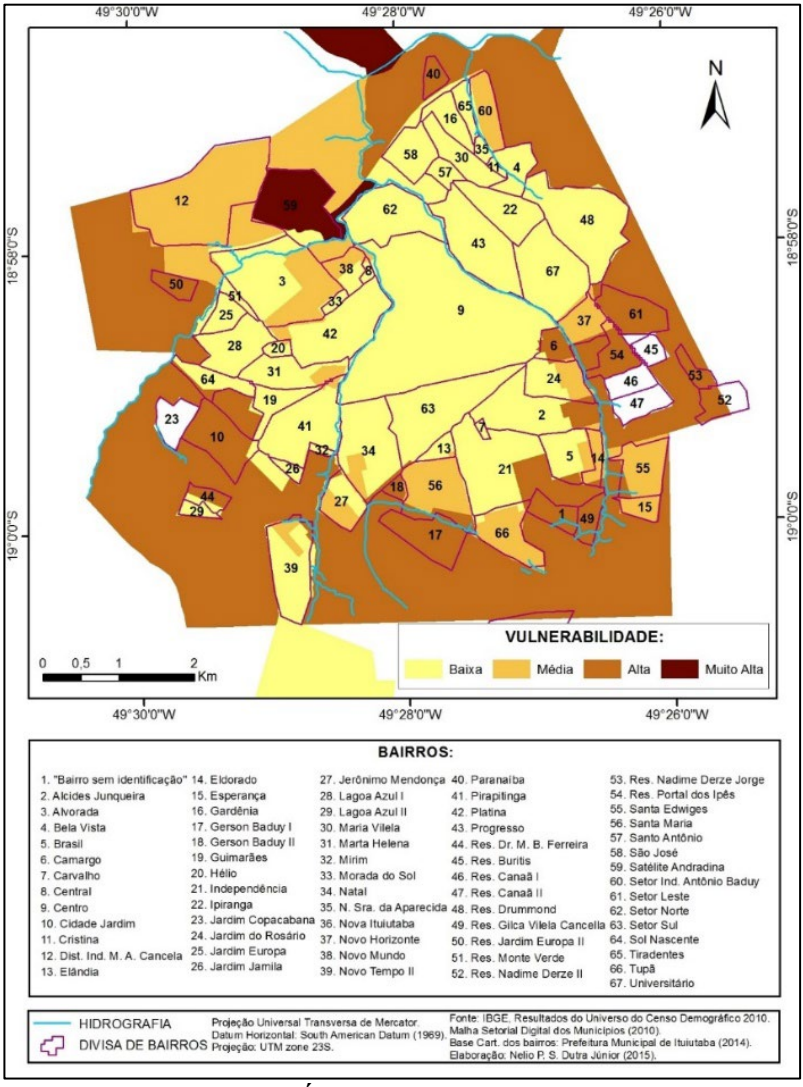
Ao contrário dos outros mapas já mencionados, os resultados mais extremos demonstram não estarem concentrados na porção central ou em periferias de toda a cidade. Estão regionalizados na porção sul de Ituiutaba. Os bairros Tupã (66) e Elândia (13) chamam a atenção por possuírem vulnerabilidade muito alta aplicada a este fator. Outras áreas destacam-se nesta análise: parte leste do Sol Nascente (64), Setor Sul (63) e Alcides Junqueira (2); norte e sul do Natal (34); e sudoeste do Jerônimo Mendonça (27), bairro este conhecido popularmente como Novo Tempo I.

Citando Cutter, Boruff e Shirley (2003, p.246), sobre a vulnerabilidade aplicada à presença de jovens, os autores acreditam que "Extremes of the age spectrum affect the movement out of harm's way", ou seja, idades extremas dificultam a evacuação em momentos de perigo, que demandam rápida evasão.

Igualmente, encontram-se nestes locais a maior parte dos responsáveis por domicílios que nem ao menos possuem renda. Isto compromete a habilidade de absorver perdas, o que realça a resiliência aos riscos, visto que condição econômicas melhores possibilitam uma recuperação mais rápida a impactos sociais e ambientais pela própria condição econômica da família, e até mesmo pelas redes de segurança, programas de direito e seguros (CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003, p.246).

A dimensão de análise "Saneamento Básico" (Mapa 5) corresponde as variáveis V2, V3 e V5, que respectivamente, referem-se aos domicílios particulares sem abastecimento de água da rede geral, domicílios particulares com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial ou fossa séptica, e a domicílios particulares permanentes com lixo não coletado.

Mapa 5 : Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social
Fator "Saneamento Básico" (2010).



Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

A espacialização do fenômeno demonstra que a falta de saneamento básico é encontrada principalmente no perímetro periurbano de Ituiutaba. É indispensável destacar que as informações do IBGE foram coletadas do Censo de 2010, e muitos desses bairros presentes nesse perímetro estavam em frase de construção.

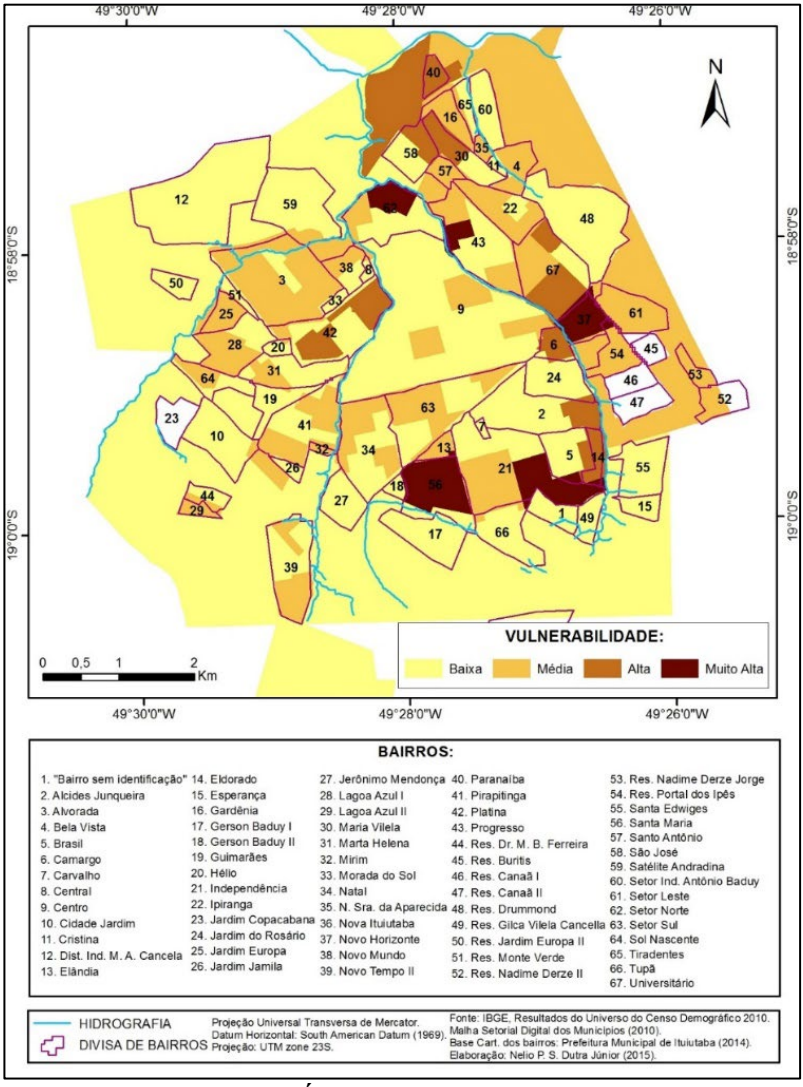
Por outro lado, o que chama atenção é o bairro Satélite Andradina (59), pois ele contém vulnerabilidade social muito alta aplicada ao fator em análise. Assim, embora ele seja um bairro mais antigo em comparação com os em construção, ele ainda não possui em muitas residências abastecimento de água, rede de esgoto adequada e coleta de lixo. A maior parte dos bairros da zona central possuem vulnerabilidade baixa ao saneamento básico.

O fator "Domicílios Precários" (Mapa 6) destina-se as variáveis domicílios particulares precários (V1), domicílios particulares permanentes sem banheiro (V4) e responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados com 10 a 19 anos de idade (V13).

É pertinente destacar que os domicílios particulares precários (V1) são os que possuem condição de ocupação não sendo próprios, alugados e nem cedidos. Este fator indica principalmente que nestes domicílios as condições são extremas, pois, provavelmente correspondem a locais de ocupação irregular, sem o mínimo do saneamento básico, como a presença de banheiros para a destinação do esgoto.

Em Ituiutaba, os valores totais de casos encontrados nas variáveis 1, 4 e 13, respectivamente, correspondem 104, 60 e 4 casos totais.

Mapa 5: Ituiutaba (MG): Vulnerabilidade Social
Fator "Domicílios Precários" (2010)



Elaboração: DUTRA JÚNIOR, 2014.

Na porção norte de Ituiutaba, percebe-se que os bairros Progresso (43) e Setor Norte (62) possuem setores com vulnerabilidade muito alta. No Setor Norte, esse resultado encontra-se em sua porção norte; e no Progresso em sua zona oeste. Ao leste da cidade, o bairro Novo Horizonte (37) apresenta também condições precárias aplicadas ao fator em análise. Ao sul, nessa mesma condição, destacam-se o bairro Santa Maria (56) e a parte sudeste do Independência (21).

Considerações Finais

Os objetivos propostos foram cumpridos. A técnica estatística mostrou-se adequada para o estudo.

Os fatores não seguiram uma padronização de espacialidade. Nos cinco mapas estudados percebeu-se uma espacialização distinta dos fatores na área urbana de Ituiutaba.

Sugere-se que seja feita uma média simples dos fatores/dimensões para identificação de uma síntese de vulnerabilidade social.

Não existe uma padronização no estudo de vulnerabilidade social por meio da técnica estatística análise exploratória de fatores. Utilizando essa técnica com dados diversos em localidades diferentes, possivelmente ela identificará classes de vulnerabilidade distintas (peso, variáveis, etc.) da apresentada nesta pesquisa.

Sugere-se reaplicação da técnica utilizando os resultados dos próximos Censos Demográficos do IBGE.

Referências

ALCÂNTARA, Viviane da Silva de. *Vulnerabilidade socioambiental na macrorregião da Costa Verde*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, 2012. 127p.

ALMEIDA, L. Q. *Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos*: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, Ceará. Tese Doutorado. Rio Claro-SP: [s.n.], 2010.

ALVES, Humberto Prates da Fonseca. Análise da vulnerabilidade socioambiental em Cubatão-SP por meio da integração de dados sociodemográficos e ambientais em escala intraurbana. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v.30, n.2, p.349-366, jul/dez. 2013.

CUTTER, S.L.; BORUFF, B.J.; SHIRLEY, W.L. Social vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*, 84 (1):242-261, 2003.

DIAS, G. H. *Identificação da vulnerabilidade socioambiental na área urbana de Mossoró-RN, a partir do uso de técnicas de análises espaciais*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró-RN, 2013, 165p.

FIELD, Andy. *Descobrindo a estatística usando o SPSS*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=29. Acesso: 11de outubro de 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso: 04 de novembro de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA*. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil. Acesso: 04 de novembro de 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Base de informações do Censo Demográfico 2010*: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas de Vulnerabilidade Social*. Disponível em http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/. Acesso: 04 de novembro de 2019.

PLANEJAMENTO URBANO E ACESSIBILIDADE: qualidade de vida do idoso na cidade de Ituiutaba (MG)

Geisa Candida da Silva Gonçalves

Introdução

Uma cidade planejada pensa seus espaços e a utilização dos mesmos pelos diferentes tipos de população. O planejamento urbano é uma ferramenta importantíssima para que tais espaços sejam criados e instalados de forma que atendam ao maior número de pessoas que compõem o seu público-alvo, sempre levando em consideração a facilidade de acesso, a mobilidade e a segurança dos usuários.

Igualmente, o envelhecimento do ser humano é um processo natural, que acontece de forma individual e gradativa. Com o passar do tempo, várias modificações são observadas no organismo de cada indivíduo, sejam elas fisiológicas, bioquímicas e psicológicas. Essas modificações geram graus distintos de doenças bem como aumentam as dificuldades e limitações de locomoção, tornando um desafio manter a independência e a autonomia do idoso. Assim, a acessibilidade é uma condição importante para que esse desafio seja superado, permitindo à pessoa idosa, a realização de suas atividades cotidianas.

A nomenclatura "idoso", utilizada para a pessoa com sessenta anos ou mais, surgiu durante a realização da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, convocada pela ONU - Organização das Nações Unidas e realizada na cidade de Viena,

em 1982. A OMS - Organização Mundial da Saúde que utiliza a idade cronológica para definir idoso, usa esse critério para países em desenvolvimento, já para países desenvolvidos, a mesma utiliza o termo idoso para a pessoa com sessenta e cinco anos ou mais, conforme a Assembléia Mundial sobre Envelhecimento (2005). No Brasil, o Estatuto do Idoso, juntamente com a PNI – Política Nacional do Idoso, também considera como idoso a pessoa maior de sessenta anos.

Partindo deste ponto, foram analisadas as calçadas no entorno de três locais de uso comum da população, os quais oferecem oportunidades de educação, lazer e prática de atividades físicas, além de serem espaços de convivência, sendo bastante frequentados por idosos que residem na cidade de Ituiutaba (MG), os quais transitam pelo seu entorno com o objetivo de acessá-los.

O primeiro lugar analisado foi a Praça Mário Natal Guimarães, localizada no Bairro Natal, onde está instalado o CEUs – Centro de Artes e Esportes Unificados e onde funciona o PEJA – Programa de Educação para Jovens e Adultos que conta com cerca de quinze idosos matriculados, incluindo uma cadeirante. Além desse programa, segundo o responsável do local e um dos professores do programa, existem outros projetos oferecidos para a população idosa bem como o acompanhamento dos mesmos nas atividades realizadas nos aparelhos da academia ao ar livre.

O segundo lugar escolhido para análise foi o entorno direto do Ituiutaba Clube Sociedade Recreativa e Esportiva, um clube tradicional da cidade localizado no Bairro Independência, onde acontecem vários eventos e atividades de lazer. Toda sexta-feira e aos domingos são realizadas serestas dançantes frequentadas pela população maior de dezoito anos, inclusive muitos idosos, os quais participam das mesmas para dançarem e terem seu

momento de lazer. Conforme informado pelo diretor do clube, os idosos têm um desconto de cinquenta por cento no valor de entrada do evento.

Por fim, como espaço para a prática de atividades física, foi escolhido a pista de caminhada localizada na Avenida José João Dib, popularmente conhecida como Marginal, onde muitas pessoas fazem suas caminhadas e realizam atividades físicas em academias ao ar livre ali instaladas. Dentre os usuários estão vários idosos que, em busca de uma vida com mais saúde e qualidade, procuram o local para realizarem suas caminhadas e utilizar os aparelhos de ginástica.

Em função das limitações oriundas da idade, os idosos possuem maior dificuldade de locomoção, bem como têm sua agilidade e seus reflexos diminuídos. Portanto, para acessar os locais onde realizam suas atividades, bem como seus espaços de convivência, é primordial que os passeios estejam desobstruídos, em bom estado de conservação e construídos dentro das normas de acessibilidade. Cabe então ao planejamento urbano servir de instrumento para que a gestão pública municipal planeje a construção e manutenção dos passeios públicos, bem como normatizem e, principalmente, fiscalizem as construções feitas por particulares. Tudo isso levando em consideração a mobilidade da população idosa e, consequentemente, a qualidade de vida da mesma.

Diante disso, este estudo teve como objetivo geral reconhecer espacialmente as condições estruturais das áreas de trânsito e acesso dos frequentadores do entorno da Praça Mário Natal Guimarães, do Ituiutaba Clube Sociedade Recreativa e Esportiva e da Avenida José João Dib, localizados na cidade de Ituiutaba (MG). Já os objetivos específicos foram: 1) apontar as conformidades com as normas de acessibilidade determinadas

pela NBR – Norma Brasileira 9050 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015), sinalizando que houve um planejamento urbano voltado para a acessibilidade da população idosa que frequenta esses espaços; 2) verificar as irregularidades nas calçadas do entorno dos locais analisados que afetam, direta ou indiretamente, a qualidade de vida dos idosos, no que se refere à mobilidade e à acessibilidade.

Metodologia

Para a realização desse estudo fez-se necessário um levantamento bibliográfico sobre o tema abordado para a compreensão dos conceitos envolvidos bem como para conhecimento das normas de acessibilidade determinadas pela ABNT. Tal levantamento bibliográfico fomentou a realização de observação direta com o objetivo de identificar as deficiências na aplicação das normas do planejamento urbano, nos locais analisados.

No intuito de verificar a acessibilidade, foram visitados três locais frequentados por idosos na cidade de Ituiutaba (MG) com a finalidade de observar a acessibilidade no entorno dos mesmos, bem como as estruturas das calçadas e passeios. Foram observadas a qualidade do piso e a existência de instrumentos de acessibilidade nas calçadas internas e externas das ruas do entorno de cada local.

Quanto ao piso, foi verificada sua regularidade e seu estado de conservação, bem como a existência ou não de riscos de quedas em função de buracos e imperfeições. Também foi observado o tipo de material empregado na sua pavimentação (antiaderente ou escorregadio), além da existência ou não de

obstáculos ou barreiras que dificultam ou impossibilitam o trajeto dos usuários. No que se refere à acessibilidade dos idosos, foi verificado a presença ou não de rampas de acesso no entorno dos locais, bem como suas dimensões e estado de conservação. Toda essa análise teve como base os parâmetros preconizados pela NBR 9050, da ABNT (2015).

Revisão Bibliográfica

A população idosa vem crescendo mundialmente e, estimativas sugerem que, em 2050, a mesma será composta por 1,9 bilhão de pessoas. Esse aumento populacional é oriundo da diminuição dos índices de mortalidade e, consequentemente, o aumento da expectativa de vida, em conjunto à redução das taxas de fecundidade (Cruvinel, 2009). Porém, é preciso cuidar para que nesse prolongamento da vida seja conservada a independência, a autonomia e o bem estar do indivíduo pelo maior período possível.

No Brasil, o crescimento da população idosa ocorreu de forma rápida e acentuada, descontinuado das ações na área da saúde e social, voltadas a atenderem as novas necessidades advindas desta parcela da população. Embora o envelhecimento seja um acontecimento natural e inevitável, os municípios não o consideravam como uma de suas prioridades ao realizar o seu planejamento urbano, não se atentando para as mudanças que o mesmo provoca na rotina dos cidadãos, dentre elas, a dificuldade de locomoção. É importante saber que, segundo informa Souza et al. (2012):

> Do ponto de vista físico, o envelhecimento se caracteriza por uma degeneração gradual e progressiva dos órgãos,

> tecidos e metabolismo, perda de energia, alterações na aparência e condições psicológicas, acarretando enfraquecimento e comprometimento de diversas funções orgânicas (SOUZA et al., 2012, p. 3).

Assim, é necessário que, tanto a sociedade quanto as entidades governamentais, entendam que os problemas que interferem na qualidade de vida dos idosos não devem ser tratados somente com soluções médicas, mas também é preciso incluir intervenções sociais, econômicas, ambientais e estruturais. O planejamento urbano é um instrumento primordial para planejar a realização dessas intervenções no que se refere às condições de acessibilidade.

Estado, Planejamento Urbano e Acessibilidade

Embora sua presença no cotidiano social pareça algo natural e comum, conforme aponta Pessoto, Ribeiro e Guimarães (2015), o Estado moderno surgiu oriundo do fim do feudalismo e ascensão do capitalismo:

> [...] Para nós, que nos formamos historicamente dentro de uma tradição ocupada pela noção de Estado, custa muito pensar uma sociedade sem Estado, apesar de que os americanos falam em "stateless society", sociedade sem Estado. Para nós, é quase impossível pensá-la, porque nascemos no Império português, subjugado por um Estado todo poderoso. Às vezes nos esquecemos, por isto, que na verdade não se trata de uma situação necessariamente permanente [...] (CARDOSO, 1977, p. 84 apud PESSOTO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2015, p. 10).

Assim, através de suas leis e políticas, o Estado é a expressão de poder presente nas formas sociais de intermediação

política com a sociedade. Bresser-Pereira (2017) apresenta três conceitos: o Estado como organização que pode legislar e tributar; o Estado que, além da organização, é a lei; e o Estado como sociedade com poder de legislar e tributar que se confunde com o estado-nação.

> [...] o Estado é uma instituição que surge com os impérios antigos, passa por uma transição quando se formam as primeiras cidades-Estado na Itália no final da Idade Média, e se torna moderno no momento em que o estado-nação substitui o império antigo. O Estado moderno é, portanto, o resultado da formação dos estados-nação e da Revolução Industrial. No Estado antigo não se podia falar em uma sociedade civil separada do Estado, porque todo o poder político estava concentrado em uma oligarquia representada pela figura do monarca. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 160)

O Estado pode ser visto por dois ângulos diferentes: como um juiz neutro que atua acima dos interesses particulares ou como a única instância de poder, em função dos recursos materiais, institucionais e legais de que dispõe, capaz de promover a justiça social. Responsável por fornecer grande parte dos serviços urbanos essenciais, o Estado desempenha papel importante no planejamento urbano e no uso do solo por parte tanto dos moradores quanto das instituições, tendo sido instituído pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de:

> [...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL, 1988, s. p.).

Além de ser o regulador político e econômico da sociedade cabe-lhe, em suas três esferas de poder, o papel de implementar e manter políticas públicas que atendam e supram as necessidades e demandas, tanto de direitos quanto de serviços, dos cidadãos sob sua responsabilidade, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida. Embora esse papel, muitas vezes, seja desempenhado pela iniciativa privada ou pelo terceiro setor, ele é de responsabilidade do Estado, sendo o mesmo, conforme Bresser-Pereira (2017) a principal e mais ampla instituição utilizada pela sociedade para definir e buscar o interesse público, bem como para alcançar seus objetivos políticos.

Gomes, Munhol e Dias (2009) conceituam política pública como a ação do Estado nas diferentes áreas sociais com o objetivo de atender as necessidades da população através de ações concretas capazes de transformar a vida das pessoas para melhor. Ao colocar o planejamento urbano em execução, o Estado buscar garantir os serviços essenciais aos cidadãos, devendo seus gestores sempre considerar os direitos, assegurados constitucionalmente aos mesmos, como base para o financiamento e a institucionalização de tais políticas, as quais devem ser contínuas para que sua eficiência seja alcançada. Devido ao crescimento da população idosa, torna-se necessário um olhar e atenção direcionados ao atendimento das necessidades específicas dessa população, possibilitando uma vida digna e um envelhecimento com qualidade.

Outra ferramenta importante na criação de políticas públicas é o planejamento urbano, o qual, segundo Vitte e Keinert (2009), foi proposto na Europa como alternativa pública para solucionar os problemas urbanos oriundos da industrialização e do crescimento demográfico, principalmente aqueles ligados à miséria, poluição e segregação sócioespacial. Trata-se do

processo, tanto técnico quanto político, de criação e desenvolvimento de soluções, dentro de uma área urbana, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores ali inseridos, lidando com a ocupação dos espaços urbanos. O Estado detém o maior papel de planejamento e transformação social no território brasileiro:

> Como bem público de segundo grau, o planejamento urbano se identifica com a produção indireta de bens de primeiro grau, entendidos como equipamentos e serviços diretamente pelos poderes públicos. Sob esse enfoque, a política de planejamento urbano compreenderia, antes de tudo, a *coordenação de decisões e ações públicas* no tempo e no espaço, que, tomando como referência o problema urbano como campo privilegiado para intervenção, visariam promover o desenvolvimento das cidades. (VITTE; KEINERT, 2009, p.22, grifo do autor)

Singer (1980) trata sobre a demanda do solo urbano para habitação e as vantagens da localização no que se refere ao acesso aos serviços essenciais para o cidadão, sendo que as populações menos favorecidas acabam se instalando distantes dos serviços essenciais tais como comércio, educação, saúde, lazer, dentre outros. Isso ocorre em função da utilização do planejamento urbano para promoção de investimentos imobiliários e, essa desvantagem locacional, acaba afetando a qualidade de vida dos cidadãos, dentre eles os idosos, uma vez que muitos enfrentam dificuldade de locomoção. O autor ainda afirma que:

> Quem estuda um mapa da distribuição dos serviços urbanos de responsabilidade do Estado no território da cidade verifica facilmente que eles se encontram apenas à disposição dos moradores de rendimentos elevados ou médios. (...). Isto poderia despertar a suspeita de que o Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos

> e sociais, ao dotar somente as parcelas da população que já são privilegiadas de serviços urbanos, dos quais as parcelas mais pobres possivelmente carecem mais. Mas, a suspeita é infundada. Quem promove esta distribuição perversa dos serviços urbanos não é o Estado, mas o mercado imobiliário. (SINGER, 1980, p.89)

Portanto, o planejamento urbano não é a obra em si, mas as diretrizes para a efetivação da mesma e, em conjunto com as políticas públicas, é uma grande ferramenta do Estado para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, principalmente no que tange à acessibilidade. Porém, muitas vezes as necessidades e dificuldades de locomoção enfrentadas pela população idosa, não são considerados na sua elaboração e execução. De repente, deparou-se com o crescimento dessa população sem, contudo, planejar uma estrutura para atender suas necessidades, sendo esse planejamento primordial, pois:

> Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao *futuro*: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. (SOUZA, 2006, p.46, grifo do autor)

O planejamento urbano deve ser elaborado de forma estratégica, buscando construir uma cidade voltada para as necessidades dos seus cidadãos, cujos anseios devem ser ouvidos através de consultas pública, instrumento importante na elaboração do mesmo. Caso contrário, a mesma cresce de forma desordenada, enfrentando problemas ambientais, habitacionais ou de infraestrutura. Dentre tais problemas urbanos, está a dificuldade de locomoção e a falta de acessibilidade. Por ser

fundamental para a circulação das pessoas, a acessibilidade tornou-se uma temática importante a ser observada atentamente pelos gestores responsáveis pelo planejamento urbano. Assim, é preciso pensar e planejar a cidade considerando todos os tipos de pessoas que circulam por ela, principalmente aqueles que possuem mobilidade reduzida ou alguma dificuldade para se locomoverem e, dentre esses, estão os idosos para os quais, a importância do planejamento é ressaltada pela seguinte citação:

> Penetrar no terreno da velhice é percorrer todas essas trilhas. Terreno acidentado, sinuoso, repleto de desafios: é preciso explorar, criar atalhos, aplainar, planejar, para que a construção resista às intempéries. (MENDES; CÔRTE, 2009, p.205)

Além disso, a disputa pelo espaço das calçadas aumentou, seja em função da diminuição da sua largura, seja em função do aumento do número de transeuntes, contribuindo para que as pessoas com dificuldade de locomoção, dentre elas os idosos, tenham seu trajeto dificultado, comprometendo a acessibilidade dos mesmos aos seus espaços de convivência. Assim, para garantir os direitos das pessoas, principalmente as que possuem dificuldades de locomoção ou com mobilidade reduzida, foi criada a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Lei de Acessibilidade, com o objetivo de estabelecer as normas gerais bem como os critérios básicos para promover a acessibilidade das mesmas. Conforme o inciso I do artigo 2º dessa lei:

> I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por

> pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2000, s. p.)

Portanto, a acessibilidade deve ser pensada e fazer parte do processo de planejamento urbano tendo como instrumento básico de execução da sua política de desenvolvimento, o Plano Diretor. Esse instrumento, contendo o planejamento e as diretrizes das cidades, deve ser revisado periodicamente e, conforme afirmado por Vitte e Keinert (2009), o mesmo é obrigatório para cidades que possuem mais de 20 mil habitantes, sob responsabilidade do poder público municipal. Ainda segundo as autoras, o Plano Diretor é o principal instrumento para a realização da política urbana local, ordenando as funções sociais e atendendo as necessidades dos cidadãos no que se refere à qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das cidades, tendo sua existência tornada obrigatória pelo Estatuto da Cidade o qual aborda, em seu artigo 3º, inciso IV e artigo 41, § 3º, o tema acessibilidade (Brasil, 2001).

No caso do município de Ituiutaba (MG), o Plano Diretor em vigor foi instituído pela Lei Complementar nº 63, de 31 de outubro de 2006, abordando as funções sociais da cidade, bem como os aspectos voltados para a mobilidade urbana e a acessibilidade universal, ou seja, o acesso de todos os cidadãos a qualquer lugar da área urbana. Ainda dentro das diretrizes dessa legislação, consta em seu art. 16, a melhoria da qualidade de vida do idoso, conforme Ituiutaba (2006).

Outro instrumento importante para a promoção da acessibilidade é a NBR 9050 a qual, conforme a ABNT (2015), estabelece os critérios e parâmetros que devem constar nos projetos, construções, instalações e adaptações das edificações para que as condições de acessibilidade sejam asseguradas. Essa norma tem como objetivo garantir que todas as pessoas acessem

e utilizem, de maneira segura, independente e autônoma, os locais públicos e particulares. Assim, para serem considerados acessíveis todos os espaços e construções devem ser projetados, construídos, ampliados ou reformados, atendendo aos requisitos dispostos na mesma.

O Idoso e a Qualidade de Vida

Atualmente, o envelhecimento humano tem ocupado um lugar de destaque em todos os segmentos sociais, além de se tornar, cada vez mais, um tema de preocupação individual. Nunca se falou tanto em se prevenir para o envelhecimento, assim como nunca se viu tantos produtos, técnicas e mecanismos que prometem retardá-lo. É preciso saber envelhecer e envelhecer bem. Além disso, o envelhecimento populacional vem provocando mudanças demográficas tanto nos países desenvolvidos como nos que estão em desenvolvimento. Trata-se de um processo natural e irreversível, que caracteriza uma etapa da vida humana, sendo o mesmo percebido de diferentes formas conforme as experiências de cada um que o vivencia, bem como pelas mudanças físicas, sociais e psicológicas.

No Brasil, a população idosa vem crescendo progressivamente sendo que, conforme Oliveira (2017), a expectativa de vida dos brasileiros aumentou mais de 30 anos entre 1940 e 2016 e, atualmente, é de 75,8 anos. Ainda segundo a referida matéria, esse aumento é oriundo das políticas públicas que, aliadas aos avanços da medicina, provocou uma transição demográfica, contribuindo para o aumento da expectativa de vida do brasileiro no decorrer dos anos. A Assembléia Mundial sobre

Envelhecimento (2005) informa que segundo a OMS, até 2025 o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos.

> O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial, e no Brasil, as modificações se dão de forma radical e bastante acelerada. As projeções mais conservadoras indicam que, em 2020, já seremos o sexto país do mundo em número de idosos, com um contingente superior a 30 milhões de pessoas! (VERAS, 2007, p.2464).

Porém, envelhecer não está relacionado somente com adoecer, mas sim com o processo de viver, embora o avançar da idade imponha algumas limitações e restrições. Com base nisso, Mendes e Côrte (2009) destacam a importância da inclusão de diversas ciências no atendimento das necessidades e exigências geradas pelo envelhecimento da população brasileira, deixando de ser uma preocupação somente das áreas de saúde e socioeconômica e levando em consideração o meio vivenciado pelos idosos, sejam no espaço público ou no espaço particular. Essa preocupação deve incluir os projetos de modificações, adaptações e construções que visem promover a acessibilidade aos espaços frequentados pela pessoa idosa. Além de evitar restrições sociais, essa postura também evitará acidentes que levam a desgastes pessoais e familiares, além de gastos particulares e para o Estado.

Em função do aumento das rotinas e obrigações, tanto as relações sociais quanto as relações familiares se transformaram. Tais transformações requerem estratégias e ações que possibilitem à pessoa idosa seguir sua vida de forma prazerosa, equilibrada, saudável e, com uma boa qualidade de vida. Dentre os responsáveis por estabelecer essas ações e estratégias estão o próprio idoso, sua família, a sociedade e o Estado. A família se

faz responsável uma vez que, independente de seu arranjo ou formação, ela é um importante cenário de socialização e cuidados. No entanto, Moreira et al. (2013) chama a atenção para a necessidade de que, tanto os gestores públicos como a sociedade, se preocupem em garantir que a longevidade alcançada possa ser excelente e com uma melhor qualidade ao tempo adicional de vida da população. Para isso, é importante minimizar as dificuldades proporcionando, ao idoso, autonomia e um maior controle sobre sua própria vida.

A estrutura etária do município de Ituiutaba (MG) apresentada por Brasil (2015), tendo como fonte o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e a JFP - Fundação João Pinheiro, mostra somente números referentes ao ano de 2010, apresentados na Tabela 1 e onde se observa a proporção da população por faixa etária. Os indivíduos com idade inferior a 15 anos constituem 19,95% da população, enquanto os que possuem entre 15 a 64 anos representam 69,59% e aqueles com 65 anos ou mais representam 10,47% da população sendo, esta última, o foco do presente projeto de pesquisa. Ainda conforme Brasil (2015), entre 2000 e 2010, houve um decréscimo na razão de dependência do município de 48,79% para 43,70% enquanto a taxa de envelhecimento cresceu de 8,14% para 10,47%, sendo que, em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 53,8% e 5,95%.

A razão de dependência é medida pelo percentual da população dependente (pessoas com 14 anos ou menos e com 65 anos ou mais de idade) em relação à população potencialmente ativa (pessoas com idade de 15 a 64 anos), multiplicado por 100. Já a taxa de envelhecimento é medida pela razão entre a

população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Tabela 1: Ituiutaba (MG): estrutura etária da população, 1991-2010

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	24.551	29,03	21.963	24,65	19.383	19,95
15 a 64 anos	54.993	65,02	59.878	67,21	67.619	69,59
População de 65 anos ou mais	5.033	5,95	7.250	8,14	10.169	10,47
Razão de dependência	53,80	-	48,79	-	43,70	-
Taxa de envelhecimento	5,95	-	8,14	-	10,47	-

Fonte: Brasil, 2015.

A qualidade de vida, por sua vez, equivale à alegria de viver e, para Vitte e Keinert (2009), o seu conceito está vinculado com a satisfação das necessidades humanas, sejam elas básicas ou não, materiais ou imateriais. Tais necessidades podem se transformar com o passar do tempo, mas as básicas estão presentes em todas as culturas e períodos por serem inerentes à condição humana. Muitas vezes, para satisfazê-las, é preciso promover a saúde e a justiça social estabelecendo prioridades e promovendo a autonomia, tanto individual quanto coletiva.

Para Moreira et al. (2013, p. 27), "[...] Percebe-se uma relação evidente entre a qualidade de vida e os aspectos da vida

do idoso, como a autonomia, independência, dependência, prática de atividades físicas e os laços sociais, afetivos e culturais". Portanto, é preciso considerar os sentimentos, as expectativas e os valores sociais que conduzem à qualidade de vida, tomando-os como base para a elaboração e implementação de políticas públicas, além de ouvir as demandas e considerar as necessidades da população idosa. A Constituição brasileira aponta em seu artigo 3º a promoção do bem de todos sem preconceitos ou discriminações, inclusive de idade (BRASIL, 1988).

Dentre os fatores que contribuem para a qualidade de vida do idoso, estão a socialização e a autonomia. O valor da socialização está no seu contraste com a solidão inerente à velhice. Já a autonomia, juntamente com a independência, se faz importante tanto para a qualidade de vida, bem como para a autoestima do idoso. Moura e Souza (2012) abordam a dificuldade social enfrentada pelo idoso em função da solidão. As autoras também descrevem a autonomia como a capacidade de tomar e executar decisões e a independência como sendo a capacidade física, mental e social para realizar as atividades do dia a dia. Portanto, frequentar espaços de convivência tais como os analisados nesse projeto, é importante para que o idoso se socialize e compartilhe suas vivências. Logo, é preciso que os acessos a esses locais permitam uma mobilidade segura, permitindo que a pessoa idosa o faça de forma autônoma e independente.

Desenvolvimento

Embora, de modo geral, a população tenha alcançado a longevidade, não se pensou em como acolher esses indivíduos e

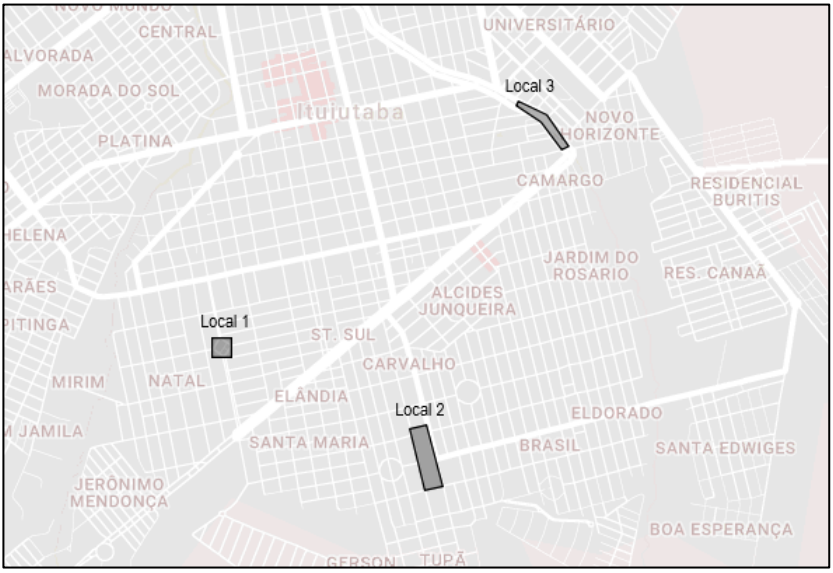
atender suas necessidades. Tomando como lição a realidade vivenciada pela população de idosos atual, é preciso se preparar para acolher as novas gerações, pensando e construindo uma infraestrutura que lhes proporcione uma velhice digna e tranquila. Sobre isso, Le Corbusier (2010, p. 174) destaca: "As crianças de hoje constituirão, um dia, a geração que utilizará os equipamentos que organizaremos para ela. Impõe-se preparar essa nova massa social; será formada, desde sua mais tenra infância nas escolas".

Baseado nesse contexto, buscou-se investigar, através da observação direta, se houve um planejamento urbano na construção das calçadas do entorno dos três locais propostos, os quais são frequentados por idosos com o objetivo de ter acesso à educação, lazer e saúde (através da prática de atividades físicas), localizados na cidade de Ituiutaba (MG), bem como demonstrar as dificuldades de mobilidade enfrentadas por aqueles que por ali transitam, geradas pela falta de acessibilidade e a não conformidade com os parâmetros e requisitos pela NBR 9050.

Localizada no estado de Minas Gerais, a cidade de Ituiutaba (MG) dista aproximadamente a 673 km da capital do estado, Belo Horizonte, na porção noroeste do Triângulo Mineiro, mais especificamente na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na microrregião de Ituiutaba. Quanto à população do município, o IBGE (2017) estima o número de 104.526 habitantes em uma área territorial de 2.598,046 km². Sendo que, conforme dados apontados por Brasil (2015), a taxa de envelhecimento de sua população aumentou 4,52% no período de 1991 a 2010. Portanto, o presente estudo se mostra relevante mediante a porcentagem considerável (10,47%) da população idosa que compunha a estrutura etária de Ituiutaba, já no ano de 2010, além da importância da qualidade de vida da mesma.

Os locais analisados estão demonstrados na Figura 1, sendo que a Praça Mário Natal Guimarães (Local 1), está situada no Bairro Natal, entre as ruas Oito e Trinta e Nove. O Ituiutaba Clube Sociedade Recreativa e Esportiva (Local 2), por sua vez, localiza-se no Bairro Independência, na Rua Fausto Próspero, entre as ruas Paula Freire e Alvarenga Peixoto, tendo a Avenida Dr. Saul de Carvalho passando ao fundo. Por fim, a pista de caminhada está localizada na Avenida José João Dib (Local 3), no Centro, sendo analisado o percurso onde há a pista com retorno, a qual tem como início a Avenida Vereador Geraldo Moisés da Silva e seu término a Avenida Minas Gerais.

Figura 1: Localização dos espaços analisados.



Fonte: Google, 2018.
Organização: GONÇALVES, G. C., 2018.

A calçada, principalmente o passeio, é um dos principais espaços utilizados pelo idoso para sua mobilidade pela cidade. A ABNT (2015, p. 3) define calçada como "parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação, placas de sinalização e outros fins". Já o passeio é definido como a "parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas" (ABNT, 2015, p. 5). Por isso, é fundamental que tais espaços estejam em condições apropriadas para a locomoção dos cidadãos e, no caso abordado nesse estudo, apropriados para os idosos.

A dificuldade de locomoção é oriunda de obstáculos e barreiras encontrados durante o percurso. Além da ausência dos mesmos, é preciso que sejam seguidos os requisitos determinados pelas normas da ABNT (2015) e respeitadas as leis de acessibilidade vigentes. Assim, com o objetivo de verificar se as calçadas e os passeios são adequados para a circulação tanto dos idosos como dos demais cidadãos, foram realizadas medições e observações no entorno dos locais apontados nesse estudo, observando os seguintes aspectos dos mesmos: a) dimensões; b) estrutura; c) rampas de acesso; d) barreiras ou obstáculos.

As dimensões das calçadas são apresentadas pela NBR 9050. Segundo essa norma, a calçada pode ter sua largura dividida em três faixas, conforme seu uso: a) faixa de serviço: para acomodação de mobiliário, canteiros, árvores e postes de iluminação ou sinalização, sendo recomendado reserva mínima de 0,70 metros para esse fim; b) faixa livre ou passeio: exclusiva para a circulação de pedestres, livre de qualquer obstáculo, com

inclinação transversal até 3%, contínua entre lotes tendo no mínimo 1,20 metros de largura e 2,10 metros de altura livre; c) faixa de acesso: espaço de passagem da área pública para o lote, sendo possível somente em calçadas com largura superior a 2,00 metros com o objetivo de acomodar rampa de acesso a lotes lindeiros com autorização municipal para edificações já existentes (ABNT, 2015).

Quanto à estrutura, o piso dos passeios deve ser regular, sem buracos ou imperfeições que prejudiquem a mobilidade das pessoas ou ofereçam riscos de acidentes. Outro ponto analisado se refere ao tipo do piso, se os mesmos são escorregadios ou firmes, não oferecendo riscos de acidentes e considerados adequados para a boa circulação dos pedestres. No que se refere às rampas de acesso, a ABNT (2015) recomenda que sua largura deva ser de 1,50 metros, sendo o mínimo admissível de 1,20 metros, levemente inclinada e com as bordas sinalizadas.

Por fim, o espaço destinado ao passeio, deve estar sempre livre de barreiras ou obstáculos, os quais podem ser considerados móveis, quando se trata de elementos cuja retirada pode ser efetuada imediatamente como, por exemplo, entulhos de construção, restos de árvores ou plantas, lixos acumulados, mesas e cadeiras de estabelecimentos, etc. Mas também podem ser considerados fixos, quanto não é possível removê-los de forma imediata, sendo necessária uma intervenção urbanística. Nesse caso, temos como exemplo, buracos, placas fixas, desníveis e construções irregulares.

A Lei nº 1363, de 10 de dezembro de 1970, que instituiu o Código de Posturas do município de Ituiutaba (MG) apresenta os parâmetros e a obrigação do Poder Público de fiscalizar as condições de higiene, estrutura e algumas dimensões dos passeios da cidade, bem como as normas para a estética e a não obstrução

do trânsito dos pedestres. Porém, não é abordada a necessidade das rampas de acesso às calçadas, Ituiutaba (1970).

Apresentação e Análise dos Dados

Numa cidade, os locais públicos precisam ser planejados ou adaptados para garantirem a acessibilidade e a segurança da sua população, principalmente daqueles que possuem dificuldades de locomoção e com mobilidade reduzida. Após a observação direta dos locais apontados nesse estudo, para melhor compreensão, os dados serão analisados separadamente de acordo com cada espaço.

Praça Mário Natal Guimarães

A primeira análise foi realizada no entorno da Praça Mário Natal Guimarães, através de observação direta e, quanto ao aspecto dimensão foi constatado que todas as calçadas possuem no mínimo 1,20 metros de largura com no mínimo 2,10 metros de altura livre. O plantio de árvores respeita o limite de 0,70 centímetros da faixa de serviço. Uma pequena observação diz respeito à calçada externa, localizada na Avenida Trinta e Nove, na lateral da instituição denominada Farmacinha da Terra, em cujo quintal há várias plantas rentes ao alambrado que cerca o local e, cujas folhagens invadem pequena parte da calçada. Contudo, no momento da observação, as mesmas não atrapalhavam a locomoção dos transeuntes.

Quanto à estrutura, a calçada interna que contorna a Praça conta com um piso regular e antiderrapante em toda a sua extensão, não apresentando imperfeições ou buracos. Porém, ao

atravessar a rua e analisar as calçadas externas que contornam o local, foram detectados alguns problemas. Na Avenida Trinta e Nove, novamente na calçada na lateral da “Farmacinha da Terra”, o piso é irregular em alguns pontos devido ao sobressalto provocado pelas raízes das árvores ali plantadas. Também há algumas rachaduras e afundamentos no piso, porém o mesmo não é escorregadio. Ainda na Avenida Trinta e Nove, porém agora no lado onde estão localizadas várias residências e um bar, os pisos das calçadas são irregulares, apresentando alguns desníveis, elevações e rachaduras, porém não foi verificada a existência de nenhum piso escorregadio.

Ainda sobre a estrutura das calçadas, foi possível observar que, na calçada externa localizada na Rua Oito, em frente ao Santuário Nossa Senhora Aparecida, foram observados alguns buracos e desníveis, porém o piso não é escorregadio. Em frente ao Santuário há uma travessia elevada ligando o mesmo à Praça. Por fim, a calçada localizada ainda na Rua Oito, porém agora no lado onde está localizada a entrada lateral da 255 Companhia da Polícia Militar, apresenta piso irregular com desnível para entrada de moto, remendos sobressaltados, rachaduras e desnível na delimitação de terreno. Há nessa calçada um ponto de ônibus com cobertura e banco de cimento e, o piso, não é escorregadio.

Quanto às rampas de acesso foi possível verificar que as mesmas se fazem presentes em todas as esquinas das calçadas internas que contornam a Praça. Embora não sejam sinalizadas, as mesmas possuem largura mínima de 1,20 metros. Porém, nas calçadas externas, localizadas na Avenida Trinta e Nove, na lateral da Farmacinha da Terra, há somente uma rampa no meio do quarteirão, sem bordas sinalizadas, com largura inferior a 1,20 metros e uma inclinação muito elevada o que pode dificultar a acessibilidade. Já no lado onde estão localizadas as residências,

há uma rampa localizada no meio do quarteirão, sem sinalização, porém com largura superior a 1,20 metros e inclinação adequada. Além dessa rampa, há os rebaixamentos de garagem, os quais permitem uma melhor acessibilidade.

Nas calçadas externas localizadas na Rua Oito, foi observado que naquelas que estão no mesmo lado que a entrada lateral da 255 Companhia da Polícia Militar, não há nenhuma rampa de acesso, enquanto na calçada localizada em frente ao Santuário Nossa Senhora Aparecida, há o rebaixamento para a entrada no estacionamento do mesmo. Além disso, há uma rampa em frente à sua entrada principal, a qual possui largura superior a 1,20 metros, porém a mesma não é sinalizada.

Por fim, no que se refere aos obstáculos e barreiras, na calçada externa localizada na Rua Oito, onde fica a lateral da 255 Companhia da Polícia Militar, foi observado um desnível com mais de 15 centímetros de altura para delimitação de divisa de lote, sem rampa de acesso livre. Há também uma rampa de acesso à entrada lateral do batalhão, porém a mesma também possui mais de 15 centímetros de desnível, com inclinação irregular e sem sinalização. Nas demais calçadas, externas e internas, não foram encontrados nenhum obstáculo ou barreira, fixos ou móveis.

Foi observado que o interior da Praça possui boa acessibilidade, com piso regular e não escorregadio. Também há corrimãos e guarda-corpos no entorno de todas as rampas de acessibilidade, bem como piso tátil em todos os percursos. As únicas irregularidades observadas foram algumas descontinuidades de piso tátil, bem como algumas rachaduras e afundamentos nos pisos. Também foi observado que no acesso para a sala onde acontecem as aulas do PEJA, há um pequeno desnível que pode dificultar a mobilidade da aluna cadeirante.

Porém, tanto as calçadas internas quanto externas, da praça, não possuem piso tátil.

Ituiutaba Clube Sociedade Recreativa e Esportiva

A segunda análise foi realizada no entorno do Ituiutaba Clube Sociedade Recreativa e Esportiva tendo início na Rua Fausto Próspero onde está localizada a entrada principal do Clube e, na calçada externa, a entrada principal da TV Integração e a lateral da AABB – Associação Atlética Banco do Brasil. A calçada interna apresenta as dimensões corretas, porém ao ter sua estrutura analisada, foi constatado que o piso apresenta irregularidades provocadas por rachaduras, buracos e desníveis oriundos de remendos sobressaltados. O material empregado na construção do piso não é escorregadio, sendo parte construída com concreto e parte revestida com pedras. Quanto às rampas de acesso, foi verificado um rebaixamento feito na calçada para a entrada de carros no estacionamento, o qual se encontra cheio de buracos. Embora não haja rampas de acesso nas esquinas, há cinco rampas localizadas em frente ao Clube. A primeira está localizada em frente a entrada principal, porém a mesma contém um desnível. A segunda rampa está localizada em frente a entrada secundário e apresenta deteriorações. Há também três outras rampas, com sinalização para cadeirantes, localizadas em frente à secretaria, à sauna e no meio da frente do clube. Porém, as mesmas apresentam inclinação inadequada e sem bordas sinalizadas.

Não foram verificados obstáculos ou barreiras em frente a entrada do Clube, porém há muitas árvores plantadas ao longo da calçada provocando baixa iluminação noturna. Essa iluminação inadequada pode dificultar a mobilidade dos idosos em função da

diminuição da visão oriunda do envelhecimento. Continuando o percurso ao longo da calçada interna localizada na Rua Fausto Próspero, tem início a parte onde ficam localizados os campos do Clube e onde parte da calçada é pavimentada, porém o muro possui vários dutos de água pluvial a uma altura de mais ou menos 1,70 metro. A outra parte da calçada, que vai até a esquina com a Rua Paula Freire, além de possuir os dutos a uma altura de mais ou menos 1,80 metros, não há calçamento e o tráfego de pedestres é impossível em função do alto grau de desnível do solo. Em ambas as partes não há rampas de acesso.

A calçada externa localizada na Rua Fausto Próspero se divide em duas partes, divididas pela Rua Alvarenga Peixoto. Na primeira, à direita da entrada principal do Clube, está a calçada onde fica localizada a TV Integração cujas dimensões estão dentro dos parâmetros preconizados pela NBR 9050. Quanto à estrutura, o piso não é escorregadio, apresentando somente algumas rachaduras. Não há rampas de acesso específicas, porém há rebaixamentos para entradas de carros, as quais possuem nivelação adequada para a acessibilidade. Também não foram verificados obstáculos ou barreiras.

Na segunda parte, localizada à esquerda da entrada principal do Clube está a calcada da lateral da AABB, alguns terrenos vagos e residências. Embora as dimensões dessa calçada estejam conforme as normas de acessibilidade, sua estrutura apresenta variações entre áreas pavimentadas e áreas de solo exposto, sem nenhuma infraestrutura. Nessa parte não foram encontradas rampas de acesso, sendo verificados obstáculos e barreiras em função dos entulhos acumulados.

Em seguida, foram avaliadas as calçadas internas e externas da Rua Paula Freire sendo que ambas apresentam os parâmetros de dimensão adequados. Quanto à estrutura, os pisos são

regulares, construídos com material antiderrapante, apresentando como imperfeições apenas algumas rachaduras e poucos buracos. Também há rampas de acesso localizadas nas calçadas internas e externas, sendo que na parte externa, onde estão localizadas residências, alguns rebaixamentos para garagem dificultam a locomoção. Não foram verificados obstáculos ou barreiras na calçada interna, porém, alguns entulhos de construção foram observados na calçada externa.

Também foram analisadas as calçadas da Avenida Dr. Saul de Carvalho. A calçada interna possui as dimensões corretas, porém, não possui calçamento ou rampas de acesso em toda a sua extensão. Além disso, foi observado o acúmulo de lixo e entulhos de construção em vários pontos, formando barreiras e obstáculos. A parte externa também é dividida pela Rua Álvares Maciel, sendo que à direita está localizada a área técnica da SAE – Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba, cuja calçada apresenta os parâmetros corretos de dimensão e estrutura. Porém, não foram verificadas rampas de acesso e, o rebaixamento existente para acesso dos carros, apresenta desnível com o restante da calçada. Já na parte à esquerda, estão localizadas várias residências cujas calçadas apresentam irregularidades quanto às dimensões, bem como uma estrutura irregular em função de falta de calçamento em alguns pontos, além de imperfeições e gramíneas. Não foram verificadas rampas de acesso e mesmo os acessos à garagem apresentavam alguns desníveis. Foi também verificado obstáculos e barreiras em função de plantas nas áreas de passeio e depósito de entulhos.

Por fim, foi realizada a análise das calçadas internas e externas da Rua Alvarenga Peixoto. A calçada interna apresenta as dimensões adequadas, tento sua estrutura afetada por algumas rachaduras. Há uma rampa de entrada para acesso ao portão

lateral do clube contendo um desnível em relação à calçada, bem como uma rampa de acesso com inclinação inadequada e bordas sem sinalização. Não foram encontrados obstáculos ou barreiras à acessibilidade. Já a calçada externa apresenta problemas de dimensões e estruturas, sendo que grande parte não possui calçamento, apenas grama. Há também gramíneas em alguns pontos, além de entulhos de construção. Não há rampas de acesso nas esquinas e as existentes no meio do quarteirão, apresentam desníveis que dificultam a acessibilidade. Foram também encontrados desníveis delimitando lotes. Durante essa observação, não foi verificada a existência de piso tátil em nenhum percurso das calçadas localizadas no entorno do Ituiutaba Clube Sociedade Recreativa e Esportiva.

Pista de Caminhada

A última análise foi realizada na pista de caminhada localizada na Avenida José João Dib, popularmente conhecida como Marginal. Começou-se analisando a pista localizada no sentido Centro-Bairro, com início na rotatória onde tem início a Rua Geraldo Moisés da Silva. Na sua parte interna, a mesma apresenta as dimensões de calçadas apresentadas pela ABNT (2015), bem como uma estrutura com algumas rachaduras e buracos, elevações provocadas pelo enraizamento das árvores e sobressaltos de pista por falta de juntas de dilatação, uma vez que as mesmas não apresentam madeiras de separação. O piso não é escorregadio, porém há somente uma rampa de acesso, não sinalizada, localizada no início da mesma, com inclinação inadequada com um pequeno desnível em relação à rua. A calçada externa, localizada no mesmo sentido, possui as dimensões corretas, mas não foi verificada a existência de nenhuma rampa de acesso na mesma. Também foram observadas

algumas rachaduras e, em uma parte do percurso, a calçada apresenta uma estrutura bastante íngreme, o que dificulta a locomoção, principalmente dos idosos.

Em seguida, foram analisadas as calçadas interna e externa localizadas no sentido Bairro - Centro e ambas possuem as dimensões dentro dos parâmetros estabelecidos pela ABNT (2015). A calçada interna apresenta um estado de conservação melhor que a localizada no lado oposto, embora tenham sido verificados alguns buracos, rachaduras, sobressaltos e afundamentos. Também, não foram encontradas rampas de acesso. Já a calçada externa, apresenta alguns buracos e gramíneas. Além disso, no muro de uma das residências, há uma canalização de água pluvial que deságua diretamente na calçada a uma altura de 0,80 centímetros. Também não há rampas de acesso, apenas o rebaixamento para garagens das residências, algumas inclusive com declividade incompatível com a acessibilidade dos idosos.

A pista de caminhada foi construída acompanhando o curso d'água do Córrego Sujo com guarda-corpos em todo o lado interno do seu percurso. No final da mesma, chegando na rotatória da na rotatória onde inicia a Rua Geraldo Moisés da Silva, há a instalação de uma academia ao ar livre onde aumentam a incidência de rachaduras e buracos. Verificou-se a inexistência de piso tátil em nenhum dos locais analisados. Verificou-se ainda, a existência de uma travessia elevada ligando a pista de caminhada ao canteiro da supracitada rotatória.

Considerações Finais

Em geral, as calçadas analisadas apresentam conformidades com as normas de acessibilidade determinadas pela NBR – Norma Brasileira 9050 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015), principalmente no que se refere à dimensão das mesmas, sinalizando que houve um planejamento urbano para suas construções. Porém, foram verificadas algumas irregularidades quanto à estrutura e conservação das calçadas, o que pode ocorrer em função da falta de fiscalização e manutenção das mesmas. Embora as irregularidades não impeçam o trânsito e o acesso dos idosos aos locais observados, os mesmos podem ter sua mobilidade reduzida e dificultada, prejudicando sua autonomia e colocando em risco sua segurança.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 9050*: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 162 p. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. (Org.). Ituiutaba, MG. 2015. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. *Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*: Política Nacional do Idoso. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 jan. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*: Lei de Acessibilidade. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 27 maio 2018.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*: Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> . Acesso em: 27 maio 2018.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências:* Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-Nação e Formas de Intermediação Política. *Lua Nova*: Revista de Cultura e Política, [s.l.], n. 100, p.155-185, jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000100155&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 30 maio 2018.

CRUVINEL, Tomaz Alberto Costa. *Promoção da saúde e qualidade de vida nos idosos na saúde da família.* Especialização - Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

GOMES, Sandra; MUNHOL, Maria Elisa; DIAS, Eduardo. *Políticas públicas para a pessoa idosa:* marcos legais e regulatórios. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009.

GOOGLE. *Google Maps:* Ituiutaba. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1o43HzlDU2Mn7Gm9Iccj4gxRVsZ2ow6HS&hl=pt-BR&ll=-18.97693>. Acesso em: 26 maio 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@: Minas Gerais - Ituiutaba. 2017. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 26 mar. 2018.

ITUIUTABA (Município). Lei nº 1363, de 10 de dezembro de 1970. Institui o Código de Posturas do Município de Ituiutaba e dá outras providências. *Código de Posturas*. Ituiutaba, MG, p. 1-133. Disponível em: <http://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/codigos-municipais/lei-no-1363-codigo-de-posturas.docx/view>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. Lei Complementar nº 63, de 31 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Integrado do município de Ituiutaba, e dá outras providências. *Plano Diretor*. Ituiutaba, MG, p. 1-37. Disponível em: <http://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-complementares/ano-de-2006/lei-complementar-no-63-de-31-de-outubro-de-2006/view>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LE CORBUSIER. *Planejamento urbano.* Tradução de Lúcio Gomes Machado. São Paulo: Perspectiva, 2010. 197 p.

MENDES, Farah Rejenne Corrêa; CÔRTE, Beltrina. O ambiente da velhice no país: por que planejar?. *Kairós*: Gerontologia, São Paulo, v. 12, n. 1, p.197-212, jan. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2787/1822>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MOREIRA, Ramon Missias *et al*. Qualidade de vida, saúde e política pública de idosos no Brasil: uma reflexão teórica. *Kairós:* Gerontologia, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27-38, mar. 2013.

MOURA, Giselle Alves de; SOUZA, Luciana Karine de. Autoimagem, socialização, tempo livre e lazer: quatro desafios à velhice. *Textos &Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 172-183, jan/jul. 2012.

OLIVEIRA, Nielmar de. Expectativa de vida do brasileiro é de 75,8 anos, diz IBGE. *EBC Agência Brasil*, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-12/expectativa-de-vida-do-brasileiro-e-de-758-anos-diz-ibge>. Acesso em: 27 mar. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).* Assembleia Geral das Nações Unidas: 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2018.

PESSOTO, Umberto Catarino; RIBEIRO, Eduardo Augusto Werneck; GUIMARÃES, Raul Borges. O papel do Estado nas políticas públicas de saúde: um panorama sobre o debate do conceito de Estado e o caso brasileiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 9-22, mai. 2015.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *Boletim Paulista de Geografia.* São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1044>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade:* uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560 p.

SOUZA, Valdir Cesarino de et al. As mudanças climáticas e a saúde do idoso: uma aproximação entre as formas de conhecimentos? *Polêmica*: Revista Eletrônica, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.490-495, 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/rt/printerFriendly/3740/2621> Acesso em: 19 maio 2018.

VERAS, Renato. Fórum. Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. Introdução. *Cadernos de Saúde Pública*, [s.l.], v. 23, n. 10, p.2463-2466, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2007001000020&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 mar. 2018.

VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (Org.). *Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana:* discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 312 p.

ESPAÇO GEOGRÁFICO:
a dicotomia do rural no urbano

Linéia Silva Freitas Heliodoro

Introdução

Historicamente a agricultura se torna elemento decisivo no aceleramento das transformações do espaço geográfico. Tendo que, desde o neolítico há aproximadamente 10 mil anos o homem nômade para se alimentar utilizava se de técnicas simples como a caça e a coleta de alimentos para o seu sustento, desde então, com o surgimento da agricultura o homem se torna sedentário em relação ás práticas e técnicas de obtenção de alimentos, pois, a agricultura possibilitou a acumulação de seu próprio alimento em um curto espaço de tempo em um mesmo lugar.

Devido a intensa utilização das técnicas e da modernização agrícola a produção de alimento em curto espaço de tempo fez com que houvesse o aceleramento nas transformações do espaço geográfico, o meio ambiente por outro lado, como parte condicionante deste espaço vem sendo ameaçado devido ao tempo que necessita para sua recomposição que é insuficiente em relação á demanda de produção não só de alimentos, mas também de toda a matéria prima utilizada para a manutenção da vida humana.

Assim, o espaço geográfico se define como o lugar ou meio de ação e interação entre o homem e a natureza entre os elementos naturais e os elementos culturais. É o espaço habitado, onde as pessoas imprimem suas identidades, expressam suas culturas,

reagem na sociedade e se (re)definem politicamente ou tradicionalmente em seus espaços. A transformação do espaço geográfico é um condicionante da produção do homem sobre a natureza.

O espaço geográfico é amplo em sua totalidade, assim, torna se necessário a fragmentação do espaço geográfico em espaços, pois, o mesmo pode ser delimitado em estudos particulares de acordo com a intenção e análise do contexto, neste caso justifica se, que, por se fazer parte de um projeto maior intitulado Agricultura Urbana em Ituiutaba-MG, referir se há neste artigo aos espaços urbano e rural relacionando as ruralidades no contexto urbano, ou seja, as práticas e técnicas advindas do campo em relação à agricultura realizada na cidade decorrentes das questões de consumo, comércio, renda familiar, lazer ou até mesmo pelas tradições culturais que tem se intensificado cada vez mais contribuindo para a ampliação das diferentes funções do espaço urbano e ao mesmo tempo para as transformações do espaço geográfico com isto a cidade se torna o lugar onde estão concentradas as ações de objetos.

Diante do contexto supracitado a cidade é constituída a partir de diferentes usos, formas e funções. O centro da cidade, por exemplo, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão; áreas industriais, residenciais, que se distinguem em termos de forma e conteúdo social; há também áreas de lazer; além de reserva para expansão, as áreas verdes e as áreas destinadas à produção de alimentos. Este conjunto de usos do solo urbano compõe a organização espacial da cidade que se (re)estrutura ao longo do tempo.

As práticas agrícolas trazem consigo as atividades básicas realizadas no campo variando de um simples carpir a uma plantação de semente, quando inseridas na cidade estas práticas

tende a sofrer adaptações tendo de se reorganizarem no espaço, neste caso, as práticas agrícolas por se inserirem no contexto da cidade, passam, a serem chamadas de agricultura urbana que se desenvolvem no espaço urbano das mais variadas formas possíveis como a produção de alimentos utilizando-se de técnicas diferenciadas no caso da prática orgânica e convencional podendo ser desenvolvidas em pequenas e medias escalas sendo de diferentes tipos como hortas comunitárias, hortas caseiras, hortas coletivas, horticulturas entre outras que se destacam pelos seus benefícios e principalmente pela segurança alimentar da população local.

Com o processo de urbanização e pelo próprio contexto que ocorreu o êxodo rural, encontramos na cidade a forte relação entre o espaço rural e o espaço urbano entre o campo e a cidade, sobretudo nas pequenas e médias cidades. Com isto, o objetivo deste artigo é discorrer sobre as diversas perspectivas teóricas do espaço geográfico atrelada ao dueto rural e urbano, campo e cidade.

Toda via o espaço geográfico se torna o principal foco de discussão. Para tanto, fez se, necessário, a realização de leituras em livros, artigos científicos, arquivos digitais e revistas que embasem os aportes teóricos conceituais, assim, as obras de Milton Santos (1988, 1989 e 2006,) como autor pioneiro e renovador, centrado em princípios do materialismo histórico e dialético com método de interpretação se tornam primordial para o discurso da temática. Ainda, outros autores geógrafos importantes como: Carlos (2004), Corrêa (1989, 2000), Souza (2007), Sposito (2004, 2007) e Vilaça (2001).

Contudo, o referencial teórico do artigo está estruturado em dois tópicos necessários para o discurso sendo o primeiro tópico denominado de “Espaços do Espaço Geográfico” que discorre

sobre as conceituações desta categoria de análise. No segundo tópico “Um pouquinho de Rural no Urbano” onde se abordam as atividades rurais especificadamente as práticas agrícolas desenvolvidas no espaço urbano denominada de agricultura urbana. Ambos os tópicos estão contextualizados em seguida.

Espaço Geográfico: Compreendendo o Conceito

A categorização do espaço geográfico para a ciência da geografia nem sempre foi considerada o principal objeto de estudo, no entanto é parte de um arcaico discurso visto de maneiras diferentes nas variadas percepções da corrente do pensamento geográfico.

Na Geografia Tradicional que se estende aproximadamente desde até 1950, Polon (2016) destaca que as discussões geográficas eram principalmente a noção de paisagem, a região natural, região paisagem, paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. O espaço, naquele contexto, era abordado apenas de forma secundária. Em época Friedrich Ratzel e Richard Hartshorne aparecem como os principais teóricos da geografia que, mesmo que superficialmente abordam o conceito de espaço Ratzel considerou o Espaço Vital e Hartshorne desenvolveu a ideia de Espaço absoluto.

Com a Revolução Teorético-Quantitativa a partir de 1950, Planície Isotrópica e Representação Matricial são as duas vertentes de análise que passa a caracterizar o espaço. Na década de 1970 a Geografia Crítica, tem como base o materialismo histórico e a dialética, fundamenta-se principalmente nas ideias de Karl Marx onde o espaço em si não tem valor de troca, mas apenas o valor do uso que lhe é atribuído relacionando ás questão

de trabalho, instrumento político, campo de ações dos indivíduos ou grupos (POLON 2016).

Atualmente categoria de análise espaço geográfico o principal objeto de estudo da Geografia é onde estão concentradas as ações de objetos[17], as decisões e relações políticas, sociais, econômicas e culturais dissolvidas em um ambiente onde a relação homem e natureza encontram se em constante interação.

Santos (2006, 1988) afirma que, os estudos geográficos devem ser realizados do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço. Sistemas de objetos e sistemas de ações um dependem do outro e suas interações transformam o espaço.

O espaço é visto por Corrêa (2000, p. 44) como a morada do homem:

> Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotópica, representando através de matrizes e gafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modo, ricos em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional.

Os espaços podem ser denominados de varias formas como, por exemplo, a organização espacial, estrutura espacial, organização do espaço, estrutura territorial ou simplesmente espaço. O problema é encontrar as categorias de análise que

[17] A ação de objetos neste sentido se remete a teoria de Santos (2006, p 53) que diz que "As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, económicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos".

sistematize e conceitue o espaço, para Santos (1988, p.9), o espaço se define como:

> O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento que as forma, pois têm um papel na realização social.

Assim, sistematicamente, o papel do fenómeno técnico na produção e nas transformações do próprio espaço, ou seja, a relação do homem com o meio se dá pela técnica, sua prática não pode ser vista apenas no território, mas antes mesmo, deve ser pensado no espaço.

Ainda torna se importante definir o espaço e diferencia-lo das demais categorias de análise da Geografia, pois espaço não é o mesmo que paisagem, território, ou região espaço é definido por Santos (1988, p.25) como:

> O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, inter mediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Santos (1994, p.13), considera o espaço geográfico como o Meio Técnico-Científico que se remete ao processo de globalização. “O espaço se globaliza, mas não é mundial como

um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares".

Tendo que a ação do homem mais uma vez se torna o principal agente modelador do espaço destaca-se sua ação no meio rural e urbano, sendo associados a espaços não mais fragmentados do próprio espaço geográfico.

Definir o que é urbano e, o que é rural, se tona complexo diante do aparato tecnológico e das diversas funções que podem ser desenvolvidas, nestes espaços. Resende (2004) discorre sobre a delimitação dos espaços rural e urbano segundo os critérios político-administrativos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE:

> No caso brasileiro, o parâmetro usado para essa delimitação se dá da seguinte forma: tudo e todos que estiverem dentro do perímetro fixado pela municipalidade como urbano será considerado, então, território e população urbana. O rural será dessa forma o restante, o resíduo da área do município. Assim, não importa se existem áreas e populações vivendo no perímetro urbano, praticando atividades rurais e também áreas e populações vivendo na zona rural, praticando atividades urbanas. Também não importa a função ou situação desses, mas sim a delimitação oficial, que na maioria das vezes, é formulada levando em conta interesses fundiários ou fiscais. (RESENDE, 2004, p.9)

Existem várias críticas referentes delimitação do espaço urbano e espaço rural, primeiro por considerar apenas os critérios político-administrativos setorizando os espaços em rural com o setor primário da economia e o urbano com os setores secundário e terciário da economia. (RESENDE, 2004).

A produção do espaço urbano é entendida, enquanto, um processo atrelado à urbanização. Portanto, consideramos a cidade enquanto espaço produzido pelo homem, a partir de diferentes lógicas e interesses.

Com isto, compreender a cidade, tanto em seu contexto teórico, quanto em suas funções sociais, políticas e econômica torna-se um desafio uma vez que se trata de um tema complexo. Além disso, existe uma série de abordagens em relação à cidade, considerando, por exemplo, a escala (intra ou interurbana), as desigualdades sociais, os usos dos espaços entre outros. Com isto, a estruturação da cidade compreende as transformações que ocorrem no espaço intra-urbano, considerando-se inclusive a expansão territorial, a localização de empreendimentos e estabelecimentos, entre outros aspectos.

No que se refere o espaço intra-urbano Vilaça (2001, p. 20) considera:

> O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja como portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho -, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano.

A conceituação de cidade varia de acordo com a percepção do autor em se basear em determinada característica, como por exemplo, na historicidade, na vida da sociedade, no espaço, entre outros. Santos (1988), em uma abordagem mais ampla, caracteriza a cidade a partir de etapas e de acordo com os processos verificados em cada modo de produção. Assim, na

transição do feudalismo para o capitalismo, a cidade aparece como o lugar do trabalho livre, concentrando os artesãos; o pedreiro, o alfaiate, mas também os comerciantes.

A cidade se diferenciava do campo, entre outros motivos, pela possibilidade desse trabalho livre. Com a evolução das técnicas de produção agrícola, houve formação de um excedente de produtos alimentares. Com a existência deste excedente, algumas pessoas puderam dedicar-se a outras atividades, sendo a cidade, predominantemente, lugar de atividades não-agrícolas. Sendo assim, o autor define a cidade como elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas, o lugar de ebulição, ou seja, o lugar das inquietações e constante transformação. De acordo com Santos (1988, p. 19):

> A cidade reúne um considerável número das chamadas profissões cultas, possibilitando o intercâmbio entre elas, sendo que a criação e a transmissão do conhecimento têm nela lugar privilegiado. Dessa forma, a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. Diga-se, então, que é a cidade lugar de ebulição permanente.

Para Munford (1998), a cidade se designa como a herança social acumulada. A sociedade crescente descrita pelo autor visa o desenvolvimento do homem como ser religioso, político, econômico, cultural e sexual dos quais contribuem efetivamente para o ciclo da herança social acumulada.

> A cidade pode ser descrita como uma estrutura espacialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo ás necessidades mutáveis e ás formas mais

> complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada. (MUNFORD, 1998, p. 38)

Sabendo que o espaço urbano é o produto das relações entre a sociedade e a natureza, produzido com ênfase em interesses econômicos. Seu processo de produção deve ser considerado de acordo com o tempo e a necessidade humana (SPOSITO, 2007).

As transformações ocorridas no espaço urbano são decorrentes e visíveis de um período para o outro sendo necessário levar em conta a historicidade. Para Souza (2007, p. 28), a cidade se define como o local de interação entre as pessoas, de articulação de valores e interesses, onde os espaços possuem uma identificação própria:

> [...] uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

Sposito, (2004 e 2007) destaca que a análise das cidades (neste caso, das cidades de porte médio) demanda a articulação de dois conjuntos de dinâmicas e processos distintos, mas complementares e articulados entre si: o da reestruturação da cidade e o da reestruturação urbana. Isto porque, segundo a autora, vivemos em um período em que se observa amplo e profundo conjunto de mudanças no que concerne aos processos de estruturação urbana e das cidades.

Ainda para Santos (1989, p. 29), "só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define". Assim, a cidade deve ser pensada também a partir de seus conteúdos referentes à "prática sócio-espacial que lhe dá forma e

conteúdo" (CARLOS, 2004, p. 17). É preciso então compreender o espaço urbano como "produto social" (CORRÊA, 1989, p. 11), resultante das ações de diferentes agentes ao longo do tempo.

Contudo, o espaço urbano é o produto das relações entre a sociedade e a natureza, produzida com ênfase em interesses econômicos. Seu processo de produção deve ser considerado de acordo com o tempo e a necessidade humana.

Um Pouquinho de Rural no Urbano

Sendo o espaço urbano o produto das relações entre a sociedade e a natureza, produzida com ênfase em interesses econômicos. Seu processo de produção deve ser considerado de acordo com o tempo e a necessidade humana.

Para Santos (2006, p. 139), o constante processo de modernização e de tecnicização da agricultura aproxima o campo da cidade, pois nas:

> condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes. A agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima. Com a divisão interurbana do trabalho, as tarefas especializadas reduzem os respectivos custos unitários, aumentando a produtividade e a rentabilidade de cada agente individual e fortalecendo o conjunto de cidades.

Em uma versão contraditória a Jacinto; Mendes; Perehouskei (2012, p. 174)

> processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-o dialeticamente. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um; indústria, o comércio, etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo.

Mesmo que a agricultura urbana não seja a atividade predominante da cidade como aborda Santos (1988), esta prática tem contribuído ainda que minimamente para a (re)configuração do espaço urbano.

A relação da técnica e desenvolvimento humano é advinda da necessidade do ser humano em retirar os recursos naturais, pensando nisto a modernização agrícola foi primordial para a evolução humana. Diante disto,

> A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução. (SANTOS, 1994, p. 9).

No entanto, “apesar de se realizar a mesma atividade agrícola, a agricultura urbana distingue-se da agricultura rural em vários aspetos, nomeadamente na área disponível para cultivo, nos conhecimentos técnicos por parte dos agentes envolvidos, no tempo de dedicação, entre outros”. (FERNANDES 2014, p. 45).

Torna-se importante elencar o conceito específico de agricultura em que, segundo Mazoyer; Marcel (2010, p.71) a define como:

> A agricultura tal qual se pode observar em um dado lugar e momento aparece em princípio como um objeto ecológico e econômico complexo, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimentos agrícolas vizinhos, que entretêm e que exploram a fertilidade desse meio. Levando mais longe o olhar, pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam *de uma localidade a outra*. E se estabelece longamente a observação num dado lugar, constata-se que as formas de agriculturas praticadas *variam de uma época para outra*. (destaque do autor)

Cleps Junior (2007, p. 3) afirma que a agricultura possui o seu processo intrinsecamente liga ao meio ambiente ainda "ela aparece como resultado de um longo processo de evolução que atingiu várias sociedades desde o final da pré-história, na época neolítica".

Resende e Cleps Junior (2006, p. 191) conceitua agricultura urbana como:

> A expressão agricultura urbana (AU) designa um conjunto de atividades típicas do mundo rural (cultivo, criação, pesca, etc.) que se desenvolvem próximas ou no interior das cidades, ocupando exíguos espaços e áreas não utilizáveis por residências ou outras construções.

O uso do solo que se destaca a prática de produção de alimentos (animal ou vegetal) nos espaços da cidade como áreas especificas para a agricultura urbana segundo Machado; Machado (2002, p. 11 – 12) refere-se:

> [...] à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área intra-urbana refere-se a todos os considerada como parte integral da gestão urbana, sendo uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda e empregos, e do manejo ambiental.

Tendo que a agricultura urbana possui diferentes formas de produção de alimentos em diferentes tipos de espaços como em jardins, pomares, hortas, ou estufas, a horticultura se difere pela possibilidade de produção de diferentes tipos de alimentos, porém dentro da horticultura existem outras classificações:

> Olericultura corresponde a verduras e legumes. Fruticultura corresponde às plantas frutíferas, que como o próprio nome diz, fornecem frutos. Também pode ser chamado de pomologia; Horticultura ornamental trata de espécies floríferas, que podem ser divididas em floricultura e paisagismo. (SEBRAE, 2017, p. 6)

As questões que tange a agricultura relação com o problema da fome no mundo é associada diretamente com a segurança alimentar. Segundo Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 em seu artigo Art. 3º que trata do regulamento criado pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, define a segurança alimentar como:

> A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Ainda Cleps Junior (2007, p. 56) sobre a questão da segurança alimentar diz que:

> A “segurança alimentar” é uma questão que está ligada às múltiplas agriculturas constituídas historicamente no mundo. O advento e da criação de animais tornou possível armazenar alimentos, assim como também manter a fertilidade do solo para a produção e reprodução de alimentos, sem o que nenhuma civilização se manteria de pé.

Ricarte Covarrubias (2011, p. 48) destaca que

> a agricultura urbana pode ser uma das principais ferramentas na contribuição para a segurança alimentar da maioria das cidades, tanto se consolidando como um componente do sistema alimentar urbano, como minimizando problemas de insegurança alimentar dos grupos vulneráveis.

No contexto que se dá a preocupação com a (in)segurança alimentar Machado; Machado (2002), destaca outros problemas que dificulta a produção de alimentos, tais como, o limitado acesso aos recursos produtivos, a disponibilidade de terra e de água e de outros insumos, a falta do apoio técnico aos agricultores urbanos via serviços de extensão e de pesquisa neste caso cursos e treinamentos, além de incorporar métodos alternativos de produção local como o uso de biofertilizantes, compostos de lixo orgânico e defensivos alternativos.

Contudo, os benefícios da agricultura urbana são inúmeros os com destaque nas dimensões ambiental, social e econômica. Ricarte Covarrubias (2011) e Machado; Machado (2002) afirmam que nas questões ambientais a agricultura urbana contribui com a produção de alimentos, reciclagem de resíduos sólidos urbanos com o manejo de resíduos e reciclagem de nutrientes, a contribuição e melhoria no estado de conservação do solo urbano e sua intervenção no microclima local. Em relação às questões sociais apontam que a agricultura urbana é bastante

positiva, pois além de fomentar a valorização das culturas locais está historicamente relacionada à promoção da segurança alimentar e nutricional da população auxiliando na redução da pobreza urbana. No que se refere às questões econômicas a agricultura urbana pode contribuir substancialmente em termos geração de emprego e/ou renda alternativa.

No entanto, não são apenas benefícios que a prática agricultura urbana traz, mas também, como aborda Resende e Cleps Junior (2006) sérios problemas podem ser gerados para a sociedade, como a contaminação do meio ambiente pelo uso indevido de insumos, a possibilidade de contaminação dos alimentos ou patologias provenientes do uso de águas contaminadas para irrigação, entre outros.

Considerações Finais

O objetivo desta contribuição, num primeiro momento, foi discorrer sobre as diversas perspectivas teóricas do espaço geográfico atrelada ao dueto rural e urbano, campo e cidade.

Ao se discutir a dicotomia entre o rural e o urbano, campo e a cidade é preciso entender que durante muito tempo a vida rural esteve ligada à visão de um lugar tradicional, do rústico, das paisagens naturais, um lugar específico para o trabalho, moradia, subsistência.

Por outro lado, a cidade era vista como o lugar das oportunidades, de trabalho, do lazer, de concentração de pessoas, das realizações e modernidades. Estes dois lugares sempre estiveram ligados direta ou indiretamente, no entanto, com uma visão de oposições quando um representava o espaço do atraso o outro representava o espaço de progresso.

Atualmente o discurso entre o espaço rural e urbano já não podem ser vistos de uma visão dicotômica, ou de rivalidades, mas sim de uma dialética, onde há uma correlação dos espaços que já não podem ser referidos de forma indissociável dentro de suas contradições e influências. Neste viés, o homem desde sempre se inter-relacionando com ambos os espaços, porém, contribuiu de forma primaz para o reducionismo do campo acelerando a produção do espaço urbano.

Tendo que o espaço urbano é o produto das relações entre a sociedade e a natureza, produzida com ênfase em interesses econômicos, sociais, ambientais e até culturais dos seus a prática da agricultura urbana pode apresentar como ação mediadora, ou seja, melhorar as condições do ecossistema urbano.

O triplo processo de modernização agrícola, industrialização e urbanização forçar o campo a se transformar, atraindo ações racionais de interesse global.

Por fim, a agricultura urbana se torna importante, atenuando os contrastes do rural no urbano considerando não apenas fatores político-administrativos para separar campo e cidade, mas também os fatores sócio-econômicos e culturais.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Brasília, DF, 15 de set. de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 20 mai. de 2019.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2004.

CLEPS JUNIOR, João. *Agricultura e meio ambiente*. Uberlândia: Roma, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, Ana Letícia Pereira. *Agricultura Urbana e Sustentabilidade das cidades: Projeto "horta à porta" no Grande Porto.* 2014. 162f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia Universidade do Porto: Porto, 2014.

FUCHS, Ângela Maria Silva; FRANÇA, Maira Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. *Guia para normalização de publicações técnico-científicas*. Uberlândia: EDUFU, 2013. 285 p., il., 23 cm. Disponível em: < http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_guia_de_normalizacao2018 0.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2019.

JACINTO, Janério Manoel.; MENDES, César Miranda.; PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. *Revista Percurso*: NEMO Maringá, v. 4, n. 2, 2012, p. 173- 191.

MACHADO, Altair Toledo. MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. *Agricultura urbana*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. Evolução, agricultura, história. In:_____. *Histórias das agriculturas no mundo*: do neolítico à crise contemporânea. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP. 2010, p. 51-93

MUNFORD, Lewis. A cristalização da cidade. In.:_____. *A cidade na história, transformações e perspectivas.* 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 37-66.

POLON, Luana Caroline Künast. Espaço geográfico: breve discussão teórica acerca do conceito. Rev. *Geogr. Acadêmica*, v. 10, n.2, xii.2016, p. 82-92.

RESENDE, Sidivan. CLEPS JUNIOR, João. A agricultura urbana em Uberlândia (MG). *Caminhos De Geografia*. Uberlândia: revista on line. v. 6, n. 19, out/2006, p. 191-199. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/dissertacoes/sidivan_resende.pdf >. Acesso em: 30 mai. 2019.

RESENDE, Sidivan. *ENTRE O RURAL E O URBANO: a agricultura Urbana em Uberlândia (MG)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Geais. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/dissertacoes/sidivan_resende.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2019.

RICARTE-COVARRUBIAS, Juliana Duz. *Agricultura urbana em Porto Ferreira/SP*: *mapeamento, caracterização e tipificação*. 2011. 298 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Manual de Geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia.* São Paulo: Hucitec, 1988. Disponível em: <http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/metamorfose-do-espaco-habitado-milton-santos.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2019.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.* São Paulo: EDUSP, 1994.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS –

SEBRAE. *Estudo de mercado agronegócio*: horticultura. 2017. Disponível em: < https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Horticultura%20na%20Bahia.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.

SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços*: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. *Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista*. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (11). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24511.htm> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 21 mai. de 2019.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2 . ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

A METAMORFOSE DO ESPAÇO AGRÁRIO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ITUIUTABA (MG) NOS ANOS DE 1970 A 2010

Matheus Alfaiate Borges

Introdução

Desde os tempos remotos, com descobrimento da agricultura e a pecuária, a capacidade do ser humano atuar metamorfoses ao espaço geográfico tem sido aumentada dia após dia. Diante a consciência desta complexidade, as transformações, medidas e práticas exercidas sobre a terra, como, semear, cultivar e criar animais, atribuíram técnicas essenciais para a sobrevivência dos seres humanos, em posição sobre fonte de alimentos.

Deste modo, no Brasil, o espaço agrário tem passado por diversas transformações e modificações acerca do tempo. É importante enfatizar que ocorreram êxodo rural, lei de terras, inserções tecnológicas e cientificas, modificações genéticas de sementes, bem como, admissão de políticas públicas, influência de mercado interno e externo, entre outros fatores, que foram essenciais e contribuintes para ações e transformações ocorridas e que ocorrem no espaço geográfico brasileiro.

Em razão destas situações, o cenário agrícola foi nomeado de Revolução Verde, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial, na qual sofreu uma reviravolta em sua situação, cuja mesma se deu maior ênfase não somente ao uso de maquinários modernos, como também ao de insumos agrícolas como os

fertilizantes, agrotóxicos, pesticidas e novas sementes (BIANCHINI e MEDAETS, 2013).

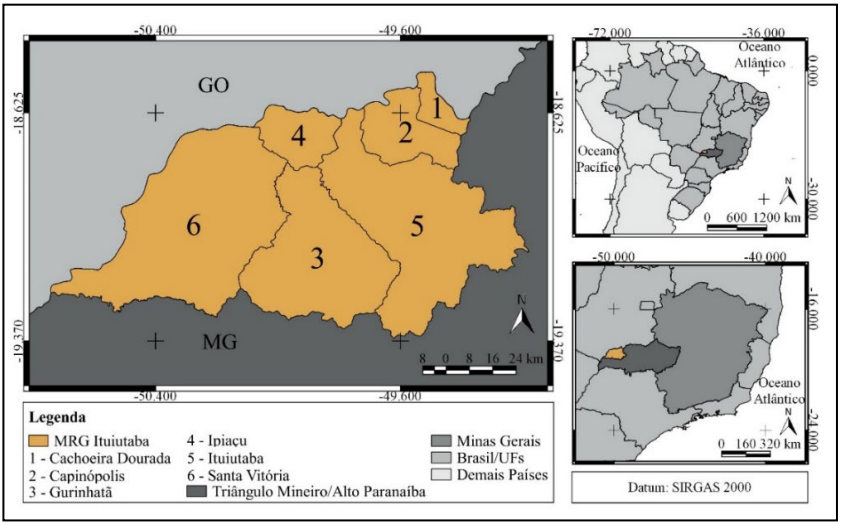
Segundo informações da Embrapa, enaltece que a produção agropecuária brasileira vem crescendo de forma extraordinária, é que em 1975, a colheita de grãos foi de 45 milhões de toneladas, expandiu-se para 58 milhões em 1990 e, finalmente, atingiu 187 milhões em 2013 no Brasil (EMBRAPA, 2014).

Portanto, para compreender toda esta dimensão de metamorfoses, desenvolvimentos e de inserções e avanços no espaço agrário e de uso do solo, fazer o mapeamento destes processos ajudara no compreendimento visual destes adventos.

Deste modo, a espacialização e mensuração da área em estudo, será a Microrregião Geográfica de Ituiutaba-MG, localizada no Estado de Minas Gerais, mais sucintamente na Mesorregião Geográfica do Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba. Composta por seis municípios, conforme na figura e tabela 1, apresenta fatores favoráveis para o potencial agrícola e pecuário em sua dimensão territorial, em vista aos baixos preços de terras na região, bem como, o clima, localização geográfica, fortalecendo a expansão das monoculturas.

Nota-se que a Microrregião Geográfica de Ituiutaba-MG, se encontra acerca de uma ótima posição territorial, possuindo interligações de importantes rodovias, como de exemplo, as BR's 364, 365, 461, 226, entre outras, facilitando o escoamento de produtos e a locomoção de pessoas para determinadas regiões.

Figura 1: Localização da Microrregião Geográfica de Ituiutaba-MG.



Fonte: Base Digital IBGE/2015.
Organização e Elaboração: Matheus Alfaiate Borges (2017).

No que se refere a economia, a MRG conta com importantes ligações econômicas não só regionais mais também nacionais e internacionais, isso parte do reflexo da agroindústria, que tem como base a produção de grãos, produtos de laticínios, frigoríficos e sucroenergéticos, que atende um mercando nacional e internacional.

Dessa forma, conforme dados do IBGE (2010), a Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) é formada por seis municípios, que são Cachoeira Dourada, Capinópolis, Guirinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba, e Santa Vitória, e conta com o equivalente de 143.348 habitantes no total, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: População Urbana e Rural da MRG de Ituiutaba-2010.

Municípios	População Urbana	População Rural	Total
Cachoeira Dourada	2.225	280	2.505
Capinópolis	14.302	988	15.290
Gurinhatã	2.692	3.445	6.137
Ipiaçu	3.741	366	4.107
Ituiutaba	93.125	4.046	97.171
Santa Vitória	14.926	3.212	18.138
MRG de Ituiutaba	131.011	12.337	143.348

Fonte: IBGE (2010).
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

Observa-se na tabela 1, que a maior parte da população se encontra presente nas áreas urbanas e que este processo de deslocamento da população para outros municípios pode ser explicado pela migração da população local para outros núcleos urbanos maiores buscando atender suas necessidades, este fenômeno é conhecido como êxodo rural. Conforme análise na tabela 01, o único município que contem maior parte da população na zona rural é Gurinhatã.

O domínio morfoclimático predominante na MRG é o Cerrado, apresentando características propícias para expansão agrícola, visto morfologia dos relevos levemente aplainados, acentuando a presença de maquinas agrícolas na região. Vale ressaltar, que a presença de gramíneas e grandes áreas de pastagens, é propício para a alimentação do animal.

A Microrregião, conforme Santos et-al (2006, p. 10), se encontra sobre “a Bacia Sedimentar do Paraná abrange uma área de cerca de 1.600.000 Km². Acha-se encravada na Plataforma

Sul-Americana e estende-se pelos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além do Uruguai, Paraguai e Argentina".

O objetivo geral deste trabalho corresponde na elaboração de tabelas referentes à produção agropecuária nos municípios da Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG) nos anos de 1970 a 2010, tendo como foco o levantamento de dados agropecuários de cana-de-açúcar, milho, sorgo, soja, criação de bovinocultura e suinocultura. Em relação aos objetivos específicos, traçaram-se os seguintes: (a) Estudar sobre a área de estudo; (b) Analisar o comportamento dos dados censitários perante 1970 a 2010; e, (c) Compreender a reestruturação primária da Microrregião Geográfica de Ituiutaba.

Os aportes metodológicos foram divididos nas seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico acerca da temática proposta; b) reambulação, coleta e tabulação de dados censitários; c) organização e síntese dos dados no recorte espacial condizente à pesquisa; e, por fim, d) análise final das tabulações de dados.

Destaca-se que discutir a produção agropecuária da MRG de Ituiutaba-MG ao longo dos anos permitiu melhores análises em relação às políticas públicas governamentais, entendendo os aspectos que corroboraram para a expansão das atividades agropecuárias na região.

As Questões Agrárias no Território Brasileiro

A questão agrária no Brasil sempre foi assunto relevante entre os brasileiros, tanto para o meio urbano quanto ao meio rural, pois o desenvolvimento econômico do Brasil passou por diversas mudanças ao longo de sua história, tais dinâmicas que

no meio rural sempre estiveram interligadas na questão de sua expansão para o crescimento do País.

Assim, informação que sempre esteve entre alvo das discussões a que mais se popularizou foi à questão da reforma agrária, que segundo o (art 1º P1º da Lei 4.504/64 do Estatuto da Terra), "Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover, melhor distribuição da terra, mediante modificações do regime de sua posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (JUSBRASIL, 2014)".

Isto visto acerca de um processo mal elaborado e planejamento de distribuição de terras entre os produtores rurais, no qual apresentavam até processo de grilagem em sua época. Deste modo, nota-se que demorou muito para que as distribuições de terras fossem distribuídas corretamente, onde consolidou um dilema de luta entre os pequenos e grandes produtores rurais e o Estado até os dias de hoje.

De certo modo a parte da renda da terra é uma categoria muito especial na Economia Política, porque traz um lucro extraordinário, suplementar, permanente, isto tanto no campo como para a cidade. Mas isto advém por parte do início da colonização do território brasileiro, onde se fizeram as doações de grandes extensões de terra a particulares, denominadas de sesmarias, pois a partir daí começaram a surgir os latifúndios escravistas, com a necessidade de exportar em grande escala (GRAZIANO, 2001).

Sendo que no Brasil, o dono de terra pode arrogar-se o direito de fazer o que quiser com os pedaços de terra, podendo até mesmo deixa-la improdutiva ou parada. Deste modo é que devem ser vistos a forma de sua distribuição, pois para que a pratica do

manejo da terra demonstre o processo produtivo na agricultura é necessário à utilidade agrícola em suas propriedades rurais.

Assim, a dinâmica econômica no País, tanto na parte política quanto na social, em meio a tantos conflitos, hoje se torna destaque devido à influência de práticas na agricultura como também na agropecuária. Pois de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa (OCDE, 2015) e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2015), o Brasil assumirá a liderança das exportações mundiais do setor agrícola em 2024.

De acordo com Graziano, (2001, p. 11), diante dos fatos, discorre que não devemos confundir as questões agrárias com as questões agrícolas, pois elas não se encontram no mesmo parâmetro quando se diz sobre a parte da economia. Pois, a questão agrícola se diz respeito aos aspectos ligados em questão das mudanças da produção entre si mesma, como no modo de que se produz, para onde se produz e quanto se produz. Já em função da questão agrária, a mesma se encontra ligada entre as transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção, como no modo em que se produz e na forma que se produz.

Assim, vale ressaltar que o setor agrícola, aumenta a produção agropecuária para fornecer as indústrias como às de matérias primas e entre a sociedade e de certo modo também libera a mão de obra necessária para processo de industrialização. Já na agricultura, tratou-se do fato de liberação de pouca mão-de-obra e parte em função de quantidades para expansão industrial, trazendo a questão apenas de separação em questões de recursos analíticos entre ambas as práticas e que também podem sofrer crises como a crise agrária.

Isto advém de um longo período histórico dos produtos primários e sobre a influência que a tecnologia que propagou para o crescimento evolutivo das questões agrárias para o País., Mazoyer e Roudart (2010, p. 71). descrevem que

> A agricultura tal qual se pode observar em um dado lugar e momento aparecem em princípio como um objeto ecológico e econômico complexo, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimentos agrícolas vizinhos, que entretêm e que exploram a fertilidade desse meio. Levando mais longe o olhar, pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam *de uma localidade a outra*. E se estende longamente a observação num dado lugar, constata-se que as formas de agriculturas praticadas *variam de uma época para outra.* Dito de outra forma, a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações

A agricultura, ao decorrer do tempo, fez-se necessária a utilização de novas técnicas para preencher a demanda de produtividade que o mercado atual exigia, assim apresentando novas características, como por exemplo, a utilização de tratores, adubo, colheitadeiras, fertilizantes, sementes alteradas geneticamente, entre outros, pois deste modo levantaria a produção obtendo uma maior produtividade, pois essa é a essência da agricultura moderna (BRUM, 1987).

Diante do exposto, pode-se dizer que as técnicas aprimoradas para o setor agrícola, vem se aumento cada vez mais com decorrer dos anos. Isso acontece devido ao sistema capitalista que faz a junção de maior produtividade em um curto prazo, assim rendendo mais aos produtores rurais. Deste modo, Castanho e Teodoro, (2010), discorre que estás questões norteiam

sobre o espaço agrário e se intensificam no âmbito político e econômico, a partir dos anos de 1960.

Os avanços tecnológicos proporcionaram para sociedade a necessidade de uma especialização necessária para envolver com a prática. Neste sentido, a mecanização na agricultura, resultou em diversas facetas acerca do tempo, como o desenvolvimento do programa advindo do Estados Unidos conhecido como Revolução verde, no qual apresenta sementes modificadas com agroquímicos para alta produtividade em campo.

Processo de Modernização Agrícola no Território Brasileiro

O processo de modernização da agricultura no Brasil, se fez através de um modelo utilizado entre muitos países, no qual apresenta um grau elevado em sua produtividade, como na década de 1950, que devido a implantação de importações no meio de produção, tornou-se cada vez mais avançado que o atual modelo, demonstrando progressos aos produtores. Assim, devido a prática de utilizar os maquinários, insumos e adubos químicos, de fato proporcionou a aceleração da economia para muitos países (SILVA e BOTELHO, 2014).

Em 1960 o processo se concretiza, com a propagação do setor nível industrial, onde traz grande desconforto e impactos, pois se torna dependente das utilidades de insumos e equipamentos para agricultura, transformando o que antes era tradicional para produzir, como a agricultura tradicional com técnicas rudimentares, passando a se tornar uma agricultura mecanizada (GAIOVICZ & SAQUET, 2017)

Não e de dispensar o fato que a modernização da agricultura trouxe inúmeros benefícios para a sociedade e para a economia

do País, mas também impactos referentes ao meio ambiental e social com a sua chegada e com isto, também impulsionou rapidamente o crescimento do setor primário do país.

Ao analisar um dos benefícios que a tecnologia proporcionou para o progresso na área da agricultura e pecuária é o processo de irrigação, isto visto que foi uma tecnologia que promoveu prosperidade entre os produtores, pois atende nos quesitos de irrigar as pequenas e grandes produções largas escalas, como também de saciar a sede dos seus familiares e animais de suas propriedades.

Segundo a Organização de nações unidas -ONU, (2012), discorre que "A agricultura responde por quase 70% da retirada dos recursos hídricos globais. A eficiência de irrigação – "mais colheitas por gota" – e a reutilização da água podem ser aumentadas em cerca de um terço com a tecnologia existente. " Assim, visto por parte de zona de impacto no meio ambiente, vale ressaltar se seria mesmo valido o ganho do benefício entre a utilização da irrigação entre os produtores? Ou se deveria olhar para questão do que está ocasionando ao se fazer a utilização, pois é notável que impacta muito ao meio ambiente.

Nesse sentido, uma das vantagens do processo de modernização foi o aumento significativo da produtividade, fazendo gerar a distribuição de alimentos por todo o mundo, assim, visando à utilidade das plantas que estavam sendo modificadas, chamado de revolução verde na época. De acordo com Brum (1987, p. 44), discorre que,

> O ponto de partida da modernização da agricultura foi a Revolução Verde, um programa idealizado pelo grupo econômico americano Rockfeler, no início dos anos 40, cujo objetivo foi contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola no mundo, através do

> desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes.

Assim, traz a questão da utilização de agrotóxicos que deveria ser menor, devido a estes avanços, más não e o que ocorre, hoje ainda é utilizado em larga escala, onde se torna outro benefício referente à modernização que impacta diretamente o meio ambiente.

Os agrotóxicos surgiram logo após a Revolução Verde são produtos modernos de alta tecnologia que foram inseridos para o combate das pragas como insetos, agentes patogênicos e plantas invasoras que ataca as grades lavouras para prejudicar o dano econômico da produção (PRIOTTO, 2007).

Vale ressaltar que por parte da chegada da mecanização no campo, gerou uma ocorrência muito grande de desemprego entre os trabalhadores rurais, visto por parte negativa no meio social, pois houve uma significativa substituição do homem pela máquina nos sistemas de cultivo, alterando-se para o êxodo rural na época.

Para Balsan, (2006, p. 6), a modernização da agricultura no Brasil, segue por possibilidades entre diferenças estruturais no espaço rural, principalmente de produção. Ou seja, os produtos mais valorizados, de exportação, consentiriam a um processo de modernização e crescimento econômico no País.

Desta forma, nota-se que de fato que o Brasil conseguiu a expandir suas fronteiras agrícolas e se tornar um grande exportador/produtor agropecuário. Isto devido aos grandes progressos e retrocessos que o setor agrícola passou durante estes

períodos de 1970 a 2010, assim apresentando como grande área de estudo.

A Transformação do Espaço Agropecuário da Microrregião Geográfica de Ituiutaba-MG (1970-2010)

Ao analisar a tabela 2, nota-se que o cenário pecuário da Microrregião Geográfica de Ituiutaba, entre os anos de 1970 a 2010, ofereceram dados significativos referente ao crescimento da criação de rebanho bovino no campo. Observa-se que isto é um reflexo da necessidade tanto do mercado crescente interno, quanto ao mercado importador.

Nessa mesma observação, nota-se que a criação de bovinos no município de Santa Vitória, desde 1970, demonstra evidencias de grandes escalas de criação de bovinos em sua região, se diferenciando entre aos demais municípios na MRG. Vale ressaltar que está região tem apresentados questões tanto para o corte de gado, quanto para produção de leite.

Conforme Bessa; Melo; Soares, (2009, p. 6), salienta-se que o "Município de Santa Vitória, se beneficiou devido as medidas governamentais, no qual disponibilizavam programas de créditos fundiários para promover investimentos nesses setores e também na mecanização". Porém, somente os médios e grandes produtores tinham maior acesso às tecnologias.

Deste modo, vale ressaltar que foi uma contrapartida econômica devido à crise na produção de arroz na Microrregião de Ituiutaba-MG no ano de 1970, pois aqueles que não possuía condições favoráveis para a reestruturação econômica, tiveram que alterar o modo de produção, que neste caso foi de introduzir a pecuária para região. Assim, Ipiaçu e Cachoeira Dourada,

passou a apresentar um desnível de crescimento na produção pecuária, pois nota-se que ao decorrer dos anos, em 1970 Ipiaçu contava com cerca de "30807" cabeças de gados e Cachoeira Dourada com "11892", e que no ano de 2010, de acordo com os dados retirados do SIDRA, demonstram uma queda na produção de rebanho bovino entre estes dois municípios, visto, a buscarem outra fonte de produção para a região.

Já em questão de totalidade da MRG, de fato que em 1970, com o número de "203508" de cabeças de gado e em 2010 com "693070", teve um acréscimo economicamente satisfatório para a Microrregião. Vale ressaltar que o Cerrado e aos avanços tecnológicos, de fato proporcionou um cenário melhor para o manejo desta cultura, pois nota-se que devido a chegada da pecuária na microrregião, reduziu a visualização de área plantada entre algumas culturas tradicionais, como, arroz, soja e o milho proporcionado áreas de pastagem, no qual resulta como fonte de alimentação para o gado.

Tabela 2: Criação de Bovinos (cab.) na MRG de Ituiutaba (MG), nos anos de 1970 a 2010.

Munícipios	**Anos**				
	1970	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
Cachoeira Dourada	11892	11080	12332	9100	9420
Capinópolis	3452	51538	31038	37360	33520
Gurinhatã	39500	155591	169286	168340	165840
Ipiaçu	30807	45287	23888	30090	28000
Ituiutaba	48050	165906	178222	202096	203370
Santa Vitória	69807	274163	272844	271530	252920
Total da MRG	203508	703565	687610	718516	693070

Fonte: SIDRA (2017).
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

Na figura 2, observa-se o cultivo de criação bovina na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, enfatizando sua presença mais acentuada a partir de 1980, assim demonstrando uma proporção produtiva de forma crescente na MRG.

Figura 2: Criação de Bovinos (cab.) na MRG de Ituiutaba-MG.

Fonte: Trabalho de Campo, junho de 2017.
Org.: Matheus Alfaiate Borges (2019).

Na tabela 3, trata-se sobre a cultura pecuária de suínos na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, portanto, nota-se que o ano de 1970 apresenta altos índices de criação do animal entre os munícipios de Santa Vitoria, Gurinhatã, Ituiutaba e Capinópolis. Em outra perspectiva, os anos de 1980 e 1990 tiveram uma grande queda de produção, perfazendo o total de “107476” cabeças de suínos em 1970, passando a ter “27110” em 1990.

Tabela 3: Criação de Suínos (cab.) na MRG de Ituituaba-MG, nos anos de 1970 a 2010.

Munícipios	Anos				
	1970	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
Cachoeira Dourada	4021	1212	590	520	115
Capinópolis	11338	5025	1500	2110	10200
Gurinhatã	28206	16500	7700	5380	4050
Ipiaçu	6217	3507	1080	2200	200
Ituiutaba	25988	16045	8260	17500	98676
Santa Vitória	31706	14242	7980	14900	18100
Total da MRG	107476	56531	27110	42610	131341

Fonte: SIDRA (2017).
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

Deste modo, conforme Gervásio, (2013), a carne suína e uma das carnes mais consumida no mundo, embora alguns países não tenham o habito de se alimentar do animal, isso devido a hábitos por questões religiosas, proibições e dogmáticas. Ainda é importante salientar, que na Microrregião é possível encontrar alguns armazéns de criação de suínos e intensificação de transporte do mesmo.

Os municípios de Ituiutaba e Santa Vitoria a partir do ano 2000, volta a subir indícios crescente da produção para com a região. Conforme análise dos dados, nota-se uma proporção produtiva de forma irregulares, pois os índices se encontram crescente em determinado período e decrescente em outro.

Na figura 3 é possível visualizar a criação de suínos na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, enfatizando sua presença mais acentuada a partir do ano de 1970 e 2010, de acordo com os dados estatísticos retirados no site do SIDRA. Vale ressaltar que está figura foi feita dentro de uma granja que se localiza próximo ao município de Capinópolis e Ituiutaba.

Figura 3: Criação de Suínos (cab.) na MRG de Ituiutaba-MG.

Fonte: Trabalho de Campo, junho de 2017.
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

A tabela 4, representa a produção de Cana-de-açúcar na MRG de Ituiutaba-MG, nesse sentido, o ano de 2010 demonstram alto valor de produtividade em sua totalidade, perfazendo cerca de "5240690" toneladas na MRG. É importante fritar que na década de 1970 o território brasileiro estava passando pela crise petrolífera, na qual partiu incentivar produtores a cultivarem a cana-de-açúcar para suprir a nova demanda de mercado exportador. Vale ressaltar. que em 1970, as culturas que mais apresentavam indícios crescente, era o arroz, soja e milho entre os municípios da MRG.

De acordo com Carvalho, Santos e Da Silva, (2013), explica que "diante de tal crise, o país passou a estudar alternativas que visassem à substituição do mesmo e seus derivados por uma fonte energética mais barata, onde o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool) teve uma maior aceitação para suprir".

Como ponto de inercia, a Microrregião Geográfica de Ituiutaba, devido a forte aptidão ao setor agropecuário, e desvalorização de algumas culturas, a inserção da cultura canavieira era um forte setor atrativo para cultivar na MRG de Ituiutaba.

Deste modo, os municípios como Ituiutaba e Santa Vitoria, foram os que apresentaram níveis elevados em toneladas entre os demais municípios, é mesmo contando com a presença de outras culturas na MRG.

A cana-de-açúcar foi de extrema importância para crescimento econômico, se tornando parte como grande negócio para os produtores rurais. Vale ressaltar que entre os municípios presente na MRG de Ituiutaba-MG, existem algumas usinas sucroenergéticas, que de certa forma influenciaram a alavanca e proporcionar a consolidação desse cultivar no recorte espacial, visto por incentivos governamentais e investimento estrangeiro.

Tabela 4: Produção de Cana-de-açúcar (t.) na MRG de Ituiutaba (MG), nos anos de 1970 a 2010

Munícipios	**Anos**				
	1970	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
Cachoeira Dourada	-	1	-	-	146080
Capinópolis	-	499	-	1400	718250
Gurinhatã	485	20	12250	1400	342000
Ipiaçu	-	3	-	1050	285000
Ituiutaba	1058	5049	28000	35000	1680000
Santa Vitória	77	152	18900	2800	2069360
Total da MRG	1620	5724	59150	41650	5240690

Fonte: SIDRA (2017).
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

Na figura 4 visualiza-se a presença acentuada de cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, enfatizando os períodos de maiores índices. Diante a reambulação *in loco*, está imagem também retrata os incentivos governamentais e da presença de usinas sucroenergéticas na região.

Figura 4: Produção de Cana-de-açúcar (t.) na MRG de Ituiutaba-MG.

Fonte: Trabalho de Campo, junho de 2017.
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

A tabela 5 representa a produção de milho na Microrregião Geográfica de Ituiutaba-MG, que por base da pesquisa, norteou como uma das primeiras opções entre os produtores rurais no período da década de 70, 80 e 90. Portanto, nota-se que sua maior produtividade em totalidade foi no ano de 1980, perfazendo "102079" em toneladas.

Tabela 5: Produção de Milho (t.) na MRG de Ituiutaba (MG), nos anos de 1970 a 2010.

Munícipios	Anos				
	1970	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
Cachoeira Dourada	6756	11182	7969	12220	4769
Capinópolis	31209	36764	45269	30300	12240
Gurinhatã	10103	11215	900	3500	8400
Ipiaçu	14376	7216	15090	12000	3500
Ituiutaba	19875	23686	18712	33600	10000
Santa Vitória	19629	12016	8369	6750	2500
Total da MRG	101948	102079	96309	98370	41409

Fonte: SIDRA (2017).
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

Os munícipios como Ituiutaba e Capinópolis, apresentaram dados significativos sobre a produção de milho em suas regiões, mesmo que o município de Ituiutaba-MG se destacava anteriormente por conhecimento da população, como a "capital do arroz", não interferiu para o progresso da cultura na MRG.

Deste modo, entre os anos de 2000 até 2010, ficou marcado por decréscimos de produção, na qual aparenta ser devido aos incentivos políticos para a implementação produção da cana-de-açúcar na Microrregião, bem como, aumento de áreas para a criação de animais, resultando a baixa produção de milho entre estes períodos.

Deste modo, para compreender esta dinâmica de transformação no campo, a reambulação efetuada na Microrregião de Ituiutaba, foi de grande importância, pois possibilitou observar locais que acentuavam a presença do cultivo de milho, bem como a presença da mecanização, com por exemplo, grandes armazéns e boas rodovias para escoamento da produção.

Na figura 4 observa-se o cultivo de milho na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, enfatizando sua presença mais acentuada nos anos de 1970 até 2000 e demonstrando uma queda de proporção produtiva perante ano de 2010.

Figura 5: Produção de Milho (t.) na MRG de Ituiutaba (MG).

Fonte: Trabalho de Campo, junho de 2017.
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

A tabela 6, trata-se sobre a produção de soja na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, nota-se que somente no ano de 2010 obteve um aumento relativamente alto, perfazendo 118262" toneladas em totalidade entre aos demais anos. Nesse sentido, considera-se que mesmo com outras medidas adotas pelo governo, municípios como Cachoeira Dourada, Capinópolis e Ituiutaba, cultivavam a soja em suas regiões.

Tabela 6: Produção de Soja (t.) na MRG de Ituiutaba-MG, nos anos de 1970 a 2010.

Munícipios	Anos				
	1970	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
Cachoeira Dourada	-	1800	3208	8750	18750
Capinópolis	-	5400	11227	42900	66262
Gurinhatã	-	126	98	-	180
Ipiaçu	-	360	1443	7541	11070
Ituiutaba	-	2700	3007	19200	22000
Santa Vitória	-	90	315	324	-
Total da MRG	-	10476	19298	78715	118262

Fonte: SIDRA (2017).
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

No ano de 1980, a cultura da soja estava começando a ser inserida entre os produtores da Microrregião. Para a produção acentuada desta cultura, era necessário solo apropriado, mecanização, bem como apoio governamental de políticas e incentivos agrícolas e de mercado.

Explicando está grande dispersão de dados entre os anos anteriores, aponta-se que essas culturas como a soja e cana-de-açúcar, são permeadas pelas necessidades do mercado não só interno, mas também externo.

Vale ressaltar que municípios como Santa Vitória e Gurinhatã adotaram outros cultivos em suas regiões e que por base da reambulação na microrregião, tornou possível visualizar que os campos ainda não apresentavam o cultivo da soja, assim explica-se a falta da fotografia para confirmação dos dados. Ainda é importante salientar que não foi possível obtenção de dados de 1970, por isso não consta informações deste período.

A tabela 7, retrata a produção de sorgo na Microrregião Geográfica de Ituiutaba. Portanto, nota-se que os municípios que mais apresentaram dados significativos de desenvolvimento e acréscimo em toneladas, foram Cachoeira Dourada e Capinópolis no ano de 1990.

Tabela 7: Produção de Soja (t.) na MRG de Ituiutaba-MG, nos anos de 1970 a 2010.

Munícipios	**Anos**				
	1970	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**
Cachoeira Dourada	-	-	3200	753	12000
Capinópolis	-	-	1200	1080	50250
Gurinhatã	-	-	-	-	1710
Ipiaçu	-	-	720	1980	3700
Ituiutaba	-	-	800	1200	12000
Santa Vitória	-	-	-	960	-
Total da MRG	-	-	5920	5973	79660

Fonte: SIDRA (2017).
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

Deste modo, somente a partir do ano de 2000, Ipiaçu, Ituiutaba e Capinópolis, começaram produzir mais do que aos demais municípios da MRG. Vale ressaltar, que no ano 2000, o governo auxiliou benefícios as culturas de cana-de-açúcar e soja, podendo visualizar o aumento significativo até o ano de 2010, com o total de “79660”, toneladas.

Nesse sentido, o sorgo é um importante produto agrícola para o produtor rural, pois ele convém como utilidade para alimentação do gado, entre outras. De acordo com a EMATER-MG, 2012 explica-se que

> No Brasil, sua expansão se iniciou na década de 70, principalmente no Rio Grande do Sul, em São Paulo, na Bahia e no Paraná. No Estado de Minas Gerais a cultura vem crescendo de forma acentuada nos últimos anos, especialmente nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste Mineiro, como alternativa de plantio de safrinha ou segunda safra.

Nesse sentido, o sorgo tornou-se uma opção de cultivo devido a sua grande resistência ao período de estiagem, sendo bastante utilizado na produção de silagem. Acrescente-se ainda, que a plantação de sorgo na Microrregião, foi visualizada constantemente na paisagística local, pois conforme a reambulação na MRG, tornou-se possível notar a transformação do cultivo desta cultura considerada como segunda safrinha.

Na figura 6, visualiza-se o cultivo de sorgo na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, enfatizando sua presença mais acentuada nos anos de 2010, até os dias atuais.

Figura 6: Produção de Sorgo (t.) na MRG de Ituiutaba-MG.

Fonte: Trabalho de Campo, junho de 2017.
Organização: Matheus Alfaiate Borges (2019).

Vale ressaltar que o sorgo também pode servir para alimentação das criações presentes na MRG de Ituiutaba, portanto, devido a presença acentuada de bovinos, suínos e galináceos na região, o cultivo do sorgo e um atrativo a ser cultivado, visto a demanda local.

Considerações Finais

A Microrregião Geográfica de Ituiutaba, com sua forte aptidão para o setor agropecuário, apresenta uma diversidade bastante significativa, tanto de produção, quanto de área destinada aos mais variados produtos primários, como por exemplo, sorgo, milho, soja, cana de açúcar, criatórios de suínos, bovinos, etc.

Assim, durante o desenvolvimento desta investigação, foi possível constatar a diversidade e consequente aumento dos percentuais produtivos, quanto em comparação com os dados iniciais propostos pelo recorte temporal de 1970 até 2010.

Vale destacar, que a metodologia proposta foi significativamente eficaz, vindo ao encontro das possibilidades de geração de tabelas e demais análises acerca da temática em questão. Importante ênfase, deve ser mencionada, sobre o cultivo de cana-de-açúcar na microrregião, pois apresentou dados significativos de percentuais produtivos, expondo a área em estudo, entre as mais importantes regiões brasileiras produtoras de tal cultivar.

Por parte da história agrícola, entende-se que do ponto de vista de organização do espaço produtivo primário, na década de 1970, a produção, beneficiamento e comercialização de arroz, trouxeram um importante destaque à MRG, principalmente, no

município de Ituiutaba. Fato esse, que sofre um importante metamorfização agropecuária, com o passar dos anos, alicerçado nos novos ditames da economia, tanto mundial, quanto brasileira. Obviamente, que incentivos governamentais foram norteadores do novo molde de produção primaria, adotado nas seis unidades político-administrativas presentes na área em estudo.

As etapas de desenvolvimento do projeto, foram executadas em sua plenitude, possibilitando ao bolsista, o conhecimento de cada município, bem como constando o que foi observado no momento de análise dos dados obtidos via IBGE.

Neste sentido, espera-se que de forma dialética, este estudo, possa auxiliar, tanto estudiosos, quanto a comunidade em geral, na busca da compreensão das origens, transformações e perspectivas da Microrregião Geográfica de Ituiutaba, localizada no Pontal do Triângulo Mineiro.

Agradecimentos

A realização deste trabalho se deve principalmente aos incentivos de pesquisa fornecidos pela agência de fomento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico– CNPQ (Nº 001/2016), na modalidade voluntário (PIVIC), registrado no processo IC-CNPQ2016-0266. Neste sentido, os autores agradecem à CNPQ pelo incentivo ao desenvolvimento da pesquisa e sua divulgação.

Referências

BALSAN, R. *Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira*. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/11787/8293>. Acesso em: 18 de ago. 2019.

BERTOLUCCI JUNIOR, L. *Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a Microregião de Uberlândia: trocas migratórias nos qüinqüênios 1975/80 E 1986/91*. 2001, p. 2. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/2002/D51.pdf>. Acesso em: 11 de fev. 2019.

BESSA, G. A.; MELO, N. A.; SOARES; B. R. As pequenas cidades da microrregião de Ituiutaba (MG): análise das estruturas espaciais, econômicas e socioculturais de Ipiaçú e Santa Vitória. *Horizonte Científico*, v. 1, p. 1-25, 2009.

BIANCHINI, V.; MEDAETS, J. P. P. *Da Revolução Verde à Agroecologia:* plano Brasil ecológico. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e% 20Jean%20Pierre. pdf>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850. Coleção das Leis do Império do Brasil. Lei Eusébio de Queirós. Chancelaria do Império, Riode Janeiro, 5 set. 1850. Disponível em:<http://www.2camara.gov.br/legislação/publicaçõesdoimperio/coleção 3.html>. Acesso em: 20 de out. 2019.

BRUM, A. J. *A revolução verde. In__. Modernização da agricultura:* trigo e soja. Petrópolis: Vozes; Ijui: FIDENE, 1987. p. 44-50.

CASTANHO, R. B.; HELIODORO, L. S. F.; MARQUES, E. S. *Mesorregião Geográfica do triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG/Brasil:* A produção sucroalcooleira entre o período de 1995 e 2006. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, v. 2, p. 1-14. jul./dez. 2011.

CASTANHO, R. B.; TEODORO, M.A. O uso das geotecnologias no estudo do espaço agropecuário. *Brazilian Geographical Journal*, v. 1, p. 136-153, 2010. Disponível em: <http:/www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/8182>. Acesso em: 22 de julho de 2017.

CLEPS JR, J. *Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado:* o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

EMATER-MG. *Cultura do Sorgo. 2012*. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/MATERIAL_TECNICO/a%20cultura%20do%20sorgo.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2019.

EXAME. *Brasil será maior exportador agrícola mundial em 2024*. 2015. Disponível em< http://exame.abril.com.br/economia/brasil-sera-maior-exportador-agricola-mundial-em-2024/>. Acesso em: 22 de set. 2019.

GAIOVICZ, E. F. G.; SAQUET, M. A. *Modernização da agricultura e agroecologia*. s/d, p. 1-2. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/ELAINE%20FABIANE%20GAIOVICZ.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2019.

GRAZIANO DA SILVA. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. P. 1-40.

_____. *A modernização dolorosa*: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. *Censo Agrícola de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1970, 1980.

_____. *Cidades@.* Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang= &coduf=31&search= minas-gerais>. Acesso em: 8 de fev. 2019.

_____. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.* Disponível em: < http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

_____ *SIDRA*. 1990, 2000 E 20010. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?z=t&o=25&i=P>. Acesso em 02 de fev. 2019.

JUSBRASIL. Art. 1 do Estatuto da Terra - Lei 4504/64. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>. Acesso em 09 de set. 2019.

LINS; SAAVEDRA. *Sustentabilidade corporativa no setor sucroalcooleiro brasileiro*. 2007. Disponível em: <http://fbds.org.br/IMG/pdf/doc-254.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2019.

MAZOYER, M. ROUDART, L. *História das Agriculturas no Mundo.* 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 568p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Brasil Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021*. Brasília, DF: MAPA – Assessoria de Gestão e Estratégica, 2011. 59 p.

O MUNDO RURAL NO BRASIL DO SÉCULO. *A formação de um novo padrão agrário e agrícola* / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/ arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf> Acesso em 05 de ago. 2019.

OECD-FAO. *Agricultural Outlook 2015-2024.* 21 ed. OECD iLibrary. OECD Publishing, 2015. 146p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU: *Fatos sobre a água e saneamento*. 2012, p. 1. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/temas-agua/>. Acesso em: 12 de ago. 2019.

PRIOTTO, M. A. *Alternativa de destino para embalagens usadas de glifosato*. Curitiba-PR, 2007. 99pp. Dissertação (Mestrado)– Programade Pós-Graduação em Desenvolvimento de Tecnologia, Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento-LACTEC.

SANTOS, J. C. dos. A territorialização da agroindústria canavieira no Triângulo Mineiro e os (re)arranjos espaciais na Microrregião Geográfica de Ituiutaba. (MG). In: Portugues, Anderson Pereira; Moura, Gerusa Gonçalves; Costa, Rildo Aparecido. (Org.). *Geografia do Brasil Central*: enfoques teóricos e particularidades regionais.1ed. Uberlândia: Assis Editora, 2011, v. 1, p. 265-282.

SILVA, L. L. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia 1(2)24-36, dez/ 2000.

SILVA, G. A. da.; CASTANHO, R. B. *O geoprocessamento como ferramenta para a espacialização agropecuária da microrregião de Ituiutaba/mg – brasil*. 2008. Disponível em: <http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo1/020.pdf>. Acesso em: 22 de jul. 2019.

SOUTO, T. S. AGROINDÚSTRIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA -MG: Organização/reorganização socioespacial no período de 1960 a 2013. Thales Silveira SOUTO. 2016. 143 p.

DINÂMICAS E CONFLITOS PELA ÁGUA E PELA TERRA EM MINAÇU (GO): a materialização de lutas no espaço agrário do Norte goiano

Ana Paula Novais Pires Koga

Rafael de Melo Monteiro

Jañaine Daniela L. Carneiro

Introdução

O conceito de território vem sendo discutido desde a obra de Friedrich Ratzel (Século XIX), inicialmente em uma perspectiva naturalista/organicista[18]. No entanto, a partir de 1950, esse conceito foi retomado pelos geógrafos com o intuito de compreender as contradições da sociedade capitalista. Nesse contexto, é preciso estar ciente que território possui múltiplas abordagens, dependendo do posicionamento teórico-metodológico de cada pesquisador. É possível diferentes perspectivas: a) econômica; b) cultural; c) política e d) ambiental. O ideal, entretanto, é utilizá-las complementarmente, buscando uma visão totalizante do território.

Entendido como um espaço dominado e/ou apropriado por grupos/classes sociais, o território é uma construção concreta e simbólica, material, imaterial e discursiva (VALCÁRCEL, 2000; SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2007), sendo que seus usos atendem a interesses específicos, de forma utilitária/economicista

[18] Para aprofundamento nesta questão, ver: "Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder, de Wanderley Messias da Costa (1991).

ou para reprodução de relações sociais. O território utilitário é trunfo dos interesses hegemônicos para atender aos propósitos de determinadas classes sociais. Já o território das relações sociais é produzido enquanto lugar de vida, trabalho, cultura e reprodução social. Dessa maneira, por vezes, ocorrem embates entre agentes sociais distintos que possuem interesses divergentes em relação ao uso e apropriação dos territórios. Nestas disputas os agentes organizam-se e articulam-se a fim de obter êxito, como é o exemplo dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, atingidos por barragens e camponeses. Inseridos em um contexto de conflitos, os movimentos sociais tornam-se centrais para o fortalecimento das lutas territoriais. Compreendidos sob a ótica das lutas de classes, os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000; 2007) correspondem a grupos sociais/frações de classe que lutam por objetivos comuns, produzindo identidades sociais (GRZYBOWSKI, 1987). As restrições sociais, econômicas e políticas a determinados segmentos da sociedade (especificamente, as classes populares) são responsáveis pela gestação desses movimentos, assim, no Brasil, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), entre outros, são exemplos de luta pela terra, reforma agrária e justiça social.

Esses movimentos posicionam-se como opositores do Estado, latifundiários e empresas capitalistas que se apropriam de seus territórios tradicionais. Portanto, os movimentos dos sem-terra são intrinsecamente ligados à expansão capitalista no campo brasileiro, pois a modernização conservadora da agricultura favoreceu os latifundiários, os grandes proprietários e empresas rurais. Aos camponeses, expulsos de suas terras, restou a ida para a cidade, ambiente no qual não se reconhecem como sujeitos e não conseguem ocupação. No caso dos atingidos por barragens, a

expropriação é feita pelo Estado, atendendo a interesses do capital industrial e financeiro, além dos interesses latifundiários (GRZYBOWSKI, 1987). Dessa forma, a questão agrária brasileira tornou-se também uma mentalidade (MARTINS, 2011). Modificaram-se as formas, mas o conteúdo permaneceu. Nessa perspectiva, a reforma agrária aparece como possibilidade de democratização da sociedade, ampliando a organização e a participação l dos trabalhadores rurais (GRZYBOWSKI, 1987). No entanto, para que seja efetivada, é preciso vontade política e a assunção, por parte do Estado, de um posicionamento favorável aos "pobres do campo", em detrimento dos latifundiários e empresários rurais capitalistas. As ações dos movimentos sociais acompanham a conjuntura política nacional, já que à medida que surgem oportunidades ou restrições políticas esses sujeitos articulam-se na oposição ao Estado e às classes dominantes.

Sendo assim, esse artigo foi elaborado a partir das observações durante o trabalho de campo realizado em 2011, no Norte Goiano, no âmbito da disciplina "Trabalho, movimentos sociais e gestão do território", ministrada pelo Prof. Dr. Marcelo Mendonça, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG/Catalão. Para esse artigo, houve uma revisão da literatura, bem como uma atualização das informações sobre a SAMA Minerações Associadas e sobre a Hidrelétrica Serra da Mesa. Como norte, buscou-se compreender as formas de apropriação e uso do território do Norte Goiano, em particular no município de Minaçu, por agentes sociais a partir de duas frentes de análise: de um lado, empresas capitalistas/estatais (SAMA Minerações Associadas/Hidrelétrica Serra da Mesa) e, de outro lado, movimentos sociais de luta pela terra, reforma agrária e justiça social (MST, MLST/Movimento de Libertação dos Sem Terra e o MAB), presentes no município de Minaçu (GO).

O município de Minaçu localiza-se no extremo Norte do Estado de Goiás e faz parte do Quadrilátero do Norte (Porangatu, Uruaçu, Minaçu e Niquelândia). Está a 488 km distante de Goiânia (Capital de Goiás) e a 350 km distante de Brasília (Capital Federal). Seu clima típico é o Tropical Úmido, com médias térmicas anuais de 24ºC. O número de habitantes na contagem populacional do último Censo foi de 31.154, sendo que na estimativa para o Censo de 2020, Minaçu apresenta 29.070 habitantes. Do contingente populacional do Censo de 2010, 86% moram na zona urbana e 14% na zona rural (PEREIRA; ALMEIDA, 2009; IBGE [s.d.]). O município de Minaçu foi criado em 1976, após a emancipação de Porangatu. A lei estadual que determinou a criação desse município foi a 8.085. Suas atividades econômicas principais são a pecuária e a mineração (ferro, níquel, fosfato e amianto).

Além disso, esse município possui potencialidades turísticas e aquícolas, devido à presença das hidrelétricas Serra da Mesa e Cana Brava, além dos atrativos culturais e naturais das propriedades rurais (PEREIRA; ALMEIDA, 2009). Em Minaçu encontra-se a reserva indígena dos Avá-Canoeiros, contatados em 1983, que vivem em uma área demarcada de 38 mil hectares, próxima do Alto Rio Tocantins e da Hidrelétrica Serra da Mesa. Apenas seis membros dessa tribo indígena vivem nessa reserva (BARRETO, 1987). No ano de 1959, ocorreu a descoberta do amianto crisotila em Minaçu, sendo que em 1962 iniciaram-se as operações de exploração e comercialização desse mineral pela SAMA Minerações Associadas. Em 1986, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, concluída em 1997. A Usina Hidrelétrica Cana Brava foi construída no período de 1997 – 2002 (PEREIRA; ALMEIDA, 2009).

É possível refletir acerca da disputa territorial nesse município a partir desses empreendimentos econômicos. Afinal, houve um processo de desterritorialização camponesa para fomentar o desenvolvimento dessas atividades produtivas. Ressalta-se que a disputa por territórios nessa região aconteceu também em outros momentos históricos, como na época da construção da BR – 153, bem como pela atuação de famílias influentes no cenário político goiano. Dessa forma, o cenário da região é composto por uma heterogeneidade de sujeitos sociais, como atingidos por barragens, quilombolas, posseiros e assentados. As ações do Estado Neoliberal contribuíram para a apropriação do território do Norte Goiano por empresas capitalistas, marginalizando populações camponesas. A atuação desse Estado atende a interesses específicos. Nesse sentido, cerca de 1.000 km² foram alagados para construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa e 200 km² para construção da Usina Hidrelétrica Cana Brava. Nesse processo, estima-se que 5.000 famílias foram expropriadas de suas terras para a construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa e cerca de 263 propriedades foram alagadas para construção da Usina Hidrelétrica Cana Brava.

Por outro lado, os assentamentos de reforma agrária são implantados distantes das redes (estradas, ferrovias, escolas, hospitais, comércio). Ou seja, foram encaixados em territórios de exclusão social, com condições de vida difíceis, para viabilizar os territórios integrados aos anseios da expansão de atividades econômicas responsáveis pela reprodução ampliada do capital. Assim configura-se a luta pelos territórios no Norte Goiano. Nesse mote, é oportuno considerar também a presença de extensas lavouras de soja; da criação de gado nos latifúndios, com rebanhos geneticamente modificados; a sujeição de camponeses a relações de trabalho semiescravas, colocando-os na condição de

“quase campesinato”; a existência de relações de escravidão, meação e parceria são indicadoras da modernização desigual do território goiano. Dessa forma, é possível refletir que, de acordo com Martins (2011), o atraso social, no Brasil, é importante para viabilizar a acumulação primitiva do capital. Essa acumulação é propiciada pelo trabalho precarizado ou escravo, ainda existente em nosso país e no estado de Goiás.

Uma barreira para a expansão do agronegócio na região é a sua Geomorfologia (área com dobramentos), assim sendo, os usos da área foram limitados para a atividade agropecuária. Dessa forma, o Cerrado existe preservado nesses locais, o que seria uma potencialidade para criação de áreas de preservação e conservação ambiental para desenvolvimento do turismo como fonte de renda para moradores da região. Analisar essa temática é relevante pela possibilidade de conhecer a realidade de outros municípios goianos que enfrentam problemas sociais. Além disso, ressalta-se a importância dos trabalhos de campo no conhecimento dessas outras realidades. Para a Geografia, os trabalhos de campo possuem relevância ímpar, pois estão no cerne da produção do conhecimento geográfico. Possibilitam articular teoria e prática, favorecendo a compreensão das disputas por territórios entre empresas capitalistas e camponeses articulados em movimentos sociais, como observado em Minaçu (GO). Daí, sua relevância metodológica, conforme será apresentado em Procedimentos Metodológicos.

Procedimentos Metodológicos

Antes de apresentar teórico-metodologicamente o trabalho de campo, é oportuno ressaltar que ele abrangeu os municípios de

Minaçu (GO), Arraias (TO), assim como a Chapada dos Veadeiros (GO) e procurou analisar, na realidade local, questões relacionadas ao agrohidronegócio; à luta pela terra e pela reforma agrária; aos modos de vida e às relações de gênero; às políticas públicas, aos programas de Estado, sustentabilidade e educação no/do campo; bem como à problemática socioambiental e às relações de trabalho e meio físico.

Para empreender o estudo sobre luta pela terra, pela água e pela reforma agrária no Norte Goiano foram utilizados caderno de anotações e câmera fotográfica, com o intuito de registrar as informações e imagens como auxílio de análise de dados primários. Como subsídio teórico, as análises do território foram feitas a partir de autores como Haesbaert (2007), Saquet (2007) e Raffestin (2011). Já para as reflexões sobre a luta pela terra e pela água no contexto geográfico e as implicações no estado de Goiás foram utilizados autores como Fernandes (2000; 2007), Matos (2011), Mendonça (2011), Monteiro e Pessôa (2013). Tradicionalmente, o trabalho de campo é um recurso utilizado pelos geógrafos na produção do conhecimento. Na Geografia Tradicional, as descrições de paisagens, regiões e lugares eram possíveis devido aos trabalhos de campo dos pesquisadores. Embora a partir dos anos de 1950 essa geografia tenha sido criticada e, até certo ponto, relegada a segundo plano, deixou como legado a importância metodológica desse tipo de trabalho.

O trabalho de campo iniciou-se no dia 01 de novembro de 2011, com a presença de alunos da Graduação e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, sendo que, aproximadamente às 23 horas e 30 minutos do dia 01 de novembro de 2011, os alunos partiram do Campus Catalão com destino à Minaçu (GO). A chegada ao município de Minaçu deu-se no dia 02 de novembro de 2011, por volta de 10 horas e

30 minutos. O local de parada foi a Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Minaçu. A recepção ficou por conta de alguns professores e alunos da universidade. Nesse momento, fizeram uma explanação geral sobre a região, cujas informações estão sintetizadas na Introdução. Após esse momento, em uma manhã chuvosa de verão no Cerrado, deu-se a visita ao assentamento Água Quente, distante cerca de 50 km da sede de Minaçu.

Assentamento Água Quente: Materialização da Luta pela Terra em Minaçu (GO)

O assentamento Água Quente originou-se da desapropriação do imóvel rural de mesmo nome. Com extensão total de 2.531 hectares ou 523 alqueires, 45 famílias membros do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) foram assentadas, em áreas de, aproximadamente, 32 hectares por propriedade.

Quanto ao grau de escolarização, os assentados não concluíram o Ensino Médio, de acordo com informações verbais da liderança do assentamento. Na sede da associação reuniram-se vários assentados para contar, brevemente, sobre suas origens sociais. Desses, existem indivíduos com origem no campo; advindos dos estados de Goiás, Minas Gerais, Alagoas e Maranhão. Esses assentados trabalhavam como meeiros, tratoristas, vaqueiros, empregados em fazendas e garimpeiros antes da vinculação à luta pela terra através do MLST.

O MLST é um movimento social dissidente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A forma de atuação desse movimento difere do MST, pois enquanto o segundo atua pela via do enfrentamento com o Estado, com

latifundiários e com empresários capitalistas, o primeiro atua pela via da negociação institucional. Eles optam, de acordo a liderança do assentamento, pela pacificidade e organização. São estratégias políticas distintas, sem demérito para nenhuma, pois não há a intenção, nesse texto, de fazer juízo de valor.

Esse movimento foi criado em 1997, sendo considerado o segundo maior grupo de trabalhadores rurais sem terra do país, cujas pautas têm se inserido contra a redução de verbas para a reforma agrária dentro do orçamento público. Ainda em relação ao assentamento Água Quente, sua principal potencialidade econômica é oriunda do gado leiteiro. Dessa forma, os assentados planejam investir na industrialização do produto e sua venda para empresas do setor e, para tanto, conta com serviços de assistência técnica prestada através do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Nesse contexto, é importante destacar que as dificuldades encontradas no assentamento, conforme se pôde entender a partir do trabalho de campo, caminham desde o acesso à água até às linhas de créditos para fomentar a produção, bem como carências em relação ao acesso à educação e aos serviços de saúde. Assim, refletindo sobre as questões territoriais após a visita ao assentamento, entendeu-se que existem "territórios de exclusão" justificados no sentido da ocupação de outras porções, como observado na territorialização da mineradora SAMA e da UHE Serra da Mesa em Minaçu (GO).

A SAMA e os Anseios do Capital pelos minérios de Minaçu

No dia 03 de novembro de 2011 foi realizada uma visita à SAMA Minerações Associadas e pôde-se perceber a significativa

estrutura da empresa, suporte à extração do amianto crisotila. A SAMA pertence, desde 1997, ao grupo Eternit, empregando moradores do município de Minaçu e região como mão de obra. Nesse sentido, para um representante da empresa que acompanhou a visita, o trabalho não oferece risco de contaminação aos trabalhadores. A relação da empresa com os órgãos públicos municipais é pacífica, com caráter de parceria. A justificativa para esse fato seria o de que a empresa é responsável por significativa parcela dos empregos gerados no município, bem como contribui com 80% da renda de Minaçu.

Com as iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002 – 2010) e continuado pelo governo de Dilma Roussef (2011-2014), houve um crescimento do mercado pelo amianto crisotila. Suas exportações são destinadas, em maior parte, para a Índia. Em 2011, a empresa funcionava com 620 trabalhadores diretos e 400 indiretos. As minas de amianto da SAMA Minerações Associadas eram as únicas no Brasil, sendo que sua produção chegava ao montante de 250 toneladas/ano.

A exploração de amianto crisotila era realizada em duas cavas. A empresa possuía as certificações ISO 9001 (qualidade do produto) e ISO 14001 (certificação ambiental), além de manter uma reserva florestal de 2.500 hectares. É importante destacar que as atividades de exploração do amianto crisotila foram paralisadas em fevereiro de 2019 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de novembro de 2017, objetivando banir a exploração de amianto crisotila no território nacional. Ressalta-se que o banimento da exploração de amianto crisotila no país causou impactos na economia de Minaçu e região.

As discussões acerca da proibição da exploração do amianto crisotila em Minaçu referem-se às fibras constituintes do

mineral e sua ligação a problemas pulmonares nos trabalhadores. Dessa forma, conforme o representante da empresa que acompanhou a visita, os trabalhadores que apresentaram problemas de saúde tiveram seus direitos assegurados. Ressalta-se, ainda, que em junho de 2019 a SAMA conseguiu licença para atuar na exploração de terras raras na região.

Assim sendo, observou-se o uso do território feito pela empresa, sendo que suas ações, apesar de discursivamente construídas como sustentáveis, causavam efeitos socioambientais negativos. No entanto, pela geração de divisas financeiras ao município no qual está territorializada, possui legitimidade social, sob a ótica governamental e da sociedade civil. Tal análise se justifica na comoção popular quanto ao fechamento das atividades de exploração de amianto crisotila. Assim sendo, os interesses capitalistas encontram ambiente propício para sua expansão e reprodução, porém, atuam em conjunto com o Estado, uma vez que esse avaliza ações provocadoras de injustiças sociais, como no caso da construção das usinas hidrelétricas. Em Minaçu, o caso de Serra da Mesa é emblemático a esse respeito.

Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa: Alagando Vidas em nome do Estado e do Capital

No dia 03 de novembro de 2011 foi visitada a Usina Hidrelétrica Serra da Mesa. A área atingida pela Usina de Serra da Mesa estende-se pelos municípios de Minaçu, Uruaçu e Niquelândia, sendo que as suas três unidades geradoras totalizam 1.275 MW. A Usina de Serra da Mesa possui 21 anos e sua construção foi concluída no ano de 1998 e está localizada na bacia hidrográfica do Alto Rio Tocantins. Em sua margem direita está

Colinas do Sul e na margem esquerda, Minaçu. Foi inundada uma área de 1.784 km², sendo a usina totalmente subterrânea. Furnas Centrais Elétricas S/A é uma empresa de economia mista, subsidiária da Eletrobrás, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Ressalta-se que em dezembro de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) restringiu a participação de Furnas nos leilões para concessões de projetos de transmissão de energia. Furnas, em sua história, representou no cenário brasileiro uma parceria público-privada sendo que, em 1993, a empresa Serra da Mesa Energia S.A. venceu o processo de seleção de parceiros, cabendo a ela a conclusão da Usina em troca de 51,54% da energia produzida. Dessa forma, a barragem da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa possui altura máxima de 154 metros e volume de 12.057.558 m³ (FURNAS, [s.d]).

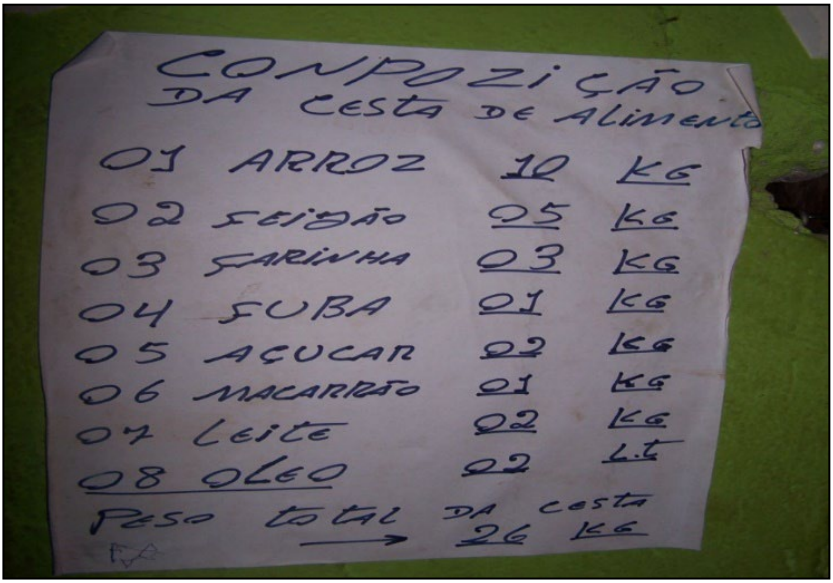
A usina atende ao mercado de energia elétrica do Sistema Interligado Sul, Sudeste e Centro-Oeste, assim como a ligação entre esse sistema com o Norte e o Nordeste. Em relação às famílias atingidas pela barragem, as medidas adotadas pela empresa foram a indenização e a realocação das pessoas. Houve, de acordo com o representante da empresa que acompanhou a visita, a construção de casas e o estabelecimento de 17 programas sociais de atendimento às famílias desalojadas. Percebe-se a questão da disputa pelo território no que concerne à retirada das populações tradicionais do local para atender aos interesses do Estado e de grupos particulares. No entanto, essa expropriação estatal produziu resistências e os camponeses e trabalhadores rurais atingidos pela barragem articularam-se em movimentos sociais na luta por terra, água e por justiça social. Como exemplo disso, tem-se a presença do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Minaçu.

Águas Para A Vida, Não Para A Morte: as ações do MAB em nome da Terra e da Justiça Social

Após a visita à Usina de Serra da Mesa, partiu-se para a sede do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Dessa forma, a coordenação local do MAB explicou que 60% das famílias atingidas não haviam recebido indenização até 2011, contrariando a fala do representante da Usina de Serra da Mesa. Além disso, a representação do MAB salientou que essas famílias sobrevivem, atualmente, à custa de programas governamentais, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola (benefícios distribuídos pelos governos federal e estadual, respectivamente). Além disso, A representação do MAB afirmou que a construção da Usina de Serra da Mesa e da Usina de Cana Brava, de 600 famílias desapropriadas em Cana Brava, apenas 31 foram reassentadas. A respeito do MAB, acrescentou que o movimento, com 27 coordenadores, se sustenta com cestas básicas (figura 1) e é bem visto pela população local, contudo, não possuía apoio da Prefeitura Municipal, mas sim, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Conforme se pode observar na figura, estão listados os oito itens que iriam compor a cesta básica para as famílias. Nesse contexto, percebe-se que a construção de usinas hidrelétricas significou a retirada de direitos econômicos, culturais, políticos e ambientais de famílias, com alegação do direito de utilidade pública. No Norte Goiano, em especial Minaçu, o processo não foi diferente, pois o território de vida e trabalho metamorfoseou-se em território-utilidade.

Figura 1: Composição da cesta básica recebida pelos membros do MAB – Minaçu (GO).



Fonte: Arquivo do Grupo de Estudo Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG/RC) (2011).

Considerações Finais

Acerca do tema proposto nesse relato, subsidiado pelo trabalho de campo, percebeu-se que o cerne da questão gira em torno da disputa por territórios. Toda luta social empreendida pelos movimentos e sujeitos sociais da região do Norte Goiano têm o intuito de defender seus lugares de vida, trabalho e reprodução familiar. Ao reivindicarem, esses indivíduos forjam-se enquanto sujeitos históricos, em busca do reconhecimento e da legitimidade de suas formas de vida. Ademais, opõem-se aos

interesses capitalistas e do Estado brasileiro e apresentam à sociedade civil suas alternativas ao modelo de sociedade vigente, excludente social, econômica e politicamente. Por outro lado, o Estado, juntamente com a classe capitalista hegemônica, atua como expropriador e explorador desses sujeitos no campo goiano, por exemplo. O território, para esses agentes sociais, é espaço para reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, o Cerrado, enquanto bioma, cultura e território, a partir dos anos de 1960/70 tornou-se a nova área de expansão da fronteira agrícola no Brasil. As ações do Estado são no sentido de modernizar e desenvolver esse território, construído estratégica, política e discursivamente como "terra vazia", o que legitimou a expansão capitalista sobre as áreas do Cerrado e dos povos cerradeiros. A modernização da agricultura, um dos motores dessa expansão, produziu milhares de sem-terra e excluídos, nesse sentido, os camponeses tiveram que ir para as cidades. Em todo caso, na região do Norte Goiano, verificou-se que o governo tem significativa abertura para a especulação do capital agrícola, industrial, comercial e financeiro. Paralelamente a isso, produzem-se demandas sociais que não são efetivamente solucionadas, a não ser através de assistencialismos e transferência de renda aos segmentos prejudicados. Essas ações, longe de resgatar a cidadania dessas pessoas, as colocam sob tutela do Estado, impedindo sua participação social. Nesse mote, acredita-se que a Geografia oferece um aporte teórico-conceitual que possibilita a leitura crítica dessas (e de outras) realidades. Mesmo na contramão de outras ciências, a Geografia pode desvelar os reveses da sociedade para a própria sociedade, imersa em redes e tramas de alienação que a faz legitimar as ações do capital e do Estado autoritário, centralizador e excludente.

Por fim, considera-se importante a experiência e as reflexões trazidas com esse trabalho de campo no Norte Goiano e à porção fisiográfica do Alto Rio Tocantins. Na ocasião, foi possível observar as semelhanças e diferenças regionais e de problemas socioambientais. Com a percepção a partir do que foi observado nos cenários visitados, percebeu-se a esperança de uma vida digna como pano de fundo da motivação para estar na luta contra os empreendimentos econômicos do Estado e do capital e contra os interesses latifundiários, que são os produtores das mazelas sociais históricas no Brasil.

Referências

BARRETO, J. Carlos. *Meu encontro Avá-Canoeiro*. Goiânia: Alfhard Comunicações Ltda., 1987.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, Gláucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 139-168.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS. *A Usina de Serra da Mesa*. Disponível em: https://www.furnas.com.br/subsecao/2/institucional?culture=pt. Acesso em 04 dez. 2019.

GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes / FASE-Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional, 1987.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, 2007. p. 19-45.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Panorama de Minaçu.* Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/minacu/panorama. Acesso em 04 dez. 2019.

MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). *Geografia e pesquisa qualitativa*: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 381 – 390.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MATOS, Patrícia Francisca de. *As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano*. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MENDES, Estevane de P. P.; PESSÔA, Vera Lúcia S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). *Geografia e pesquisa qualitativa*: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509 – 537.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *Água x Hidronegócio:* territórios em disputas nas áreas de Cerrado em Goiás. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Procesosambientales/Usoderecursos/05.pdf. Acesso em 20 jan. 2012.

MONTEIRO, Rafael de M.; PESSÔA, Vera Lúcia S. Entre poderes, discursos e imagens: a análise do discurso e as fotografias como técnicas de investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). In: MARAFON, Gláucio J.; RAMIRES, Júlio C. de L.; RIBEIRO, Miguel A.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). *Pesquisa qualitativa em Geografia*: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 267- 286.

PEREIRA, Lídia M.; ALMEIDA, Maria G. de. Paisagens construídas, mineração e turismo conforme a percepção dos moradores em Minaçu – GO. In: *Cultur – Revista de Cultura e Turismo*, ano 3, n.1, p. 78-86. 2009. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao4/artigo_4.pdf. Acesso em: 21 dez. 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 2011 [1980].

SAMA Minerações Associadas. *Sobre a SAMA*. Disponível em: http://www.sama.com.br/pt/sobre/a_empresa/index.html. Acesso em 04 dez. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TARROW, Sidney. *Power in movement.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E A PRECARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CORTE DE CANA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA (MG)

Daniel Féo Castro de Araújo

Introdução

Para demonstrar as circunstâncias ocorridas, a atual expansão do setor sucroenergético na microrregião de Ituiutaba, é imprescindível analisar a situação dos trabalhadores. Nesse sentido, faz-se necessário observar as condições dos alojamentos, e de trabalho aos quais eles são expostos.

Na perspectiva de adensar as reflexões aqui produzidas, faço uso de algumas observações de campo realizadas em 2012, quando acompanhei um grupo de trabalhadores sazonais contratados temporariamente pela usina Triálcool

Desde a contratação dos trabalhadores migrantes, as duas Usinas - a Triálcool e a Vale do Paranaíba - pertencentes ao grupo João Lyra disponibilizaram aos trabalhadores moradias em alojamentos[19]. Em 2009 e 2013, havia quatro alojamentos e três se localizavam nas proximidades do centro da cidade e um no setor sul da cidade. Nossa inserção de campo aconteceu no "Alojamento Horizonte", antigo prédio da policia civil de Ituiutaba, MG. Ali residiam 50 trabalhadores, organizados numa

[19] Alojamento é o local destinado ao repouso dos trabalhadores.

turma[20] denominada de “Turma Alagoas”. Na Usina Triálcool, as turmas são denominadas de acordo com o estado de origem dos trabalhadores migrantes.

De maneira geral, as usinas não aceitam entrada de estranhos nos alojamentos, são espaços vigiados, com normas próprias e com um rigoroso controle para entrada e saída de pessoas estranhas. Em razão das fiscalizações dos órgãos públicos (MPF – Ministério Público Federal, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, MPT – Ministério Público do Trabalho) para combater as práticas ilícitas de condições degradantes do trabalho nos canaviais, a presença de estranhos não é bem vinda, por parte da usina. Compartilhar as condições de vida existentes nos alojamentos pode custar caro, caso seja detectado condições degradantes, a usina ou o fornecedor podem ser autuados como infratores por condições de trabalho análogas à escravidão. Isso implica, para a usina, em pagar onerosas multas e ter o nome da empresa divulgado na temida “Lista Suja do Trabalho Escravo”. Entre as implicações negativas de uma empresa ter nome incluído nesta lista é a de não ficar apta a receber financiamentos público-estatais, e ainda ter a imagem prejudicada pelo estigma de “empresa escravagista”, impedimentos as exportações de açúcar e álcool para os países da Europa e América do Norte.

Os quatros alojamentos mantidos pelo grupo João Lyra em Ituiutaba são fechados para visitas, sendo comum ter uma placa com letras grandes emitindo a mensagem: "Proibida entrada de estranhos”. A justificativa de proteger os trabalhadores dos “estranhos” pode ser lida ainda como uma iniciativa de isolá-los do contato com algo ou alguém que venha comunicar e dar visibilidade as suas condições de vida.

---

[20] Grupo de trabalhadores que operam juntos sob a direção de um chefe.

Nosso primeiro contato com os alojamentos, partiu de um projeto em conjunto com a Pastoral do migrante, eu aluno do curso de Geografia; Daniel Féo Castro de Araújo; e o professor do curso de história; José Josberto Montenegro.O Projeto teve como objetivo realizar rodas de conversa para sensibilizar sobre os riscos, consequências e os impactos na saúde decorrente do trabalho no canavial.

A interação com os trabalhadores foi construída aos poucos, as visitas aos alojamentos aconteciam nos finais de semana. O fato de ter chegado ao alojamento com um agente da pastoral gerou maior confiança nos trabalhadores. A acolhida gradual constituída através de apresentação de documentários e filmes, retratavam suas histórias de vida. Após assistirmos aos documentários ou filmes abríamos uma roda de conversa para dialogar sobre o assunto. Ao passar dos dias, diminuíam as desconfianças e aumentavam as possibilidades de diálogos.

Assim, nos organizamos a partir das rodas de conversa e propomos aos trabalhadores maior participação e acompanhamento nas rotinas dos trabalhadores, a maioria dos trabalhadores não se recusou a participar da pesquisa.

Durante a realização da pesquisa, utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada, o qual possuía perguntas abertas e fechadas, relacionadas às características do trabalhador e às peculiaridades do seu trabalho. Além disso, foram realizadas várias conversas informais com os cortadores de cana, e utilizados instrumentos de registros como, um diário de campo para anotações, uma filmadora e uma máquina fotográfica.

A precariedade das condições atuais de trabalho no eito da cana

Portanto, fomos para o "Alojamento Horizonte", antigo prédio da polícia civil de Ituiutaba, onde havia 50 trabalhadores, era por volta das quatro e trinta da madrugada quando chegamos ao alojamento para acompanhá-los em seu dia de trabalho. O ônibus da empreiteira é um antigo carro de linha da frota urbana de transporte da cidade e possui cerca de quarenta e cinco lugares. Tem rádio toca fitas e as poltronas não são revestidas com espuma. O ônibus ainda não havia estacionado, mas alguns trabalhadores se encontravam em frente ao alojamento, ponto de referência para o embarque da turma.

Assim que chegou o ônibus, esperamos todos os trabalhadores adentrarem no transporte para logo em segunda entrarmos. Verificamos se o ônibus estava completo e os primeiros trabalhadores ao embarcarem não se sentiram incomodados, ou curiosos com a nossa presença, pois muitos destes sabiam há uma semana que estaríamos viajando com os trabalhadores para acompanhá-los em um dia de trabalho.

Em nosso percurso rumo ao talhão[21], previa-se a fim de completar o grupo de trabalhadores, antes de chegarmos à usina, a passagem por algumas ruas da vila e também pelos bairros Bela

[21] Um canavial é dividido em talhões e cada talhão é composto por várias linhas de canas plantadas paralelas. Talhão é, portanto, a designação dada a uma área cultivada; não tem uma medida específica, tanto pode medir 2 como 20 hectares. O espaçamento entre as linhas, formando as ruas, varia conforme a topografia, a área, o tipo de solo, a variedade de cana etc, mas em geral, se mantém uniforme em cada talhão. Estas linhas são agrupadas formando os eitos. Em geral os eitos são compostos por 5 linhas de cana, mas podem existir eitos de 6, 7 ou 8 ruas. A extensão de cada eito também varia.

Vista e Ipiranga, localizados na área leste do município, caminho de acesso à usina na Br 365. Bem próximo dali estava a Paróquia São Francisco de Assis, pertence à Diocese de Ituiutaba/MG. Ao passarmos em frente a sua fachada, podemos observar o ato de se retirar bonés e chapéus e de se fazer o sinal da cruz em reverência à Igreja antes da chegada ao talhão, esta cena nos pareceu ser um ritual de identificação religiosa e de pedidos, quem sabe, de proteção entre os passageiros. Tão logo isto foi realizado, os olhares curiosos dos trabalhadores voltavam para nós, querendo saber se compartilhávamos da mesma representação. Em seu percurso, ao tomar a direção da rodovia, em uma das avenidas, o ônibus fez uma pequena parada na mercearia para tomar café, onde todos do ônibus costumam se encontrar. Novo grupo de trabalhadores desceu, e após o café, novamente embarcaram. O volume das falas no coletivo era alto e o rádio contribuía para esta situação, encontrando-se sintonizado em uma frequência que executava composições sertanejas, sambas e outras variedades musicais. Alguns vidros do ônibus estavam fechados, mas alguns fumavam despreocupadamente. Muitos trabalhadores faziam as primeiras refeições de modo comunitário dentro do ônibus: tomava-se café, comiam-se pães e bolachas; recém-adquiridas na mercearia local momento antes.

Após trinta a quarenta minutos, chegamos à usina, mas ninguém desceu do coletivo. Nesta última parada, embarcaram quatro fiscais de campo e um fiscal geral. Por isso, antes de entrarmos propriamente na discussão sobre as representações do risco do corte de cana[22], é necessário descrever o talhão e as

[22] O corte manual da cana-de-açúcar é um processo composto por diversas situações de risco à saúde dos trabalhadores, como altas temperaturas, chuvas, presença de poeiras provenientes da terra, da fuligem da cana e de animais peçonhentos e há um risco acentuado de ocorrência de acidentes de trabalho em decorrência do manuseio do facão, instrumento utilizado para o corte da

condições de trabalho no eito, lançando mão da literatura acadêmica sobre o tema e de anotações do trabalho de campo.

A tarefa dos cortadores de cana é aparentemente simples: munidos de facões devidamente afiados, eles devem cortar a(s) cana(s) com um ou vários golpes dados na sua base ou "pé", despontá-la, isto é, cortar a sua "ponta" superior e carregá-la com os braços até um local preestabelecido, formando montes ou leiras, para que, numa etapa posterior do processo produtivo, tratores carregadores, as "carregadeiras" ou "guincheiras", a transportem para os caminhões que irão para as usinas. No sistema de montes, os trabalhadores devem carregar a cana cortada até a terceira rua (ou rua do meio) e depositá-la em montes que devem ficar a uma distância aproximada de 2 metros um do outro. No sistema de leiras, a cana cortada vai sendo depositada também na terceira rua, mas de modo contínuo.

A organização do trabalho no corte de cana é extremamente hierarquizada. Os cortadores estão sempre na mira de um agente da usina, numa intrincada rede de controle. A tarefa dos ficais no processo de produção, como viemos verificar depois no talhão – era o de organizar e controlar, especificamente, o trabalho a ser realizado. Para Maria Aparecida Moraes Silva no livro Errantes

---

planta, e do uso inadequado de equipamentos de proteção individuais; além disso, o cortador realiza um conjunto de movimentos corporais que favorecem a adoção de posturas inadequadas e exigem extremo esforço físico. A realização deste conjunto de movimentos bruscos e repetitivos durante a jornada de trabalho e o intenso ritmo de trabalho imposto pelos cortadores, gradativamente, pode determinar o desgaste físico destes indivíduos e o aparecimento de doenças osteomusculares como bursites, tendinites, perda de movimentos em articulações e membros, lesões e incapacidades, além de sintomas como dores musculares e articulares agudas ou crônicas em membros, tórax e na coluna vertebral, cansaço, fadiga, cãibras, cefaléia, desidratação, diarreia, oscilações da pressão arterial e dispneia.

do Fim do Século, o talhão é o espaço que opera o trabalho na usina.

> O talhão representa o talho, a parte no conjunto do canavial, laranjal ou cafezal. Fisicamente é a parte delimitada pelos carregadores em que circulam caminhões, tratores etc. Além dessas constatações geográficas, o talhão constitui uma espécie de "departamento de fábrica". O controle da produção, da produtividade da turma do caminhão é feita em cada talhão, em cada departamento do conjunto da unidade produtiva. A administração de tarefas, a divisão do trabalho, bem como divisão sexual do trabalho, a supervisão, enfim, a organização do trabalho, são planejados e controlados em cada talhão.

O dispositivo de controle funciona por meio do par vigilância/punição presente no trabalho da cana tem uma correspondência direta com os mecanismos disciplinares de poder analisados pelo filósofo francês Michel Foucault, em sua obra Vigiar e Punir, quando ele observou um novo modo de condução das condutas dos indivíduos que nascia no século XVII na Europa ocidental, de maneira insidiosa, em diversas instituições sociais espraiadas numa rede capilar de poder, nas famílias, fábricas, hospitais, hospícios, escolas, entre outras instituições . O trabalhador da cana se sente o tempo todo vigiado por fiscais, sentindo-se assim obrigado a trabalhar mais e melhor. Michel Foucault se refere ao Panóptico de Bentham como um modelo arquitetônico moderno de vigilância/punição. Idealizado para ser aplicado a várias instituições, trata-se de um prédio, constituído de células justapostas umas as outras em formato circular, no centro das quais se situa uma torre de vigilância, da qual apenas um vigilante pode controlar todas as unidades de encarceramento. Na utopia disciplinar de Benthan, o processo de

disciplinarização dos comportamentos se tornaria tão eficaz e não seria nem mesmo mais necessário à própria existência material do panóptico, pois já se encontraria introjetado em cada indivíduo que se autovigia.

Na medida em que entravamos no processo do eito[23], foi possível compreender o espaço de dominação. Subordinação, ou seja, a supervisão realizada por meios dos fiscais pode tornar o trabalhador temeroso. Saber se está sendo monitorado indiscutivelmente é uma forma de poder advindo do controle do tempo. "Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento [no trabalhador] um estado consciente e permanente de visibilidade segurador do funcionamento automático do poder. Fazer a vigilância ser permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação"[24]. Portanto, para Foucault, quanto mais separados estiverem os indivíduos maior será a visibilidade sobre eles. Eliminam-se assim as distrações e as possibilidades de atraso do trabalho.

Nesse sentido Silva (1999, p. 151) também escreve sobre o eito como espaço de dominação:

> A Leitura do espaço do canavial fornece, numa primeira impressão, a imagem de um mar de cana, um todo homogêneo no qual se distribuem os trabalhadores. Essa

[23] O corte da cana se dá em um retângulo, com 8,5 metros de largura, equivalente a 5 "ruas" (linhas em que é plantada a cana) e um comprimento que varia conforme a produtividade do trabalhador. Este retângulo é chamado eito; a distância medida ao final do dia indica o ganhodiário do trabalhador. Osmetros lineares de cana, multiplicados pelo valor da cana pesada na usina, dão o valor da diária a receber

[24] FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão, p. 190.

> visão aparente se desfaz quando se analisa o processo de trabalho como consumo de força de trabalho. Na medida em que se penetra no interior do laboratório secreto do eleito, das relações de produção, descortina-se um universo submerso, pilar básico da estrutura de dominação.

Ao refletir sobre o assunto, ainda próximo do ônibus, observávamos os eitos sendo distribuídos, mas não ouvíamos nenhum tipo de manifestação contrária, tudo era silêncio. Na figura 1, podemos observar os trabalhadores sentados entorno do ônibus arrumado as ferramentas de trabalho para colheita do dia.

Cada trabalhador vai então receber o seu eito para cortar.

> A hora em que ele [o fiscal] está escalando o eito, a gente vai atrás: aqui Maria, José, João... Ele vai deixando e você vai ficando ali (João).

O fiscal marca o número da pessoa e o número do eito designado. E este controle servirá para saber o quanto cada trabalhador cortou por dia, e determinar o seu pagamento.

> O fiscal fica assim como [...] um exemplo, um professor numa sala de aula. Ele manda lá. Ele dá o eito. Terminou aquele eito, ele dá outro, ele olha pra ver se o serviço está certo, se você não deixou toco, se você cortou bem as pontas [....] (Paulo).

Figura 1: Trabalhador na Usina Laginha Agroindustrial S/A-Unidade Trialcool.

Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

> Eles põem muito fiscal na roça. Para cada pessoa, tem dez olhando. Se você pegasse todo mundo, dava uma turma para cortar cana [...] (Jair).
> Além do fiscal tem o monitor, o medidor, o gerente. Primeiro, tem o monitor... é só para ajudar quem não sabe cortar, explicar como faz, como amola o facão... Ele corta um pouquinho no eito de um, no eito de outro (Antônio).

O monitor em geral já foi cortador, um bom cortador. O próximo é o medidor:

> O medidor tem que medir a cana que o pessoal corta e olhar os eitos também, olhar o serviço, se o toco está baixo, se não tem gomo de cana nas pontas (Antônio).

> O fiscal geral, o trabalho dele além de fiscalizar, é quem fala: “olha a turma de fulano de tal vai pegar tal talhão”. É ele quem solta o trabalho para as turmas, ele é o encarregado por parte da usina em distribuir o serviço para as turmas... Como diz o ditado, é o manda-chuva (Jair).

Em uma de nossas observações no talhão, viemos, a saber, os eitos eram irregulares em suas formações, apresentando maiores dificuldades para o corte nos locais onde se encontram os declives com curvas de nível, quando a cana se encontra caída ou então entrelaçada, mas a recusa ao trabalho era considerada como algo inadmissível. Por esse motivo, para os eitos de maiores obstáculos, havia a necessidade de organizar o trabalho através de uma escala com nomes dos componentes da turma, um instrumento de imposição e controle do trabalho, a fim de garantir a maximização da produção no corte da cana. Para isso, os fiscais são pagos para exercerem o “olhar” constante sobre os trabalhadores.

> O talhão é o espaço da redução do trabalhador a tempo de trabalho, a trabalho abstrato. Para isso, os mediadores da dominação, como se viu, exercem o "olhar" constante sobre eles. Os próprios fiscais não possuem parentes na turma para poderem "olhá-la" melhor. Esse "olhar" não pode ser generalizado, a ponto de se perder no horizonte do canavial ou se confundir no meio das ruas de cafeeiros e laranjeiras. É necessário um "olhar" minucioso, controlando cada gesto, cada ritmo, cada conduta (SILVA, 1999, p.151).

Os estudos de Michel Foucault descrevem a sociedade disciplinar: “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (Foucault, 2008, p.121). A organização espacial, horários, escala hierárquica, tudo leva a essas instituições a prescrição de comportamentos humanos

estabelecidos e homogêneos, assim como descreve Foucault (2008):

> A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão, em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito (FOUCAULT, 2008, p. 121).

É importante destacar para Foucault, o efeito do poder disciplinar é a fabricação de corpos dóceis, ou seja, corpos maleáveis e moldáveis conforme as exigências dos mecanismos disciplinares, isso significa que, por um lado, o corpo se submete a disciplina com o intuito de produzir um ganho de força pelo incremento de sua utilidade e, por outro lado, perde força pela sua sujeição à obediência política. Como explicita o autor "[...] se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada" (Foucault, 2008, p.119).

Todo esse controle e poder são alimentados por uma série de punições aos trabalhadores, desde reprimendas e ameaças verbais até a demissão. A carga laboral diante do desgaste na realização das tarefas e a necessidade de maior dispêndio físico, ao se manifestar enquanto recusa ao corte da cana, apresentar-se-ia – ao cortador individualmente diferenciado no microcosmo do eito – como uma relação conflitiva com o poder de mando e a insegurança de não poder ser contratado para a próxima safra. Por isso, a necessidade de ser o "número um", não se abstendo do trabalho e não criando confusão.

Em nossa investigação, um dos fiscais de área, contratado pela usina, ao observar o corte da cana, contou-nos sua tarefa no

talhão era medir a quantidade de cana a ser cortada e garantir a execução do serviço. De acordo com Silva (1999), os fiscais são como um instrumento de dominação no canavial: “para isso, os mediadores da dominação exercem o olhar constante sobre eles. É necessário um olhar minucioso controlador de cada gesto, cada ritmo, cada conduta” (SILVA, 1999, p.152).

> Eu acho mais cansativo é você estar cortando cana e o fiscal do seu lado (...). Não pode trabalhar direito (....) Você não trabalha sossegado. Fica meio inibido. Os fiscais, eles têm aquele poder de falar e tem horas que eles não tratam a gente nem como gente: é como cachorro. É [dá um assobio]... assobiando! A maior humilhação do mundo é o corte de cana. (João).

Foi possível observar, o eito destinado a cada cortador era formado por cinco ruas de cana, e estes trabalhadores chegavam a cortar em média de dois a três eitos em um dia de trabalho. Na usina, os trabalhadores recebem por produção, isto é, depois da cana ser medida em metro pelo fiscal de campo, é convertida em tonelada. Quer dizer, teoricamente, como admitiu o trabalhador Paulo, quanto mais peso tiver a produção, maior seria o ganho dos cortadores de cana, conforme se verifica em seu relato:

> "Eu acho melhor por produção. A produção torna mais fácil, melhor. Dá para tirar mais. Depende também do cara, entendeu? […] Assim, quando o cara produz bastante, quando o cara é bom de cana, o salário é justo para ele, mas quando cara é ruim...” (Paulo).

O processo de informatização das planilhas de execução das tarefas e o controle sobre o volume da produção dos cortadores de cana a cada dia de trabalho e em cada eito, bem como a probabilidade e a meta a ser alcançada no final de cada mês permitiram ao usineiro um maior controle da produção em

relação à quantidade e a qualidade da cana, e, consequentemente, maior volume de produção. Foi relatada a necessidade de subordinar aos "superiores" sob pena de ser demitido ou não mais ser contratado, conforme se verifica no relato:

> O medidor falou que quem não respeitasse ele, na hora que ele fosse medir a cana, ele roubava de qualquer um e ninguém ficava sabendo [...]. (Everaldo)
>
> Tinha um eito de 335 metros... o medidor mediu 258 metros, eu desconfiei... Aí, eu falei para o fiscal. O fiscal falou: "se der menos, vou descontar de você e te dar uma advertência; se der mais, é seu". Eu fui medir, deu 350 metros. Eu não levei advertência, porque estava certo... se tivesse faltando eu ia levar advertência [...]. (Adair)
>
> Na terça-feira, os tocos ficaram altos... tinha muita pedra e fazia muito dente no facão... O fiscal geral chegou e falou: "não vou medir cana de ninguém enquanto não repassar os tocos". A turma até falou que concordava, mas se ele medisse a cana [...]. (João)
>
> Porque se a gente quer passar fixo a gente não pode reclamar de nada. Porque se reclamar ele [fiscais] ficam em cima da gente: 'Não é desse jeito não. É desse. Se vocês reclamarem alguma coisa de valentia vocês saem da usina sem direito, sem nada'. E a gente não diz nada. (Igor)
>
> Na usina, tem a média de cortar cana; se cortar menos de 8 toneladas, inclusive no domingo, eles mandam embora. (João)

Os trabalhadores parecem estar mais presos a mercê dos interesses dos donos dos guinchos mecanizados da tecnologia de produção e, principalmente, dos maquinários no corte de cana, nesta nova e última fase do seu processo de adaptação aos

declives dos talhões. Podemos observar na figura 2, a cana sendo levada pelo maquinário após ser cortada e medida pelos fiscais.

Figura 2: Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool.

Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

O trabalho no corte da cana envolve aprendizado e uma classificação daquele que o realiza. Está habilitado a fazê-lo corresponde especificamente, no trabalho por produção, e um treinamento do corpo perante as condições adversas desta tarefa.

A habilidade com o facão e a resistência frente às posições assumidas pelo corpo, dada às situações dos eitos, permitem não só aos trabalhadores, mas também e principalmente aos fiscais e outros mediadores no processo de produção, classificar a qualidade do trabalho em relação à quantidade e ao tempo

despendido na colheita da cana, estabelecendo-se, inclusive, disputa pelos melhores cortadores. Quando questionado sobre os quesitos necessários para ser contratado, o trabalhador responde: “Precisa cortar não sei quantas toneladas de cana aí, o cara tem que ser bom. Bom cortador, né?”. Na análise de Silva:

> Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do "bom cortador de cana", aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. Pelo jogo desta quantificação, os aparelhos disciplinares hierarquizam, mediante a emulação, os "bons" e os "maus" indivíduos. SILVA (1999, p.202).

Traçando um paralelo entre o pensamento de Foucault sobre as prisões e outras tecnologias disciplinares, é perceptível no ambiente de trabalho, mas, particularmente, no trabalho do corte da cana, parâmetros e tecnologias percebidos por Foucault para moldar o “espírito” dos prisioneiros a se fazerem presentes. Para Foucault o indivíduo sob vigilância produz mais, melhor e quase não cometem erros, também não tem distrações, nem espaço para o ócio. O simples fato de crer que está sendo vigiado é suficiente para seguir as regras e se manterem produtivos. “O poder disciplinar é, com efeito, um poder, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (FOUCAULT, 2008, p. 190). Assim, foi possível evidenciar essa disputa entre os trabalhadores no final do dia de trabalho. Quando estávamos retornando para o alojamento, os trabalhadores conversavam entre si sobre a

produção do dia de trabalho e alguns exaltavam seu desempenho no tempo gastado na colheita da cana.

> Minha média é na base de 11, 12 toneladas, por aí, 13 [...]. Dependendo da cana[...] (Igor)
> Minha tonelagem é de nove pra frente [...] (Antônio)
> Minha tonelagem eu não sei. Sei mais por metragem que é o primeiro ano que corto cana. Eu comecei com 50, 60, 70... Eu sei que já estava cortando quase 300 metros de cana, que são 1500 metrinhos, no eito de 5 ruas" (Adair).

Para esses trabalhadores desempenhar as atividades de cortadores de cana, é necessário se paramentar com EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), como camisetas de manga longa, chapéus, botas com caneleiras, óculos e luvas Além disso, são obrigados a conviver com o perigo de incêndio, devido ao uso da queima de cana. Os equipamentos são entregues no início da safra aos trabalhadores e caso seja necessário à troca, os mesmos arcam com o custo dos EPI's. Eles são de extrema importância para a segurança do trabalhador, e evitam acidentes no local de trabalho. Relatos realizados pelos trabalhadores migrantes demonstram um baixo índice de acidentes no campo, fruto principalmente da normativa NR312[25] estabelece o cumprimento das obrigações das agroindústrias canavieiras, no sentido de implantar medidas de modo a garantir a segurança e a saúde do cortador de cana nos canaviais.

Alguns relacionam também estas dores com o uso de luva de proteção, principalmente, quando começam a cortar cana:

[25] Normas que visam regulamentar medidas que visam assegurar a segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura do trabalhador.

> Na primeira semana que o cara usa luva dói a mão mesmo, o cara quase não pode fechar, a luva atrapalha mesmo. (Antônio)
> Têm muita gente que não acostuma com a luva, porque com a luva a gente tem que dar um golpe mais duro. Eu mesmo só uso luva na mão que pego a cana. Porque na outra mão não consigo pegar o podão com a luva, parece que meu pulso não segura, o podão escapa (Francisco)

Entretanto, a falta de luva cria uma série de problemas nas mãos: calos, bolhas, rachaduras. No trabalho de campo, podemos observar muitos indivíduos trabalharem com a mão arrebentada na base do indicador.

> Foi até que enfim, emborrachei o cabo do facão e amenizou um pouco a coisa. Cortei uma faixa de pneu de bicicleta e enrolei no cabo. Foi quando pareceu que segurou mais, aí (minha mão) parou de rachar e eu passando um creme (remédio) direto. (Adair).

Contudo, a posição para a realização desta tarefa exige do trabalhador um adestramento do corpo, um aprendizado ao lidar com o facão, bem como o estilo adotado frente às exigências dos mediadores da produção, pois o corte da cana deve ser executado em ambas as extremidades da planta, ou seja, rente ao solo e depois em sua parte superior. E, dependendo da época, da empresa, apanha-se determinada quantidade de cana na touceira aplicando um número de golpes, depois cortar o ponteiro de cada peça para eliminar a ponta da cana e manter garantida a concentração de sacarose a fim de facilitar o transporte.

Laat (2010) concluiu em média, os cortadores de cana desferem 3.498 golpes de facão, realizando 3.080 flexões de coluna, cortando em média 12,9 toneladas por dia. Os batimentos cardíacos chegam a duzentos por minuto. A maior parte dos trabalhadores nessa atividade extrapola a carga cardiovascular

limite, ou seja, tem uma grande sobrecarga na frequência cardíaca. Conforme se pode depreender do relato de um dos entrevistados: “Aí passa do limite da gente, não pode, já fica ruim já. Ai não come nada, vomita, dá câimbra. Mas é normal de se ver” (Paulo).

> É quando dá essas cãibras. Coisa ruim moço! Coisa ruim demais [...]. O coração da gente fica voc, voc, voc. O ouvido da gente parece que vai estourar. Ai a gente tem que parar [...]. O coração da gente fica batendo ligeiro: tan, tan, tan. A gente passa a mão aqui na gente pra vê se melhora. Ai tem que sentar (Francisco).

Os cortadores de cana também ingerem grande quantidade de água, em média, oito litros em um dia de trabalho ao cortar sete toneladas de cana, com um gasto médio de 3.518 calorias, caminhando até dez quilômetros (Verçoza, 2015). Desse modo, convivem com dores cotidianas, como câimbras, vômitos, tonturas e machucados - cortes nas mãos e pés pelo manuseio do facão. As dores nos braços, decorrentes do esforço contínuo feito para cortar cana, são comuns entre os cortadores:

> Eu sinto dor neste braço (direito) que vai das pontas dos dedos até aqui (ombro)... Fica dormente, dói que não tem onde por o braço, tem que levantar da cama e por o braço pra cima. Se a dor começar a meia noite não durmo mais... Isto começou quando eu comecei a cortar cana. Foi um presente que ganhei e acho que vou morrer com ela (Everaldo).

A sobrecarga térmica também age contra a saúde do cortador de cana, podendo levar as chamadas doenças de calor, como irritabilidade, confusão mental, câimbras, fadiga e até mesmo morte (Bittencourt et al., 2012). Além disso, a queima da cana, a fuligem e fumaça, que provocam problemas respiratórios, também representam um aquecimento da terra, e contribui para a

sobrecarga térmica. As vestimentas pesadas impedem o corpo de fazer a troca de calor para a manutenção do equilíbrio térmico do corpo.

> Agora, dor no meu corpo eu tenho demais. Se fosse outra pessoa [...] passando mal pra caramba ficaria aqui. [...] Rapaz, é pior ficar no alojamento. Porque se você não tiver um atestado médico, vão pôr falta pra você. E o que você vai ganhar? Não vai ganhar nada! Ai tua quinzena vem magra. Tem que ir. Tem que ir de qualquer jeito. Ou bom ou ruim tem que ir. Se o cara tiver passando muito mal aí o cara vai assinar lá o papel e fica no busio [ônibus] até a hora de ir embora (Paulo).

Os trabalhadores migrantes sazonais trabalham quarenta horas semanais, geralmente de segunda a sábado e ocasionalmente também aos domingos, por volta de 8 horas diárias com grande esforço físico, a longo prazo, esse trabalho desenvolvido nessa frequência trará grandes prejuízos à saúde desses trabalhadores que estão ligados ao corte da cana-de-açúcar.

> Dá assim em mim um problema que quando eu deito na cama dói demais... Aí eu peço a Deus para o dia amanhecer pra eu fica caminhando pra cima e pra baixo. Mas a gente tem que aguentar pra consegui uma condição melhor [...]. Não dói as costas todo dia não, porque eu tomo uns comprimidos. Aí alivia, né? Mas quando passa três dias sem tomar, torna a doer [...] (Everaldo)

Os cortadores de cana são unânimes em considerar as radiações solares e as chuvas como principais agentes de desgastes e fadiga no trabalho.

> Eu já me cortei no caso de chover e eu continuar cortando cana. Então, o cabo do facão fica muito liso... A gente está querendo trabalhar para não perder o dia, escorrega, [...]

> porque tem aquelas valetas, que eles plantam cana do primeiro corte, o sulco, o barro, a gente escorrega [...] (João).

O calor escaldante era amenizado apenas quando ocorriam as rajadas de vento. Entretanto, desconfiamos, pois este fato não trazia maior conforto aos cortadores, por seus corpos se encontrarem totalmente cobertos. Na figura (3), podemos observar um trabalhador no final da sua jornada de trabalho.

> Olha, quando o cara corta demais, passa dos limites. Ai começa dar cãibra, aqueles enjoos pra vomitar. O sol muito quente, começa dar cãibra em toda parte do corpo, nossa! Forcei muito. [Deu cãibra] aqui (mostra a perna). E enjoou também. (Adair).

Figura 3: Trabalhador cortando cana na Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool.

Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

Assim, estes cortadores de cana migrantes trabalham de forma intensa, e apesar de não haver uma cobrança direta por produção, procuram aumentar sua produção diária, pois assim seus rendimentos serão maiores ao final da safra. O salário é pago mediante a produção, ou seja, as toneladas cortadas, incentivando a trabalharem "como máquinas", devido ao irrisório preço pago pela tonelada de cana cortada. Conforme informações disponibilizadas pelos trabalhadores, as agroindústrias canavieiras pagam em torno de R$ 4,30 por cada tonelada de cana queimada e R$ 6,30 pela cana crua. Essas empresas muitas vezes usam de má fé para explorar esses trabalhadores, muito deles não sabem calcular o valor produzido. Conforme se verifica no seguinte relato:

> Eu também acho [melhor] por produção. A produção torna mais fácil, melhor. Dá para tirar mais. Depende também do cara, entendeu? […] Assim, quando o cara produz bastante, quando o cara é bom de cana, o salário é justo para ele, mas quando cara é ruim [...] (Jair)

Entretanto a despeito de todas as implicações negativas para os cortadores de cana, a maioria deles é favorável a continuidade desta forma de remuneração. Muitos estudiosos têm se debruçado há décadas sobre o estudo da agroindústria canavieira viram-se diante deste dilema. Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) e José Roberto Pereira Novaes (2007) são alguns dos exemplos de pesquisadores ao apontarem essa preferência por parte dos trabalhadores rurais. Nas palavras de Novaes (2007, p. 64-65):

> No local de origem, são diversas as situações vivenciadas pelos trabalhadores migrantes que se dispõem a viajar para o trabalho nos canaviais paulistas. Mas há um denominador comum entre eles: todos valorizam o trabalho no corte da cana, onde o ganho é pela produção.

> Quanto mais se corta, mais se ganha. Assim, os trabalhadores nordestinos chegam à região com a disposição de acionar toda sua força física, toda habilidade e resistência para alcançar boa produtividade.

O salário pago aos cortadores de cana é calculado a partir de sua produtividade, pode-se dizer, seu ganho, ou seja, o aumento da produção, e a consequente "melhoria", na sua condição de vida, vão depender justamente de sua capacidade física (Navarro, 2006; Alves, 2006). No caso dos cortadores de cana, pode-se afirmar o "esforço realizado pelos trabalhadores é decorrente do processo de trabalho combinado com a forma de pagamento" (Alves, 2008, p. 2). O pagamento por produção garante à empresa a intensificação do trabalho e um aumento das jornadas de trabalho, e para garantir maiores ganhos os trabalhadores se submetem a altos níveis de esforço laboral físico. Na usina, o horário de almoço é fixo. Porém, os cortadores são unânimes em afirmar, uma vez iniciado o trabalho não é bom parar.

> O ideal é não perder tempo mesmo, tem que ser ligeiro mesmo pra cortar, tem que ser bom... O normal de um cortador é descontar 20 minutos no almoço e mais 10 minutos no café... É, come rapidinho e já pega de novo. E aí vai até uma certa hora da tarde e aí para, e já pega outra vez em seguida. Praticamente não descansa nada (Antônio).
>
> Na usina, eles dão soro que fica na mochila, a hora que via dar câimbra, ia lá e tomava, esperava um pouco, depois continua (no trabalho). Agora, eles não dão mais soro. Se a gente quiser sarar, a gente tem que fazer soro caseiro: mistura lá, põe um pouco de água e açúcar e bebe... (Francisco).

Além desse primeiro aspecto, não se pode deixar de ressaltar, com o passar do tempo, a média diária a ser atingida pelos cortadores de cana aumentou significativamente. De acordo com a pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, na década de 1980, a média exigida era de cinco a oito toneladas de cana cortada por dia; em 1990, passa para nove toneladas; em 2000, passa para dez; e em 2004, passa para uma quantia variante de doze até quinze toneladas por dia (Silva, 2006). Com isso, é possível perceber a imposição de uma média diária cada vez maior para funcionar como o definidor do aumento da produtividade do trabalho dos cortadores de cana, como já mencionado, é obrigado a atingir a meta estipulada para conseguir assegurar seus postos de trabalho. Nesse contexto, caracterizado por pressões e cobranças por parte das usinas e por demissões daqueles que não conseguem atingir a média, a rotatividade dos cortadores torna-se muito alta.

Segundo os entrevistados, é diretamente relacionada com a produtividade de "sua turma", composta pelos trabalhadores que fiscaliza. E por conta desse fato os trabalhadores afirmam: os fiscais acabam por exigir mais empenho dos trabalhadores, mesmo diante de situações nas quais os trabalhadores demonstram cansaço ou se queixam de dores, como demonstra o relato:

> Ele [fiscal] diz: 'rapaz, você tá doente? Rapaz, vamo embora trabalhar! Levanta, trabalha.' (...) E a gente morto fala: 'não posso, não posso'. E ele: 'vai trabalhar, vai trabalhar'. Quando a gente está com esses problemas [de muito cansaço] a gente vai para o busio [ônibus] por conta da gente (Igor).

Conforme Lourenço & Bertani (2010), a escolha pela força de trabalho migrante representa vantagens para o capital, já os

encargos trabalhistas e sociais se restringem apenas ao período da safra; trata-se de uma mão de obra mais barata e mais resignada. A distância da família e as adversidades da viagem resultam numa maior subordinação às imposições do trabalho, a possibilidade de retorno a sua região de origem é baixa, principalmente pela questão financeira. Alguns são selecionados no local de origem, e com o fim da safra devem voltar a esses locais, a fim de serem recontratados nas safras seguintes.

Os trabalhadores comprometem sua saúde, ao está entre os principais motivos a posição curva necessária para o corte da cana. Além disso, a queima da cana causa problemas respiratórios, como destaca o professor José Josberto, em entrevista concedida a um grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, Campos Pontal, em março de 2013: "os trabalhadores do corte da cana sofrem com dores sentidas após um mês de trabalho, é coluna, são essas articulações do braço, do antebraço, todos eles começam a ter inflamações, além da questão respiratória. Esses trabalhadores passam o dia em uma determinada posição realizando movimentos repetitivos com "fiscais em seus calcanhares" estando sob rígido controle das agroindústrias. Quando voltam para casa os cortadores estão extenuados:

> Tem dia da gente chegar no alojamento, não vai nem tomar banho, e nem quer jantar, já vai dormir. E no outro dia é que levanta mais cansado de manhã cedo [...] porque tem hora que a gente está trabalhando, nem sente a canseira. Depois de manhã cedo, a gente vai ver, quando o corpo esfria, como é que a gente está [...] está tudo doendo [...] A gente tem que chegar na roça e fazer o corpo acostumar de novo [...] (João).

Ao final do dia, estavam todos em torno do ônibus esperando para ir para o alojamento organizando o material para

o dia seguinte e preparando o jantar. Na figura (4) a seguir, podemos ver os trabalhadores a espera do chamado dos fiscais.

Figura 4: Trabalhador no final da jornada de trabalho na Usina Laginha Agroindustrial S/A - Unidade Trialcool.

Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

Ao chegarem a seus alojamentos após um extenuante dia de trabalho, cerca de 15 horas e 30 minutos, ainda precisam se dedicar aos afazeres domésticos, como lavar a roupa, limpar o quarto, ao configurar uma jornada exaustiva, chegando exauridos ao final do dia.

A alimentação constituída por arroz, feijão, mandioca e pequenos pedaços de carne fornecida pela agroindústria canavieira, paga pelos próprios trabalhadores é pobre em nutrientes necessários à sustentação de seu corpo físico, é alvo de

críticas por parte dos trabalhadores, visto além de não possuir uma variedade em seu cardápio, é servida fria como devido à insuficiente alimentação fornecida pelas agroindústrias instaladas na Microrregião de Ituiutaba, esses trabalhadores complementam sua alimentação comprando em supermercados das cidades ovos, verduras, alimentos em conserva, dentre outros, e preparam um reforço alimentar.

Além da preocupante condição de trabalho, vivem alojados em albergues espalhados por vários pontos da cidade, sendo descontado mensalmente o valor do alojamento, onde nota-se até mesmo a inexistência de higiene. Os trabalhadores são colocados em quartos de tamanho reduzido com pouca ou nenhuma ventilação, com beliches onde fica quatro homens, o que leva muitos deles espalharem colchões em outras áreas mais arejadas do alojamento.

Algumas proibições expressas pela usina demonstram uma tentativa de controlar o tempo livre dos trabalhadores. É proibido o pernoite de esposas, namoradas ou prostitutas, e até mesmo parentes como visitas. A justificativa das respostas dos encarregados da usina para fundamentar essa regra circula em torno da ideia de que o alojamento é um espaço de descanso. Faz-se o máximo para evitar eventos, pois pode atrapalhar o descanso dos trabalhadores. Isso revela uma intenção da usina de controlar o tempo livre, o trabalhador mais descansado terá melhor produtividade no trabalho. A mesma argumentação serve para a proibição da utilização de televisores nos quartos. No alojamento, existe uma sala com uma televisão, ligada cotidianamente até às 21h, com exceção das quartas-feiras, noite de jogos de futebol, a TV fica ligada até as 23h, se algum trabalhador desejar assistir. Após esse horário, o fiscal desliga e todos são convidados a dormir.

Estas duas regras buscam regulamentar o tempo livre dos trabalhadores com a finalidade de zelar pelo seu descanso e aumentar consequentemente a produtividade, só é possível se os trabalhadores morarem na propriedade da usina. O segundo elemento leva a crer que a usina busca controlar o tempo livre dos trabalhadores, é o fato do fiscal morar no alojamento e executar as regras prescritas pelo corpo diretor da usina. O fiscal é responsável pela vigilância do alojamento, encarregado de proibir a hospedagem de mulheres ou parentes; e garantidor do silêncio durante o período de descanso. O terceiro elemento evidente de tal iniciativa é o fato de, ao lado de cada alojamento de trabalhadores desta usina, se encontram as casas dos encarregados.

Levando em considerações estas condições vivenciadas pelo migrante, Mendonça contextualiza:

> Há um conjunto de situações que denotam formas degradantes de trabalho (alojamentos precários, falta de equipamentos de segurança, condições de trabalho insalubres e alimentação inadequada, entre outras) para os trabalhadores safristas e de forma piorada para os trabalhadores temporários (MENDONÇA, 2004, p.266).

É de extrema relevância desmitificar a ideia do trabalhador utilizado como mão-de-obra nos canaviais ser bem remunerado. A esse respeito, o professor Marcelo Medonça (2013), destaca em entrevista: “de fato existem cortadores de cana com ganhos mensais em torno aí de dois mil reais, o que a mídia retrata como algo estrondoso, como se alguém que ganhe três salários mínimos pudesse viver bem com sua família nesse país”.

Considerações Finais

Neste contexto, é reforçada a tese do processo de intensificação da superexploração e força de trabalho utilizada pelo capital para obter a mais-valia e lucro, pois coloca o trabalhador sob uma condição precária de trabalho. Levando-o ao esgotamento prematuro das suas forças físicas, e não lhes garante um salário digno necessário à sua sobrevivência e de seus familiares.

Diante dos desafios próprios do deslocamento para o trabalho, a baixa remuneração do setor para o trabalho agrícola no setor e a inserção em uma região com traços culturais diferentes; a presença destes migrantes revela o poder que o setor possui em redefinir as condições territoriais dos territórios na produção do setor sucroenergética. Se firmando, mas pequenas municípios do interior de Minas Gerais, os que os trabalhadores que migraram para trabalhar em funções agrícolas expressam desta maneira a situação mais importante a condição de produção que estes municípios da cana desenvolvem para o setor sucroenergético.

O status do cortador de cana, seja no local de trabalho, seja com a família e amigos, vai depender de seu desempenho ao fim da safra. Cortou-se muito, ganhou dinheiro suficiente, ganhará respeito, reconhecimento; senão, fica conhecido como "podão de borracha", um fraco. Há um peso simbólico da associação entre desempenho no trabalho e a identidade. O pensamento patriarcal mantém sobre o homem a responsabilidade de manutenção da família. Entretanto, o patriarcado não está restrito ao campo do trabalho, está em todas as esferas das relações sociais. Voltar para o local de origem, voltar com uma quantia de dinheiro e garantir o conforto da família, significa reafirmar esse papel. É também

essa cobrança motivadora faz os cortadores se dedicarem até o limite do seu corpo, mesmo o resultante se dar em adoecimento físico ou psíquico. Esse adoecimento repercute sobre as famílias, pois as mulheres passam a desempenhar outros papéis quando ao retorno de seus esposos sem capacidade laboral ficam sem desempenhar seu papel na agricultura familiar.

Referências

ALMEIDA, Paulo; MORAES, Sérgio Paulo. *Em movimento: trabalho em canaviais e trajetórias de trabalhadores no Triângulo Mineiro nas últimas décadas. Revista Mundos do Trabalho.* Florianópolis, vol. 4, n. 7, 2012, p. 146-162. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n7p146>. Acesso maio de 2019.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? 2018 – *Saúde e Sociedade*, v.15, nº 3, p. 90-98, set-dez 2006, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>. Acesso em: 21 janeiro de 2019.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, BOITEMPO, 1991.

BITENCOURT, Daniel Pires; RUAS, Álvaro César; MAIA, Paulo Alves. 2012 Análise da contribuição das variáveis meteorológicas no estresse térmico associada à morte de cortadores de cana. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, jan. 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAAT, E. F. *Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar*: A maratona perigosa nos canaviais. 2010. Tese (Doutorado em engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara D'oeste,2010.

LOURENÇO, E. Â. S.; BERTANI, I. F. *The work and health process in the sugar cane industry in Franca, Brazi*l. 2010.International Social Work, [s.n.], set.10, p. 1-13, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano*. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdadede Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

NOVAES, José Roberto Pereira. *Trabalho nos canaviais os jovens entre a enxada e o facão*. *Ruris.* Campinas, vol.03, n.1, p.105-127. 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ceres/ruris-3-1-trabalho_nos_canaviais.pdf>, acesso em março de 2019.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO MOTIVADOR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA

Vinício Luís Pierozan

Vanessa Manfio

Introdução

A Geografia é uma ciência que se dedica a analisar a relação homem e natureza, avaliando as espacialidades das relações e fenômenos desta interação. Para isto, um dos conceitos essenciais utilizados dentro do campo de estudo da Geografia é o de região.

Este não é um conceito contemporâneo, é uma expressão que aparece embutido nos diferentes discursos geográficos, anteriormente a sistematização desta ciência, mas se constitui na Geografia Clássica Tradicional no viés da região natural e geográfica. E, depois, com o desenvolvimento do pensamento geográfico a expressão Região é discutida por pesquisadores que instituíram novas contribuições em relação ao termo.

De maneira geral, a região pode ser compreendida como uma porção do espaço dividido e reconhecido pela sua diferença em relação a outros meios. O estudo deste recorte é fundamental. Assim, este conceito adquire plenitude também dentro da Geografia Escolar, no tratamento e estudo das regiões mundiais, nacionais ou nas individualizações regionais.

Neste contexto, o presente trabalho buscou abordar a região associada ao ensino - aprendizagem, pautado em uma prática pedagógica diferente que possibilitasse ao aluno aprender de forma ativa e interativa.

Na condução deste trabalho utilizaram-se, como aporte teórico, autores como: Bezzi (2004), Corrêa (2000), Gomes (2003), Haesbaert (2010), Lencioni (2003), entre outros. E como método de aprendizagem baseou-se no construtivismo, pois acredita-se que o ensino de Geografia não pode ser algo repetitivo e nem o aluno, um telespectador do aprendizado, um mero receptor de conteúdos programáticos, que muitas vezes são apenas "transmitidos" aos estudantes e não possuem nem uma conexão com a realidade e o cotidiano do aluno. O estudante precisa ser o centro e o ator principal do processo de aprendizagem, para isto precisa ser motivado a participar da construção intelectual através de atividades diversificadas, estimulantes, desafiadoras.

Desta forma, o objetivo proposto foi explorar a música nas aulas de Geografia como um recurso didático-pedagógico que pode ser utilizado para facilitar o processo ensino-aprendizagem dos diferentes conteúdos geográficos.

A prática pedagógica foi aplicada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Thiago Würth, localizada no município de Canoas, estado do Rio Grande do Sul (RS), durante o mês de novembro de 2019, com alunos de duas turmas de 7º sétimo, 7D e 7E, do Ensino Fundamental II, na disciplina de Geografia.

Quanto ao recorte das regiões brasileiras utilizado na aula foi o estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta divisão leva em consideração aspectos

socioeconômicos e ambientais, repartindo o Brasil em cinco diferentes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Mapa 1).

Mapa 1: Regionalização do Brasil de acordo com o IBGE.

Fonte: https://www.todoestudo.com.br/geografia/regioes-e-estados-brasileiros

Com a didática em sala de aula esperou-se contribuir para um ensino mais dinâmico e interessante, e como a divulgação deste trabalho tocar saberes sobre ensino de Geografia e o conteúdo de regiões, criando possibilidades de como trabalhar a temática em sala de aula. Procurou-se utilizar a música "[...] como

um meio de expressão, como um elemento que propicia momentos lúdicos e como este aspecto proporciona o desenvolvimento individual e o convívio em grupo.” (DOHME, 2009, p.57).

Região: uma categoria geográfica importante

O conceito de região é uma daquelas expressões importantes na abordagem da Geografia, sendo uma categoria de análise que aparece desde a Geografia Clássica e avança nas discussões presentes na contemporaneidade. De acordo com Bezzi (1996), a importância do tema é visível desde o decorrer da história do pensamento geográfico, pois a Geografia utilizou a região como seu objeto de estudo durante muito tempo, ou seja, “falar de região é trazer à tona um dos problemas epistemológicos da nossa ciência” (BEZZI, 2004, p.1).

Já na escola da Geografia Tradicional, os geógrafos desenvolveram estudos de diferenciação de áreas, nesta época a Geografia era uma ciência corológica com um papel descritivo (ideográfico) e a região era o seu objeto de análise (HAESBAERT, 2010).

Segundo Corrêa (2000), os pressupostos da corrente da Geografia Tradicional, de um modo geral, abordam a região, sendo esta considerada uma unidade espacial autônoma, edificando-se sobre duas concepções: o de Região Natural, influenciado pela concepção determinista e o de Região Geográfica de influência da concepção possibilista.

A região natural foi considerada a primeira concepção científica de região na Geografia, fundamentada no século XIX, tendo como percursor Friderick Ratzel (BEZZI, 2004). As ideias

deterministas fundam a definição da região natural, que para Corrêa (2000) é uma parte da superfície da Terra, dimensionada por escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza.

Assim, a constituição das regiões, a partir de diferentes regionalizações (ato de regionalizar, criar regiões) está pautada por critérios, tais quais: o clima, solo, relevo, vegetação, hidrografia (BEZZI, 2004).

Em oposição ao determinismo, aparece na evolução do pensamento geográfico o possibilismo que institui na natureza o papel de criar possibilidades e através destas o homem é capaz de escolher o espaço para melhor sobreviver e habitar, materializando na paisagem os elementos humanos associados aos naturais (ANDRADE, 2008). Para a construção da noção de regionalização no possibilismo, Vidal de La Blache institui dois conceitos importantes: modo de vida e circulação (BEZZI, 2004).

Neste contexto, aparece o conceito de região geográfica. A região geográfica refere-se a uma paisagem e sua extensão territorial, dos quais os elementos humanos e naturais estão articulados entre si (CORRÊA, 2000).

No âmbito da Geografia, a região também se torna aspecto metodológico, sendo o método regional – que teve como protagonista Richard Hatshorne (1899-1992) –, caracterizado na diferenciação de áreas a partir da integração dos fenômenos heterogêneos presentes numa porção da superfície terrestre (CORRÊA, 2000).

No tocante da Geografia Quantitativa, a região torna-se uma entidade de classificação, um modo de classificar áreas diferentes de acordo com critérios estabelecidos. A região é definida, neste contexto, por um conjunto de lugares onde as

diferenças internas são menores que as existentes entre este e outro conjunto de lugares (CORRÊA, 2000). Ressalta Gomes (2003, p.53), a expressão região,

> [...] pode ser assim empregada como uma referência associada à localização e a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial (...), como referência a um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais.

Enquanto, a regionalização é compreendida como uma divisão do conjunto, do todo, em partes menores, ou um recorte do espaço a partir de critérios (HAESBAERT, 2010; HAESBAERT, 2005). Além disso, a regionalização assume outros significados ao longo dos tempos, como Haesbaert (2010, p.123) define:

> [a] regionalização como processo de diferenciação espacial; [b] o caráter regional integrador; [c] o jogo entre a relativa estabilidade ou "fixidez" e a mobilidade ou "fluidez" da região; [d] a correspondência entre região e "mesoescala" (infranacional e supralocal).

Retomando, quando a Geografia passa por uma nova discussão teórica que implica no desenvolvimento da Geografia Crítica, a região também adquire novas concepções, estas alinhadas aos pressupostos teórico-metodológicos do marxismo. Portanto, a região pode ser considerada como sendo o resultado do desenvolvimento desigual e combinado, apresentando como elementos fundamentais: a divisão nacional e internacional do trabalho, bem como a associação de relações de produção distintas (CORRÊA, 2000).

Em relação à Geografia Humanista, Lencioni (2003) coloca que as discussões em torno do conceito de região trouxeram a

concepção historicista da geografia "à medida que a região passou a ser considerada como um espaço que é o produto da história e da cultura" (2003 p.154). Na abordagem da Geografia Humanista os estudos regionais tiveram uma preocupação não apenas com os elementos físicos, sociais e econômicos para a interpretação da região, mas, no entendimento que a organização regional também é marcada por pessoas que carregam uma cultura e identidade cultural (MANFIO; BALSSAN, 2014). Ainda, seguindo o mesmo ponto de vista temos que,

> A região, portanto, passou a ser vista não como constituindo uma realidade objetiva; ao contrário, ela foi concebida como uma construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva (LENCIONI, 2003, p.155).

Nesta trajetória, a região, como objeto de estudo da Geografia, adquire momentos de auge e de declínio nos estudos geográficos, sendo abandonada por alguns pesquisadores e reforçada por outros. Na contemporaneidade, frente à globalização existiam expressivos discursos de "fim da região", mediante a homogeneização espacial, porém não se concretizou esta profecia. O que se evidencia é que a região se torna porosa, instável e não possui limites claros, sendo dotada de uma variedade interna, ou seja, ela se faz e refaz rapidamente marcada por diferentes abordagens (HAESBAERT, 2010).

Dessa forma, a região é um conceito essencial para o entendimento dos estudos geográficos e a regionalização consiste em formas de melhor recortar e analisar o espaço. No Brasil, ao longo de décadas de história foram criadas inúmeras regionalizações para administrar e estudar o território nacional, partindo de suas especificidades, ambientais, econômicas,

culturais, principalmente pela diversidade que se afora no Brasil, de Norte a Sul do país, o que torna impossível no todo (Brasil) avaliar os fenômenos geográficos sem mascará-los.

Estes estudos não se fazem apenas no âmbito científico, mas também no ensino de Geografia. A compreensão das regiões é uma forma de permitir que o aluno reconheça as particularidades do todo e tenha condições de sistematizar o contexto geral (o espaço total).

A Música no Ensino de Geografia

A música (som e letra) é um recurso de grande valia que o professor tem a sua disposição para realizar o fazer pedagógico em sala de aula, de uma forma mais lúdica e interativa, tornando os conteúdos programáticos do currículo mais próximos da realidade do estudante. "As letras de música apresentam noções e conceitos básicos de Geografia. Também é uma das artes que mais influencia na subjetividade, nos desejos e nos comportamentos humanos." (MUNIZ, 2012, p.81).

Os diferentes conteúdos pertencentes a disciplina de Geografia podem ser facilmente trabalhados em sala de aula a partir de letras e melodias de músicas. "Ao utilizar letras de músicas a prática pedagógica possibilita a análise e a reflexão dos conteúdos vistos em sala de aula por meio da dinâmica da nossa sociedade." (MUNIZ, 2012, p.81). Nesse sentido,

> Uma das vantagens de se utilizar a música na Geografia se afirma na pluralidade de assuntos abordados por esta ciência. Violência, guerras, conflitos raciais, fome, falta de infraestrutura nas cidades, belezas naturais, como também degradação ao meio ambiente, fazem parte dos temas

> abordados por muitos compositores [...]. Costa (2002, citado por PINHEIRO, *et al*., 2004, p.104).

A música é bastante presente na vida dos alunos e inclusive no meio escolar, a maior parte dos estudantes que vão à escola hoje em dia possuem telefones celulares e smartphones, passam boa parte do tempo ouvindo música, inclusive dentro da sala de aula durante a realização da aula. Frente a isso, por que não aproveitar essa situação e/ou essa familiaridade do aluno com a música para ensinar Geografia? Tendo em vista que,

> o ensino de geografia é muito além de preparar o aluno para as séries seguintes, e sim ajudá-lo a tornar-se um cidadão que busca informações e conhecimentos para a construção efetiva do saber e da vida em sociedade, fazendo com que o mesmo possa pensar de forma crítica elaborar perguntas problematizar estabelecendo relações entre a construção do conhecimento. (CALADO, 2012, p.15).

A música pode também tornar a aula mais prazerosa tanto para o aluno, quanto para o professor, "O aluno que tem a oportunidade de fazer experiências musicais amplia a sua forma de expressão e de entendimento do mundo em que vive, dessa forma, possibilita o desenvolvimento do pensamento criativo." (OLIVEIRA *et al*., 2002, p.75). O professor, por sua vez,

> [...] pode utilizar a música em vários segmentos do conhecimento, sempre de forma prazerosa, bem como: na expressão e comunicação, linguagem lógico-matemática, conhecimento científico, saúde e outras. Os currículos de ensino devem incentivar a interdisciplinaridade e suas várias possibilidades. [...] A utilização da música, bem como o uso de outros meios, pode incentivar a participação, a cooperação, socialização, e assim destruir as barreiras que atrasam a democratização curricular do

> ensino. [...] A prática interdisciplinar ainda é insípida em nossa educação (CORREIA, 2004, p.84-85).

A música em sala de aula "[...] é componente histórico de qualquer época, portanto oferece condição de estudos na identificação de questões, comportamentos, fatos e contextos de determinada fase da história, assim como seu referencial geográfico." (CORREIA, 2012, p.150). A utilização da música busca

> [...] ser um complemento auxiliar das atividades desenvolvidas para a interação com alunos nos trabalhos de ensinar e aprender Geografia. O professor não precisa conhecer nem compartilhar as preferências dos gêneros musicais de seus alunos, mas pode propor que eles façam um levantamento das músicas que tratem do tema em estudo. (VIEIRA; SÁ, 2007, p.107).

A utilização de músicas nas aulas de Geografia como um recurso didático-pedagógico pode "[...] auxiliar o trabalho do professor, de tal sorte que ele possa enriquecer sua metodologia e consiga despertar o interesse pela Geografia e o envolvimento dos alunos em relação as suas aulas." (PINHEIRO; SANTOS; RIBEIRO FILHO, 2013, p.34). É importante destacar que,

> Levar uma música somente para ouvir, não colabora ou colabora muito pouco para as aulas de Geografia, deve haver discussões, análises, deve-se relacionar com as questões espaciais, com as temáticas de sala de aula, para que realmente a música seja outra linguagem no ensino de Geografia. (OLIVEIRA; HOLGADO, 2016, p.91).

Nesse sentido, "[...] o ensino de geografia deve oportunizar situações em que o aluno teorize e textualize as suas significações." (CASTROGIOVANNI, 2010, p.85). A utilização da música é um caminho para que o estudante explore essas

potencialidades a partir das suas experiências, vivências. "O ensino de geografia deve priorizar a análise do espaço vivido e as práticas do espaço percebido, transpondo-as para as representações do espaço concebido" (CASTROGIOVANNI, 2010, p.85).

A música como recurso didático-pedagógico nas aulas de Geografia no Ensino Fundamental

A prática pedagógica foi realizada no mês de novembro de 2019, em duas turmas de 7° ano, 7D e 7E, do Ensino Fundamental II, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Thiago Würth, localizada no bairro Mathias Velho, município de Canoas, estado do Rio Grande do Sul, RS. De acordo com o Censo Escolar de 2018 a escola possui 1347 alunos regularmente matriculados, sendo 757 alunos no Ensino Fundamental I, 523 alunos no Ensino Fundamental II e 67 alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (INEP, 2019, *on-line*), aproximadamente 1/3 dos estudantes da escola são pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família[26]. Os adolescentes possuem, em média, idades entre 12 e 14 anos, advindos principalmente de classe média baixa.

Constatou-se que grande parte dos alunos ouvem música com frequência e normalmente costumam ouvir música enquanto realizam outra atividade. Mas, o que mais chamou a atenção é o

[26] É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2019, on-line).

grande número de alunos que passam o tempo em que estão na escola ouvindo música em seus aparelhos celulares, inclusive até mesmo durante as aulas. Alguns estudantes chegam, inclusive a pedir "*Professor dá pra ouvi música bem baixinho?*", "*Posso escuta música, aí eu me concentro melhor?*" outros após finalizarem a atividade da aula são mais objetivos "*Professor já terminei, posso ouvir música agora?"*, "*Já copiei tudo, posso usa o celular pra ouvi música*?". Frente a essas diferentes situações cada vez mais presentes na sala de aula, reforça-se cada vez mais a necessidade de se utilizar a música como recurso didático-pedagógico auxiliar no processo ensino-aprendizagem da disciplina de Geografia.

Os conteúdos programáticos da disciplina de Geografia trabalhados com as músicas foram as cinco diferentes regiões brasileiras: Norte, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Foram utilizadas duas músicas, "Notícias do Brasil (os pássaros trazem)" de Milton Nascimento e Fernando Brant, e "De Rolê Pelo País (*feat*. Nicola Mc)" de Matéria Rima.

Assim, que as música foram apresentadas aos alunos como sendo uma ferramenta, com vistas a trabalhar as diferentes regiões brasileiras muitos estudantes foram tomados pela curiosidade, alguns até pelo espanto como uma aluna que assim que ouviu, que seriam utilizadas duas canções para estudar as diferentes regiões brasileiras retrucou logo de cara, "*Professor, não é aula de artes pra gente fica ouvindo música*!". Mas, no geral, a receptividade dos alunos foi bastante satisfatória. Abaixo temos as duas letras de música utilizadas nas aulas ministradas nas turmas 7D e 7E.

Música 1: Notícias do Brasil (os pássaros trazem)

(Milton Nascimento/Fernando Brant)

Uma notícia está chegando lá do Maranhão
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão
Veio no vento que soprava lá no litoral
De Fortaleza, de Recife e de Natal
A boa nova foi ouvida em Belém, Manaus,
João Pessoa, Teresina e Aracaju
E lá do Norte foi descendo pro Brasil central
Chegou em Minas, já bateu bem lá no Sul
Aqui vive um povo que merece mais respeito
Sabe, belo é o povo como é belo todo amor
Aqui vive um povo que é mar e que é rio
E seu destino é um dia se juntar
O canto mais belo será sempre mais sincero
Sabe, tudo quanto é belo será sempre de espantar
Aqui vive um povo que cultiva a qualidade
Ser mais sábio que quem o quer governar

A novidade é que o Brasil não é só litoral
É muito mais, é muito mais que qualquer zona Sul
Tem gente boa espalhada por esse Brasil
Que vai fazer desse lugar um bom país
Uma notícia está chegando lá do interior
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão
Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil
Não vai fazer desse lugar um bom país

Música 2: De Rolê Pelo País (feat. Nicolas MC)
(Matéria Rima)

Faço a minha rima mostrando pra vocês
O mapa do Brasil, Geografia pode crê
Já começando, lá de baixo, pela região Sul
Vou falando de um estado Rio Grande do Sul
Onde tem chimarrão, Grêmio, Internacional,
Grande rivalidade que é chamada de Grenal
Subindo mais um pouco, chego a Santa Catarina
Onde sua capital é chamada de Floripa
Chegando em Curitiba, capital do Paraná
Onde já segui meu rumo, no Sudeste fui chegar.
Onde logo de cara encontrei São Paulo,
Maior Polo Industrial de toda a América Latina
Seguindo minha rima, fui chegar em BH
Grande capital de Minas que sempre vou lembrar
Mas, ali ao lado, o paraíso encontrei
No Rio cheguei, Maracanã visitei
Mas o sonho acabou Espírito Santo chegou
E aí manos e minas o Sudeste terminou.

Refrão
Ae hei, ae, hei!
Ae, ae, ae,

Continuando neste clima, no Nordeste eu cheguei
Bahia adorei, nela viajei.
Conheci Itapetinga, Tucano e Valença,
É grande Bahia Salvador, terra da crença
Seguindo a minha volta, fui pra Aracajú
Capital de Sergipe. Em Recife

Pernambuco, não me contive a beleza de Olinda,
Oh como é linda passei por Alagoas
Cheguei na Paraíba. Fui ao Ceará
Terra de gente linda! Depois, desci ao Piauí.
Subi ao Maranhão, Rio Grande do Norte, Natal. E então,
Chegando na Região Norte fiquei maravilhado
Com tanto verde, no Amazonas tantos rios, fiquei pirado!
Mas resolvi ir pro Amapá, conhecer Macapá
Descer pro Pará rezar em Belém
Em Tocantins bater Palmas pra beleza também
Já estou no Centro-Oeste fazendo rimar.
Mato Grosso, Cuiabá, Pantanal, vamos lá.
Em direção a Brasília, onde conheci a política
Saindo do Distrito cheguei a Maracajú
Acabei em Campo Grande, Mato Grosso do Sul
De Norte, Sul, Leste, Oeste, mostrei
O mapa do Brasil, Geografia relatei
É Geografia relatei.

Inicialmente os estudantes ouviram as músicas, o ritmo das músicas já passou a estimular a interpretação dos alunos, que de imediato já associaram os primeiros segundos da audição da música "De Rolê Pelo País (*feat*. Nicolas MC)" à região Nordeste do Brasil. Após a audição das canções foi entregue a letra das duas músicas aos alunos, que passaram a agrupar as capitais e os estados do Brasil nas cinco diferentes regiões geográficas estabelecidas pelo IBGE.

Em seguida, com o auxílio de um mapa político, que representava o país regionalizado por estados e regiões os alunos localizaram os estados e as respectivas capitais, que estavam sendo citados nas letras das duas músicas. Nessa etapa procurou-se despertar no aluno a "[...] a estrutura lógica que leva à

compreensão do que seja região envolve a noção de *agrupamento*. *Agrupar semelhanças num dado território."* (CASTROGIOVANNI *et al*., 2011, p.27, grifos dos autores). A construção do conceito de região tomou como base que o agrupamento estabelecido obedecia a um critério especificamente determinado, e que a ideia de regionalizar toma como base uma variável, ou mais de uma, que são previamente estabelecidas, e provocam sempre um agrupamento de caráter homogêneo em relação ao seu entorno.

Assim, os alunos passaram a buscar na letra das músicas elementos que possuem ligação com as diferentes regiões brasileiras. Os estudantes foram orientados a retirarem do texto elementos e partes da música que representam cada uma das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como o exemplo, *"Veio no vento que soprava lá no litoral, De Fortaleza, de Recife e de Natal"*, que remete a região Nordeste.

A partir dos fragmentos das músicas selecionados os alunos foram instruídos a representar as regiões através da imagem perceptiva de cada um. A representação podia ser por meio da criação de desenhos ou de história em quadrinhos. Nessa etapa os estudantes puderam explorar a sua criatividade, o conhecimento prévio, que já possuíam a respeito das diferentes regiões brasileiras em relação a lugares específicos de cada região, vegetação típica, cultura, hábitos, culinária, tradições.

A (Figura 1) apresenta a elaboração da atividade proposta pelo professor durante a aula de Geografia, sendo realizada por uma estudante da turma 7D, que procurou representar o estado do Rio Grande do Sul, pertencente a região Sul do Brasil. É importante destacar que ao iniciar a atividade alguns alunos se sentiram preocupados, e por que não dizer desconfortáveis com a realização da atividade, pois além das informações contidas nas

letras das músicas a respeito das diferentes regiões, queriam também acrescentar o que já conheciam e/ou tinham ouvido falar, visto na televisão, ou lido na *internet* que remetia a uma das cinco regiões brasileiras.

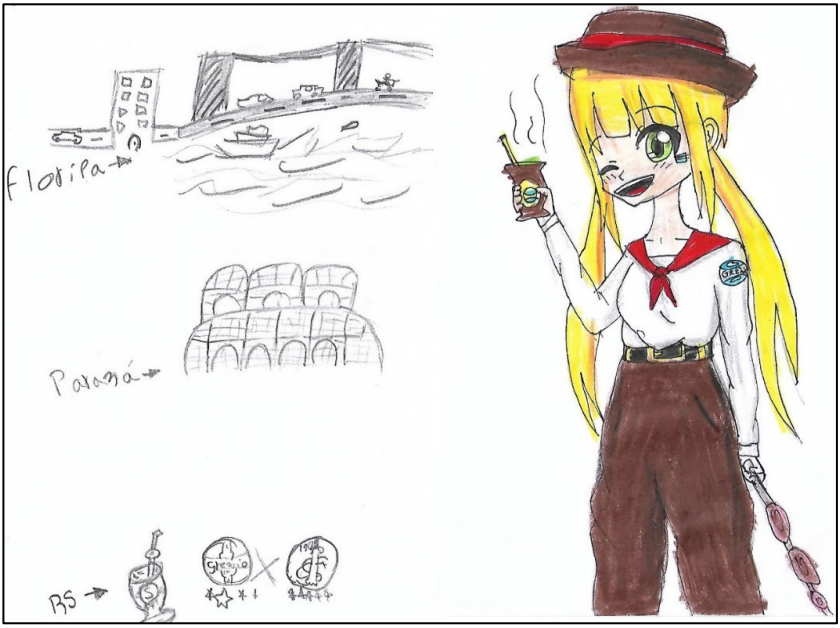
Figura 1: Elaboração do desenho por uma aluna da turma 7D.

Fonte: Foto tirada pelo autor em novembro de 2019.

Durante a realização da atividade por vários momentos a aluna levantou questionamentos e fez perguntas como “Eu posso desenhar qualquer coisa, que seja nossa, daqui do nosso Estado?” “Eu representei a cuia, que é do chimarrão, fiz a mulher de bombacha, ela tem o símbolo do Grêmio na manga da camisa, o que mais que eu poderia colocar, professor? Ahh, já sei, vou fazer um espeto de churrasco, que é da nossa gastronomia.”. A (Figura 2) é o desenho final da aluna, onde ela também representou

lugares e objetos, que simbolizam cada um dos três estados que fazem parte da região Sul.

Figura 2: Região Sul do Brasil.

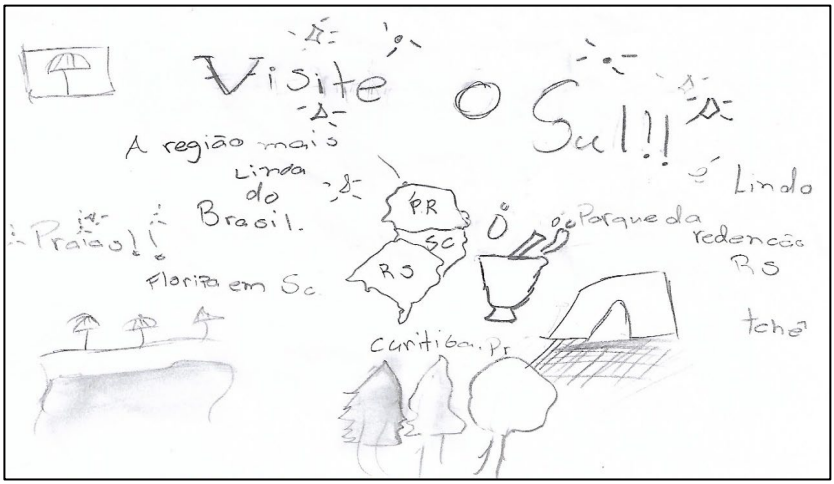


Fonte: Desenho elaborado por uma aluna do 7D em novembro de 2019.

A Região Sul também foi representada por alunos da turma 7E (Figura 3), essa região foi a que mais apareceu nos trabalhos feitos pelos estudantes das duas turmas. Foi percebido pela escolha dos alunos, que a região Sul, para eles carrega um certo "sentimento de identidade", os estudantes se identificam com essa região, se sentem parte dela, têm orgulho da sua cultura, dos seus símbolos e diferentes lugares existentes em sua região.

O estado do Rio Grande do Sul na (Figura 2), é representado pela cuia de chimarrão, que assinala a cultura local e a rivalidade existente no futebol representada pelos símbolos dos dois principais clubes de futebol do Estado, Grêmio e Internacional, a (Figura 3), acrescenta o Parque Farroupilha, mais conhecido, como, Parque da Redenção, localizado na cidade de Porto Alegre, capital do estado gaúcho. O Jardim Botânico de Curitiba (Figura 2) e a Araucária angustifolia, popularmente conhecida como Pinheiro do Paraná, árvore símbolo do estado do Paraná foi representado na (Figura 3). Por fim, temos a retratação da Ponte Hercílio Luz (Figura 2), considerada símbolo do estado de Santa Catarina, foi tombada como patrimônio histórico, artístico e arquitetônico do município de Florianópolis em 1992, soma-se ao estado de Santa Catarina as praias, bastante badaladas e visitadas durante o período de verão, que foram retratadas na (Figura 3) por um estudante da turma 7E.

Figura 3: Região Sul do Brasil.



Fonte: Desenho elaborado por um aluno do 7E (nov. 2019).

A Região Sudeste também foi retratada pelos estudantes. A (Figura 4) apresenta elementos do estado do Rio de Janeiro como, o Cristo Redentor, localizado no Morro do Corcovado e o passeio de Bondinho realizado no Morro da Urca.

A realização da atividade foi uma pratica bastante prazerosa para os estudantes, despertou a criatividade dos alunos, estimulou o interesse, tendo em vista, que praticamente todos os alunos das duas turmas se empenharam em fazer a atividade, e possibilitou um processo ensino-aprendizagem bastante satisfatório, tornando a aprendizagem significativa, com conexão com o "mundo do aluno".

Figura 4: Região Sudeste do Brasil

Fonte: Desenho elaborado por uma aluna do 7E (nov. 2019).

É importante destacar também, que durante a realização da atividade, muitos estudantes recorriam a letra das músicas para buscar diferentes elementos, que pudessem ser associados as representações que eles estavam fazendo da região que tinham escolhido para desenhar.

Tecendo Algumas Considerações

O presente capítulo se constitui numa proposta didático-pedagógica voltada para se trabalhar as cinco diferentes regiões brasileiras no Ensino Fundamental. Neste caso, recorreram-se a duas músicas, Notícias do Brasil (os pássaros trazem) de Milton Nascimento/Fernando Brant e a música De Rolê Pelo País (*feat*. Nicolas MC) de Matéria Rima. A partir do som e da letra das canções foram trabalhados os diferentes conteúdos programáticos referentes à Geografia das regiões Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Na prática realizada, a utilização de letras e a audição de músicas foi bastante satisfatória, a participação dos alunos e o engajamento na realização das atividades propostas foram muito boas, os estudantes acharam a atividade interessante, embora, no início tenham tido um certo receio em trabalhar com música nas aulas de Geografia. Isso se deve em parte, ao hábito das aulas serem na maior parte das vezes organizadas a partir da utilização do livro didático, que atualmente em sala de aula é bastante desinteressante para os estudantes.

Assim sendo, pode-se afirmar, que a música é um importante recurso didático que pode auxiliar o professor no processo ensino-aprendizagem, em virtude de contemplar diferentes assuntos e temas pertinentes a Geografia, cabendo ao

docente a seleção da letra que melhor se enquadra ao conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula.

Referências

ANDRADE, M. C. de. *Geografia, ciência da sociedade:* uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BEZZI, M. L. *Região:* uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. O que é o Bolsa Família. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CALADO, F. M. O ensino de Geografia e o uso de recursos didáticos e tecnológicos. *Revista Geosaberes*, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 12-20, jan./jun. 2012.

CASTROGIOVANNI, A. C. E agora, como fica o ensino da geografia com a globalização? In: CASTROGIOVANNI *et al*. (Orgs.). *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. 5ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

CASTROGIOVANNI, A. C. *et al. Ensino da geografia:* caminhos e encantos. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2011. 111p.

CORRÊA, R. L. *Região e Organização Espacial.* 7ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CORREIA, M. A. Música na Educação: uma possibilidade pedagógica. *Revista Luminária*, União da Vitória, n. 6, p. 83-87. 2004.

CORREIA, M. A. A Música nas Aulas de Geografia: Canções e Representações Geográficas. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 138-160, jun. 2012.

DOHME, V. *Atividades lúdicas na educação:* o caminho de tijolos amarelos do aprendizado. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia:* conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p. 49-76.

HAESBAERT, R. *Regional-Global:* Dilemas da região e regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPÓSITO, E. S. (Org.). *Produção do espaço e redefinições regionais*: a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP: GASPERR, 2005. p. 9-33.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 26 nov. 2019.

LENCIONI, S. *Região e Geografia.* São Paulo: Edusp, 2003.

MANFIO, V.; BALSSAN, J. B. Geografia escolar: práticas pedagógicas e o ensino-aprendizagem do conteúdo de regiões brasileiras. *Revista Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 1, número especial, p. 68-84, jul./dez. 2014.

MUNIZ, A. A música nas aulas de Geografia. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia, v. 3, n. 4, p. 80-94, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, A. R. de *et al*. A música no ensino de língua portuguesa. *Revista Publicatio UEPG - Ciências Sociais Aplicadas*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 73-84, 2002.

OLIVEIRA, V. H. N.; HOLGADO, F. L. Conhecendo Novos Sons, Novos Espaços: A Música Como Elemento Didático Para as Aulas de Geografia. In: DOZENA, A. (Org.). *Geografia e Música:* Diálogos. Natal: UFRN: edufrn, 2016. p. 84-103.

PINHEIRO, E. A. *et al.* O nordeste brasileiro nas músicas de Luiz Gonzaga. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 23, p. 103-111, 2° sem. 2004.

PINHEIRO, I. de A.; SANTOS, V. de S.; RIBEIRO FILHO, F. G. Brincar de Geografia: o lúdico no processo de ensino aprendizagem. *Revista Equador (UFPI)*, Teresina, v. 2, n. 2, p. 25-41, jul./dez, 2013.

VIEIRA, C. E.; SÁ, M. G. Recursos didáticos: do quadro-negro ao projetor, o que muda? In: PASSINI, E. Y. *Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado.* São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 101-116.

ONDE ESTÃO AS PEQUENAS CIDADES NA GEOGRAFIA ESCOLAR?

Arnaldo Ferreira de Araújo Filho

Gustavo Araújo de Carvalho

Introdução

Reconhecidamente, trazer o conteúdo escolar para a vivência dos alunos é fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, principalmente os conteúdos de Geografia, uma vez que essa disciplina curricular traz de forma significativa as relações entre sociedade e natureza, bem como as relações entre a própria sociedade. Embora o professor desta disciplina desdobre-se para que seus alunos tenham um melhor desenvolvimento cognitivo acerca das temáticas propostas, o livro didático, principalmente nas escolas públicas, ainda é a base para toda abordagem dos conteúdos.

Dessa forma, é comum observar neste instrumento a importância dada, principalmente, às metrópoles, havendo pouca ou nenhuma menção às pequenas cidades. Considerando que o estado de Minas Gerais possui 853 municípios de pequeno porte (IBGE, 2010), é fundamental que os livros didáticos tragam consigo esta realidade.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é refletir sobre a importância das pequenas cidades e o cotidiano escolar de jovens estudantes, considerando que esta realidade socioespacial possibilitam a construção de conhecimentos, uma vez que as

vivências engendram o processo de ensino aprendizado em relação à conteúdos geográficos.

Para o cumprimento do objetivo proposto, foi utilizado diferentes recursos metodológicos, como pesquisa bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses, que apresentassem a temática, bem como a vivência dos autores na rede de ensino.

Vale ressaltar que a importância deste estudo se assenta na necessidade de as pequenas cidades serem fundamentais para a construção de um sujeito atuante em sua própria realidade socioespacial. E isso foi perceptível, uma vez que os autores são de pequenas cidades (Ipiaçu e Canápolis, ambas no estado de Minas Gerais), e analisarem que a presença deste contexto urbano faz diferença na construção do conhecimento, bem como do próprio sujeito no espaço.

Pequenas Cidades: a busca por uma definição

O termo "pequenas cidades" tem diferentes concepções definidas por diversos autores, como Milton Santos, Beatriz Ribeiro Soares, Ângela Maria Endlich, dentre outros. A identificação das pequenas cidades não se restringe a uma abordagem quantitativa, visto que discorrer sobre um número mínimo para caracterizar as diversas realidades é incorrer numa generalização perigosa (SANTOS, 2008). Assim, outros elementos precisam ser considerados em sua análise.

Neste sentido, encontram-se diferentes exposições acerca do que são as pequenas cidades, que são classificadas de maneira diferente em cada país, de acordo com suas características culturais, econômicas e populacionais. Nesta perspectiva, Abramovay (2000, p. 5) afirma que "os limites estabelecidos

internacionalmente são arbitrários: correspondem muito mais a tradições histórico-institucionais que a situações geográficas refletidas".

Para iniciarmos a reflexão, ressaltamos que no Brasil, o IBGE define que toda sede de município é uma cidade, independentemente da quantidade de habitantes. O IPEA utiliza uma classificação quantitativa-populacional para identificar os pequenos centros, os dividindo em três classes: no primeiro grupo estão os municípios de até 10.000 habitantes (classe 1); no segundo, os municípios de 10.000 a 20.000 habitantes (classe 2) e no terceiro, os de 20.000 a 50.000 habitantes (classe 3).

O estado de Minas Gerais possui 853 municípios, de acordo com o censo de 2010 (IBGE) e, em consonância com a denominação de pequenos centros do IPEA (até 50.000 habitantes), podemos afirmar que no referido estado, 91,79% de seus municípios são pequenas cidades, como pode ser observado na Tabela 1. Observa-se também que a primeira classe de pequenos centros denominado pelo IPEA representa 57,09%, em 2010, do total de municípios existentes no estado de Minas Gerais se enquadra neste subgrupo, ou seja, 487 municípios possuem até 10.000 habitantes. Nesta primeira classe pode-se perceber que no ano 2000, estava sendo representada por 60,71%, porém em 2010 a sua representatividade declinou 3,62%, não sendo um declínio representativo. Porém, vale ressaltar que esse declínio pode ter se dado pelo fato de que cidades dessa classe terem aumentado sua população.

Tabela 1: Minas Gerais - Município por faixa populacional – 2000 e 2010.

Classes de habitantes	Número de municípios (2000)	Valor Percentual (%)	Número de municípios (2010)	Valor Percentual (%)
Até 2000	19	2,24	19	2,23
2.001 – 5.000	231	27,18	220	25,79
5.001 – 10.000	266	31,29	248	29,07
10.001 – 15.000	108	12,71	121	14,19
15.001 – 20.000	64	7,53	61	7,15
20.001 – 25.000	45	5,29	42	4,92
25.001 – 30.000	19	2,24	26	3,05
30.001 – 35.000	13	1,53	18	2,11
35.001 – 40.000	12	1,41	12	1,41
40.001 – 45.000	6	0,71	3	0,35
45.001 – 50.000	6	0,71	13	1,52
Acima de 50.001	61	7,18	70	8,21
Total	850	100%	853	100%

Fonte: Censo 2000 e 2010, IBGE.
Organização: ARAÚJO FILHO, A.F. (2017).

A segunda classe de pequenos centros apresenta 21,34% do total de municípios. A terceira classe de pequenos centros do estado de Minas Gerais, é representada por 13,36% dos municípios. Por fim, os grandes centros, com população acima de 50.001 habitantes, representam 8,21%. Mesmo sendo insuficiente para dar conta do conteúdo das pequenas cidades, essa classificação serve para evidenciarmos a importância dos estudos acerca dessa realidade espacial, visto que a maior parte dos municípios mineiros são de pequeno porte.

Entretanto, apesar desta representatividade importante, os estudos sobre as pequenas cidades ainda não são representativos. De acordo com Silva (2011, p.34):

> Na Geografia, o estudo das cidades pequenas não tem sido um dos temas prioritários na produção do conhecimento sobre a cidade. Isso porque, ao verificar parte dos estudos da Geografia Urbana e Geografia Econômica (campos tradicionais de análise) no Brasil e no mundo, constatou-se que o número de trabalhos tem sido reduzido, embora os esforços conceituais, metodológicos, nessa área, sejam também relevantes para o entendimento do fato urbano.

No entanto, não podemos deixar de considerar que são múltiplas as pequenas cidades e múltiplas as definições que são dadas a elas. De acordo com Endlich (2009), os fatores que designam as pequenas cidades são, "a origem, posição geográfica, dimensão demográfica e desenvolvimento econômico".

Com relação aos autores que conceituam as pequenas cidades, Milton Santos é um dos que se destacam, com o livro "Da totalidade ao lugar", publicado em 2005. Para o autor, o termo "pequenas cidades" não é o mais adequado, visto que a palavra "pequena" remete a uma ideia exclusivamente quantitativa. Para ele, o termo mais correto seria "cidades locais". O autor utiliza o referido termo para designar os aglomerados populacionais com uma dimensão mínima, que "deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço" e que apresentam "um crescimento autossustentado e um domínio territorial", respondendo às "necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações".

Além do volume populacional e da aglomeração urbana, as pequenas cidades possuem particularidades que as distinguem das metrópoles, como a população agrícola e a forte relação que a cidade mantém com o campo. Neste sentido, Wanderley (2000,

apud Soares, 2007) afirma que é preciso considerar que as pequenas cidades mantêm uma forte relação com o rural, com isso, estas cidades nem sempre tem um acesso efetivo e profundo a uma experiência urbana que se diferencie ou mesmo se oponha ao modo de vida rural, podendo significar a reiteração de uma experiência rural menos precária. Nesta perspectiva, Soares (2007, p.99) ressalta que:

> Embora estando dentro daquilo que é considerado urbano, em alguns casos, funções e hábitos permanecem rurais. É comum encontrar em tais espaços atividades agropecuárias. Porém, não são apenas as atividades econômicas que consolidam as relações rurais no espaço urbano. Há também outras práticas que são mantidas e reproduzidas de costumes e hábitos cotidianos, algumas atividades de lazer como, rodeios, provas de laço, quermesses e outros (SOARES, 2007, p. 99).

Como observado por Soares (2007), o rural não está presente apenas na paisagem, mas também nas atividades, sejam elas para o trabalho ou lazer. Pensando nisso, Soares (2007) afirma que algumas pessoas que não conseguem voltar para o campo, sua realidade de origem, criam realidades paralelas dentro do urbano, utilizando terrenos baldios, fundos de vales ou parte de lotes para cultivo de produtos agrícolas.

O Ensino de Geografia, os jovens e a construção de conceitos em pequenas cidades

Defende-se a necessidade de praticar um ensino de Geografia que tenha como resultado a aprendizagem significativa, ou seja, um processo que requer a mediação do cotidiano do jovem estudante, sendo assim, a construção de

conceitos geográficos deve inserir o jovem como um sujeito ativo na sociedade. Entende-se que o processo de ensino de Geografia deve priorizar a concretização da aprendizagem, apresentando a importância desta ciência, demonstrando assim, uma ciência prática que está intimamente ligada ao modo de vida.

Por meio das possibilidades no ensino e aprendizagem de Geografia em pequenas cidades, relaciona o cotidiano dos jovens pertencentes a estas localidades, procurando assim, debater conteúdos relacionados à vivência e que podem ser trabalhados no espaço de ensino.

Os temas que podem ser trabalhados no conjunto referente ao conteúdo geográfico seguem as políticas educacionais, e estes devem retratar a importância do ensino de Geografia e sua necessidade frente a novas políticas que vem sendo estabelecidas. Torna-se evidente a demanda por valorizar novas possibilidades que oportunizem a prática social, engendrando uma aprendizagem significativa que possua como referência o cotidiano dos jovens estudantes.

Busca-se valorizar o cotidiano do estudante por meio da preocupação com as formas de se fazer a mediação com determinados conteúdos, elege-se a valorização de pequenas cidades por sua multiplicidade de características e fatores que geram interferência na vida dos jovens estudantes, portanto propõe-se valorizar a experiência nessa investigação, com o objetivo de identificar as possibilidades metodológicas para o ensino de Geografia em pequenas cidades. A revisão bibliográfica nos permite afirmar que o ensino de cidades tem sido tratado no ensino de Geografia quase sempre relacionado aos grandes centros urbanos, o que para Silva (2011, p.283) é restritivo.

Dirige-se então o olhar alicerçado por método científico às pequenas cidades e suas dinâmicas geográficas. Suas características físicas que se tornam visíveis e ao mesmo tempo expressivas. O ensino de geografia é capaz de construir um olhar que potencializa a análise espacial, interpretando os conflitos, a dinamização do espaço urbano, inserção da tecnologia, apropriação da matéria e do território, além de intervir criticamente na cultura local.

A Geografia é uma forma de leitura do mundo. A educação escolar é um processo no qual o professor e seu aluno se relacionam com o mundo. O ensino de Geografia e a educação formal concorrem para o mesmo fim de compreender e construir o mundo a partir das ideias que se formam dele. Para Moreira (2007, p.105):

> A ciência é uma forma de representação que vê e organiza o mundo através do conceito, restringindo a relação entre a imagem e a fala esse nível de representação. A Geografia é uma forma particular de ciência que tira sua especificidade de relacionar imagem e fala por meio de categoria da paisagem. E essa especificidade vem do fato de que para produzir a sua forma de representação de mundo a Geografia tem que conceber o mundo como espaço. Essas duas categorias precisam mobilizar a categoria intermediária território (MOREIRA, 2007, p.105).

Entende-se que a ciência geográfica é um fator importante para que o jovem estudante possa compreender o mundo em que vive, o que para Callai (2000, p.84) seria "entender o que acontece no espaço onde se vive para além de suas condições naturais ou humanas". Trata-se de exercer na prática uma ciência que esteja intimamente ligada à vida cotidiana do estudante, e que proporciona (re) encontros com o lugar tendo-o como uma

referência necessária para o ensino de determinados conteúdos em Geografia.

Em relação ao lugar, Carlos (1999, p.20) postula que é:

> [...] a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores – é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade lato sensu a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 1999, p.20).

Entre todos os fatores que condicionam o cotidiano viabiliza-se um ensino de Geografia que permita que o jovem estudante construa reflexões a partir de sua vivência e aproximação da Geografia, propiciando um entendimento que possa ir além de uma simples transmissão de conteúdo, que possa engendrar um conhecimento por meio da mediação do professor.

Partindo da valorização do local onde o sujeito encontra-se inserindo, busca-se levar o estudante a construir formas de pensar geograficamente compreendendo que a ciência geográfica é algo além de mapas e ilustrações. Portanto, o tópico a seguir evidencia uma reflexão sobre o ensino de Geografia, que pode ser considerada como necessidade a ser trabalhada diante dos contextos políticos e escolar.

Existem condições particulares quando se remete ao conteúdo geográfico em pequenas cidades, as dinâmicas que ali se constroem são implantadas por meio de transformações que incidem sobre a sociedade no sentido em que se inserem passam a se modernizar, implicando numa “modernização cultural” de acordo Pizzato (2001).

Todo esse processo reforça a importância de o ensino de Geografia estar voltado ao cotidiano dos estudantes, construindo conceitos que tenham significância para eles. Para Vygotsky (2010, p.237-238):

> [...] criar o caminho mais fácil e cômodo para assimilar conhecimento, ao mesmo tempo paralisa na raiz o hábito do pensamento independente, tira da criança essa preocupação e afasta conscientemente da educação todos os momentos de elaboração complexa da experiência, exigindo que todo o necessário seja levado ao aluno em forma desmembrada, mastigada e digerida. Entretanto, é necessário que nos preocupemos precisamente com a criação do maior número possível de dificuldades na educação da criança como pontos de partida para os seus pensamentos (VYGOTSKY, 2010, p.237-238).

Busca-se salientar que a mediação proposta por Vygotsky (2010) não é um processo facilitador do ensino – aprendizagem, o que pode ser entendido é a necessidade da problematização e da reflexão favorecendo a aprendizagem significativa. Antunes (2001) faz uma breve referência sobre o que é a aprendizagem significativa, sendo "processo pelo qual uma nova informação se relaciona de maneira não arbitrária e substantiva à estrutura cognitiva do aprendiz" (ANTUNES, 2001, p.30).

Cavalcanti (2005, p.71), apresenta a aprendizagem significativa como "[...] o resultado da construção própria de conhecimento. É a apropriação de um conteúdo de ensino pelo sujeito, o que implica na elaboração pessoal do objeto de conhecimento".

Assim, entende-se que o conhecimento a ser aprendido precisa fazer sentido para o estudante, ou seja, precisa ter significado. Que seja praticada uma mediação que valorize a

formação de conceitos, conteúdos e temas, que estejam intimamente ligados ao processo de vivência do cotidiano escolar, desenvolvendo um pensamento teórico crítico pelo ensino de Geografia e a aprendizagem significativa. A partir do momento que se prioriza o processo de aprendizagem significativa, a mediação em sala de aula nos indica diversos encaminhamentos. Callai (2015, p.224) aponta que:

> [...] para oportunizar que as pessoas compreendam a espacialidade onde vivem por meio da Educação Geográfica, deve-se buscar construir uma forma geográfica de pensar, que seja mais ampla, mais complexa e que contribua para a formação dos sujeitos, a fim de que estes realizem aprendizagens significativas, tornando a Geografia mais do que a mera ilustração. E isso significa reflexão sobre como ficam os conteúdos, de como ficam as fontes de acesso a esses conteúdos e de como fazer o seu tratamento (CALLAI, 2015, p.224).

Criar possibilidades para que se construa o conhecimento a partir de conteúdos geográficos é uma atividade complexa, exige do docente um olhar atento aos processos dos alunos, propiciando o desenvolvimento de funções mentais superiores. Essas funções são apresentadas por Vygotsky (2007; 1991) como processos que criam condições e envolvem a consciência do estudante, a capacidade em assimilar ideias, refletir conscientemente, vontade e pensamento lógico.

Segundo o mesmo autor, “podemos usar o termo função psicológica superior ou comportamento superior, como referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica” (VYGOTSKY, 1991, p. 63). Vygotsky entende que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, ou seja, esta relação é mediada por signos (Oliveira, 1997).

Para que possa ser compreendido um conhecimento escolar, precisa-se de uma valoração dos conhecimentos que o jovem estudante possui até chegar à escola, porém, externamente ao espaço escolar os alunos não se relacionam com os conceitos científicos, essa relação deve ser construída e mediada pelo docente na escola. E como já dissemos, o processo de mediação é um elemento intermediário que consegue estabelecer uma conexão entre o sujeito e a realidade a ser conhecida. A Geografia escolar deve fazer parte da vida do estudante na construção da identidade, o que para Callai (2005, p.16):

> [...] é fundamental para qualquer um entender-se como sujeito que pode ter, em suas mãos, a definição dos caminhos da sua vida, percebendo os limites que lhe são postos pelo mundo e as possibilidades de produzir as condições de vida (CALLAI, 2005, p.16).

Por meio do ensino escolar, o jovem estudante pode perceber uma Geografia que vá além de simples informações que podem ser adquiridas de outras formas, como blogs, sites de vídeo, redes sociais dentre outras formas que estão inseridas no cotidiano desta juventude moderna. Ao perceber dessa maneira a matéria de ensino, é possível ajudá-lo na interpretação dos signos por meio da mediação do professor, dentro dos espaços de ensino e que os aproxime da realidade em que vivem. Essa aproximação com a realidade do estudante por meio dos conhecimentos cotidianos faz com que o ensino de Geografia construa conhecimentos significativos, e que propicie, continuamente, uma aprendizagem que possa ser realizada a partir de problematizações evidenciadas por Vygotsky (2010).

Vygotsky (2010, p.539-540) apresenta contribuições sobre a construção e transformação de conceitos que envolvem o cotidiano em conhecimentos científicos, sendo que para o autor,

> [...] todo conhecimento científico deve apoiar-se em uma série de conceitos espontâneos que germinam até chegar à escola e transformá-los em científicos. Nos termos mais gerais, pode-se fizer que o conceito espontâneo se transforma em uma nova parte do seu desenvolvimento. A criança o conscientiza, ele se modifica na estrutura, ou seja, passa à generalização de um tipo mais elevado no aspecto funcional e revela a possibilidade das operações, dos signos que caracterizam a atividade do conceito científico (VYGOTSKY, 2010, p.539-540).

Compreende-se então que o ensino de Geografia tenha como ponto de partida ou de chegada o local em que o aluno esteja inserido, oportunizando que a aprendizagem tenha referências para a identificação e a compreensão da Geografia em seu cotidiano. Constrói assim, por meio de reflexões sobre o local, pensamentos que tenham ligação com outros lugares e outras escalas. Nesse sentido, postula-se a importância em estudar os conceitos a partir do cotidiano dos estudantes, transformando e amadurecendo o conhecimento que os jovens levam até a sala de aula. Busca-se evidenciar uma reflexão sobre as relações exercidas entre o lugar e o global, que para Carlos (1996, p.78):

> O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que anuncia e a especificidade histórica do particular. Desse modo o "lugar" se apresentaria como o ponto de "articulação" entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto 62 momentos. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial (CARLOS, 1996, p.78).

Nesse sentido, é possível entender que o ensino de Geografia possa iniciar a partir do conhecimento dos estudantes,

cotidianos e vividos, de acordo com Certeau (1994, p.169), é um conhecimento pertencente ao "seu presente, se inventa de hora em hora, no ato de lançar o que adquiriu e de desafiar o futuro". No entanto, a meta é a formação de conceitos abrangentes pelos alunos, internalizando elementos da ciência de referência.

A ciência geográfica quando associada ao processo de vivência do estudante cria e recria infinitas possibilidades. E se relaciona ao sujeito no contexto escolar tornando uma ciência de pluralidades e particularidades, o que torna o processo de ensino e aprendizagem significante aos diversos sujeitos, e contribui para a formação crítica construída por meio de uma mediação dialética.

A construção coletiva e dialética de conhecimentos demonstra o domínio de aprendizagem que leva à construção de conceitos. Em um experimento com crianças, Vygotsky (2007) foi capaz de identificar que antes da adolescência o estudante possui uma enorme dificuldade em construir relações lógicas quando questionados de modo intencional com a utilização da palavra "porque". Solicitando a um determinado grupo alvo da pesquisa que completassem a frase "*O homem caiu da bicicleta porquê...*", as respostas fornecidas foram capazes de mostrar que as crianças eram incapazes de construir uma resposta objetiva a determinada questão. Caracterizou-se assim, uma dificuldade em compreender uma simples realidade cotidiana, e isso acaba gerando um reflexo na juventude escolar do estudante, impossibilitando talvez em relacionar conceitos geográficos mesmo convivendo com essa realidade cotidianamente.

O conceito científico, e em especial o de indústria, aparece como um elemento abstrato e que deve ser sistematizado por meio do processo de ensino e aprendizagem, possibilitando ao estudante uma interpretação das dinâmicas que vivenciam.

Entende-se que os conceitos científicos não são construídos sem que haja uma relação com a sociedade, porém necessita-se de um pensamento complexo para que ocorra a compreensão para além da vida. Para Vygotsky (2007) o conceito é algo além de teorias, é um ato de ação, pois requer um esforço em mediar e pensar.

Os conceitos geográficos, possuem uma literatura científica e envolve anos de pesquisa para sua formulação, diferente de conceitos cotidianos, porém não são opostos, eles se complementam. Ainda de acordo com o autor, os conceitos cotidianos devem ser aliados aos conceitos científicos criando possibilidades para que os jovens estudantes possam tomar consciência deles.

Torna-se necessário criar possibilidades no ensino de Geografia, atribuindo sentido à vida cotidiana dos jovens escolares, aprofundando questões que estão sempre relacionadas ao que pode ser chamado de "culturas geográficas", e de acordo com Cavalcanti (2015, p.38) é tornar estas culturas exemplos a serem questionados, debatidos e construídos em sala de aula. Numa visão Vygotskyana, os conceitos se encontram sempre em formação, e o ensino escolar é um fator importante nesse processo, por isso, evidenciamos a importância da mediação didática.

Na escola o conhecimento científico é a referência do professor, aproximando por meio da mediação das culturas geográficas e criando meios para que os alunos construam pensamentos por meio de problematizações, criando oportunidades para explicações, interrogações, correções. O mediador do processo de aprendizagem, segundo D'ávila (2008), deve permitir que os alunos possam compreender os fenômenos em sua totalidade, não de forma isolada ou recortada de sua realidade, e acrescenta que:

> As mediações, então, concretizam as ideias e dão significado às ações. E a educação organiza e transmite ideias, daí essa categoria constituir-se como básica para a explicação. A mediação, portanto, não significa uma passagem linear de uma realidade à outra. Essa passagem é contraditória e implica superação. Há uma teia de relações contraditórias que se engendram na ação educativa, enquanto ação mediadora no seio da totalidade social (D'ÁVILA, 2008, p. 28).

Alguns autores se preocupam com a ideia de um ensino que ainda se mantém na fragmentação, no entanto defende-se uma proposta de ensino que "aos poucos" possibilite uma visão totalitária, e o que pode ser entendido é que essa aproximação com a realidade do estudante é uma das possibilidades, relacionando e articulando conteúdos que são fundamentais para a compreensão do local.

Nishiwaki (2017, p.33) nos apresenta que a Geografia "à primeira vista, parece ser uma disciplina muito formal, devido à variedade de conceptualizações que representa". Desta forma, é possível evidenciar a necessidade sobre a construção de processos reflexivos, pelo o ensino de Geografia.

É importante elucidar que o ensino de Geografia deve estar inteiramente atento aos processos dos estudantes, em contraposição às formas de ensino que pautam em discussões vazias e distantes da realidade dos alunos. Estas formas de ensino de acordo com Silva, (2017. p.123), "muitos acreditam que o aprendizado da Geografia só ocorre se o indivíduo decorar determinados conteúdos", e o ensino de Geografia vai muito além da memorização, o estudante deve ser capaz de analisar as dinâmicas espaciais, compreender as relações existentes na sociedade evidenciando sempre os problemas que existem no espaço geográfico.

Para Cavalcanti (2014, p.37): É preciso investir no processo de reflexão sobre a contribuição da Geografia em sua vida, em sua realidade imediata, em sua diversidade. É também necessário não perder de vista a importância desse conteúdo para uma análise crítica da realidade social e natural mais ampla, daí contemplando a diversidade da experiência dos homens na produção do espaço global e dos espaços locais (CAVALCANTI, 2014, p.37).

Nessa perspectiva, é necessário considerar o local como início ou "fim" no processo de ensino aprendizagem, uma possibilidade para que se tenha um entendimento sobre as complexidades atuais. Para Castrogiovanni (2000, p.07):

> [...] é fundamental proporcionar situações de aprendizagem que valorizem as referências dos alunos quanto ao espaço vivido. Estas referências emergem de suas experiências e textualizações cotidianas (CASTROGIOVANNI, 2000, p.07).

Cavalcanti (2012, p.169) na perspectiva de Vygotsky afirma que, "a formação de conceitos pressupõe o encontro e confronto entre conceitos cotidianos e conceitos científicos". Compreende-se por meio dessa afirmação o direcionamento do ensino de Geografia ao "encontro/confronto" com a realidade que os estudantes conhecem, possibilitando que compreendam geograficamente o espaço em que vivem. Partindo destas observações, Cavalcanti (2005), também na perspectiva de Vygotsky (2010), postula que:

> [...] são os próprios alunos que formam seus conceitos sobre as coisas, e o professor é um mediador nesse processo ao trabalhar com a linguagem geográfica, ao propiciar a negociação/apropriação de significados (CAVALCANTI, 2005, p.204).

Portanto, a Geografia é uma ciência propiciadora de processos reflexivos, e quando se valoriza o local propicia-se nos estudantes olhares que complementam o espaço de vivência. A ciência geográfica é um componente que oportuniza o professor a levar o cotidiano ao ensino, dando significado e respostas ao ensino-aprendizagem por meio do estudo dos fenômenos físicos e sociais de maneira autônoma e crítica.

A Geografia escolar assim direciona-se para a formação de cidadãos críticos, que marcam e atuam no espaço geográfico, e em virtude dessa atuação é preciso que os alunos tenham domínio de determinados temas e conteúdo. Objetiva-se, então, analisar como determinados conteúdos são mediados, observando as metodologias aplicadas e se o processo de mediação procura articular o espaço vivido à ciência e se as formas de ensino contribuem para a aprendizagem dos jovens em período escolar. Diante das transformações que tem se verificado no século XXI, os conteúdos escolares devem ser constantemente (re) pensados e atualizados para que a aprendizagem possa ocorrer primando a boa qualidade do ensino, e que contribua para a realidade em que o estudante busca intervir.

O ensino de Geografia é uma prática social que propicia e oportuniza a construção do conhecimento, havendo sempre a necessidade do diálogo entre docente e estudantes, favorecendo uma aprendizagem que desperte o senso crítico e fazendo com que os conteúdos aprendidos no espaço de ensino possuam relações com seu cotidiano, desenvolvendo um raciocínio geográfico que dê base para uma melhor vivência aos espaços em que estão inseridos.

As mudanças impostas pela Globalização nos diferentes espaços geográficos fazem com que cada vez mais seja difícil de definir os conteúdos a serem mediados no ensino de Geografia,

não favorecendo a formação de jovens ativos criticamente, como já foi citado. Para que esses possam intervir e compreender as diferentes relações postas em diferentes realidades, surge a necessidade em inserir a indústria de forma contextualizada, pois é um fator preponderante a diversas mudanças na estrutura social, econômica, cultural e física. Para Libâneo (2017, p.49):

> [...] a escola necessária para fazer frente a essas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, uma escola de 66 qualidade é aquela que inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural pedagógica (LIBÂNEO, 2017, p.49).

Compreende-se que o processo de construção de conhecimento por meio dos conceitos favorece ao ensino de Geografia aspectos que devem ser mediados como chaves para a o desenvolvimento do pensamento espacial dos alunos. Diante do papel da vivência em pequenas cidades no cotidiano dos estudantes, faz-se necessário pensar nos fatores que são exercidos por ela sob diferentes óticas, mesmo compreendendo os conteúdos geográficos no cotidiano.

Considera-se que quando o conteúdo ensinado faz parte da vida dos estudantes, como estes conteúdos estão inseridas no espaço de vivência do aluno, têm-se uma maior exemplificação de fenômenos e conceitos geográficos a serem ensinados, o que será visto no percurso didático desenvolvido. As pequenas cidades em questão compõem o trajeto cotidiano dos jovens estudantes, e talvez até um convívio mais próximo, exemplificado por meio de seus familiares e até mesmo alguns jovens que são agentes construtores destes espaços. E em muitos momentos essa discussão é silenciada, e o ensino transforma-se em algo que não

é significativo para os sujeitos que vivenciam cientificamente grandes espaços urbanos e não o seu cotidiano.

Por todos esses motivos torna-se importante ter as pequenas cidades como fator potencializador para o ensino de Geografia, fazendo com que o jovem estudante compreenda sua rotina, e (re) conheça o conhecimento cotidiano fomentando relações entre a realidade da vivência por parte dos alunos e os conteúdos escolares. Cavalcanti (2013, p.67) exemplifica a necessidade do aluno compreender o "espaço para a além de sua forma física, como a materialização dos modos de vida". Vários são os temas que partem do cotidiano dos jovens em período escolar, reforçando ligações que podem ser encontradas no cotidiano dos jovens escolares, e estes devem ter significados com a realidade da Geografia escolar.

O propósito é fornecer ao estudante oportunidades para que reconheça o papel da escola e da ciência geográfica na sociedade, na busca pelo entendimento na construção das relações na sociedade. Evidencia-se, então, que as pequenas cidades como gerador de práticas espaciais, valorizando o local em que estão situadas e a organização hierárquica da cidade, originando temas e conteúdos na construção de conhecimento pelo ensino de Geografia. Azevedo (2016, p.269) pondera que:

> A Geografia escolar deve ser utilizada com instrumento para possibilitar ao aluno desenvolver sua capacidade de reflexão sobre diversos acontecimentos do seu dia a dia, ampliando sua visão sobre o mundo e que possa levá-lo a uma interferência consciente do mesmo (AZEVEDO, 2016, p.269).

É necessário reconhecer as dificuldades em dar continuidade às práticas escolares, seja pelo tempo, recurso financeiro, materiais didáticos entre outros problemas que cabem

a uma outra reflexão, porém, precisa-se ter em mente a necessidade de construir um ensino que tenha relevância para a vivência dos estudantes, mostrando que o aprendizado deve ter significado no seu cotidiano, levando em consideração o contexto histórico, social e cultural dos jovens, constituindo a importância da formação cidadã e o exercício da Geografia em sua vivência.

Vesentini (2005) nos aponta uma realidade sobre a importância do ensino que tenha como direcionador a realidade dos professores e dos estudantes, em que por meio do ensino aprendizagem valorizam:

> [...] o conhecimento a ser alcançado no ensino, na perspectiva de uma geografia crítica, não se localiza no professor ou na ciência a ser "ensinada" ou vulgarizada, e sim no real, no meio onde o aluno e o professor estão situados e é fruto das práxis coletivas dos grupos sociais. Integrar o educando no meio significa deixá-lo descobrir que pode tornar-se sujeito na história (VESENTINI, 2005, p.37).

Essa perspectiva de ensino implica diretamente na necessidade de aproximar a teoria de conteúdo junto às práticas que podem ser exercidas no e para o local, assim, defende-se um ensino construído por meio da vivência dos estudantes, além da necessidade de um planejamento escolar que inclua a realidade dos povos que façam parte dele, e que reconheça a dimensão social e histórica em consonância ao conhecimento científico.

Considerações Finais

Considera-se que conteúdos geográficos estão lançados a todo momento diante das vivências dos jovens escolares, o uso

desta cotidianidade enquanto suporte pedagógico para professores é de fundamental importância, uma vez que este traz a formação teórica concretizada pelo processo de mediação, resultando em elementos necessários para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

Entretanto, é necessário que seja levado em consideração a questão as pequenas cidades para a construção como recurso pedagógico, uma vez que estes são maioria quantitativa em todo território nacional, não apenas no estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, torna-se necessário evidenciar que o processo de ensino-aprendizagem pode ser ainda mais eficaz, se as pequenas cidades e os conteúdos geográficos que as pertencem fosse mediados no ensino escolar, uma vez que a pouca inserção deste contexto socioespacial, torna a compreensão do jovem estudante subjetiva e abstrata. Visto que, apresentar as distintas faces das cidades brasileiras, faz mostrar aos alunos as riquezas das metrópoles e as particularidades das pequenas cidades em que estes alunos estão inseridos.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do mundo*. São Paulo: Editoria Hucitec, 1996.

_____. *O Espaço Urbano*: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Produção do espaço Urbano*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CAVALCANTI, L. S. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. *Revista Geográfica de América Central*. V. 2, n. 47E, 2011c. Disponível em: Acessado em: 3 de jun. 2018.

_____. *A geografia escolar e a cidade*: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas, SP: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. Cidade, cidadania e cultura urbana: espaços públicos enquanto espaço de cidadania de jovens em áreas urbanas de Goiânia. *Ciência geográfica*. Bauru: AGB, Ano X, V. 10, N. 2, p.151-156, 2004.

_____. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. *Caderno Cedes*. V. 25, N. 66, maio/ago, 2005.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. *Ensino de Geografia*. São Paulo: Cengage Learning. 2011.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo, Editora da Unesp, 2009. 360 p.

LIBÂNEO. José Carlos. *Didática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, M. As cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, M. *Da Totalidade ao Lugar*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2008. cap. 5, p. 85-92.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. S. Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

SHULMAN, L. S. Communities of learners & Communities of teachers. In: *Monographs from the Mandel Leadership Institute*. Jerusalem: The Mandel Institute, 1997.

_____. *Psicologia pedagógica*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SILVA, P. F. J. *Cidades Pequenas e Indústria*: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente - SP. Dissertação de mestrado. p. 285. 2011. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/11/ms/paulo.pdf>. Acessado em: 21/03/2019.

SOARES, B. R. Pequenas e Médias Cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. *Cidades Médias*: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Cap. 19. p. 461-494.

SOUZA, Marcerlo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Produção do espaço Urbano*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. Estudo do desenvolvimento dos conceitos científicos na infância. In: _____. *A construção do pensamento e da linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO

Sueley Luana da Silva Inácio

Carmem Lúcia Costa

Introdução

Há séculos vários grupos sociais lutam por um espaço na sociedade, seja no mercado de trabalho, nas universidades, acesso à moradia, por igualdade de gênero, raça e cultura.

Tendo em vista essa realidade, as pesquisas desenvolvidas nas instituições de ensino, pesquisa e extensão contribuem para melhor compreensão desses conflitos travados em busca da igualdade em um espaço marcada pela desigualdade. Dentre as ciências humanas e sociais que se ocupam desse debate, está a Geografia.

Conforme Cavalcanti (2001, p. 12), "a Geografia é uma leitura, uma determinada leitura da realidade. É a leitura do ponto de vista da espacialidade. Seu objeto de estudo é o espaço geográfico". Sob este viés, Santos (1996, p.71) afirma que "o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço". Desse modo, o espaço é resultado das relações de homens e mulheres com a natureza e entre si, mediante o trabalho.

Em consonância com os autores, o espaço geográfico é analisado e interpretado pela Geografia, estando esse repleto de

conflitos, de vários grupos sociais que lutam por uma igualdade e reconhecimento de gênero, raça e cultura.

Nessa perspectiva, utilizamos a Ciência Geográfica e o espaço urbano para o desenvolvimento do presente artigo. A escolha pela temática se fundamenta no fato de ambas as autoras serem do Grupo Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho/UFG/CNPq, e desenvolverem pesquisas relacionadas às categorias utilizadas nesse artigo, como, espaço e gênero.

Queremos contribuir para o debate demonstrando como a Geografia e suas pesquisas nos possibilita compreender as representações sociais que discriminam e excluem determinados sujeitos na sociedade a partir do gênero, da raça e da cultura, e como o capital se apropria destas representações para explorar as(os) trabalhadoras(es), principalmente as mulheres.

O Espaço e as Relações de Trabalho

O espaço é uma das categorias de análise da Geografia que colaboram não só para a compreensão das relações físico/natural, mas também para as sociais/humanas. Segundo Campos (2011, p. 555), "a Geografia deve se ocupar das relações entre a sociedade e seu entorno em diversas escalas".

Ao conceituar a categoria espaço, Santos (1996, p.71) afirma que este "[...] é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais". Sendo assim, o espaço é um produto social que pode ser compreendido a partir da relação sociedade/natureza.

Esta relação consequentemente traz modificações ao meio natural, sendo resultado de trabalho humano, seja físico ou mental. Desse modo, o trabalho é a condição de existência da vida humana. A esta discussão Moreira (1985) acrescenta:

> A configuração da geografia como mundo circundante decorre do fato de que a existência humana é garantida pelo trabalho dos homens. Pelo seu trabalho os homens transformam a natureza em objetos para consumo e para lhes aumentar a sua capacidade de trabalho. A natureza fornece o material, que o trabalho do homem transformará nos objetos com os quais satisfará a suas necessidades variadas. (MOREIRA, 1985, p. 68).

Diante de tal explanação, afirmamos que a sociedade produz espaço e as estruturas espaciais se organizam a partir das relações sociais, econômicas, políticas e culturais ao longo do processo histórico.

Tendo em mente esta realidade, Nogueira (2006, p. 165) assevera que "[...]é através do trabalho que o ser social busca a produção e a reprodução da sua vida societal".

Dessa forma, a categoria trabalho e suas relações se fazem presentes nessa discussão, visto que as relações sociais de homens e mulheres são influenciadas pelo modo de produção capitalista, tornando desigual e contraditória a apropriação e a organização do espaço.

É certo que não podemos dialogar sobre a produção do espaço externo à discussão capital/trabalho, então nos atentamos às grandes contribuições de alguns geógrafos que se utilizam do materialismo histórico dialético, como Costa (2011), Harvey (1992), Santos (1985), entre outros, para compreendermos o espaço e a sua subordinação ao modo de produção capitalista que gera desigualdade, contradição e luta de classes de diversas

categorias de trabalho, com o emprego doméstico. Concernente a tal discussão, Corrêa et al. (2000) afirmam:

> O espaço aparece efetivamente na análise marxista a partir da obra de Henri Lefébvre. Em seu Espacio y Política argumenta que o espaço "desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema". (LEFÉBVRE, 1976, p.25) (CORRÊA et al, 2000, p.25).

De fato, "Espacio y Política" é uma de muitas obras marxistas que contribuem para a compreensão de que o espaço é o lócus das relações humanas. Nesse viés, Corrêa et al. (2000, p. 18) afirmam que "[...] o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do Homem". Com efeito, na sociedade capitalista dominar o espaço é ser detentor dos meios de produção, sendo que a existência do ser humano é assegurada por meio do trabalho.

Sob esta lógica, a organização do espaço está subordinada ao capital, o Estado atende aos interesses dos donos dos meios da produção, regulamentando não só as relações de trabalho que exploram ainda mais o(a) trabalhador(a) que produz mercadorias, mas também organizando o espaço para produção, distribuição, circulação e consumo das mercadorias. De acordo com Harvey (1992, p. 209, grifos do autor), "as definições de 'organização espacial eficiente' e de 'tempo de giro socialmente necessário' são formas fundamentais que servem de medida à busca do lucro".

Ao lado de reflexões como essa, na necessidade do capital de se apropriar dos lucros, impõe-se à sociedade contemporânea capitalista um ritmo acelerado dos processos econômicos, intensificando a exploração da força de trabalho e,

consequentemente, modificando a vida social do trabalhador (a). Nesse sentido, Harvey (2006) considera que:

> Devemos a idéia de que o domínio do espaço é uma fundamental e pervasiva de poder social na e sobre a vida cotidiana à voz persistente de Henri Lefebvre. O modo como essa forma de poder social se articula com o controle do tempo, bem como com o dinheiro e outras formas de poder social, requer uma maior elaboração. Vou explorar o argumento geral de que, nas economias monetárias em geral e na sociedade capitalista em particular, a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexo substancial de poder social que não podemos nos dar ao luxo de ignorar. (HARVEY, 1992, p.207).

Por meio desta afirmação, para extração da mais-valia, o capital controla a mão de obra do(a) trabalhador(a), bem como as suas práticas sociais e espaciais.

A classe trabalhadora, cuja existência é marcada pela alienação, desconhece o valor da sua força de trabalho, o produto de seu trabalho lhe aparece estranho e exterior. Portanto, a mercadoria adquire valor superior ao homem e à mulher, tornando a exploração da força de trabalho constante.

O(a) trabalhador(a) é remunerado(a) com um salário inferior ao valor total das mercadorias produzidas pela sua força de trabalho. Desse modo, a alienação distancia o(a) trabalhador(a) do produto de seu trabalho, ocorrendo a desumanização do homem e da mulher no capitalismo; o produto do seu trabalho aparece como algo exterior, estranho.

Para o capitalista, é importante perpetuar este estranhamento, pois é a classe de trabalhadores(as) que produz riquezas, visto que, se todos(as) fossem donos dos meios de produção, não haveria capitalismo e nem exploração.

No processo de luta de classes no espaço geográfico, os capitalistas se veem obrigados a regulamentar a relação capital/trabalho. No entanto, de forma contraditória, o capital cria estratégias em meio à sociedade a partir de novas formas de exploração do trabalho.

Nesse viés de discussão, Saffioti (1978) chama a atenção para a presença da mulher brasileira nos empregos domésticos em uma formação social capitalista em que persistem formas de trabalho não capitalistas, considerando que:

> [...] a modernização da economia, estando presentes fatores como alta concentração da renda nacional, baixo grau de escolaridade das camadas mais pobres, industrialização intensiva de capital, apenas não traz benefícios materiais às mulheres, como também impele-as a aceitar, a fim de sobreviver, o desempenho de atividades mal remuneradas e pouco ou nada prestigiadas do ponto de vista social. (SAFFIOTI, 1978, p. 18-19).

É a partir desse contexto que se pode afirmar que as empregadas domésticas vendem à sociedade capitalista sua força de trabalho em troca de um salário como meio de existência e sobrevivência da reprodução da vida no espaço geográfico.

Em verdade, notamos, também, que o emprego doméstico no início do século XXI apresenta uma natureza diferente em relação aos demais trabalhos, porquanto mescla novas formas de exploração e antigas práticas arraigadas à servidão.

Sobre o trabalho assalariado que condiciona o(a) trabalhador(a) "às amarras que o tornam escravo do capital", Marx (2010, p.11) acrescenta:

> [...] o capital se valoriza a partir da intensificação da exploração do trabalho de um grande contingente de trabalhadores (homens, mulheres, crianças, idosos) que os

> sujeitos, com a evolução desse modo de produção, ficam à mercê da informalidade e da exclusão [...]. (MARX, 2010, p. 11).

A realidade apontada por Marx no século XIX pode ser observada ainda hoje na exploração da(o) empregada(o) doméstica(o), sendo uma categoria de trabalho marcada pela informalidade e pela exclusão de direitos, do espaço.

De acordo com a Cartilha do Trabalhador Doméstico do Ministério de Trabalho e Emprego, integram a categoria de empregados(as) domésticos(as): cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira(or), faxineiro(a), vigia, motorista particular, acompanhante de idosos, jardineiro(a) e caseiro(a).

Nesse viés de discussão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) a mulher ganha 79,5% do rendimento médio recebido pelo homem, destacando ainda: A participação das mulheres era maior entre os Trabalhadores dos serviços domésticos em geral (95,0%), Professores do Ensino fundamental (84,0%), Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos (74,9%) e dos Trabalhadores de centrais de atendimento (72,2%).

No grupo de Diretores e gerentes, as mulheres tinham participação de 41,8% e seu rendimento médio (R$ 4.435) correspondia a 71,3% do recebido pelos homens (R$ 6.216). Já entre os Profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres tinham participação majoritária (63,0%), mas recebiam 64,8% do rendimento dos homens.

As ocupações com maior nível de instrução também mostram rendimentos desiguais. Entre os Professores do Ensino fundamental, as mulheres recebiam 90,5% do rendimento dos homens. Já entre os Professores de universidades e do ensino

superior, cuja participação (49,8%) era próxima a dos homens, o rendimento das mulheres equivalia a 82,6% do recebido pelos homens. Outras ocupações de nível de instrução mais elevado, como Médicos especialistas e Advogados, mostravam participações femininas em torno de 52% e uma diferença maior entre os rendimentos de mulheres e homens, com percentuais de 71,8% e 72,6%, respectivamente.

Esses dados nos motivam a reconhecer que ainda há desvalorização do trabalho feminino, assim como o do homoxessual, pois existe uma visão machista em meio à sociedade brasileira, que vincula o trabalho doméstico não remunerado ao sexo feminino, neste sentido, as tarefas familiares e do lar são vistos como obrigação da mulher.

Além de outros comportamentos no espaço público onde nem sempre mulheres são tratadas de forma igualitária, assim como outras identidades de gênero, que ainda sofrem com a exclusão e com a violência.

Desta forma, há associação de tarefas e de comportamento nesta sociedade capitalista a partir dos aspectos biológicos dos corpos, esta idealização de papeis a serem desempenhados a partir do biológico que a sociedade constrói deve ser desconstruída, pois existem plurais identidades no espaço que devem ser levadas em consideração. Conforme Silva (2009):

> Há corpos biologicamente categorizados como mulheres que podem desenvolver uma identidade de gênero masculina e ainda desejar outros corpos tanto masculinos como femininos. São estas combinações possíveis que desestabilizam as fronteiras rígidas da heterossexualidade e que subvertem a lógica naturalizante das construções identitárias baseadas nos pólos hierarquicamente

> estabelecidos entre masculino e o feminino. (SILVA, 2009, p.86).

Assim, a citação acima nos afirma que não existe uma única identidade hegemônica, o espaço geográfico brasileiro se constitui de diversas facetas identitárias.

Estas diferentes identidades sexuais e raciais nem sempre são respeitadas e reconhecidas, pois elas rompem com a visão universal ocidental hegemônica. Observamos que existem algumas formas de contestar e neutralizar estas plurais identidades, isto se configura através da homofobia e agressões ao gênero feminino.

Trabalho Doméstico, Gênero e Patriarcado

Como apontamos anteriormente, o trabalho é a atividade básica do homem e da mulher, é o pilar fundamental para sua socialização. Dessa forma, ambos vivem da sua força de trabalho, que foi explorada de formas diferentes em vários contextos históricos. A este respeito, Nogueira (2006, p.139) salienta que "o trabalho, ao longo do processo histórico, se apresenta de inúmeras formas, atendendo às necessidades de cada momento".

Destarte, foram várias as formas de organização do trabalho e de exploração das(os) trabalhadoras(es), especificamente, na sociedade capitalista, as quais se estabeleceram de acordo com a necessidade de acumulação do capital.

Para Silva (2010, p.111), "o trabalho foi considerado na antiguidade como uma atividade daqueles que haviam perdido a liberdade, cujo significado era sofrimento e infortúnio". Dessa forma, inicialmente, a concepção trabalho sempre esteve

predominantemente ligada a uma visão de sofrimento, de algo imposto. Contudo, esta concepção se transforma na sociedade capitalista, em que o trabalho é entendido como necessário e digno.

O capital se baseia na exploração e exclusão de uma grande parcela da população no mundo do trabalho, gerando desigualdades e dominação de uma classe social sobre a outra. É a partir desse entendimento que reconhecemos as relações que marcam o espaço permeado por conflitos de vários grupos que lutam por melhores condições e relações de trabalho, como as(os) empregadas(os) domésticas(os), que são em sua maioria mulheres, correspondendo 95% das(os) Trabalhadoras(es) dos serviços domésticos em geral, com 79,5% do rendimento médio recebido pelo homem, de acordo com o IBGE (2018).

A partir destes dados, reconhece-se que as(os) empregadas(os) domésticas(os) em sua maioria, são mulheres, com salários inferiores aos dos homens, visto que o valor da força de trabalho da mulher é produzido pelo patriarcado como sendo de menor valor.

A cultura patriarcal insiste em colocar a mulher em condições desfavoráveis em relação ao homem no âmbito social e econômico, fomentando a desigualdade salarial entre o gênero feminino e o gênero masculino no mundo do trabalho. Consoante Cyrino (2012),

> [...] o patriarcado se sustenta sobre uma base econômica que é ocultada: o modo de produção doméstico. Por intermédio do casamento, o "homem-marido" se apropria do fruto do trabalho da sua esposa sem contrapartida salarial e fora de todo circuito monetário. (CYRINO, 2012, p. 41, grifo do autor).

Nesse viés, o patriarcado, inserido na sociedade, funda arranjos socioculturais que engendram estruturas de exploração da mulher, sempre reservando a esta a esfera privada, com trabalho considerado improdutivo em termos econômicos, como o cuidado com a casa e com a família, ficando em segundo plano a esfera pública, na qual se realiza grande parte do trabalho produtivo.

Quanto ao modo como a cultura patriarcal subjugou as mulheres ao matrimônio monogâmico, dando-lhes uma posição de submissão ao homem e deveres no espaço privado, Engels (2012) considera que:

> As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir as obrigações domésticas. (ENGELS, 2012, p. 97).

Tendo em mente este contexto exposto pelo autor, a família monogâmica se constrói como forma de procriação dos filhos, que são herdeiros das riquezas do pai, sendo isto conveniente para assegurar a expansão e a manutenção da propriedade privada. Portanto, a origem da família monogâmica na sociedade capitalista é baseada nas condições econômicas, sendo mais interessante para a expansão do capital o matrimônio com pessoas

da mesma posição econômica, o que fomenta a aquisição de riquezas e a divisão de classe social e de sexos diferentes para garantir a reprodução. Segundo Engels (2012),

> [...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até nossos dias atuais, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam ás custas da dor e da repressão de outros. (ENGELS, 2012, p. 87).

Em consonância com o supraexposto, mesmo o autor tendo escrito no final do século XIX, na Europa, sobre a opressão do sexo feminino pelo masculino, a reprodução do capital nos séculos seguintes não garantiu a superação da opressão, pelo contrário, aprofundou-a mediante a realização de outras formas de exploração e opressão feminina.

Diante das situações desiguais vivenciadas pelo gênero feminino em relação ao gênero masculino, muitas mulheres, no decorrer da história, constituíram-se socialmente na vida doméstica, vivendo em função da família e das novas necessidades produzidas pela reprodução do capital. Nesse contexto, Cyrino (2012, p.41) acrescenta que "a família é, em sua teoria, o lócus principal de opressão das mulheres", pois é nela que estão explicitamente as relações de repressão, submissão e exploração da mulher.

Portanto, a desvalorização do trabalho doméstico é oriunda das relações sociais históricas de uma sociedade brasileira

patriarcal, racista e machista que continua a vincular os trabalhos domésticos, sejam assalariados ou de âmbito familiar, ao gênero feminino, o que causa sofrimento a muitas mulheres em uma sociedade que, a partir do seu modo de produção, causa miséria, opressão, exploração e hierarquias por meio do gênero.

Segundo Lopes (2008, p. 39), vê-se "[...] o espaço doméstico, tido pela cultura sexista e machista que legamos, como espaço naturalizadamente de mulher". Esta situação é produzida pelo patriarcado que, consequentemente, coloca o trabalho da mulher no espaço público como desigual e inferior.

Esta construção histórica do lugar da mulher na sociedade e a vinculação do gênero feminino a alguns valores como compaixão, paciência e sensibilidade, elementos associados ao não racional, acabam por formar a base para a desvalorização salarial de algumas profissões nos dias atuais, tais como professoras das séries iniciais, enfermeiras, secretárias, entre outras. Neste conjunto, há também os trabalhos informais e parciais ocupados, em sua maioria, pela mão de obra mais barata, a da mulher.

Scott (2010, p. 155-156) ratifica que "[...] o patriarcado é um sistema social de relações de gênero engastadas numa série de instituições e estruturas sociais, em que existe desigualdade". De fato, o patriarcado alicerça as relações sociais e familiares e isto não interfere só no ambiente familiar, com opressão à mulher e exploração, mas também no desempenho de trabalhos e ocupações de algumas profissões que apresentam baixa remuneração na sociedade brasileira, como o emprego doméstico.

Sobre como o homem e a mulher são vistos pela sociedade, Saffioti (2013, p. 255) assevera que, na cultura patriarcal, tem-se o homem como "[...] o chefe da família, exercendo autoridade

sobre a mulher e a geração imatura", desempenhando a qualidade de provedor do 'ganha-pão do grupo familiar'. É este um dos fundamentos construídos na sociedade para explicar os menores salários atribuídos às mulheres.

Portanto, foram construções sociais que condicionaram o gênero feminino ao espaço privado e o gênero masculino ao espaço público. Esta separação foi construída de forma tão perversa pela sociedade patriarcal brasileira que até mesmo a educação contribui para tal construção.

Com o fito de compreender a influência da educação no cotidiano das mulheres, Gramelik (2013) relata:

> Na sociedade dos anos de 1950, as moças eram preparadas durante toda a infância e adolescência para se casar. Até mesmo as escolas as preparavam para isso, com aulas de prendas domésticas, entre outras. Tudo na vida das moças girava em torno do casamento. Del Priore já afirmava: ser esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina (GRAMELIK, 2013, p. 122).

Assim, é possível afirmar que a educação formal não era vista como algo necessário às mulheres na segunda metade do século XX, pois os currículos do ambiente escolar enfatizavam o aprendizado de atividades domésticas. Então, as mulheres eram preparadas para estarem no espaço privado. Segundo Cyrino (2012):

> [...] é preciso colocar em questão representações tradicionais de gênero que contribuem para que homens e mulheres se percebam de uma maneira ahistórica, eternizados em comportamentos e atitudes que são

> interpretados como fazendo parte da natureza masculina ou feminina. (CYRINO, 2012, p.33)

A partir dessa reflexão, percebe-se que a sociedade mascara a realidade de que o gênero feminino possa ter o desejo de reconhecimento no trabalho, competição e agressividade. Segundo Gramelik (2013, p.122), as mulheres que buscassem outro destino que não fosse o natural de sua personalidade feminina, "[...] sofria todo tipo de preconceito e tanto sua sexualidade como sua saúde mental logo eram questionadas".

Como efeito dessa opressão vivenciada pelo gênero feminino, Saffioti (2013) salienta que em 1964, no Brasil:

> No que tange ao ensino de grau médio, as mulheres obtiveram, pois, paridade com os homens, o mesmo não acontecendo, entretanto, no ensino superior, em que elas não chegam a representar sequer um terço dos homens. Com efeito, concluíram cursos universitários, em 1964, 20.282 homens e 6.890 mulheres. (SAFFIOTI, 2013, p.326)

Diante dos dados sobre a escolarização de nível superior e a construção social do destino natural da mulher, é certo que o casamento e a maternidade teriam um valor superior na vida de muitas mulheres do que sua carreira profissional, como se o homem estivesse destinado ao campo da produção econômica e a mulher ao da reprodução social.

Estas construções sociais sinalizam as dificuldades e as poucas possibilidades das mulheres se fazerem presentes na esfera pública, sendo o universo das relações socioeconômicas que sustentam a produção do espaço. Carlos (2015, p.54) corrobora que "[...] o modo como a vida se desenrola revela uma dimensão espacial", pois o espaço é marcado pelas trajetórias de

vida de homens e mulheres que são contextualizadas a partir de suas condições e relações socioeconômicas.

Desse modo, não obstante o aumento da força de trabalho feminino no Brasil no espaço público no decorrer das décadas, as mulheres sempre estão em situações desiguais em relação aos homens, posto que o trabalho improdutivo do espaço privado ainda lhe é atribuído. De acordo com Nogueira (2006):

> O mundo produtivo recebe cada vez mais a força de trabalho feminina, confirmando a sua feminização, situação essa que se apresenta sob a lógica da expansão do sistema capitalista. Esse é um movimento que exige muita atenção da luta feminina, pois ele não deve acontecer sem que se considere a questão da igualdade de direitos da mulher, eliminando do processo as desigualdades existentes. Cabe ainda lembrar que essa inserção acentuada da força de trabalho feminina se dá não pelo interesse do capital na emancipação da mulher, mas pela lógica de uma maior acumulação de valor (NOGUEIRA, 2006, p.226).

É por essa razão que se sustenta que a entrada das mulheres no espaço público produtivo atende ao interesse do sistema capitalista, uma vez que elas estão em sua maioria ocupando postos de trabalhos com baixa remuneração, como o emprego doméstico.

Nesse contexto, Costa et al. (2013, p.130) destacam que "[...] é contra estas questões de dominação, desigualdade e subordinação, uma luta por reconhecimento e emancipação, que o movimento feminista surgiu e se consolidou como um dos mais expressivos do século XX". De fato, o movimento feminista surgiu a partir da mobilização de muitas mulheres que, em sua maioria, lutam contra os papéis subalternos impostos

historicamente à mulher, questionando a autoridade do homem pai/marido sobre a filha/esposa na sociedade, na perspectiva de inserção do gênero feminino no espaço público.

Em relação ao feminismo acadêmico no Brasil, Castro (2001) destaca duas principais vertentes:

> Quanto ao alinhamento teórico-político também o quadro não é monofônico, ao contrário. Por exemplo, só citando duas entre várias correntes de pensamento entrelaçadas a feminismos: vem crescendo a ênfase na linguagem, no discurso e nas referências simbólicas na produção feminista acadêmica, comumente com um acento pós-estruturalista e até pós-feminista, mas, por outro lado, um feminismo marxista renovado se faz também presente, disputando significados, reacendendo análises sobre cultura, poder e sistemas de discriminação e linguagens de rebelião. (CASTRO, 2001, p.57)

Cabe reconhecer que existem várias vertentes de feminismo no Brasil, com diversas abordagens e posicionamentos políticos, no intento de explicar as desigualdades entre homens e mulheres no processo de formação do espaço geográfico brasileiro.

No entanto, conforme Nogueira (2006, p. 203), "[...] a discussão sobre o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho doméstico é feita principalmente pelas feministas marxistas". Dessa maneira, consideramos as importantes contribuições do movimento feminista marxista no final do século XX na discussão teórica sobre a desigualdade no mundo do trabalho que explora e oprime as mulheres, causas e efeitos da sociedade capitalista patriarcal.

As discussões propostas por algumas feministas marxistas, como Costa (2013), Saffioti (1978), dentre outras, possibilitaram-nos compreender que a cultura patriarcal é a forma mais adequada

para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, uma vez que surgia a necessidade do trabalho excedente e da reprodução de filhos para manutenção e expansão da propriedade privada. Dessa maneira, associa-se o trabalho doméstico à mulher sem nenhum retorno monetário, como se fossem sua obrigação os afazeres domésticos e a reprodução.

Embora cada corrente feminista acadêmica no Brasil tenha seus projetos políticos, peculiares e com diversas interpretações, há um consenso entre elas quando reconhecem que o gênero pode ser construído independentemente do sexo biológico.

É por meio deste entendimento que apreendemos que a categoria gênero contribui no sentido de se colocar contra a construção sociocultural hierárquica a partir do biológico que diferencia homens de mulheres.

Esta idealização, de acordo com Helborn (2004, p. 30), "[...] transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana [...]", causando opressão a determinadas identidades de gênero. A respeito disso, Silva (2011, p. 30) ressalta que esta construção cultural dos papéis femininos "resultam em oportunidades menos favoráveis para as mulheres [...]".

Tal realidade pode ser percebida quando analisamos as baixas remunerações e as trajetórias profissionais insatisfatórias das mulheres em relação aos homens. Referente a isto, Costa (2013, p. 134) salienta que "as mulheres que estão inseridas no mundo do trabalho ainda têm que enfrentar situações como o desafio de estar em um mundo masculino, onde as suas necessidades específicas são pouco respeitadas". Esta falta de respeito e reconhecimento dificulta ainda mais a inserção e a manutenção da mulher no mercado de trabalho. A esta discussão, Saffioti (2013) contribui:

> Pesquisas realizadas evidenciam que a mulher tem mais necessidade que o homem de se ausentar do trabalho por motivos de doenças leves. Para agravar este problema, quando o homem adoece, a mulher também não comparece ao local de trabalho, pois se espera que permaneça no lar cuidando do marido, o mesmo ocorrendo quando adoecem os filhos. Tudo isto eleva o absenteísmo feminino a taxas realmente muito superiores ao masculino. (SAFFIOTI, 2013, p.87)

São fatores assim que dificultam o ingresso das mulheres em cargos mais prestigiados e, mesmo quando algumas conseguem chegar a tais postos de trabalho, sofrem discriminação salarial. Em relação a essa disparidade salarial entre o gênero feminino e o masculino, Antunes (2010) destaca:

> Sabe-se que essa expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho. (ANTUNES, 2010, p.26)

Em verdade, a entrada da mulher no mercado de trabalho não elimina a sua subordinação e exploração na atual sociedade, sendo a desigualdade de gênero um dos eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil. Nessa perspectiva, Abramo (2001) complementa:

> O peso das imagens de gênero na manutenção e reprodução das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas imagens são construídas em torno de um mecanismo dicotomizador que determina

> lugares e funções não só diferentes como hierarquizadas entre homens e mulheres. (ABRAMO, 2001, p. 27)

Por esses relatos, a sociedade capitalista patriarcal promove a manutenção e a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Isso faz com que persistam a desigualdade e a discriminação histórica entrelaçadas à divisão de classe, raça e gênero. Estas diferenças especializam-se formando diferentes paisagens e diferentes usos, que são de grande importância para a compreensão da produção do espaço.

Considerações Finais

O Brasil, nos últimos anos, passou por muitas transformações políticas e econômicas que contribuíram para a expansão do capital no espaço urbano e rural, o que modificou as relações sociais do trabalho, ocasionando desemprego, emprego parcial e outras formas de trabalho precário.

No contexto de exploração, a estratégia do modo de produção capitalista é explorar ainda mais a força de trabalho do gênero feminino, que sempre está em situações desfavoráveis em relação ao masculino no mercado de trabalho.

Com efeito, a violência contra o gênero feminino se oculta na exploração da força de trabalho e na posição das mulheres em comparação à posição dos homens no mercado de trabalho.

Dessa forma, além de propor uma análise das relações capitalistas patriarcais de produção, que oprimem todas as mulheres, sobretudo, as das classes subalternas, buscamos demonstrar a importância da Geografia enquanto ciência, que

contribui para a discussão e compreensão das barreiras socioculturais que engendram a segregação socioespacial, condicionando muitas trabalhadoras a uma vida modesta, com baixa qualidade de vida, e a privações no uso e apropriação do espaço urbano.

Para avançar na compreensão destas desigualdades a partir do gênero nesta sociedade heteronormativa que exclui e descrimina determinados grupos sociais, utilizamos como revisões bibliográficas, de alguns(mas) geógrafos que pesquisam tais temáticas, como, Cavalcanti (2001), Costa (2011), Harvey (1992), Santos (1996), entre outros.

Desse modo, a Geografia enquanto ciência proporciona uma visão ampla do espaço geográfico, atuando na construção de valores democráticos e conduzindo a luta de uma redemocratização, contribuindo para a desconstrução de algumas construções históricas que sustentam alguns a desigualdade social.

Ademais, esse artigo também busca conscientizar a população da desigualdade de gênero que permeia o espaço geográfico brasileiro, de modo a minimizar a desvalorização e a discriminação socialmente construídas e estimular uma sociedade menos desigual.

Referências

ABRAMO, L. *Organização, trabalho e gênero*. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária?. HIRATA, H.; SEGNINI, L. Org. São Paulo: Editora Senac, 2007.

ANTUNES, R. *O avesso do trabalho II*. Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. Produção Liofilização e a Precarização Estrutural do Trabalho. (Org.:) SANT'ANA, R. S. et al. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CAMPOS, R. R. de. *Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX.* A geografia crítica brasileira: tentativas de mudanças radicais. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2011.

CASTRO, M. G. Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em Recifes. In: *Cadernos Paguonlaine n° 16.* 2001, p.49 – 77. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-8333200100 0100004>. Acesso em: 12/11/2019.

CAVALCANTI, L. de S. *Geografia da cidade*: a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia-GO: Editora Alternativa, 2001.

CYRINO, R. *Mulheres executivas:* a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero. Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2012.

CORRÊA, R. L. *Geografia:* conceitos e temas. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.)2ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

COSTA, Carmem Lúcia. A Presença e Ausência do Debate de Gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa, v.2, n.2, p.76-84, ago. dez. 2011.

COSTA, Carmem Lúcia; SANTOS, Heliany, Pereira dos; VALE, Suzana Alves. *A Ausência da Temática Gênero nos Cursos de Licenciatura.* In: II Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades: Gênero, Trabalho e Identidades, 2011, Catalão, Anais.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 1820 – 1895. Tradução de Leandro Konder. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRAMELIK, M. A. B. *Gênero, linguagens e etnicidades*. Relações de gênero na música sertaneja na década de 1950. BORGES, L. et al (Org.). Goiânia-GO: FUNAPE, 2013.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HEILBORN, M. L. *Dois é par*: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

LOPES, R. B. *De casa para outras casas*: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada junto ao Instituto de Estudos Socio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO: 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Rendimento*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de- noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>. Acesso em: 17/11/2019.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. 1818 – 1883. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOREIRA, R. *O que é geografia*. 5ed. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 1985.

NOGUEIRA, C. M. *O trabalho duplicado*: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1ed. São Paulo: Expresso Popular, 2006.

RATTS, Alex. *Gênero, Identidades Étnico – Raciais e Espaço.*In: II Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades: Gênero, Trabalho e Identidades, 2011, Catalão, Anais.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade. 3ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

_____. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1978.

SILVA, J. F. S. da.; SILVA, M. I. da. *O avesso do trabalho II*. Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. Trabalho e necessidades: Há Satisfação das Necessidades Humanas na Era do Capital? (Org.) SANT'ANAET, R. S. al. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, M. J.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. *Espaço, gênero e feminilidades ibero–americanas*. (Org.) SILVA, M. J.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. Ponta Grossa-PR: Toda Palavra, 2011.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias Subversivas:* Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2009.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SCOTT, J. (Org.) *Sociologia*: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BALBÚRDIA NA PERIFERIA:
a Capoeira e a Cultura Afro-Brasileira na perspectiva da integração da universidade com seu entorno social em Ituiutaba

Anderson Pereira Portuguez

Introdução

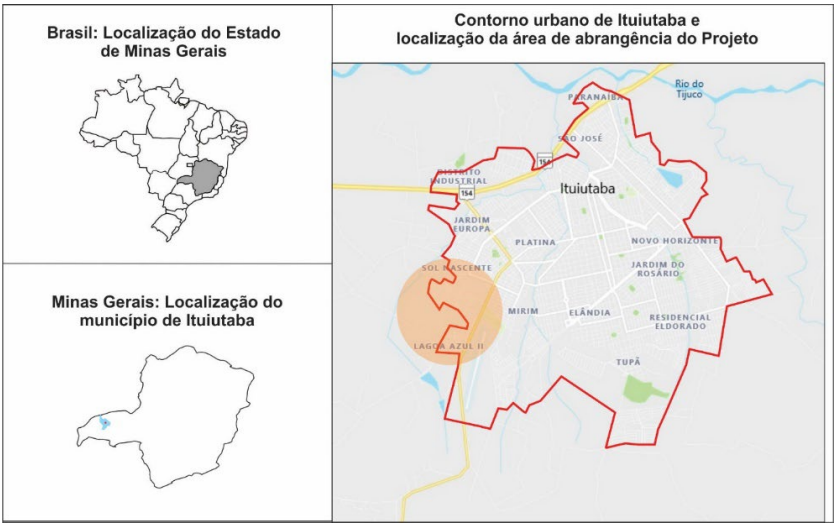
O presente trabalho traz os resultados parciais de um projeto Interinstitucional de extensão realizado pela Universidade Federal de Uberlândia em parceria com instituições culturais localizadas na cidade de Ituiutaba, MG. A articulação de diferentes parcerias internas da Universidade foi relevante para a viabilização do projeto: Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFU e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Campus Pontal. Os parceiros externos são: Sociedade Cultural e Religiosa Ilè Àse Babá Olorigbin, Instituto Ganga Zumba (Seção Minas Gerais), Editora Barlavento e Escola Vivência Cultural e Capoeira, dos Mestres Víbora e Gavião, importantes nomes da Capoeira ituiutabana. As aulas são realizadas na sede da Sociedade Cultural Axé Olorigbin, no bairro Residencial Cidade Jardim.

A ideia do projeto começou a ser esboçada em 2017, mas somente em 2018 ela foi de fato estruturada. A ideia era de unir esforços para que, ao longo de um ano, as comunidades da zona sudoeste de Ituiutaba pudessem ter acesso à Capoeira de forma gratuita e regular. Desta maneira, após implantado, o projeto pretendia atender sobretudo os moradores dos bairros Residencial

Cidade Jardim, Residencial Camilo Chaves, Sol Nascente, Residencial Copa Cabana e Lagoa Azul II.

Como se pode observar na figura 1, a área atendida pelo projeto corresponde a um conjunto de bairros residenciais, muitos deles surgidos a partir do "Programa Minha Cada Minha Vida", implantado pelo Governo Federal em Ituiutaba a partir da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Por sua vez, o bairro Residencial Cidade Jardim, onde se encontra a Sociedade Cultural que abriga o Projeto, é um loteamento privado, efetivamente implantado no início de 2014.

Figura 1: Localização da área de abrangência do Projeto em Ituiutaba.



Fonte: Mosaico de imagens disponíveis em: https://www.bing.com/maps. Org: PORTUGUEZ, 2019.

As atividades de planejamento se iniciaram em dezembro de 2017 e se estenderam até março de 2018. Em 11 de abril de 2019 a roda de Mestres deu início às atividades do projeto e desde então os moradores do bairro podem disfrutar de aulas de alta qualidade às terças e quintas feiras, das 18 às 20 horas.

O objetivo geral do projeto foi: ***o***ferecer aulas de capoeira para comunidades carentes da periferia sul de Ituiutaba. Os objetivos específicos do projeto foram: divulgar o papel civilizatório da Capoeira; conhecer a Capoeira e valorizá-la como patrimônio cultural brasileiro; potencializar o trabalho dos grupos de Capoeira de Ituiutaba e praticar a capoeira como forma de arte, dança e técnica de defesa pessoal.

O Aprendizado da Capoeira desde a Perspectiva da Tradição

A Metodologia de trabalho baseia-se em alguns princípios pedagógicos da prática esportiva no âmbito da Educação Física. Tal fato se deve à formação de alguns dos professores, que são graduados nesta área. Para os encontros, permite-se a participação de qualquer membro da comunidade. Estes podem somente assistir, ou mesmo se integrar ao grupo da roda de Capoeira. A aula é inaugurada com os praticantes posicionados em filas horizontais, para que todos possam ver o Mestre e seguir seus comandos. Nesse momento são realizados exercícios de aquecimento e alongamento e, em um segundo momento, um golpe específico é ensaiado a cada aula. Nos últimos 30 minutos de aula, forma-se a grande roda e a aula termina ao som dos atabaques, pandeiros, berimbaus e palmas, quando o que foi aprendido é inserido no contexto da roda de jogadores. Na

sequência, vê-se as fotografias 1 a 4 que representam cada um desses momentos da aula.

Foto 1: Abertura das aulas: aquecimento e alongamento.

Foto 3: Roda de Capoeira com uso de instrumentos de percussão.

Foto 2: Treinamento de golpes de Capoeira.

Foto 4: Roda de encerramento com agradecimentos e avaliação da aula do dia.

O projeto é avaliado a cada 3 meses por meio de uma roda de conversa envolvendo alunos inscritos, mestres e gestores da ação. Duas avaliações já foram realizadas e até o presente momento, observou-se satisfação dos participantes. Entretanto, os participantes acreditam que a turma não cresceu muito pelo

fato de as aulas ocorrerem em um espaço religioso do Candomblé, religião afro-brasileira vitimada pelo preconceito. Não há avaliação do desempenho dos participantes (alunos), uma vez que a turma formada é muito heterogênea, com pessoas de diferentes fachas etárias e com capacidades motoras distintas.

O Legado do Projeto "Que Barulho É Esse?"

Segundo Adorno (sd), a Capoeira é frequentemente conceituada como uma expressão cultural brasileira que integra saberes ancestrais de origem afro-brasileira. Integra dimensões artísticas, de artes marciais, de prática desportiva, cultural, de dança, e musicalidade popular. Desenvolvida no Brasil por descendentes de escravizados africanos, se caracteriza por apresentar golpes e movimentos ágeis e complexos, utilizando primariamente chutes, saltos acrobáticos e rasteiras (LOPES, 1979).

No desenvolver do "Projeto Que Barulho é Esse?", os participantes aprendem que uma característica própria da Capoeira, que a distingue das demais artes marciais, é s sua musicalidade (OLIVEIRA, 1971). Faz parte do aprendizado do jogador de Capoeira aprender a tocar os atabaques, o pandeiro, o berimbal e o caxixi (foto 5). Estes são instrumentos de percussão que são tocados juntos, ditando o ritmo dos movimentos e das palmas, que acompanham as toadas tradicionais, passadas de geração para geração, que falam do cativeiro, da tradição da Capoeira, ou mesmo entoam versos de uma rica poesia popular.

Foto 5: Caxixi, Berimbal, Atabaque e pandeiro. Instrumentos musicais da Capoeira.

Fonte: Acervo do "Projeto Que Barulho é Esse?" (2019).

Areias (1983) considera que a Capoeira tenha surgido por volta do final do século XVI nos quilombos do Nordeste. O quilombo era, originalmente, um território de resistência à escravidão, que recebia e protegia centenas ou mesmo milhares de escravizados fugidos das senzalas. Portuguez (2015) afirmou que Palmares foi o quilombo mais emblemático do Brasil Colônia, pois era em verdade, um reino africano de cultura Bantu encravado nas serras de Pernambuco, atual Estado de Alagoas.

A circularidade é, sem dúvidas, uma marca da cultura Bantu. Daí a tradição de se jogar a Capoeira em rodas de

participantes. A roda de Capoeira foi registrada como bem cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no ano de 2008, com base em inventário realizado nos estados de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro. E em novembro de 2014, recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, órgão das Nações Unidas para a cultura e educação.

Embora a Capoeira tenha um sistema de gradação que se inicia com o "batismo" (momento no qual o novo capoeirista recebe um nome para sua identificação no grupo), o Projeto tem a finalidade de proporcionar a socialização entre os participantes por meio desta arte. Não se trata, no caso do Projeto, de um curso de formação, mas sim de uma oportunidade de contato com a cultura negra brasileira, que pode, a depender do interesse pessoal de cada um, resultar e estudos mais elaborados visando a gradação na Escola Vivência Cultural Capoeira de Ituiutaba.

Conclusão

O projeto "Que barulho é esse?" vem desenvolvendo suas atividades com regularidade e atende aos propósitos para os quais foi criado. A ideia inicial seria oferecer, por pelo menos um ano, aulas de Capoeira para as comunidades alvo do projeto. Havendo interesse, o projeto poderá ser estendido e renovado.

O público alvo seria formado por crianças das comunidades, jovens, adultos e idosos. Caso houvesse demanda, uma turma poderia ser aberta para atender idosos e pessoas com limitações motoras. Porém, tal demanda não se realizou. Ao todo, o público beneficiado direto seria de 60 pessoas e o indireto de 180. Porém, como a turma formada foi menor, após a primeira

avaliação o público direto foi recalculado em 25 pessoas e o indireto para 75.

Mesmo com essa redução de expectativas, o projeto é relevante e sua realização se justifica a partir de alguns aspectos. É necessário, cada vez mais, valorizar a cultura afro-brasileira como forma de ressignificar o papel que os negros tiveram na construção da identidade nacional.

Para Vieira (1998), a roda de Capoeira é uma tradição brasileira, que teve origem na cultura africana, provavelmente no Quilombo dos Palmares. Foi registrada como bem cultural pelo IPHAN em 2008, com base em inventário realizados nos estados brasileiros considerados berços dessa tradição: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Em novembro de 2014, a Capoeira recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade concedido pela UNESCO.

Referências

ADORNO, Camille. *A arte da Capoeira.* Goiânia: Do autor, sd. E-book. Disponível em: <http://www.projetocordel.com.br/capoeirarte/aartedacapoeira.pdf>. Acesso em: 28.03.2018.

ALMEIDA, Raimundo César A. *Bimba:* perfil de um Mestre. Salvador: Imprensa Gráfica Universitária, 1980.

AREIAS, Almir das. *O que é Capoeira?.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAPOEIRA, Nestor. *O pequeno manual de Capoeira.* Rio de Janeiro: 4 ed. Ground, 1981.

CAPOEIRA, Nestor. *Os fundamentos da malícia,* RJ, ed. Record, 1992.

LOPES, Augusto José Fascio. *Curso de Capoeira em 145 figuras.* Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.

OLIVEIRA, José Luiz. *A Capoeira Angola na Bahia.* 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1997.

OLIVEIRA, Waldemar. *Capoeira-Frevo-Passo*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1971.

PASTINHA, Mestre. *Capoeira Angola.* 3 ed., Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira.* Ituiutaba: Barlavento, 2015.

VIEIRA, Luiz Renato. *O Jogo da Capoeira:* cultura popular no Brasil. Rio de Janeiro, Sprint, 1998.

O REINADO DO CONGO NA FESTA DO ROSÁRIO DE GOIANDIRA (GO): Espacialidade e Tradição

Marise Vicente de Paula

Introdução

As Festas em Louvor à Nossa Senhora do Rosário também são conhecidas por festas de reinado, devido ao fato de serem constituídas em sua maioria por congadas que possuem reis do congo, eleitos pelas Irmandades do Rosário como a figura de comando principal.

Os reinados tiveram sua gênese, de acordo com Souza (2002), por volta do século XVI, em uma espécie de justaposição cultural e religiosa, resultado do domínio da cultura europeia sobre a africana no período escravista e mantido ainda nos dias atuais com modificações espaço-temporais.

A diáspora imposta aos africanos pelo tráfico de escravos levou-os não só às Américas, mas antes disso, a Portugal e às ilhas Atlânticas, nas quais a produção de açúcar foi implantada pelos lusitanos. Postos a trabalhar sob regime de escravidão nas lavouras, nas minas e nos serviços domésticos, foram introduzidos ao cristianismo imposto aos povos e terras descobertas.

As festividades promovidas pela Coroa e pelas autoridades municipais, como entradas reais, aclamações, casamentos e aniversários de membros da Família Real, eram ocasiões em que as pessoas negras se encontravam, sendo inclusive incorporadas

nos cortejos e chamada, ao lado de outros grupos, a apresentarem suas músicas e danças exóticas à cultura dos brancos.

Mas, se a presença de africanos e seus costumes tradicionais eram saudados nas festas oficiais, quando se reuniam para folgar aos domingos e celebrar seus dias santos, já se adaptando ao calendário português, eram frequentemente cerceados pelos representantes da administração real. No entanto, algumas vezes, eram permitidos no âmbito das instituições religiosas, que aceitavam que celebrassem a Virgem Maria, vestidos à sua moda, com danças e ritmos africanos executados dentro e fora das igrejas. Nestes momentos havia a celebração em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, invocação, sob a qual, os negros já se reuniam em irmandades desde 1494.

De acordo com Souza (2002), o catolicismo foi integrado às comunidades negras por meio das exterioridades do culto e não pela assimilação dos conceitos teóricos da fé, por isso, os negros elegeram Nossa Senhora do Rosário para objeto de culto por terem estabelecido uma relação direta entre o seu rosário com o rosário de Ifá[27], usado por sacerdotes africanos. Além disso, a conversão ao catolicismo representava uma chave da aceitação social.

Outro fato apontado seria a presença de Baltasar, um dos três reis a levar as oferendas e adorar o menino Jesus ainda na manjedoura e representado como negro, no estábulo pintado na Igreja de São Domingos. Tal imagem exercia especial atração sobre os negros.

---

[27] O Rosário de Ifá associa-se aos antigos minkisi, objetos mágicos da cultura africana que promovia cura aos necessitados, composto por pequenas peças irregulares que lembravam rosas, feito da palmeira chamada Okpê-Lifá. (PACHECO, 2010)

Em Portugal, a chegada de africanos escravizados e submetidos à conversão ao cristianismo e à necessidade de encontrar formas de se organizarem na nova sociedade estimulou a formação de Irmandades do Rosário, que existiram também na Espanha nas colônias e foram amplamente difundidas na América portuguesa. (OLIVEIRA E GABARRA, 2009)

As associações eram meios encontrados pelos grupos de instituírem formas de solidariedade, principalmente frente à morte e à doença, algumas vezes facilitando a obtenção da liberdade dos que eram escravos. Isso ocorria porque o meio social era extremamente hostil ao escravo, fosse ele liberto ou não. As Associações de escravos em Irmandades os fortaleciam, pois cooperavam entre si, reafirmando sua identidade e se protegendo do branco (PACHECO, 2010).

É especulada ainda, a possibilidade de essas Irmandades terem servido para práticas religiosas africanas, já modificadas por uma mistura dos elementos das diferentes culturas em contato. De acordo com Souza (2002), em Portugal, os africanos fundaram Irmandades do Rosário mais ou menos secretas, cada qual com seu próprio rei, já no século XVI.

Tinhorão (1988), para explicar a coroação do rei do Congo por grupos de escravos em Portugal desde o século XVI, destaca o sucesso da conversão da corte congolesa ao cristianismo e, ainda, como tal feito foi usado para fortalecer a Coroa Portuguesa diante de Roma.

Já em relação às Américas, as eleições dos reis negros assumiram formas variadas, nas quais a origem étnica podia ou não ser determinante, e os elementos oriundos da classe dominante eram mais ou menos evidentes. Tal eleição de líderes por comunidades negras, efetuada no âmbito de uma associação

de ajuda mútua e festejada com cortejos de rua, danças e músicas de nítida origem africana, esteve disseminada por toda a América, do século XVI ao século XIX, sendo um típico exemplo de hibridismo cultural, isto é, manifestações que congregam elementos das diversas culturas contatadas e, permite múltiplas leituras, conforme os grupos sociais que delas participam. (SOUZA, 2002).

Tratando-se dos reis negros e suas Irmandades de Homens Pretos, foi na América portuguesa que tal eleição esteve mais difundida, existindo comprovadamente, desde o início do século XVII, ganhando força no século XVIII, mudando as feições no século XIX e ocorrendo ainda hoje em várias localidades brasileiras.

Em relação às Irmandades, estas foram elementos fundamentais no exercício de uma religiosidade colonial, caracterizada pelo culto de santos, pelas devoções pessoais e pela pompa das procissões e festas, marcadas pela grandiosidade das manifestações exteriores da fé na qual conviviam elementos sagrados e profanos.

Segundo Souza (2002), um padre Jesuíta denominado Andreoni, que viveu no Brasil de 1681 até sua morte em 1716, mencionou a presença de reis no âmbito das festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e recomendou que os senhores deixassem os escravos fazer seus folguedos.

> Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranham os senhores a criarem os seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente, em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do

> Rosário e de São Benedito e de orar na capela do engenho, sem gastos dos escravos, acudindo o senhor com sua liberdade aos Juízes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. Porque se os juízes e juízas da festa houvera de gastar o seu, será causa de muitos inconvenientes e ofensas a Deus, por serem poucos os que podem licitamente ajudar. (ANDREONI apud SOUZA, 2002, p. 191).

A eleição dos reis, no interior das Irmandades, geralmente era acompanhada da escolha de pessoas que assumiam uma série de outros cargos, compondo uma corte festiva, com títulos que remetiam às cortes europeias e às cortes africanas.

Segundo Souza (2002), no compromisso de 1565 da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos dos Mosteiros de São Domingos, em Lisboa, o capítulo 26 estabelecia que, se algum irmão quisesse por sua devoção ser mordomo, príncipe, rei, duque, conde, marquês, cardeal ou qualquer outra dignidade, deveria se submeter à votação. De modo semelhante ao ocorrido em Portugal. É, nos documentos produzidos pela Irmandade da América Portuguesa, que aparece com maior detalhe a composição e ocorrência destas cortes festivas, eleitas junto com o rei e a rainha, nas quais cada um tinha um papel específico na preparação e nos atos rituais da festa.

A diferença básica era que, enquanto, na terra natal, os chefes afirmavam um poder sobre toda a comunidade, na sociedade escravista eram aceitos como reis apenas no contexto da festa e de inversões rituais. Muitas vezes vistos com ironia pelos senhores e seus representantes, a autoridade desses reis também transcendia o momento da festa, uma vez que frequentemente eles amorteciam os atritos entre os diferentes segmentos sociais, além de serem chamados para resolver

disputas internas da comunidade que os escolheu (SOUZA, 2002).

Além dos títulos que estabeleciam uma hierarquia e definiam papéis, também as insígnias indicativas dessas posições tinham equivalentes nas monarquias portuguesas. As roupas luxuosas, ou pretensamente luxuosas, de acordo com as possibilidades financeiras dos membros da corte festiva, que incluíam mantos vistosos e ricamente forrados à semelhança dos descritos pelos cronistas para os reis lusitanos, eram sempre acompanhados de coroa e cetro, muitas vezes de metais preciosos, outras de materiais que imitavam o brilho do ouro ou da prata.

Os mantos, roupas especiais, coroas, cetros e tronos são descritos por diversos observadores da congada e aparecem em imagens que registram essas ocasiões. As roupas provavelmente eram feitas por iniciativa das pessoas que as vestiam, sendo mais um indício do esforço financeiro exigido para a ocasião. Com trajes europeus, como vestidos longos, casacos, calções e mantos, com turbantes e tangas, da mesma forma que joias e sabres eram usados junto com penas de avestruz e máscaras, a corte festiva se apresentava como síntese de elementos díspares.

Para Silva (2008), a tradição das vestimentas dos Reis negros parte do processo de conversão ao cristianismo dos congoleses realizado pelos portugueses. A partir daí a corte congolesa passa a imitar as vestimentas e a organização social da corte portuguesa, substituindo as vestimentas feitas originalmente por peles e fibras, por tecidos finos e ornamentos negociados com os portugueses traficantes de escravos.

De acordo com Souza (2002), tanto na África, quanto no Brasil, nas festas de congado, vigoram normas semelhantes à da

sociedade de corte, com hierarquia definida a partir do luxo e da riqueza das vestimentas e ornamentos.

Para Santos (2011), no Brasil, o registro mais antigo de coroação do Rei dos Congos foi em Recife no ano de 1674. Esta cidade, situada na região Nordeste do País, recebeu uma grande quantidade de escravos africanos, com forte controle dos senhores escravocratas, para que não surgissem rebeliões.

A coroação dos Reis Negros fazia parte de um conjunto de estratégias dos donos de escravos para manter a ordem e a submissão dos negros escravos, pois esse evento permitia simbolicamente que os negros tivessem seus Reis e isso foi um recurso utilizado pelo poder do Estado e da Igreja para controlar os escravos. A coroação, assim, era uma forma aparente de organização social dos negros.

Afastados da estrutura original de sociedade, em que os líderes tribais tinham a função real de organização e comando, os negros passaram a ver nos Reis do Congo, elementos intermediários para o trato com a sociedade branca e o sagrado. (SANTOS, 2011).

O controle da revolta dos escravos pelos senhores, legitimação e catequese através da participação da Igreja e dos santos católicos, e, para os negros, uma organização possível dentro da sociedade brasileira da época, representavam os vários interesses que estavam em jogo. Desta forma, a coroação dos Reis se dá por concessão do poder constituído pelos senhores de engenho e com a participação da Igreja que, nesse período, vivia sob o regime de padroado, no qual a corte portuguesa tinha o direito de conceder benefícios eclesiásticos e controlar as atividades eclesiásticas na nova terra.

Esta situação se configurou porque a violência física e psicológica contra os negros, expressa na privação de sua liberdade, fazia com que constantes revoltas ocorressem dentro do sistema escravocrata. De acordo com Batiste (1985), a resistência dos negros escravos se dava através do assassinato dos senhores brancos, revoltas à mão armada, fugas coletivas, formação de quilombos e suicídio em massa. Em decorrência desse contexto, há necessidade de criar mecanismos de controle que pudessem harmonizar o sistema das organizações dominantes.

Desta forma, coroar um Rei negro significava, neste contexto, manter os escravos sob controle, através do pseudo poder a eles instituídos através da figura de um líder que lhes atribuísse alguma identidade. Este ato fazia com que os escravos africanos rememorassem a organização social de sua terra natal, amenizando assim, psicologicamente, a submissão cultural estabelecida. De acordo com Cascudo (2000), a coroação de um Rei negro acabou por constituir uma forma aparente de organização social dos negros, uma sobrevivência que se transformou em fundamentação mítica.

Como não possuía um poder político, os Reis negros eram considerados como uma ponte entre os escravos e as divindades africanas, que representavam uma forma de resistência contra as atrocidades do regime escravocrata.

Assim sendo, a religião será vista como uma forma de resistência e preservação de sua cultura através do sincretismo estabelecido entre os escravos e a religião oficial dos senhores brancos, o catolicismo. Neste contexto, Nossa Senhora do Rosário vai ser decisiva na organização coletiva dos africanos.

De acordo com Santos (2011), houve muitas revoltas sangrentas, mas também ocorreu a resistência pacífica através das Congadas e Irmandades do Rosário, onde os protestos eram expressos nas letras das músicas e na organização social dos escravos. Desta forma, a coroação dos Reis negros representava uma subversão controlada feita pelos escravos africanos integrados ao sistema.

Os Reinados do Congo resistiram até a atualidade. Em Goiandira (GO), que representa a área de pesquisa da presente reflexão, de acordo com as informações orais, cedidas em entrevista, realizada dia 21 de maio de 2013, com Senhor Rubens Nei Gomes, o Rei da Congada de Goiandira (GO) da Igreja Católica Apostólica Romana, o reinado tem a função de conduzir todos os ritos que envolvem a coroa, desde a postura dos ternos de congo, dos percursos e ritos das procissões e cortejos, processo de entrega da coroa e de quem tem acesso à coroa. Nesta perspectiva, uma das principais preocupações do Rei é o cumprimento de suas obrigações morais e organizacionais da festa, ou seja, com a manutenção da tradição. O Rei representa a autoridade máxima e sua palavra é a última nas decisões e ações tomadas durante e depois da festa, como elucida o trecho da entrevista supracitada: "O rei é a pessoa que, em uma sequência, seria a última pessoa a falar, mas é a palavra definitiva no final, caso haja uma complicação." (Rubens Nei Gomes, informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

Além das obrigações com a festa, o Rei e a Rainha Conga representam importantes figuras dentro da sociedade e da Irmandade do Rosário. Prezam por uma conduta social respeitável como uma espécie de condição para manutenção de seus cargos junto ao reinado e, atuam o ano todo, como conselheiros do general e capitães dos ternos de Goiandira (GO)

em assuntos diversos, desempenhando também a tarefa de conselheiros de congadas de outras cidades.

O posto de Rei é obtido por votação da Irmandade do Rosário, sendo um cargo hereditário. A figura do Rei é hierarquicamente superior aos demais membros da família real. A Rainha Conga, em Goiandira, é a esposa do Rei, contudo, nesta festa existe também a rainha da coroa que é um membro da família dos carreiros, uma família tradicional do congado na cidade. Segundo a tradição da festa, esta menina deve ser virgem e sua função é carregar a coroa durante os ritos da festa.

Na festa de Goiandira não observamos príncipes e princesas. Contudo, foi possível observar que os ritos são cuidadosamente mantidos ao longo da história da festa, como afirma o Ser Rubens Nei:

> Hoje a gente observa por outras festas, quando a gente tem a oportunidade de estar conhecendo, tanto na nossa região quanto fora, que a nossa festa realmente é muito tradicional, agora quando digo nossa, o que a gente observa também, como a gente vive ali às vezes você acha que a festa deixa a desejar, mas quando você olha para outras festas vê se que ela tem um compromisso maior. (Rubens Nei Gomes, informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

Em Goiandira (GO) existem dois reinados, um pertencente à festa ligada a Igreja Católica Brasileira e outro pertencente à festa ligada a Igreja Católica Apostólica Romana. Faremos uma reflexão acerca do Reinado ligado à Igreja Romana devido a maior expressividade que este possui na cidade. Contudo, nossa pesquisa pretende se estender ao Reinado da Igreja Brasileira em uma reflexão posterior.

Diante disso, o presente artigo busca discutir a festa de Goiandira (GO) pelo viés da tradição, procurando apontar pontos importantes sobre o reinado desta realidade e o aspecto de compromisso e respeito que ele apresenta com a devoção ao Rosário.

Tradição e Espacialidade na Congada de Goiandira (GO)

A tradição pode ser vista por diversos vieses. De acordo com Luvizotto (2010), representa um conjunto de sistemas simbólicos reproduzidos através do saber familiar ou social. Contudo, apesar de sua aparência engessada, como um elemento cultural que é, ela se reproduz com adaptações condizentes a cada tempo histórico que abriga sua existência. Desta forma, a tradição, entre outros elementos, organiza espacial e temporalmente as ações dos grupos sociais.

Considerando que o espaço geográfico é o espaço da humanidade, que é composto por múltiplas situações e contextos formulados por agentes históricos e sociais, consiste em dizer que o espaço geográfico representa o espaço social e, historicamente, construído, sendo que esta construção se dá pela característica da sociedade que é diversa e, também, dinâmica, estando em constante modificação. (MASSEY, 2008). Nesta perspectiva, espacialmente, a tradição cria lugares sagrados que têm um significado específico e mítico para aqueles que a reproduzem.

Para Santos (2004, p. 152), o lugar "é uma porção discreta do espaço total." O autor continua sua explanação, considerando que Aristóteles e Einstein mencionam o lugar como uma porção da face da terra identificada por um nome, no sentido de localização e pertencimento de propriedade que lhe davam forma

e valor peculiares. Esta visão está vinculada à noção de percepção, contendo uma direção, basicamente, psicológica. Porém, Santos (2004) afirma que, no ponto de vista teórico e epistemológico, o espaço precede o lugar.

Contudo, estas construções espaciais que podem ser denominadas de espacialidades, em momentos de representação de determinadas tradições como por exemplo, os ritos do rosário, ocorrem em lugares específicos e historicamente demarcados como as ruas que são percorridas pelas procissões e cortejos, a casa da madrinha da Coroa que guarda a coroa durante todo ano e a entrega à rainha da coroa no período da festa, a casa da família dos Carreiros de onde descende a rainha da Coroa, a casa do Rei e Rainha Conga, são espaços tradicionais que no momento da festa são reconhecidos e ocupados pelos congadeiros e devotos de Nossa Senhora do Rosário, mesmo considerando que o reinado não reside na cidade, visto que o Rei e Rainha Conga, moram na cidade de Catalão (GO) e a Rainha da Coroa mora na cidade de São Paulo (SP), mas no período da festa ocupam seus espaços de moradia que permanecem vazios durante o restante do ano.

Outro aspecto importante da espacialidade da Congada de Goiandira (GO) é a questão da divisão da cidade em duas partes, a cidade de cima e a de baixo, onde a estrada de ferro representa o marco espacial da divisão. Aliado à espacialidade territorial existe também a divisão social, visto que a população pobre reside na cidade de baixo. Como a Congada é composta por pessoas negras, muitas de classe social menos favorecida e etnicamente discriminada, a Capela de Fátima, sede da Congada vinculada à Igreja Romana e a Igreja Brasileira sede da Congada vinculada a esta Igreja estão localizadas na cidade de baixo.

Considerando seu caráter temporal, é possível afirmar que a tradição não fica presa apenas ao passado, visto que, serve de

referência para reproduzir ações do presente e preservar identidades em ações para o futuro. Ela representa ainda, uma maneira de conceber o mundo, já que sua essência está pautada na superstição, na religião e nos costumes, desta forma, valoriza a cultura oral, que expressa as experiências das gerações anteriores, o que dá condições de preservar, mesmo que com adaptações, a técnica e os modos de vida, seja na reprodução da vida material ou da cultura.

Segundo Hobsbawn e Ranger (1997), as tradições são inventadas no processo histórico dos grupos humanos e permanecem, sendo adaptadas a novas realidades no presente e sendo fomentadas junto às gerações futuras em uma busca por sua perpetuação e consequente permanência da ideia que representa.

Nas Congadas, este processo é facilmente percebido, visto que esta representa uma manifestação da cultura popular negra, cuja intenção principal é, através da reprodução do Reinado do Congo e sua Corte, expressar a devoção à Senhora do Rosário através de musicas que remetem à cultura negra, aos lamentos da escravidão e a clamores por justiça e igualdade; bem como no ato de dançar e bater caixa em movimentos que caracterizam claramente gestuários e coreografias de matriz africana. Como estas festas acontecem no Brasil, desde o século XVII, a tradição foi inventada como uma forma de expressão mista da fé e da dor provocada pelo cativeiro e permanece ainda na atualidade como uma rememoração deste sentimento pelos grupos de origem negra, que ensinam a tradição a seus descendentes, visto que os ternos de congos têm a presença de inúmeras crianças de variadas idades, atuando como bandeirinhas e dançadores, isto sugere que a tradição será aprendida e reproduzida no futuro por estas crianças.

Nesta perspectiva, Sahlins (1990) afirma que para refletir sobre os movimentos culturais contemporâneos há de se considerar que para reproduzir e incorporar alguma tradição o indivíduo deve ter uma espécie de consciência de seu significado histórico e social, esta consciência leva à perpetuação da tradição e em alguns casos, a consecutiva incorporação de modernidades já que a cultura é dinâmica e possivelmente mutável. Contudo, este processo é bastante complexo, visto que existem movimentos de preservação e manutenção das tradições que visam reproduzi-las como aconteciam no passado, na íntegra, no presente e perpetuá-las junto às futuras gerações.

Na Congada de Goiandira (GO), é possível observar este fenômeno, visto que o reinado possui poder de organização e decisão junto à Irmandade do Rosário e, apesar dos apelos de espetacularização da festa, que em muitos momentos é vista em outras festas, como por exemplo a de Catalão(GO), a Congada de Goiandira (GO), junto ao seu reinado mantém os ritos tradicionais sem modificações há várias gerações como o Sr Rubens observa a seguir:

> Na verdade, o mais bonito da festa, o ponto alto, acontece dentro do Reinado, que é a entrega da Coroa. Ali existem vários compromissos, vários momentos que se tem que cumprir, no nosso caso a entrega da coroa não pode acontecer depois que o Sol se põe, temos esse cuidado e até hoje consegue se manter este cuidado. Na nossa festa, não existe palanque para que os festeiros recebam a coroa. Isso é feito pelo Moçambique, cantando. Os compromissos dos festeiros, são assumidos diante do batido das caixas e do canto do capitão do Moçambique. Ele faz todo aquele procedimento que quase que um ritual voltado a Nossa Senhora do Rosário. (Rubens Nei Gomes, informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

Neste sentido, Shils (1981) afirma que existe persistência em manter a tradição por determinados grupos humanos. Assim sendo, se uma prática é tradicional, ela possui um caráter de integridade e continuidade que a possibilita resistir às mudanças da sociedade.

Outro importante aspecto da tradição é seu caráter organizacional, visto que, a tradição se desenvolve dentro de um seleto grupo, constituído por elementos específicos da ação que reproduzem. Neste sentido, Luvizotto (2010) afirma que a tradição é essencialmente excludente.

Desta forma, é possível considerar que existem diferentes relações de poder estabelecidas dentro dos grupos sociais que praticam determinada tradição e as pessoas de fora do grupo. Para Elias e Scotson (2000), existe uma satisfação dos membros dos grupos em serem aceitos e respeitados por seus pares, a satisfação de pertencimento a um grupo funciona como um estímulo para que as pessoas assumam compromissos e façam sacrifícios pelo grupo e pela tradição que este representa.

Aliado ao fato religioso, é possível observar este fenômeno junto as Congadas, visto que os colaboradores das congadas como as esposas de capitães por exemplo, fazem um sacrifício pessoal enorme em prol da festa, organizando as fardas, as bandeiras, os lanches e almoços com até quatro meses de antecedência.Os dançadores por sua vez, dançam e batem caixa por longas distâncias nas visitas, nos cortejos e na entrega da coroa, o que exige um esforço físico, muitas vezes incompreendido pelos olhos dos leigos.

Assim sendo, a tradição representa uma forma de rememoração de fatos sociais, políticos e religiosos que

marcaram uma geração ao ponto de se repetir por longos períodos de tempo, com substanciais modificações, ou não.

O Congado de Goiandira (GO) e seu reinado

De acordo com Andrade (1950), o território de Goiandira (GO) foi habitado primitivamente pela tribo dos Caiapós, da região de Araxá, espalhada por quase todo o Triângulo Mineiro, e cuja existência é comprovada pela família dos Bugres ali falecidos em 1940, além dos restos de utensílios de barro encontrados sem escavações às margens do córrego adjacentes.

Com o processo de ocupação de Goiás pelo sudeste brasileiro, a região tornou-se ponto de pouso para tropeiros e vaqueiros vindos de São Paulo rumo a Entre Rios, atual cidade de Ipameri, Santa Cruz e a antiga capital de Goiás, Goiás Velha.

Em 1800, Tomás Garcia, vindo de Minas Gerais, tomou posse de vasta extensão de terras que compunham a sesmaria de Campo Limpo, transmitindo metade das terras a Jerônimo Teixeira, ao preço de cem réis o alqueire. (Araujo, 2000).

O povoado de Campo Limpo crescia lentamente, tendo sua base produtiva alicerçada na agropecuária, até que chegaram os trilhos da Estrada de Ferro Goiás, dando-lhe vigoroso impulso econômico. Elevou-se a distrito de Catalão, em 25 de janeiro de 1915, pela Lei Municipal nº 39.

Ao atingir um bom nível de desenvolvimento, gerado pela ferrovia, deu-se sua emancipação, pelo Decreto-Lei 799, de 6 de março de 1931, instalando-se o município em 6 de maio do mesmo ano, com a denominação de Goiandira, nome da Estação local dado em homenagem à filha de Dr. Balduíno que se

chamava Goiandira. (Araujo, 2000).A cidade de Goiandira (GO) está situada no sudeste goiano, possui cerca de 5.265 habitantes, de acordo com o senso do IBGE (2010). Sua economia está baseada na agropecuária e tem a cidade de Catalão (GO) como polo para questões de saúde, comércio e educação.

Em relação à cultura, que representa o centro da discussão do presente artigo, a cidade de Goiandira (GO) possui a Festa do Rosário que acontece acerca de 106 anos, sendo uma importante manifestação da cultura negra na cidade.

A Festa do Rosário de Goiandira (GO) aconteceu desde meados de 1907 vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana. Contudo, por volta de 1948, de acordo com Silva (1999), houve um conflito entre os padres americanos e os congadeiros, que resultou na expulsão dos mesmos desta Igreja.

De acordo com os relatos orais colhidos por Silva (1999), a motivação do conflito foi justificada por dois vieses distintos. A primeira versão aponta para um descontentamento financeiro por parte dos padres americanos que achavam que a festa não dava lucros expressivos. Contudo, a versão mais provável justifica a expulsão devido a uma discordância cultural, onde os padres americanos não assimilavam a diversidade cultural impressa pela festa da congada que representava uma manifestação da cultura negra claramente negada pelos padres de origem americana, como é possível observar no relato do Sr. Cilico in: Silva (1999 p. 19): “Aqueles padres da Igreja de cima, fala mal de nois, fala que Deus não gosta daquilo, daquela brincadeira, que o congo é bobage, ai noís embora”.

Diante da expulsão da Igreja Romana, o Sr. Gerônimo Tomáz, dançador de congo, tinha uma promessa para realizar a festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, resolvendo

assim, realizá-la mesmo que fosse sem padre. Para tanto, construiu um Rancho, denominado de Rancho Verde, que atualmente é o salão de festas da congada situado ao lado da Igreja Brasileira.

Desta forma, em 1950 foram feitos os preparativos para realizar a Festa de Nossa Senhora do Rosário no Rancho Verde, contudo, ela não foi concluída pois foi embargada pela Juíza Dra. Maria Madalena Vianas, porque um homem foi assassinado no rancho e ela acusou os congos de terem dançado por cima de seu sangue.

Seis meses depois, o Sr. Gerônimo Tomáz retoma a festa e desta vez convida o padre José Maria da Igreja Brasileira de Douradoquara (MG) para celebrar a parte religiosa da festa. Novamente a Juíza Dra. Maria Madalena Vianas embarga a festa, por estar de acordo com os padres da Igreja Romana, segundo depoimento do Sr. Clemente in Silva (1999 p. 22).

O padre foi chamado à delegacia e intimidado a não realizar a festa. Então o padre José Maria ligou para o Governador do Estado de Goiás o Sr. Mauro Borges para que ele garantisse sua segurança e a realização da festa sem conflitos policiais.

Em 1951 a Igreja Católica Brasileira foi fundada na cidade de Goiandira (GO), em um lote doado pelo Sr. Gerônimo Tomáz localizado na parte de baixo da cidade.

Essa organização espacial das Igrejas expõe um fato interessante, visto que de acordo com os relatos orais analisados em Silva (1999), a Igreja Romana se situava na parte de cima da cidade, acima dos trilhos da estrada de ferro e era frequentada pela população de classe abastada, enquanto a Igreja Brasileira foi construída na parte de baixo da cidade, abaixo dos trilhos da estrada de ferro e era frequentada pela população de classe

desprivilegiada, dentre esses, os negros congadeiros, como destaca o relato a seguir:

> [...] É Igrejinha de pobre, maldizia de tudo é a política né, ocê basta vê que na Festa do Rosario os pobre ta tudo lá dançano, e lá em cima na outra lá, eles não tá, se já reparo a discriminação. [...] (Geraldo Silva, Informação verbal, Goiandira (GO), mai., 1998 in: Silva (1999).

De acordo com Silva (1999), a Igreja Brasileira sofreu severas perseguições por parte da Igreja Romana, que ameaçava os fiéis que participassem das atividades da Igreja Brasileira de expulsão. Os padres da Igreja Romana a taxavam de Igreja do Capeta por ter sido criada por militantes comunistas. Inclusive as crianças do Colégio Santa Maria Goretti, administrado por padres e madres da Igreja Romana, eram proibidos de frequentar as atividades da Igreja Brasileira sob pena de expulsão da escola.

No ano de 1956 foi feita a primeira Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Igreja Brasileira. Porém, em 1965 a Irmandade do Rosário se divide, em virtude do fato do Sr. João Marques se intitular presidente da Irmandade da Igreja Romana e voltar a dançar vinculado a esta Igreja. Contudo, os padres americanos não convidam os negros para dançar na Igreja Matriz e sim na Capela de Fátima, situada na cidade de baixo. Este fato demonstra que o preconceito dos padres americanos persistia e que sua adesão parcial à congada não passou de uma estratégia para angariar fiéis.

Diante disto, a ideia de que a Matriz é um espaço da elite, fez com que historicamente os congos se negassem a dançar neste espaço. Desta forma, a espacialidade dos congadeiros, sejam os ligados à Igreja Romana, sejam ligados à Igreja Brasileria está vinculada à cidade de baixo. Este fato permanece até os dias atuais como relata o Sr. Rubens Nei em entrevista:

> (...) uns três anos atrás o padre da Matriz pediu para irmos lá, acho que ele nem tinha noção do estava pedindo, ai a Congada entrou lá, tinha uns cinqüenta e um anos que a Congada não entrava na Matriz, e ai ao entrar na Matriz os capitão olhavam para mim, o capitão do Mocambique me olhava como quem pergunta: e ai o que eu faço? Porque a gente conversa olhando, e ai eu falei canta para Nossa Senhora do Rosário e puxa porque agora não tem jeito é entrar aí, e aí os ternos foram andando, lotaram a Igreja, cada um ficou ali no seu cantinho. Os antigos você olhava para a cara deles eles estavam assustados, depois disso se quebrou uma sequência de coisas, isso ai é a Festa em Goiandira. (Informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

Este fato demonstra que mesmo dançando junto aos preceitos da Igreja Romana a Congada de Goiandira (GO) ainda guarda o trauma histórico do processo de expulsão de seu grupo de um espaço considerado sagrado por eles.

Ainda na atualidade, a festa da Congada da Igreja Brasileira ocorre no mês de maio durante dez dias, terminando no segundo domingo deste mês quando é comemorado nacionalmente o Dia das Mães.

Esta Congada possui um Reinado também formado por descendentes de antigos dançadores de Congo, com cargos hereditários e um Rei que também não mora na cidade de Goiandira, mas todos os anos comparece à festa para comandar a congada e seu reinado.

A Congada vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana de Goiandira (GO), objeto de estudo da presente reflexão, atualmente, de acordo com o Sr Rubens Nei Gomes o Rei da Congada, possui oito ternos de congadeiros, que variam entre Congo, Catupé Cacunda e Moçambique, tendo cerca de setenta dançadores no total.

De acordo com Barbosa (2013), a festa das congadas em Louvor à Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Goiandira (GO), ocorre entre os meses de outubro e novembro sem data fixa. Depende dos grupos e a melhor data que se ajusta ao calendário da cidade.

Durante dez dias, há festejos e devoção à Nossa Senhora do Rosário e a Coroa, como aponta o Sr Rubens Nei Gomes: "(...) a coroa para nós tem o mesmo significado, a mesma importância da imagem que vai no andor (...)" (Informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

A Festa do Rosário de Goiandira (GO), vinculada a Igreja Romana, tem início com a Alvorada e o levantamento do Mastro, com a bandeira de Nossa Senhora do Rosário. No final da semana seguinte, no domingo, acontecem a procissão até a Capela de Fátima, a missa diurna e a missa noturna. Na segunda-feira, acontece a entrega da coroa que representa o momento de maior importância da festa. Neste dia também são recolhidos o mastro e a bandeira. Antigamente, segundo o Sr. Rubens Nei Gomes (2013), a bandeira e o mastro eram recolhidos cinco dias depois da festa, mas, como o reinado mora em outra cidade, a Irmandade do Rosário decidiu fazer isso no dia do encerramento da festa.

Apesar dessas pequenas modificações nos ritos da festa, a Congada de Goiandira, dentre as observadas na presente pesquisa, é uma das mais tradicionais, visto que mantém os trajetos e o formato dos cortejos como acontecia desde o principio, a entrega da coroa é toda cantada pelo capitão do Moçambique, possui Rei de descendência da primeira família real da festa, os Gomes e Julianos, a Rainha Conga também é descendente de uma família tradicional da Congada, os Carreiros. Além disso, outras duas importantes figuras da festa são

escolhidas a mais de cem anos dentro desta mesma família, que são a Rainha da Coroa e madrinha da Coroa.

Na Congada de Goiandira (GO), o reinado representa o centro de poder da Irmandade, ao contrário do que acontece em Catalão de acordo com Brandão (1985), que aponta um esvaziamento de poder do Rei em detrimento ao crescimento social e político da Irmandade do Rosário.

De acordo com o depoimento do Sr. Rubens Nei Gomes, na Congada de Goiandira:

> (...) o reinado é um cargo de maior responsabilidade dentro do congado, aparentemente o rei não se coloca à frente como uma estrela, ele não é aquela pessoa que a toda hora utiliza da fala para mostrar nenhum tipo de administração. O rei é a pessoa que em uma sequência seria a última pessoa a falar, mas é a palavra definitiva no final, caso haja uma complicação. Vamos partir de um principio, por exemplo, o general é um soldado da coroa ele é um membro dentro do reinado, os capitães da mesma forma dentro de uma linha de hierarquia de uma congada os capitães também respondem por um braço do reinado. (Informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

Desta forma, diferente da Congada de Catalão (GO) e Goiânia (GO), onde o reinado é identificado pelo Rei, a Rainha, os príncipes e princesas, em Goiandira (GO) o Reinado é composto pelo Rei, Rainha Conga, Rainha da Coroa, General, Capitão do Moçambique e demais capitães dos ternos de Congo.

O Sr. Rubens Nei Gomes, ocupa o cargo de Rei a cerca de vinte anos. Foi indicado para tal após o falecimento de sua tia que era a Rainha Conga.

A princípio, o Rei poderia ter nomeado uma filha para ocupar o cargo da rainha falecida e continuar no reinado, contudo,

preferiu passar o cargo de Rei para seu sobrinho, pois queria cuidar de um terno que ele tinha formado. A indicação do Rei passou por uma eleição dentro da Irmandade do Rosário, que considerou que o candidato preenchia todos os requisitos exigidos e, assim, o elegeram como Rei.

Além da descendência da família real, foi levado em conta o processo de formação, ao qual o Sr Rubens Nei passou ao longo de sua vida, fato este narrado por ele em entrevista:

> Eu, acredito hoje que eu passei enquanto menino um processo de formação. Na época, isso não me dizia nada, mas até por respeito às pessoas de maior idade, porque não tinha como falar não, né! Ali a minha mãe, a dona Rosária, a tia Roberta que era uma senhora muito distinta, muito conhecida na cidade, que morava sozinha. Era uma negra alta que todo mundo tinha respeito por ela, todo mundo da cidade a chamava de tia Roberta. Ela fazia uma festa em louvor São bom Jesus da Lapa na época. De vez em quando, ela convidava a gente e ai ela ia contar casos do congado, mas dentro daqueles casos ela colocava o que é o congo, o porquê do congo, porque que se reza assim, que se benze assim que tem que respeitar assim, então isso foi um aprendizado longo. A dona Rosária da mesma forma, ela até fazia diferente, ela costumava a cozinhar canjica de milho branco chamava a gente para comer canjica. Ai sentava cada um no seu banquinho e ela no meio com uma saiona cumprida ai ela ia falar coma a gente sobre o congo, e lá na casa dela é um tronco que é o terno do Fabiano e ia explicar passo a passo do conhecimento que ela tinha. E assim se constrói uma história, e essa história coloca uma responsabilidade que você só vai entender muitos anos depois, na hora eu não sei se elas tinham essa preocupação, cumpriram um papel importante de deixar um legado, e hoje estamos nós aqui, carregando todas aquelas lembranças. Eu acho que eu acabei sendo herdeiro de

> pessoas muito importantes dentro da Irmandade. Meu padrinho o finado Demésio era um guarda coroa antigo, minha mãe foi bandeirinha por muitos anos, meus tios todos foram capitães de congo e assim a família dos Gregórios que se envolve com a família dos Julianos que se envolve com os Carreiros , hoje a minha esposa é dos Carreiros, e eu dos Gregorios e Julianos, na verdade as duas famílias que mantinham a festa, tanto na cidade na parte de baixo, quanto de cima. (Rubens Nei Gomes, informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

A declaração do Rei Rubens Nei mostra os mecanismos usados por seus familiares no processo de transmissão e perpetuação da tradição da Congada através de uma formação oral cotidiana baseada no diálogo e no respeito.

Outro importante exemplo da perpetuação da tradição, na Congada de Goiandira (GO), pode ser observada na escolha do capitão do Terno de Moçambique, que é responsável pela entrega da Coroa. De acordo com informações orais, o capitão do Moçambique é "um herdeiro do bastão", pois é neto do dono e antigo capitão do terno. Seu avô, segundo o Sr. Rubens Nei Gomes, dançava de mãos dadas com ele e foi assim que o capitão do Moçambique aprendeu tudo que sabe sobre congada. (Rubens Nei Gomes, informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

A escolha da Rainha da Coroa, também não acontece ao acaso. A mais de cem anos, ela é escolhida dentro da família dos Carreiros, que é responsável pelo cumprimento das regras da Irmandade sobre esta rainha. Isto porque, a Rainha da Coroa deve ser uma menina virgem, pois necessita de pureza para carregar a coroa. Esta exigência é igual a que se tem sobre as bandeirinhas que precisam ser virgens para carregar a bandeira da Santa. De acordo com Paula (2010), isso acontece em respeito ao dogma católico da virgindade eterna de Maria mãe de Jesus, que confere

pureza espiritual e carnal à mulher. A tradição nesta escolha é tão explícita que a atual Rainha da Coroa é neta de uma de suas antecessoras.

Outro importante elemento de perpetuação da tradição está nas regras rigidamente mantidas pelo Rei em relação aos trajetos cumpridos pelo cortejo que leva a coroa, visto que estes são os mesmos desde a fundação da festa, como elucida em entrevista:

> Aconteceu uma vez, de um padre muito nosso amigo que falo: olha, eu vou ficar na casa paroquial e na hora que o congo descer passa por lá. Eu falei: o congo vai descer naquela rua, ele não vai passar lá. Ele, mas eu sou o padre. Sim o senhor é o padre, só que a coroa não faz visita, ela vai no festeiro e volta, ela não faz visita, e ele continuou a questionar e eu disse: padre, eu moro na rua de lá e a procissão vai passar, eu vou pedir para a imagem da santa entrar lá em casa pode? Não. Eu não posso inisitr com o senhor para quebrar uma sequencia, tem toda a população lá fora, mas o senhor vai ter que entender também que a coroa para nós tem o mesmo significado, a mesma importância da imagem que vai no andor só que para o congadeiro pode ser até maior ainda para nós, então é ai que há todo um respeito do congado. (Rubens Nei Gomes, informação verbal, Catalão (GO), mai., 2013).

Desta forma, é possível observar a importância dada à tradição durante os ritos que compõem a festa do Rosário em Goiandira (GO), como forma de manutenção e perpetuação da cultura negra através da religiosidade popular.

Considerações Finais

De acordo com as pesquisas que realizo acerca da Congada na região da estrada de ferro em Goiás, desde o ano de 2001 junto aos grupos de pesquisa do Professor Dr. Alex Ratts, hoje concretizado como LAGENTE, a Congada de Goiandira (GO) representa o grupo que mais me chamou a atenção acerca da manutenção da tradição.

Ao acompanhar o Reinado nos ritos da festa, foi possível perceber como o Rei possui o comando da Congada, em todas as fases que ela se desenvolve, ao contrário do que acontece em Catalão, onde existe um esvaziamento do poder do Rei em detrimento à Irmandade do Rosário, como já apontava Brandão em 1985.

Um dos motivadores deste quadro pode ser o fato de que a tradição representa um conjunto de sistemas simbólicos reproduzidos através do saber familiar ou social, que representa um elemento cultural que se reproduz com adaptações condizentes a cada tempo histórico que abriga sua existência. Desta forma, a tradição, entre outros elementos, organiza espacial e temporalmente as ações dos grupos sociais.

Na Congada de Goiandira (GO), a temporalidade busca perpetuar a tradição reproduzida secularmente sem adaptações expressivas. Sua espacialidade ocorre de acordo com a tradição herdada dos antepassados, já que as famílias que perpetuam a festa são as mesmas desde sua fundação. Contudo, em relação ainda à espacialidade, a cidade de Goiandira (GO) e as Congadas apresentam uma peculiaridade, visto que, existe uma divisão da cidade, em cidade de cima e cidade de baixo, tendo a linha férrea como marco espacial, onde a população de baixa renda e os congadeiros, negros em sua maioria, residem e têm suas Igrejas

Católicas (Romana e Brasileira), onde acontecem as Festas do Rosário, territorialmente, fixadas na cidade de baixo.

Esta espacialidade da Congada, de motivação étnica e religiosa, se configurou por uma situação de rompimento com a Igreja Católica Romana acerca de 65 anos atrás com a Congada, fazendo com que esta buscasse a fundação da Igreja Brasileira na cidade. Na atualidade, existem dois grupos de Congada na cidade, todos dois muito atentos à preservação da tradição negra de devoção à Nossa Senhora do Rosário, porém, mesmo o grupo vinculado à Igreja Romana não entra mais na Matriz da qual foram expulsos no passado, a espacialidade da festa ocorre na Capela de Fátima, situada na cidade de baixo.

Sendo assim é possível considerar que a Congada de Goiandira (GO) representa um importante exemplo de manutenção da tradição congadeira devido o cuidado com a repetição dos ritos e no rigor às regras secularmente instituídas e que sua espacialidade representa uma prova viva da resistência negra ao preconceito e exclusão sociais, historicamente, instituídos e ainda hoje rememorados pelos grupos.

Referências

ANDRADE, F. F. *Corografia do Município de Goiandira – 1950*. Câmara Municipal de Goiandira 1950.

ANDREONI, J. A. Cultura e opolência do Brasil. In: SOUZA, M. de M. e. *Reis Negros no Brasil Escravista*. História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. 387p.

ARAÚJO, Vivaldon J. de. *História da Terra Branca e outras coisas mais*. Goiânia: Kelps, 2000.

BARBOSA, Marize Campos. RATTS, Alex. *Trajetória Socioespacial e Iconografia das Congadas no Sudeste Goiano*. Anais do IX COMPEX. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/pivic/trabalhos/MARIZE_C.PDF. Acessado em 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Festa do Santo Preto*. Rio de Janeiro: FUNART, 1985. 121 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

ELIAS, N., SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LUVIZOTT, Caroline K. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia*[online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Academica, 2010. Scielo Books HTTP://books.scielo.org

MACEDO. Robson. *Congada de Catalão*. Catalão: Talento Gráfica e Editora, 2007. 98 p.

MASSEY, Dorren. *Pelo Espaço*: Uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

OLIVEIRA E GABARRA, Larissa. *O Reinado do Congo no Império do Brasil.* O Congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

PACHECO, Paulo Henrique Silva. A origem branca da devoção negra do rosário. *Revista Tempo de Conquista*. Disponível em: <http://www.revista.tempodeconquista.nom.br/attachments/File/Paulo_Henrique_Pacheco.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2010.

PAULA, Marise Vicente de. *Sob o Manto Azul de Nossa Senhora do Rosário*: mulheres e Identidade de Gênero na Congada de Catalão (GO). 230 f. Tese (Doutorado): Universidade Federal de Goiás, Geografia, 2010.

SAHLINS, M. *Ilhas de história.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*: da crítica a Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2004. 285 p. Coleção Milton Santos (2).

SANTOS, Carlos Roberto Moreira dos. *Congada E Reinado:* história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. 136 p.

SHILS, E. *Tradition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista*. História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. 387 p.

SILVA, Wagner Aparecido da. *Viva Rei, Viva Rainha, Viva Também seu Capitão.* A Família do Congado em Conselheiro Lafaiete- MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Plesbiteriana Makenzie. São Paulo, 2008. 80 p.

SILVA, Racilei Maria. *Os de cima e os de baixo: o conflito religioso entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Catolica Apostolica Brasileira em Goiandira – GO.* Monografia de Conclusão do Curso de História junto a Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. 1999.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons Negros no Brasil*. Cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo": Art Editora, 1988. 138 p.

Sobre os organizadores e autores

Fonte da imagem de fundo:
https://vineyardusa.org/library/

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Pereira Portuguez
portuguez.andersonpereira@gmail.com

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Doutor em Geografia e Desenvolvimento: Território Sociedade e Turismo pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Estágio Pós-Doutoral em Geografia Cultural pela Universidade de Brasília. Trabalha com ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: Geografia do Turismo; Geografia Cultural; Diversidade e Direitos Humanos; Religiosidade popular e matrizes culturais afro-brasileiras; Desenvolvimento local e protagonismo social. É professor Associado II do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia, assim como do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal PPGEP/UFU. É Presidente do Instituto Ganga Zumba, Seção Minas Gerais desde 2015. Fundador da Editora Barlavento, braço editorial da Sociedade Cultural Asé Tobi Babá Olorigbin (Ituiutaba, MG). Autor/organizador de mais de 30 livros, além de ter publicado mais de uma centena de capítulos de livros, artigos científicos publicados em congressos e revistas científicas. Homenageado duas vezes pela Câmara dos Vereadores de Uberlândia por seus esforços em favor da proteção da memória religiosa afro-brasileira no Triângulo Mineiro. Membro do Grupo de estudos e Pesquisa "Diálogos com a Geografia Cultural" (UFU); Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação para as relações étnico-raciais e ações afirmativas (ICHPO-UFU); Membro do Grupo de estudos e Pesquisa "Turismo, Território e Cultura" (UECE).

Carmem Lúcia Costa
clcgeo@gmail.com

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Catalão (1992) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Goiânia (1998). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é professora da Universidade Federal de Catalão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia e Educação, Geografia, Gênero, Trabalho e movimentos sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade/ urbano, cidades/ festas, gênero/ educação, gênero e movimentos sociais e gênero/ geografia/ensino. Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão. Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - UFG/Goiânia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Trabalho e Cultura. Possui Pós-doutorado no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Participa das seguintes redes de pesquisa: Rede Latino Americana de Geografia e Gênero - RLAGG, Rede Espaço e Diferença RED#.

Leda Correia Pedro Miyazaki
lecpgeo@gmail.com

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Presidente Prudente, na qual foi bolsista CAPES e FAPESP. Possui licenciatura (2003), bacharelado (2005) e mestrado (2008) em Geografia pela mesma universidade, onde foi bolsista do CNPq e da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Atualmente é Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal, Ituiutaba-MG. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geomorfologia, Pedologia e Dinâmicas Ambientais (GEPDA). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Interações na superfície terrestre, água e atmosfera (GAIA) da FCT/UNESP. Desenvolve pesquisa e atividades de ensino no Laboratório de Estudos e Pesquisa em Pedologia, Geomorfologia e Geografia Física (PEDOGEO), que encontra-se sob sua coordenação. Tem experiência na área de Geografia Física, atuando principalmente nos temas ligados a geomorfologia urbana, solos, vulnerabilidade de ambientes e ensino de geografia.

SOBRE OS AUTORES BALBURDIEIROS

Ana Paula Novais Pires Koga
anageografa@gmail.com

Professora Adjunta A na Unidade Acadêmica Especial Instituto de Geografia - Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutorado em Geografia em andamento na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP). Doutora em Geografia (Linha de Pesquisa Análise e Gestão Ambiental) na FCT/UNESP. Bolsista CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS) (2013-atual). Mestre em Geografia (Linha de pesquisa - Estudos Ambientais) pela Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão (UFG/CAC). Bolsista CAPES. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA) (2011-Janeiro/2013). Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem (2004-2008) Especialista em Análise do Espaço Geográfico (Linha de Pesquisa - Análise Ambiental) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Arnaldo Ferreira de Araújo Filho
arnaldofafilho@gmail.com

Mestre em Geografia, pelo Instituto de Ciências Humanas do Pontal, junto a Universidade Federal de Uberlândia - ICHPO/UFU.

Carlos Alberto Póvoa
carlpovoa@gmail.com

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1998 - 1992), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (1999- 2001), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo - USP, (2003 - 2007) e Pós Doutor em Geografia Humana pelas Universidade de São Paulo - USP (2014- 2015) e Ben Gurion University of the Negev - BGU/ Israel (2015) . Autor do livro "A Territorialização dos Judeus na cidade de São Paulo", pela Editora Humanitas/FAPESP, 2010. Foi professor Substituto no Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia - UFU - (2001 - 2003), e professor efetivo na Universidade Federal de Alagoas - IGDEMA - UFAL (2008 - 2010), posteriormente redistribuído para a Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM (03/2010). Contudo, atualmente é professor Associado na UFTM, - Departamento de Geografia - Curso de Licenciatura em Geografia. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura - LABEEC, Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Israelita do Triângulo - NEPIT/ UFTM e Tutor do Grupo de Estudos Avançados Milton Santos - GEAMS/ UFTM, É também resposnsável pela coordenação do Curso de Geografia na Universidade Aberta da Terceira Idade - UATI/ UFTM. Professor pesquisador convidado do LABOPLAN - USP e na Ben Gurion University of the Negev, em Beer Sheva, Israel - Núcleo de pesquisa da População do Oriente Médio. Nestes locais atua nas temáticas de pesquisas e estudos- Imigração Judaica, Geografia da População Judaica. Porém, desenvolve trabalhos e pesquisas na Geografia Cultural: Étnico-Lingüística e das Religiões, bem como sobre as questões religiosas e culturais entre Judaísmo e Islamismo. Especialista em assuntos étnico e religiosos. no/do Oriente Médio e Norte da África.

Carlos Eduardo Santos Maia

Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1987), graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professor associado no DEGEO/UFJF, pesquisador do NuGea e atua como colaborador no Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: tradições, rituais e festas populares. Bolsista CAPES de Pós doutorado no ENEC/Sorbonne/Paris IV (2015).

Daniel Féo Castro de Araújo
daniel.feo@gmail.com

Doutorando pela Universidade de Brasília, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Participou do Programa de Educação Tutorial (PET/Reconectando Saberes) no ano de 2010-12. Atuou como bolsista de Iniciação Cientifica do Projeto "Rede de Educação Popular" vinculado ao grupo de pesquisa em Educação e Culturas Populares GPECOP e o Programa de Pós graduação em Educação da FACED/UFU, no ano de 2013. É colaborar do grupo de pesquisa Travessias - Núcleo de Pesquisas Urbanas, que se propõe a pesquisas os múltiplos regimes normativos que atravessam a vida nas periferias das cidades brasileiras hoje: mundo do crime, religião, trabalho, movimentos sociais, entre outros. Membro do grupo de pesquisa GEPEAT (Grupo de Estudos e Pesquisa Agrárias e Trabalho). É membro da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas - REAGRI. Principais temas

de pesquisa: Modernização territorial, dinâmica dos lugares, redes e circuitos espaciais de produção, circuitos da economia urbana, região e regionalização, regiões agrícolas, agronegócio e dinâmicas territoriais, urbanização e agronegócio, globalização e política.

Fábio de Macedo Tristão Barbosa

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2001), mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2008) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia humana, geografia urbana e regional, geografia da saúde. Experiência na educação básica. Atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, trabalho, trabalhadores, saúde, doença, imperialismo, espaço urbano, cidade, educação e trabalho, ensino de geografia, migração, mobilidade do trabalho.

Flávio Augusto Sousa Santos

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2018, cursando o Bacharelado em Geografia e mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia na mesma instituição. Integra como pesquisador o Laboratório de Territorialidades Urbano-regionais (LATUR), também integra o Grupo de Trabalho (GT) de Educação da AGB-JF e a Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Local Juiz de Fora como 2º Secretário. Tem experiência na área de Geografia Histórica e Geografia Urbana, atuando nas áreas de Feiras livres; Urbanização e substituição de paisagens; Formação territorial e organização político-administrativa de Juiz de Fora e região.

Geisa Candida da Silva Gonçalves

Mestranda em Geografia pela ICHPO/UFU (Atualmente), Especialista em Gestão Estratégica de Empresas com foco em Auditoria e Controladoria pela FEIT/UEMG (2005). Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal de Uberlândia (2015) e em Ciências Contábeis pela Faculdade Triângulo Mineiro (2002). Atualmente é servidora da Universidade Federal de Uberlândia, atuando como Coordenadora da Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) no Campus Pontal. Tem experiência profissional na área de Administração Pública, com ênfase em Gestão de Pessoas. Realiza pesquisas nas linhas de Finanças para Médios e Pequenos Empreendedores, Políticas Públicas e Dinâmicas Ambientais.

Gilmar Alves de Avelar

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1992/Campus de Catalão), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1999/IESA) e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2011/IESA). Atualmente é professor Adjunto IV, da Universidade Federal de Catalão/GO - UFCat. É membro do GETeM - Grupo de Pesquisa em Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, geografia agrária, questão agrária, luta pela terra, movimentos sociais, trabalho, história do pensamento geográfico, marxismo.

Gustavo Amaral Barbosa

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e cursando a modalidade bacharelado em Geografia pela mesma. No decorrer da graduação, atuou como bolsista de T.P. na prática editorial de periódicos científicos, na Revista de Geografia da UFJF, e como bolsista de I.C. no Laboratório de Geoprocessamento Aplicado (LGA). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: Crescimento Urbano e Riscos Geomorfológicos, Cartografia Histórica, Recuperação de Materiais Cartográficos, Geoprocessamento, entre outros.

Gustavo Araújo de Carvalho
guttodecarvalho@yahoo.com.br

Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP, Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Mestre em Geografia pela UFG - Regional Jatai. Membro do Núcleo de Pesquisa em Ensino de Cidade. Possui pesquisas com ênfase nas seguintes áreas: Educação Geográfica, temas e conteúdos cotidianos, construção de conhecimentos, educação no/do campo.

Iany Elizabeth da Costa
ianyelizabethufpb@gmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF (2017), possui mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (2016), é especialista em Educação Integral e Direitos Humanos pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH vinculado a Universidade Federal da Paraíba (2014), possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2011). É atualmente Bolsista Capes de Doutorado, é colunista do blog Cientistas Feministas, é mãe do Raul Gabriel, esteve de licença maternidade entre (25 de Abril de 2019 - 25 de Agosto de 2019), é membro do Grupo de Estudos de Políticas Públicas, Monitoramento, Avaliação e Práxis em Gestão Pública - UFPB, pesquisadora visitante do grupo de pesquisa LEMTO - UFF, pesquisadora associada ao grupo de pesquisa Gestar - UFPB. Foi professora substituta no Departamento de Gestão Pública - CCSA/UFPB (2017-2018), foi tutora EAD no curso de aperfeiçoamento em Docência em Educação Integral pela UFPB (2015), tem experiência nas áreas de Educação, com ênfase em Educação Étnico-Racial, Educação Integral, Protagonismo Juvenil, Educação Quilombola, Formação de Professores e Pedagogia, em Direitos Humanos, com ênfase em Políticas Publicas, Gênero e Intercessionalidade, Movimentos Sociais, Indicadores Sociais, Segurança Pública, Sociologia Rural, Desenvolvimento Sustentável, Territórios Étnicos, Gênero e Diversidade. Premiada com o Titulo de Reconhecimento Iyè Dúdú - experiência Afro-pedagógica de Educação Antirracista (2017) Bamidelê/FundoBrasilDH, e com o Prêmio Elo Cidadão - 2018 - PRAC/UFPB/CNPQ (2018).

Jonathan Santos

Acadêmico em Geografia pela UFJF, formado no curso de Gestão Empresarial, composto por 4 módulos (Gestão Empresarial, Gestão de Pessoas, Marketing e Inglês Essencial). Palestrante em escolas e empresas, Letrista, Escritor e Poeta cujo estilo literário é o sentimentalismo poético e contos. É autor do livro Ondas Poéticas no qual tornei-me usuário do pseudônimo de Poeta Urbano pelo autodidatismo da vida citadina e ganhador do concurso da Editora Trevo de São Paulo pelo Prêmio Poesia Agora - Primavera 2019, 5° Concurso Literário Conto Brasil, Poesia Agora Verão 2020 e Outono 2020. Além de frequentador esporádico da Feira Livre Noturna da PAC.

Jañaine Daniela L. Carneiro

janaine_nana@hotmail.com

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goias/ CAC (2004). Mestrado em Geografia- Geografia e Ordenamento do pela Universidade Federal de Goiás Campus Catalão (2013). Foi Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Corumbaíba (2017-2018). Atualmente é professora da Univesidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Morrinhos. Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG). Pesquisadora - membro do Grupo de Pesquisas Gênero, Trabalho e Cultura (DIALOGUS/UFG/RC) e pesquisadora - Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG/RC). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, gênero e trabalho, território, agrohidronegócio.

Linéia Silva Freitas Heliodoro
heliodorolsf@hotmail.com
Possui graduação em Geografia licenciatura e bacharel pela Universidade Federal de Uberlândia/ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (2013), Especialização em Ciências Ambientais pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Ituiutaba (2016). Professora Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação á Docência (2016 - 2017). Especialização em Supervisão Escolar e Educação Especial pela Faculdade Única. Cursando Pós-Graduação Mestrado Stricto Sensu em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP). Atualmente é professora da rede Estadual de Ensino de Ituiutaba - MG (40 h), atuando na Escola Estadual Rotary, principalmente nos seguintes temas: Geografia; Sustentabilidade e Igualdade Racial.

Matheus Alfaiate Borges
matheusalfaiate@yahoo.com
Discente do Curso de Graduação de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Campus de Ituiutaba, MG, no Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO. Bolsista do Programa Educacional Tutorial Institucional Geografia - PET/GEOGRAFIA. Desenvolve atividades pelo Programa Institucional de Voluntariado em Iniciação Científica - PIVIC, do Instituto de Ciências Humanas - (ICHPO/UFU), participa como Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geoprocessamento aplicado a Mapeamentos Ambientais (NEPEGAMA) e do Laboratório de Cartografia do ICHPO - LABCARTO, onde são desenvolvidas atividades de pesquisas e extensões, entre outras atividades. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Rural e Geoprocessamento, atuando principalmente nos seguintes temas: Relação Cidade-Campo, Migração, Precarização, Agroindústria, Agropecuária, Agricultura Sustentável, Cartografia, Cartografia Temática, Sistema de Informações Geográficas, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Midiane Scarabeli Alves Coelho da Silva
midiane.scarabeli@yahoo.com.br

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal - (PPGEP/UFU). Possui Graduação em Geografia com Ênfase em Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - (PUCMinas). Trabalhou como bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais do Programa de Pós Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial pela PUC Minas. Atuou em projeto de Educação Ambiental oferecido pela empresa GAIA Consultoria e Coaching junto à Prefeitura de Belo Horizonte e Fundação de Parques Municipais. Atuou também como Profa. de Geografia em Belo Horizonte-MG, Ituiutaba-MG e Naviraí-MS. Atualmente possui pesquisa em desenvolvimento sobre as relações entre Geografia, Cinema e Fotografia.

Mirella Lacerda Teixeira de Souza
mirellalacerda@gmail.com

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Integrada da Bahia (2009) e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2015). Possui experiência nas áreas de Educação; Educação à Distância - EAD; Formação do educador; Didática e Metodologia do Ensino. Atualmente, é servidora na Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, desempenhando atividade como docente da educação básica.

Nelio Paulo Sartini Dutra Júnior
neliojunior28@gmail.com

É Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Está cursando Doutorado em Geografia na UFU. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Institucional do curso de Geografia e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMIG). Possui experiência como professor de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Cursinhos Pré-Vestibular. Área de Pesquisa: Vulnerabilidade Social e Vulnerabilidade Socioambiental.

Rafael De Melo Monteiro
rafaeldmlmntr@gmail.com

Professor EBTT de Geografia no IFG (Instituto Federal de Goiás) - Campus Águas Lindas, atuando nos Cursos Técnicos de Análises Clínicas, Meio Ambiente e Vigilância em Saúde Integrados ao Ensino Médio e no Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Doutorado em Geografia pela UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Faculdade de Ciências e Tecnologia/Campus de Presidente Prudente). Mestrado em Geografia pela UFG (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão). Graduação em Geografia pela UEG (Universidade Estadual de Goiás/Unidade Universitária de Pires do Rio). Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo IFGoiano (Instituto Federal Goiano/Campus Urutaí).

Sueley Luana da Silva Inácio
sueley_luana@hotmail.com

Possui Licenciatura em Geografia e Pedagogia. Especialista em Geografia do Brasil pela UFG/CAC. Mestrado em Geografia e Ordenamento de Território pela Universidade Federal de Goiás - UFG/CAC. Membro dos grupos de pesquisa, Dialogus ? Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho /UFG/CAC/CNPq e GEEUAÇÃO - Geografia, Educação, Espaço Urbano e Ação/UFG/CAC. "Ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo. Por isso, aprendemos sempre." (Paulo Freire)

Vanessa Manfio
nessamanfio@gmail.com

Possui Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Mestrado em Geografia, também pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Área de Pesquisa: Geografia Humana, ênfase em estudos: urbanos, agrários, culturais, econômicos, metodologia da pesquisa geográfica e ensino de geografia. Além disso, trabalhou como tutora no curso de Geografia Licenciatura à Distância da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância - REGESD/ Universidade Federal de Santa Maria, exerceu o magistério na rede estadual entre 2011 e 2014 e fui professora Substituta de Geografia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Ibirubá - RS. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS com estágio de Doutorado Sanduíche na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Atualmente, membro do Grupo de pesquisas Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Vinício Luís Pierozan
vpierozan@hotmail.com
Possui formação em Geografia, Licenciatura Plena (2014), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, e Mestrado em Geografia (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia POSGEA/UFRGS. Foi bolsista de graduação do Programa de Educação Tutorial, PET - SESu/MEC, entre 2011 e 2015, programa vinculado a Secretaria de Educação Superior. Como bolsista PET desenvolveu atividades extracurriculares orientadas pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Foi membro do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação, CLAA/UFRGS, de janeiro de 2012 à janeiro de 2015. Órgão gestor do Programa de Educação Tutorial no âmbito da UFRGS e subordinado a PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação. Atualmente é professor de Geografia da rede municipal de ensino de Canoas, RS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana e Ensino de Geografia, principais temas de interesse: geografia agrária, geografia cultural, ensino de geografia, educação tutorial e turismo.